



Número: **1013904-21.2022.4.01.3400**

Classe: **AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Federal Cível da SJDF**

Última distribuição : **12/03/2022**

Valor da causa: **R\$ 1.212,00**

Assuntos: **Combustíveis e derivados**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
ASSOCIACAO BRASILEIRA DOS CONDUTORES DE VEICULOS AUTOMOTORES - TRANSLOC (AUTOR)	SEBASTIAO DIAS FILHO (ADVOGADO) JULIANA DE OLIVEIRA BANDEIRA BUZINARO (ADVOGADO)
PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS (REU)	
Ministério Público Federal (Procuradoria) (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
975464176	14/03/2022 16:37	Petição intercorrente	Petição intercorrente
975488649	14/03/2022 16:37	Peticao - ACP 1013904-21.2022.4.01.3400- - litispendencia e prazo	Documento Comprobatório
975488651	14/03/2022 16:37	01 - Petição Inicial Tutela Antecipada Antecedente em Ação Civil Pública	Documento Comprobatório
975488656	14/03/2022 16:37	Despacho (1)	Documento Comprobatório
975488659	14/03/2022 16:37	10.06.21 - Procuração AD JUDICIA	Processo administrativo
975488661	14/03/2022 16:37	2021.06.18 - Substabelecimento Advogados GG-CI (assinado digitalmente)	Documento Comprobatório
974984662	14/03/2022 14:27	Informação de Prevenção	Informação de Prevenção
973119681	12/03/2022 02:09	Petição inicial	Petição inicial
973119682	12/03/2022 02:09	Inicial ACP PPI	Inicial
973132646	12/03/2022 02:09	01 CNPJ ABRAVA	Comprovante de situação cadastral no CNPJ
973132647	12/03/2022 02:09	02 Ata Associação	Documento Comprobatório
973132648	12/03/2022 02:09	03 Ata ABRAVA Registrada	Documento Comprobatório
973132649	12/03/2022 02:09	04 Estatuto Social	Documento Comprobatório
973132650	12/03/2022 02:09	06 Procuração	Documento Comprobatório
973132651	12/03/2022 02:09	07 Documento de Identificação Wallace Landim Choro	Documento Comprobatório
973132652	12/03/2022 02:09	08 Aprovação PPI Petrobras	Documento Comprobatório
973132653	12/03/2022 02:09	09 Nota Diminuição da Produção de Barril Petrobras	Documento Comprobatório

97313 2654	12/03/2022 02:09	10 Relatório de Produção e Vendas Primeiro Trimestre de 2021	Documento Comprobatório
97313 2655	12/03/2022 02:09	11 Relatório de Produção e Vendas Primeiro Quarto de 2021	Documento Comprobatório
97313 2656	12/03/2022 02:09	12 Relatório Sustentabilidade Petrobras 2017	Documento Comprobatório
97313 2657	12/03/2022 02:09	13 Política Sobre Remuneração Aos Acionistas	Documento Comprobatório
97313 2658	12/03/2022 02:09	14 Nota Técnica Petrobras ao Deputado Nereu Crispim	Documento Comprobatório
97313 2659	12/03/2022 02:09	15 Dossie Contra o PPI Observatório Social da Petrobras	Documento Comprobatório
97313 2660	12/03/2022 02:09	16 Entidades Eviam Manifesto a Silva e Luna Pedindo o Fim do PPI na Petrobras - InfoMoney	Documento Comprobatório
97313 2661	12/03/2022 02:09	17 ANP Preços de Paridade de Importação Demonstrando Somente Aumento	Documento Comprobatório
97313 2662	12/03/2022 02:09	18 Petrobras e Cade chegam a acordo sobre Abreu e Lima_ refinaria precisa ser vendida até o fim de 2	Documento Comprobatório

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DA 1ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

AUTOS Nº 1013904-21.2022.4.01.3400

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, nos autos da Ação Popular em epígrafe, proposta por **ASSOCIACAO BRASILEIRA DOS CONDUTORES DE VEICULOS AUTOMOTORES - TRANSLOC**, vem, mui respeitosamente, à honrosa presença de Vossa Excelência, por conduto de seus advogados com instrumentos de mandato e substabelecimento inclusos, aduzir e requerer o que segue:

1. DA LITISPENDÊNCIA COM A AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 1013604-59.2022.4.01.3400.

A presente demanda trata-se de Ação Civil Pública que busca em sede de tutela de urgência impedir o último aumento no preço dos combustíveis (fls.19) e suspender a Política de Paridade de Preço Internacional adotada pela Petrobras.

De imediato, cabe aduzir a litispendência entre a presente demanda e a Ação Civil Pública nº **1013604-59.2022.4.01.3400**, distribuída em **11/03/2022** e em tramitação na 9ª Vara Federal Cível da SJDF.

No caso, todas as ações possuem o mesmo objeto: impedir o aumento dos preços de combustíveis pela Petrobras, afastar a aplicação da Política de Paridade de Preço Internacional e substituir por uma política de preço sobre os combustíveis com critérios econômicos nacionais.

Como visto, a litispendência é classificada juridicamente como um dos pressupostos processuais objetivos negativos da Ação, o qual, com sua simples existência, impede o desenvolvimento regular do



processo, segundo a sistemática do Direito Processual Civil.

Para que seja acolhida a alegação de litispendência é necessário que seja demonstrado que existe uma **ação ainda em curso que está se repetindo** diante de outra demanda com as mesmas partes, mesma causa de pedir e mesmo pedido (art. 337, VI, § 1º, §2º e §3º, do Código de Processo Civil).

Em especial, em relação às Ações ditas Coletivas, a jurisprudência pátria é pacífica ao admitir a existência de **litispendência entre elas, mesmo que de naturezas distintas e inexistente identidade de parte**, pois seu objeto é de interesse de toda a coletividade. Confira-se:

TRF-5 - REO Remessa Ex Offício REO 94132520114058100 (TRF-5) Data de publicação: 26/09/2013 Ementa: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO POPULAR. DECLARAÇÃO DE INVALIDADE DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES, FORMALIZADO ENTRE EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS DE TELEFONIA, COM O AVAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEM OBSERVÂNCIA AO ESTABELECIDO

PELA LEI GERAL DE TELECOMUNICAÇÕES. VERIFICAÇÃO DE IDENTIDADE DE OBJETO E DE CAUSA DE PEDIR EM DUAS AÇÕES POPULARES PROPOSTAS POR PESSOAS DIFERENTES. DECLARAÇÃO DE LITISPENDÊNCIA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 267, V, DO CPC. SENTENÇA SUJEITA AO REEXAME NECESSÁRIO. INTELIGÊNCIA DO ART. 19, DA LEI Nº 4717/65. MANUTENÇÃO DO DECISUM. In casu, ainda que o autor desta demanda seja diferente daquele que propôs a Ação Popular nº 0010389-37.2008.4.05, nelas há identidade de pedidos e de causas de pedir, baseados, inclusive, no mesmo substrato fático, razão pela qual deve ser mantida a sentença a quo que, reconhecendo a litispendência, extinguiu a ação sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, V, do CPC. - Remessa oficial desprovida.

*- No exame da litispendência de ações populares, cabe ao julgador considerar **que a parte autora representa a coletividade**, mostrando-se irrelevante a diferença porventura existente entre as autorias imediatas, já que essas atuam como substitutas processuais, em nítida hipótese de legitimação extraordinária. Precedente do STJ. (AGRMC - 14216. STJ, rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho. Terceira Seção, DJE: 23/10/2008)*

*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÕES COLETIVAS DE CONSUMO. PIS E COFINS REPASSADOS NAS FATURAS DE TELEFONIA. EXTINÇÃO POR LITISPENDÊNCIA. IDENTIDADE DE CAUSA DE PEDIR E PEDIDOS. IRRELEVANTE A FALTA DE COINCIDÊNCIA NO PÓLO ATIVO. Tratando-se de ações coletivas de consumo com identidade de causa de pedir e pedidos, **resta configurada litispendência**, sendo irrelevante a falta de coincidência no pólo ativo, tendo em vista que a questão é resolvida sob a ótica dos beneficiários dos efeitos da sentença, uma vez que há substituição processual em razão de legitimação extraordinária para a defesa de certa coletividade ou grupo de pessoas. Precedentes do TJRS e STJ. Apelação com seguimento negado. (Apelação Cível Vigésima Segunda Câmara Cível Nº 70050362920 Comarca de Porto Alegre)*



TRF-1 - APELAÇÃO CIVEL AC 23517 BA 0023517-14.2010.4.01.3300 (TRF-1) Data de publicação: 01/06/2012 Ementa: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO POPULAR. LITISPENDÊNCIA. OCORRÊNCIA. Ademais, no caso em exame, faculta-se ao autor da presente demanda a possibilidade de habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da primeira ação popular ajuizada para apurar os mesmos fatos, nos termos do § 5º, art. 6º da Lei nº 4.717 /1965, não havendo, portanto, razão para o prosseguimento da presente ação coletiva, devendo ser observado, na espécie, os princípios constitucionais da celeridade, da segurança jurídica e da eficiência (CF , art. 5º , incisos LXXVII e XXXVI ; e art. 37, caput, respectivamente). III - **Em sendo assim, havendo identidade entre o objeto e a causa de pedir, nas ações populares notificadas nos autos, afigura-se juridicamente possível, no caso, a extinção deste processo, sem resolução do mérito, sob o fundamento de litispendência, na espécie.** IV - *Apelação desprovida. Sentença confirmada.*

Em suma: no ambiente das **ações coletivas**, sob legitimação extraordinária, para a caracterização da **litispendência**, **prescinde-se da identidade de parte, sendo bastantes as similaridades de objeto e causa de pedir**, como ocorre *in casu* em relação à presente demanda, posterior a Ação Civil Pública nº 1013604-59.2022.4.01.3400.

Por tudo aqui exposto, a PETROBRAS requer seja acolhida a litispendência, que aqui se evidencia, com a consequente extinção deste processo sem o julgamento do mérito, nos termos do art. 485, inc. V, do CPC.

2. PRELIMINARMENTE: DA PREVENÇÃO DO JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL CÍVEL DA SJDF.

Em sede preliminar e de forma subsidiária, pugna a peticionante que esse magistrado reconheça a sua incompetência e remeta os autos desta ação para o MM. Juízo da 9ª Vara Federal Cível da SJDF, em razão da prevenção daquele juízo.

Em junho de 2019, a PETROBRAS e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) firmaram o Termo de Compromisso de Cessação de Prática (TCC) para o refino, com o objetivo de propiciar condições concorrenciais, incentivando a entrada de novos agentes econômicos no mercado de refino, bem como no de suspender e, caso cumpridas integralmente as obrigações nele previstas, arquivar, em relação a ela PETROBRAS, o Inquérito Administrativo existente.

Trata-se, como se viu acima – e é reconhecido expressamente pelo autor popular em sua inicial –, de mais uma ação proposta em face da Política de Preço da Petrobras aplicada petrobras e contra o último aumento dos preços dos combustíveis já realizado e efetivado em 11/03/2022.

Como se vê na presente hipótese – e nas ações antes mencionadas –, os pedidos são sempre os



mesmos (obrigação de fazer consistente na suspensão da Política de Preço da Petrobras) e sempre contendo a mesma causa de pedir (próxima ou remota), o que leva à inequívoca conclusão de que a remessa do feito para o juízo prevento 9ª Vara Federal Cível da SJDF é, permissa venia, medida que se impõe, observando-se as regras dos arts. 55, 57 e 58 do CPC.

Destaca-se, ademais, do art. 55, § 3º, do CPC, que “*Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles*”.

Assim, há inegável afinidade entre as ações e possibilidade de que sejam prolatadas decisões conflitantes, motivo pelo qual a remessa ao juízo prevento se faz necessária.

Ante o exposto, pelo quanto acima aduzido, pugna a requerida, em sede preliminar, que esse douto magistrado decline de sua competência e determine a remessa do presente feito para a **9ª Vara Federal Cível da SJDF**.

3. PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO PRELIMINAR

Por fim, diante da alta complexidade da cause e do seu vultuoso impacto para a Petrobras e para todo o mercado de combustível Brasileiro e seguindo o bom caminho trilhado pelo Juízo da **9ª Vara Federal Cível da SJDF**, requer que Vossa Excelência, antes da análise da tutela de urgência requerida, aplique o disposto no art. 2º, da Lei 8.437/92 e conceda prazo para manifestação da ora requerida, sem prejuízo de apresentação da contestação no momento oportuno.

4. CONCLUSÃO

Ante o exposto e forma preliminar, requer que seja reconhecida a litispendência entre a presente demanda e a Ação Civil Pública nº **1013604-59.2022.4.01.3400**, distribuída em **11/03/2022** e em tramitação na 9ª Vara Federal Cível da SJDF.

Ainda, em sede preliminar, pugna a requerida, que esse douto magistrado decline de sua competência e determine a remessa do presente feito para a 9ª Vara Federal Cível da SJDF ante a prevenção devidamente caracterizada.



Requer, ainda, a tramitação desta Ação Popular sob sigilo de justiça, o qual, se diga, não está restrito as hipóteses do art. 155 do Código de Processo Civil.

Por fim, diante da alta complexidade da causa e do grave impacto para a Petrobras e para o mercado Brasileiro roga pela a concessão de prazo para manifestação antes da apreciação do pedido liminar, sem prejuízo da apresentação da contestação após devidamente citada para tanto.

Termos em que

Pede deferimento e j. ao PJ-e.

Brasília, 14 de março de 2021

FÁBIO VÍCTOR DE AGUIAR MENEZES
OAB/SE 5825

RAFAEL DE MATOS GOMES DA SILVA

OAB-DF 21.428



EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DA 1ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

AUTOS Nº 1013904-21.2022.4.01.3400

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, nos autos da Ação Popular em epígrafe, proposta por **ASSOCIACAO BRASILEIRA DOS CONDUTORES DE VEICULOS AUTOMOTORES - TRANSLOC**, vem, mui respeitosamente, à honrosa presença de Vossa Excelência, por conduto de seus advogados com instrumentos de mandato e substabelecimento inclusos, aduzir e requerer o que segue:

1. DA LITISPENDÊNCIA COM A AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 1013604-59.2022.4.01.3400.

A presente demanda trata-se de Ação Cível Pública que busca em sede de tutela de urgência impedir o último aumento no preço dos combustíveis (fls.19) e suspender a Política de Paridade de Preço Internacional adotada pela Petrobras.

De imediato, cabe aduzir a litispendência entre a presente demanda e a Ação Civil Pública nº **1013604-59.2022.4.01.3400**, distribuída em **11/03/2022** e em tramitação na 9ª Vara Federal Cível da SJDF.

No caso, todas as ações possuem o mesmo objeto: impedir o aumento dos preços de combustíveis pela Petrobras, afastar a aplicação da Política de Paridade de Preço Internacional e substituir por uma política de preço sobre os combustíveis com critérios econômicos nacionais.

Como visto, a litispendência é classificada juridicamente como um dos pressupostos processuais objetivos negativos da Ação, o qual, com sua simples existência, impede o desenvolvimento regular do processo, segundo a sistemática do Direito Processual Civil.

Para que seja acolhida a alegação de litispendência é necessário que seja demonstrado que existe uma **ação ainda em curso que está se repetindo** diante de outra demanda com as mesmas partes, mesma causa de pedir e mesmo pedido (art. 337, VI, § 1º, §2º e §3º, do Código de Processo Civil).



Em especial, em relação às Ações ditas Coletivas, a jurisprudência pátria é pacífica ao admitir a existência de **litispêndência entre elas, mesmo que de naturezas distintas e inexistente identidade de parte**, pois seu objeto é de interesse de toda a coletividade. Confira-se:

TRF-5 - REO Remessa Ex Officio REO 94132520114058100 (TRF-5) Data de publicação: 26/09/2013 Ementa: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO POPULAR. DECLARAÇÃO DE INVALIDADE DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES, FORMALIZADO ENTRE EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS DE TELEFONIA, COM O AVAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEM OBSERVÂNCIA AO ESTABELECIDO PELA LEI GERAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **VERIFICAÇÃO DE IDENTIDADE DE OBJETO E DE CAUSA DE PEDIR EM DUAS AÇÕES POPULARES PROPOSTAS POR PESSOAS DIFERENTES. DECLARAÇÃO DE LITISPÊNDÊNCIA.** EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 267, V, DO CPC. SENTENÇA SUJEITA AO REEXAME NECESSÁRIO. INTELIGÊNCIA DO ART. 19, DA LEI Nº 4717/65. MANUTENÇÃO DO DECISUM. In casu, ainda que o autor desta demanda seja diferente daquele **que propôs a Ação Popular nº 0010389-37.2008.4.05, nelas há identidade de pedidos e de causas de pedir, baseados, inclusive, no mesmo substrato fático, razão pela qual deve ser mantida a sentença a quo que, reconhecendo a litispêndência, extinguiu a ação sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, V, do CPC.** - Remessa oficial desprovida.

- No exame da litispêndência de ações populares, cabe ao julgador considerar **que a parte autora representa a coletividade**, mostrando-se irrelevante a diferença porventura existente entre as autorias imediatas, já que essas atuam como substitutas processuais, em nítida hipótese de legitimação extraordinária. Precedente do STJ. (AGRMC - 14216. STJ, rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho. Terceira Seção, DJE: 23/10/2008)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÕES COLETIVAS DE CONSUMO. PIS E COFINS REPASSADOS NAS FATURAS DE TELEFONIA. EXTINÇÃO POR LITISPÊNDÊNCIA. IDENTIDADE DE CAUSA DE PEDIR E PEDIDOS. IRRELEVANTE A FALTA DE COINCIDÊNCIA NO PÓLO ATIVO. Tratando-se de ações coletivas de consumo com identidade de causa de pedir e pedidos, **resta configurada litispêndência**, sendo irrelevante a falta de coincidência no pólo ativo, tendo em vista que a questão é resolvida sob a ótica dos beneficiários dos efeitos da sentença, uma vez que há substituição processual em razão de legitimação extraordinária para a defesa de certa coletividade ou grupo de pessoas. Precedentes do TJRS e STJ. Apelação com seguimento negado. (Apelação Cível Vigésima Segunda Câmara Cível Nº 70050362920 Comarca de Porto Alegre)

TRF-1 - APELAÇÃO CIVEL AC 23517 BA 0023517-14.2010.4.01.3300 (TRF-1) Data de publicação: 01/06/2012 Ementa: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO POPULAR. LITISPÊNDÊNCIA. OCORRÊNCIA. Ademais, no caso em exame, faculta-se ao autor da presente demanda a possibilidade de habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da primeira ação popular ajuizada para apurar os mesmos fatos, nos termos do § 5º, art. 6º da Lei nº 4.717/1965, não havendo, portanto, razão para o prosseguimento da presente ação coletiva, devendo ser observado, na espécie, os princípios constitucionais da celeridade, da segurança jurídica e da eficiência (CF, art. 5º, incisos LXXVII e XXXVI; e art. 37, caput, respectivamente). III - **Em sendo assim, havendo identidade entre o objeto e a causa de pedir, nas ações populares noticiadas nos autos, afigura-se juridicamente possível, no caso,**



a extinção deste processo, sem resolução do mérito, sob o fundamento de litispendência, na espécie. IV - Apelação desprovida. Sentença confirmada.

Em suma: no ambiente das ações coletivas, sob legitimação extraordinária, para a caracterização da litispendência, prescinde-se da identidade de parte, sendo bastantes as similaridades de objeto e causa de pedir, como ocorre *in casu* em relação à presente demanda, posterior a Ação Civil Pública nº 1013604-59.2022.4.01.3400.

Por tudo aqui exposto, a PETROBRAS requer seja acolhida a litispendência, que aqui se evidencia, com a consequente extinção deste processo sem o julgamento do mérito, nos termos do art. 485, inc. V, do CPC.

2. PRELIMINARMENTE: DA PREVENÇÃO DO JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL CÍVEL DA SJDF.

Em sede preliminar e de forma subsidiária, pugna a peticionante que esse magistrado reconheça a sua incompetência e remeta os autos desta ação para o MM. Juízo da 9ª Vara Federal Cível da SJDF, em razão da prevenção daquele juízo.

Em junho de 2019, a PETROBRAS e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) firmaram o Termo de Compromisso de Cessação de Prática (TCC) para o refino, com o objetivo de propiciar condições concorrenciais, incentivando a entrada de novos agentes econômicos no mercado de refino, bem como no de suspender e, caso cumpridas integralmente as obrigações nele previstas, arquivar, em relação a ela PETROBRAS, o Inquérito Administrativo existente.

Trata-se, como se viu acima – e é reconhecido expressamente pelo autor popular em sua inicial –, de mais uma ação proposta em face da Política de Preço da Petrobras aplicada petrobras e contra o último aumento dos preços dos combustíveis já realizado e efetivado em 11/03/2022.

Como se vê na presente hipótese – e nas ações antes mencionadas –, os pedidos são sempre os mesmos (obrigação de fazer consistente na suspensão da Política de Preço da Petrobras) e sempre contendo a mesma causa de pedir (próxima ou remota), o que leva à inequívoca conclusão de que a remessa do feito para o juízo preventivo 9ª Vara Federal Cível da SJDF é, permissa venia, medida que se impõe, observando-se as regras dos arts. 55, 57 e 58 do CPC.

Destaca-se, ademais, do art. 55, § 3º, do CPC, que *“Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles”*.

Assim, há inegável afinidade entre as ações e possibilidade de que sejam prolatadas decisões conflitantes, motivo pelo qual a remessa ao juízo preventivo se faz necessária.

Ante o exposto, pelo quanto acima aduzido, pugna a requerida, em sede preliminar, que esse douto magistrado decline de sua competência e determine a remessa do presente feito para a **9ª Vara Federal Cível da SJDF**.

3. PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO PRELIMINAR



Por fim, diante da alta complexidade da cause e do seu vultuoso impacto para a Petrobras e para todo o mercado de combustível Brasileiro e seguindo o bom caminho trilhado pelo Juízo da **9ª Vara Federal Cível da SJDF**, requer que Vossa Excelência, antes da análise da tutela de urgência requerida, aplique o disposto no art. 2o, da Lei 8.437/92 e conceda prazo para manifestação da ora requerida, sem prejuízo de apresentação da contestação no momento oportuno.

4. CONCLUSÃO

Ante o exposto e forma preliminar, requer que seja reconhecida a litispendência entre a presente demanda e a Ação Civil Pública nº **1013604-59.2022.4.01.3400**, distribuída em **11/03/2022** e em tramitação na 9ª Vara Federal Cível da SJDF.

Ainda, em sede preliminar, pugna a requerida, que esse douto magistrado decline de sua competência e determine a remessa do presente feito para a 9ª Vara Federal Cível da SJDF ante a prevenção devidamente caracterizada.

Requer, ainda, a tramitação desta Ação Popular sob sigilo de justiça, o qual, se diga, não está restrito as hipóteses do art. 155 do Código de Processo Civil.

Por fim, diante da alta complexidade da causa e do grave impacto para a Petrobras e para o mercado Brasileiro roga pela a concessão de prazo para manifestação antes da apreciação do pedido liminar, sem prejuízo da apresentação da contestação após devidamente citada para tanto.

Termos em que
Pede deferimento e j. ao PJ-e.

Brasília, 14 de março de 2021

FÁBIO VÍCTOR DE AGUIAR MENEZES
OAB/SE 5825

RAFAEL DE MATOS GOMES DA SILVA
OAB-DF 21.428



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA
DO DISTRITO FEDERAL**

*O pior de todos os crimes é aquele cometido por
quem a própria lei os incumbiu de sua guarda – Rui
Barbosa*

O **CONSELHO NACIONAL DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS - CNTRC**, associação de associações dos Transportadores Rodoviários de Cargas e das entidades que os agremiam, inscrito no **CNPJ/MF sob o nº 42.916.301/0001-00**, entidade de âmbito nacional e duração indeterminada, com sede e foro estabelecida em todas as capitais das federações brasileiras, endereço de e-mail juridico@cntr.com.br, órgão colegiado neste ato representada por seu Diretor Presidente o Sr. **Plínio Nestor Dias**, brasileiro, casado, autônomo-TAC, inscrito no CPF nº 820.598.299-68, portador do RG nº 1827540 SESP-SC, domiciliado na BR 376, KM 13, nº 4722, Costeira, São José dos Pinhais-PR, CEP nº 83.015-500, juridicosjp.sinditac@gmail.com, telefone (041) 99683-0907 **PRIMEIRO REQUERENTE**; conjuntamente com **SINDICATO DOS TRANSPORTADORES AUTÔNOMOS DE CARGAS EM GERAL DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ E REGIÃO - SINDCAM JUNDIAÍ**, associação, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob nº **20.229.346/0001-73**, sede no endereço na rua Cica, 112, Vila Angélica, Jundiaí-SP. CEP 13.206-765, **SEGUNDO REQUERENTE**; **SINDICATO DOS TRANSPORTADORES AUTÔNOMOS DE CARGAS DE GUARULHOS – SINDITAC GUARULHOS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **11.656.711/0001-35**, localizado na Av. Santos Dumont, nº 2.302, Salão Nobre Loja B, Cidade Industrial Satélite de São Paulo, CEP 07.220-000, Guarulhos/SP, através de seu Presidente, Sr. **LUÍS FERNANDO RIBEIRO GALVÃO**, **TERCEIRO REQUERENTE**; e a **FRENTE PARLAMENTAR MISTA DO CAMINHONEIRO AUTÔNOMO E CELETISTA**, constituída em conformidade com o ato da Mesa da Câmara dos Deputados nº 69/2005 (REQ 1.686/2019), **com 235 Deputados Federais e 22 Senadores da República** entidade civil de natureza política não ideológica e suprapartidária, de âmbito



nacional e duração indeterminada, com sede e foro no Congresso Nacional, representada por seu Presidente o Deputado Federal **Nereu Crispim, QUARTO REQUERENTE**, todos por seus advogados nos termos do art. 133 da Constituição Federal e dos artigos 1º, I e 2º, caput, e §§1º, 2º e 3º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, constituídos conforme instrumentos de procuração, inclusas, vêm à preclara presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 1º, caput, e incisos II, IV e V, da Lei nº 7.347/85, propor a presente

TUTELA ANTECIPADA EM CARÁTER ANTECEDENTE EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Em desfavor do Senhor **JAIR MESSIAS BOLSONARO**, Presidente da República inscrito no CPF/MF nº 453.178287-91, por seu representante processual, **PRIMEIRO REQUERIDO**; **UNIÃO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 00.394.449/0014-50, por seu representante legal **SEGUNDO REQUERIDO**; **JOAQUIM SILVA E LUNA**, inscrito no CPF/MF nº 334.864.767-34, Diretor-Presidente da Petrobras S/A, **TERCEIRO REQUERIDO**; e **PETROBRAS PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.** sociedade de economia mista inscrita no CNPJ/MF sob o n. 33.000.167/1049-00, estabelecida na Avenida Rio Branco, 1, 4º ANDAR, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20090-907, **QUARTO REQUERIDO**;

PRELIMINARMENTE

É a presente Ação Civil Pública o instrumento para a concretização dos princípios fundamentais de acesso à justiça, economia, segurança e efetividade processuais, evitando ondas múltiplas e pulverizadas de demandas processuais.

A princípio, a tutela antecipada em caráter antecedente à ação civil pública tem por objeto o cumprimento de obrigação de fazer e de não fazer (Art. 3º da Lei nº 7.347/85).



DAS COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS

Requer sejam as publicações oficiais decorrentes desta ação publicadas em nome da advogada **Rassire Oliveira de Sousa**, OAB/BA 21388, sob pena de serem consideradas nulas as publicações realizadas em desconformidade com o presente requerimento.

SÍNTESE DA DEMANDA

Cuida-se de medida cautelar liminar em Ação civil pública para suspender ato ilegal e abusivo do aumento de preços dos combustíveis anunciado pela Petrobras hoje (10.03.2022) com vigência a partir de amanhã (11.03.2022).

Trata-se de pedido de cessação de atos e omissões fundadas em prática inconstitucional, ilícita, antiética e imoral, lesiva aos consumidores dos derivados básicos de petróleo em território nacional afetados pela decisão política de fixação de preços imotivadamente vinculados a paridade internacional.

Protesta sejam os réus obrigados a, cumprindo a ordem, adotar medidas de imediata cessação das violações das normas de ordem pública que caracterizam, evidente atentado à ordem econômica, à ordem tributária, às medidas antitruste e aos direitos fundamentais dos consumidores quanto a preço e garantia de abastecimento de bens e serviços diretamente afetados pela política energética antieconômica.

DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL DO DISTRITO FEDERAL

É competente para a causa a Justiça Federal, no foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, considerando a abrangência territorial de âmbito nacional (Lei nº 8.078/1990, Art. 93, inc. II).



DOS FATOS – Causa de pedir próxima

Os sucessivos aumentos de preços dos combustíveis, promovidos pela terceira e quarta réus com apoio e tolerância do primeiro e segundo réus no âmbito da ANP e do CNPE, diante da aplicação de políticas econômicas lesivas ao interesse nacional, à ordem econômica, aos direitos fundamentais do consumidor, configuram atos e omissões inconstitucionais e ilegais, caracterizam violação de setores sensíveis em atentado a soberania nacional por subordinação da independência do setor energético a interesses meramente econômicos externos.

Com efeito, o país ameaçado por ingerências externas apoiadas internamente, por esvaziar a capacidade econômica dos nacionais tendem a criar crise de paralisação de diversas atividades. A propósito:

“Caminhoneiros já começam a parar por conta da alta de 25% no óleo diesel. Categoria diz que não tem como rodar se frete não acompanhar alta do combustível”

[<https://veja.abril.com.br/coluna/radar-economico/caminhoneiros-ja-comecam-a-parar-por-conta-da-alta-de-25-no-oleo-diesel/amp/>]

“Grupos de caminhoneiros ameaçam paralisação e deixam governo em alerta. Áudios e textos citam bloqueios na 'rodovia da soja' e no ABC paulista em razão do aumento de combustíveis”

[<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2022/03/grupos-de-caminhoneiros-ameacam-paralisacao-e-deixam-governo-em-alerta.shtml>]

“Bolsonaro sobre ameaça de paralisação de caminhoneiros: “Lamento”. Categoria reagiu ao anúncio da Petrobras, nesta quinta-feira (10/3), de que vai aumentar em quase 25% valor do diesel vendido às refinarias”.

[<https://www.metropoles.com/brasil/economia-br/bolsonaro-sobre-ameaca-de-paralisacao-de-caminhoneiros-lamento?amp>]

“Caminhoneiros falam em "fachada do governo" e prometem ir à Justiça contra nova alta do diesel. Categoria descarta paralisação, mas cobra definição sobre a política de preços da Petrobras”.

[<https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2022/03/10/caminhoneiros-falam-em-fachada-do-governo-e-prometem-ir-a-justica-contr-nova-alta-do-diesel.ghtml>]

“Petrobras anuncia aumento nos preços de gasolina, diesel e gás de cozinha”.

[<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/03/10/petrobras-anuncia-aumento-nos-precos-de-gasolina-diesel-e-gas-de-cozinha.amp.htm>]



Não se trata de mero inconformismo, mas de incapacidade econômica crítica.

Pois bem.

DAS RESPONSABILIDADES DOS RÉUS

DA PETROBRAS

A Petrobras reduziu sua capacidade de refino com vistas a ampliar a presença da iniciativa privada estrangeira no setor e viabilizar privatizações e desde 2017, as refinarias da Petrobras operam, em média, com 25% de capacidade ociosa.

A política de preços adotada pela Petrobras para combustíveis é de preços de paridade de importação (PPI). Isto é, a Petrobras age como se fosse uma importadora, de modo que seus preços de realização são o resultado das cotações internacionais dos preços do barril de petróleo calculadas de acordo com a variação cambial do dólar americano, custo do frete de importação, seguro marítimo e demais índices, custos e despesas adicionadas de internação (custos próprios aos importadores) como se fosse importadora de todo o petróleo e demais combustíveis derivados básicos destinados a distribuição e consumo em território brasileiro.

Em alguns momentos, inclusive, os preços de realização nas refinarias no Brasil se mantiveram acima das cotações internacionais, considerando os preços do Golfo do México.

Além disso, as variações cambiais e do barril do petróleo implicam elevada volatilidade dos preços, inviabilizando a previsibilidade necessária aos agentes econômicos.

Em 2021, a gasolina acumulou alta de 54,0% no ano. O preço do diesel nas refinarias teve aumento de 41%.

Apenas entre a adoção do PPI e dezembro de 2018, foram 121 reajustes de diesel e gasolina. Em 2021, a Petrobras já reajustou gasolina e diesel mais de 10 vezes.



O PPI é uma política que impõe elevados custos à sociedade e à economia brasileiras. Em fevereiro de 2021, o IPCA teve a maior alta para o referido mês desde 2016, de 0,86%. Em 12 meses, o IPCA acumula 5,20%, quase o teto da meta de inflação. Mais de 50% do impacto em pontos percentuais do IPCA de fevereiro está associado ao grupo "transportes", especialmente aos combustíveis. [documento incluso, SF/21914.95363-00]

Em outros termos, a política de preços da Petrobras tem implicações para toda a economia, na medida em que, junto aos alimentos, vem determinando uma inflação pelo lado da oferta (isto é, não associada ao consumo, tendo em vista a forte ociosidade da economia).

Diante da inflação, o Copom recentemente ampliou a taxa básica de juros da economia em 0,75 p.p. o que implica encarecimento do crédito e mais um obstáculo à atividade econômica.

O aumento dos juros também afeta o custo da dívida pública, ampliando os repasses estatais aos detentores da riqueza financeira sob a forma de títulos públicos. Há diversos estudos que mostram as implicações negativas da volatilidade dos preços de derivados sobre a atividade econômica. Percebe-se, pois, que a adoção do PPI tem consequências para toda a economia, em detrimento dos mais vulneráveis.

Há alternativas ao PPI de forma a moderar o patamar e a volatilidade dos preços. Primeiro, o Brasil é produtor de petróleo bruto e derivados do petróleo, sendo que o custo de extração na província do pré-sal é inferior a US\$ 6 por barril. Considerando os demais custos, o custo de refino da Petrobras gira em torno de US\$ 40 por barril, o que não justifica a adoção do preço externo como base de comércio destinado ao consumidor nacional

A Petrobras tem custos internos competitivos, que deveriam ser considerados na formação de seus preços, conforme apontado por diversos especialistas.

DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE



O Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, órgão vinculado à Presidência da República e presidido pelo Ministro de Estado de Minas e Energia tem como atribuição propor ao Presidente da República políticas nacionais e medidas específicas destinadas a promover o aproveitamento dos recursos, em conformidade com os princípios, dentre outros, da preservação do interesse nacional e da proteção dos interesses do consumidor quanto a preço.

Ainda, tem por atribuição rever periodicamente as matrizes energéticas aplicadas às diversas regiões do País, estabelecer diretrizes para programas específicos, para a importação e exportação, de maneira a atender às necessidades de consumo interno de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, gás natural e condensado.

Tem ainda poderes para definir a estratégia e a política de desenvolvimento econômico da indústria de petróleo, de gás natural, de outros hidrocarbonetos fluidos e de biocombustíveis, bem como da sua cadeia de suprimento, lembrando-se que o CNPE é regulamentado por decreto do Presidente da República.

É no âmbito do CNPE que o primeiro e segundo réus [chefe do Poder Executivo Federal e a União] o poderiam corrigir as ilegalidades nas políticas adotadas pelos Terceiro e Quarto Réus [Diretor Presidente da Petrobrás e a própria Petrobrás]

DA AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO

A ANP tem como finalidade promover a regulação e a fiscalização das atividades econômicas dessa indústria, cabendo-lhe implementar a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, em todo o território nacional, obrigando-se a implementá-la com estrita obediência de proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, cabendo-lhe, ainda, fiscalizar as atividades da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, aplicar as sanções administrativas e pecuniárias e, quando, tomar conhecimento de fato que possa configurar indício de infração da ordem econômica, comunicá-lo imediatamente ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça.



Dentre suas atribuições também importa registrar a de promover sessões deliberativas destinadas a resolver pendências entre agentes econômicos e consumidores e usuários de bens e serviços dessa indústria.

DA RESPONSABILIDADE DA UNIÃO E DA PETROBRAS

Conforme exposto, tratando-se de medida administrativa de gestão a política econômica aplicada pela Petrobrás sobre os preços de combustíveis de acordo com a política energética definida pelo CNPE, autorizada pelo chefe do Poder Executivo Federal, implementada e fiscalizada pela ANP, não se trata de ingerência pública na estatal a definição de política de preço com critérios econômicos nacionais. Pelo contrário, enquanto houver tolerância nessa política, há violação aos princípios de defesa dos interesses nacionais e de defesa dos interesses dos consumidores, violação constitucional e crimes contra a ordem econômica, à ordem tributária e ao consumidor.

DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS - DA CAUSA DE PEDIR REMOTA

A propósito.

Constituição Federal da República do Brasil de 1988

Art. 5º (...)

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

(...)

V - defesa do consumidor;

Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997:

Do Conselho Nacional de Política Energética

Art. 1º As políticas nacionais para o aproveitamento racional das fontes de energia visarão aos seguintes objetivos:

I - preservar o interesse nacional;



II - promover o desenvolvimento;

III - proteger os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;

Art. 2º Fica criado o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, vinculado à Presidência da República e presidido pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, com a atribuição de propor ao Presidente da República políticas nacionais e medidas específicas destinadas a:

(...)

IX - definir a estratégia e a política de desenvolvimento econômico e tecnológico da indústria de petróleo, de gás natural, de outros hidrocarbonetos fluidos e de biocombustíveis, bem como da sua cadeia de suprimento;

Art. 8º A ANP terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, cabendo-lhe:

I - implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, contida na política energética nacional, nos termos do Capítulo I desta Lei, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;

A ANP permanece omissa em comunicar ao CADE:

Art. 10. Quando, no exercício de suas atribuições, a ANP tomar conhecimento de fato que possa configurar indício de infração da ordem econômica, deverá comunicá-lo imediatamente ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade e à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, para que estes adotem as providências cabíveis, no âmbito da legislação pertinente.

DA NULIDADE DO REAJUSTE DO PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS E DA NULIDADE DA POLÍTICA DE PREÇOS DE PARIDADE DE IMPORTAÇÃO

A fim de melhor compreender a crise artificial, a Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001 dispõe que são vedadas, sob pena de nulidade, quaisquer estipulações de pagamento, reajuste ou correção monetária vinculadas a moeda estrangeira, a unidade monetária de conta de qualquer natureza ou por índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados,



nula, ainda, de pleno direito qualquer estipulação de reajuste de periodicidade inferior a um ano, quaisquer expedientes que, na apuração do índice de reajuste, produzam efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste de periodicidade inferior à anual.

O Poder Executivo deveria exercer a função de impedir ou fazer cessar a lesividade ora impugnada, por meio do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, a propósito do DECRETO Nº 3.520, DE 21 DE JUNHO DE 2000, o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, como órgão de assessoramento do Presidente da República para a formulação de políticas e diretrizes de energia, destinadas a promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos, em conformidade com os princípios de preservação do interesse nacional e proteção dos interesses do consumidor quanto a preço estabelecendo diretrizes para programas, para a importação e exportação, de maneira a atender às necessidades de consumo interno de petróleo e seus derivados.

Além do preço de paridade de importação ser nulo por expressa disposição da lei 10.192/2001, os atos e omissões também caracterizam crimes contra a ordem econômica, definidos na lei 8.176/91:

Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991.

Define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis.

Art. 1º Constitui crime contra a ordem econômica:

I - adquirir, distribuir e revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico, hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, em desacordo com as normas estabelecidas na forma da lei;

Pena: detenção de um a cinco anos.

Os fatos trazidos, nos autos, também caracterizam em tese, crime contra a ordem tributária e contra as relações de consumo. A propósito:

Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990.

Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo

CAPÍTULO II

Dos crimes Contra a Economia e as Relações de Consumo

Art. 4º Constitui crime contra a ordem econômica:

I - abusar do poder econômico, dominando o mercado ou eliminando, total ou parcialmente, a concorrência mediante qualquer forma de ajuste ou acordo de empresas;

II - formar acordo, convênio, ajuste ou aliança entre ofertantes, visando:

a) à fixação artificial de preços ou quantidades vendidas ou produzidas;

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa.



Art. 7º Constitui crime contra as relações de consumo:

IV - fraudar preços por meio de:

a) alteração, sem modificação essencial ou de qualidade, de elementos tais como denominação, sinal externo, marca, embalagem, especificação técnica, descrição, volume, peso, pintura ou acabamento de bem ou serviço;

b) divisão em partes de bem ou serviço, habitualmente oferecido à venda em conjunto;

d) aviso de inclusão de insumo não empregado na produção do bem ou na prestação dos serviços;

V - elevar o valor cobrado nas vendas a prazo de bens ou serviços, mediante a exigência de comissão ou de taxa de juros ilegais;

VI - sonegar insumos ou bens, recusando-se a vendê-los a quem pretenda comprá-los nas condições publicamente ofertadas, ou retê-los para o fim de especulação;

VII - induzir o consumidor ou usuário a erro, por via de indicação ou afirmação falsa ou enganosa sobre a natureza, qualidade do bem ou serviço, utilizando-se de qualquer meio, inclusive a veiculação ou divulgação publicitária;

Pena - detenção, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, ou multa.

Art. 12. São circunstâncias que podem agravar de 1/3 (um terço) até a metade as penas previstas nos arts. 1º, 2º e 4º a 7º:

I - ocasionar grave dano à coletividade;

Na ocasião é importante destacar a ocorrência, em tese, de crimes:

Lei no 12.529, de 30 de novembro de 2011

Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica

TÍTULO V

DAS INFRAÇÕES DA ORDEM ECONÔMICA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. Esta Lei aplica-se às pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como a quaisquer associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, mesmo que exerçam atividade sob regime de monopólio legal.

A lei define que a responsabilidade é solidária:

Lei no 12.529, de 30 de novembro de 2011

Art. 32. As diversas formas de infração da ordem econômica implicam a responsabilidade da empresa e a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores, solidariamente.

Art. 33. Serão solidariamente responsáveis as empresas ou entidades integrantes de grupo econômico, de fato ou de direito, quando pelo menos uma delas praticar infração à ordem econômica.

Art. 34. A personalidade jurídica do responsável por infração da ordem econômica poderá ser desconsiderada quando houver da parte deste abuso de direito, excesso de poder,



infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.

Parágrafo único. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

Art. 35. A repressão das infrações da ordem econômica não exclui a punição de outros ilícitos previstos em lei.

A culpabilidade definida por lei prescinde da demonstração do elemento subjetivo da culpabilidade, já que para caracterizar a ocorrência da infração, independe de evidência do dolo específico:

Lei no 12.529, de 30 de novembro de 2011

CAPÍTULO II

DAS INFRAÇÕES

Art. 36. Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados:

(...)

III – aumentar arbitrariamente os lucros; e

IV – exercer de forma abusiva posição dominante.

§ 3o As seguintes condutas, além de outras, na medida em que configurem hipótese prevista no caput deste artigo e seus incisos, caracterizam infração da ordem econômica:

I – acordar, combinar, manipular ou ajustar com concorrente, sob qualquer forma:

- a) os preços de bens ou serviços ofertados individualmente;
- b) a produção ou a comercialização de uma quantidade restrita ou limitada de bens ou a prestação de um número, volume ou frequência restrita ou limitada de serviços;
- c) a divisão de partes ou segmentos de um mercado atual ou potencial de bens ou serviços, mediante, dentre outros, a distribuição de clientes, fornecedores, regiões ou períodos;
- d) preços, condições, vantagens ou abstenção em licitação pública;

II – promover, obter ou influenciar a adoção de conduta comercial uniforme ou concertada entre concorrentes;

VII – utilizar meios enganosos para provocar a oscilação de preços de terceiros;

VIII – regular mercados de bens ou serviços, estabelecendo acordos para limitar ou controlar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, a produção de bens ou prestação de serviços, ou para dificultar investimentos destinados à produção de bens ou serviços ou à sua distribuição;

IX – impor, no comércio de bens ou serviços, a distribuidores, varejistas e representantes preços de revenda, descontos, condições de pagamento, quantidades mínimas ou máximas, margem de lucro ou quaisquer outras condições de comercialização relativos a negócios destes com terceiros;

X – discriminar adquirentes ou fornecedores de bens ou serviços por meio da fixação diferenciada de preços, ou de condições operacionais de venda ou prestação de serviços;



XI – recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, dentro das condições de pagamento normais aos usos e costumes comerciais;

XII – dificultar ou romper a continuidade ou desenvolvimento de relações comerciais de prazo indeterminado em razão de recusa da outra parte em submeter-se a cláusulas e condições comerciais injustificáveis ou anticoncorrenciais;

XIII – destruir, inutilizar ou açambarcar matérias-primas, produtos intermediários ou acabados, assim como destruir, inutilizar ou dificultar a operação de equipamentos destinados a produzi-los, distribuí-los ou transportá-los;

XVII – cessar parcial ou totalmente as atividades da empresa sem justa causa comprovada;

Nota-se que as ações e omissões dos réus, além de nulas, constituem infrações a normas de ordem pública reconhecíveis de ofício, circunstâncias que, ao infringir dor e crise aos direitos fundamentais do consumidor quanto a preço do petróleo e combustíveis dele derivados constitui grave violação à ordem econômica e tributárias nacionais que diante da culpabilidade evidente por prolongada omissão conscienciosa dos réus, aos prejudicados e legitimados, após esgotadas as medidas administrativas de solução somente ao poder judiciário, nos termos da distribuição constitucional de competências, é que cabe o atendimento do pedido de socorro, para conceder em caráter cogente a tutela antecipada ora buscada. A propósito:

Lei no 12.529, de 30 de novembro de 2011

Art. 47. Os prejudicados, por si ou pelos legitimados referidos no art. 82 da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, poderão ingressar em juízo para, em defesa de seus interesses individuais ou individuais homogêneos, obter a cessação de práticas que constituam infração da ordem econômica, bem como o recebimento de indenização por perdas e danos sofridos, independentemente do inquérito ou processo administrativo, que não será suspenso em virtude do ajuizamento de ação.

Registre, inclusive, por iniciativa da **FRENTE PARLAMENTAR MISTA DO CAMINHONEIRO AUTÔNOMO E CELETISTA**, haver inquéritos em curso tratando sobre a matéria ora trazida, conduzido pelo CADE - **Conselho Administrativo de Defesa Econômica** conforme dão conta os documentos anexos.



DOS REQUISITOS E PRESSUPOSTOS DA MEDIDA CAUTELAR (LIMINAR)

Para cessação das lesões a ordem econômica, a ordem tributária e aos direitos fundamentais do consumidor quanto a apreço, as medidas paliativas de política econômica em discussão para serem criadas no âmbito legislativo não resolvem o problema estrutural senão considerar as balizar de desindexação de preço a variação de índices e de câmbio de moeda estrangeira, sendo a única alternativa constitucional e legal, do tratamento da matéria no âmbito das atribuições jurisdicionais.

A concessão de ordem para imediata suspensão dos reajustes dos preços do petróleo e dos combustíveis derivados básicos do petróleo baseados na criação artificial de preço mediante indexação de custos inexistentes de paridade de importação, em defesa ou em proteção aos nacionais enganados pela malversação dos motivos e das finalidades pelo aumento abusivo fundado em guerra externa, em variações cambiais e índices financeiros, em qualquer caso, não adotados pela República Federativa do Brasil.

Não temos controle sobre as variáveis preço internacional do petróleo e do câmbio real/dólar (preço/cambio) e é esse o motivo de ser vedada a estipulação de indexação pela variação cambial.

O Plano de Estabilização Econômica Lei 8.880/94 em seu art. 6º, determina a nulidade de qualquer estipulação nesse sentido, com as devidas exceções, com objetivo de evitar perdas em caso de desequilíbrios cambiais:

Lei 8.880/94

"Art. 6o. É nula de pleno direito a contratação de reajustes vinculados à variação cambial, exceto quando expressamente autorizado por lei federal, e nos contratos de arrendamento mercantil celebrados entre pessoas residentes e domiciliadas no País, com base em captação de recursos provenientes do exterior."

Desse modo, protesta seja concedida a ordem para determinar aos réus as providências a imediata:

a) **cessação de reajuste** dos preços com base em despesas e custos não existentes;



b) **implementação de política de preço sobre os combustíveis com critérios econômicos nacionais** a fim de garantir a efetiva defesa dos interesses nacionais e dos consumidores brasileiros.

DO FUMUS BONI IURIS E DO PERICULUM IN MORA

A Petrobras anuncia aumento dos preços dos combustíveis destinados ao consumidor brasileiro na data de 10 de março de 2022 na proporção de 18, 8% sobre o preço da gasolina tipo C;

O preço do Diesel combustível rodoviário a ré informa majoração de 24,9%; E o preço do gás de cozinha (GLP) em 16,06%, cujo anuncio segundo indica a ré já passara a ser exigido das Distribuidores a partir desta sexta feira, dia 11 de março do corrente ano (documentos inclusos).

DA TUTELA CAUTELAR DE URGÊNCIA (LIMINAR)

Nos termos do artigo 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência somente poderá ser deferida se houver nos autos elementos que evidenciem, concomitantemente, (a) a probabilidade do direito e (b) o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

Sabe-se que para a concessão de tutela provisória de urgência é necessário o preenchimento dos requisitos constantes no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam:

Da demonstração da probabilidade do direito

Evidente a demonstração da probabilidade do direito forte no atentado a normas de natureza constitucionais e violação a direitos fundamentais legalmente assegurados.



Do perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo

Igualmente evidente que nem mesmo em período pré-pandemia os consumidores não suportam, por ausência de capacidade econômica, equiparação da realidade brasileira com a capacidade econômica dos consumidores de outras nações a que os réus insistem em equiparar, onerando os nacionais a ponto de subtrair toda a capacidade econômica dos produtos e serviços, direta ou indiretamente, afetados pela política de preços lesiva, ora rechaçada, circunstância que se os consumidores, em território nacional, tiverem que suportar a excessiva onerosidade aplicada pelos réus, e aguardar a prestação jurisdicional até o provimento final deste processo, certamente haverá perda do bem jurídico que se pretende proteger pelo que protesta pela concessão liminar da ordem pretendida.

Aliado a isso, caminhoneiros declaram que vão parar as atividades por falta de condições mínimas de trabalho com dignidade.

Da reversibilidade dos efeitos da decisão.

A concessão da ordem pleiteada, dada a natureza provisória da medida poderá ser modificada, a qualquer tempo sem qualquer prejuízo ou perigo de dano aos réus.



DOS PEDIDOS, REQUERIMENTOS E PROTESTOS

Requer a Vossa Excelência seja determinada ordem e a expedição do respectivo mandado para sustar o aumento de preços de combustível anunciado pela Petrobras hoje (10.03.2022) com vigência de novo preço a partir de amanhã (11.03.2022).

Desde já informam os autores que, no prazo legal, pretendem exercer o direito ao aditamento previsto no inc. I, §1º, art. 303, CPC.

Termos em que,

Pede Deferimento urgente.

Dá à causa o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais)

Distrito Federal, Brasília, 10 de março de 2022

RASSIRE OLIVEIRA DE SOUSA
OAB/BA nº 21388

Dra. EDITE ANDRADE MONTEIRO
OAB/MG 86080

Dr. EDUARDO MADUREIRA SANTOS
OAB/SE nº 7477

Dr. ALESSANDRO CONSOLINE RUFFOLO
OAB/SP nº 285519,

Dra. TAMIREZ FERREIRA DA SILVA
OAB/PR nº 65.053

Dr. SÉRGIO GON ALVES RIBEIRO
OAB/SP nº 209996





11/03/2022

Número: **1013604-59.2022.4.01.3400**

Classe: **AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL**

Órgão julgador: **9ª Vara Federal Cível da SJDF**

Última distribuição : **11/03/2022**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Combustíveis e derivados, Combustíveis e derivados, Política de Preço Mínimo, Controle de Preços, Interesses ou Direitos Difusos, Interesses ou Direitos Coletivos em Sentido Estrito, Interesses ou Direitos Individuais Homogêneos, Política Pública de Preços**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
CONSELHO NACIONAL DO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS - CNTRC (AUTOR)	RASSIRE OLIVEIRA DE SOUSA (ADVOGADO)
FRENTE PARLAMENTAR MISTA DO CAMINHONEIRO AUTÔNOMO E CELETISTA (AUTOR)	RASSIRE OLIVEIRA DE SOUSA (ADVOGADO)
SINDICATO DOS TRANSPORTADORES AUTONOMOS DE CARGAS DE GUARULHOS - SINDITAC GUARULHOS (AUTOR)	RASSIRE OLIVEIRA DE SOUSA (ADVOGADO)
SINDICATO DOS TRANSPORTADORES AUTONOMOS DE CARGAS EM GERAL, DO MUNICIPIO DE JUNDIAI E REGIAO-SINDICAM (AUTOR)	RASSIRE OLIVEIRA DE SOUSA (ADVOGADO)
JAIR MESSIAS BOLSONARO registrado(a) civilmente como JAIR MESSIAS BOLSONARO (REU)	
JOAQUIM SILVA E LUNA (REU)	
PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS (REU)	
UNIÃO FEDERAL (REU)	
Ministério Público Federal (Procuradoria) (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
97234 3674	11/03/2022 15:21	Despacho	Despacho





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal
9ª Vara Federal Cível da SJDF

PROCESSO: 1013604-59.2022.4.01.3400

CLASSE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL (65)

POLO ATIVO: CONSELHO NACIONAL DO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS - CNTRC e outros

REPRESENTANTES POLO ATIVO: RASSIRE OLIVEIRA DE SOUSA - BA21388

POLO PASSIVO: JAIR MESSIAS BOLSONARO e outros

DESPACHO

Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pela parte autora, com o escopo de suspender o aumento no preço dos combustíveis, anunciado supostamente pelos réus.

Observa-se que, antes da análise da tutela de urgência requerida, tem aplicação o disposto no art. 2º, da Lei 8.437/92, o qual determina a oitiva do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, em 72 (setenta e duas) horas.

Assim, intem-se os representantes judiciais dos réus, por mandado, para a manifestação prevista em lei.

Após, venham os autos conclusos.

BRASÍLIA, 11 de março de 2022.

FLÁVIA DE MACÊDO NOLASCO
JUÍZA FEDERAL TITULAR EM AUXÍLIO NA 9ª VARA DA SJDF.



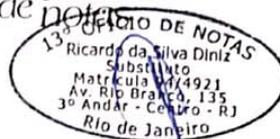
Assinado eletronicamente por: FLAVIA DE MACEDO NOLASCO - 11/03/2022 15:21:07
<http://pje1g.trf1.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22031115210771500000963448418>
Número do documento: 22031115210771500000963448418

Num. 972343674 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: FABIO VICTOR DE AGUIAR MENEZES - 14/03/2022 16:37:12
<http://pje1g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22031416371226700000966603342>
Número do documento: 22031416371226700000966603342

Num. 975488656 - Pág. 2



18/21

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**, na forma abaixo:

TRASLADO

LIVRO: 0974 FOLHAS: 087/090 ATO: 28 DATA: 10/06/2021

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem que no ano dois mil e vinte e um, aos 10 (dez) dias do mês de junho, nesta Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, neste Cartório do 13º Ofício de Notas, sito na Av. Rio Branco nº 135/3º andar, perante mim, **RICARDO DA SILVA DINIZ**, Substituto, compareceu como Outorgante **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**, doravante denominada **OUTORGANTE** ou simplesmente **PETROBRAS**, Sociedade de Economia Mista, com sede nesta Cidade, na Av. República do Chile, nº 65, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01, neste ato representada por seu **Presidente JOAQUIM SILVA E LUNA**, brasileiro, natural da Cidade de Barreiros (PE), casado, militar, nascido em 29/12/1949, filho de Pedro Barbosa de Sá e Luna e Irinéia Silva Barbosa, residente e domiciliado nesta Cidade, com escritório na Av. Henrique Valadares, nº 28, Torre A, 18º andar, Centro, CEP 20231-030, Rio de Janeiro (RJ), portador da carteira de identidade militar nº 017.182.191-1, expedida pelo Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, em 21/02/2014, inscrito no CPF sob o nº 334.864.767-34, com endereço eletrônico: presidente@petrobras.com.br. A presente reconhecida como a própria por mim e pelos documentos apresentados, inclusive seu Presidente também por mim identificado como o próprio, e de que farei comunicar a presente ao competente distribuidor dentro do prazo legal. Então, pela **PETROBRAS**, por meio de seu representante legal, me foi dito que, por este instrumento público, nomeia e constitui, seus bastantes procuradores: 1) **TAISA OLIVEIRA MACIEL**, brasileira, casada, advogada, nascida em 26 de fevereiro de 1977 na Cidade de Porto Alegre (RS), filha de Ademar Luiz Maciel e Nara Geni de Oliveira Maciel, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro (RJ), com escritório na Av. República do Chile, nº 65, 20º andar, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.031-912, inscrita na OAB/RJ sob o nº 118.488, no CPF/MF sob o nº 032.182.566-74, e endereço eletrônico: contenciosopetrobras@petrobras.com.br, na qualidade de Advogada-Geral da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS; 2) **VIVIANE DO NASCIMENTO PEREIRA SÁ**, brasileira, casada, advogada, nascida em 26 de junho de 1975 na Cidade do Rio de Janeiro (RJ), filha de Amaro Belarmino Pereira Filho e Vicilene Nazaré do Nascimento Pereira, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro (RJ), com escritório na Av. República do Chile, nº 65, 20º andar, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.031-912, inscrita na OAB/RJ sob o nº 130.645 e no CPF/MF sob o nº 037.522.417-30, e endereço eletrônico: contenciosopetrobras@petrobras.com.br, na qualidade de Gerente Geral para Atendimento às Áreas de Negócio do Jurídico da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS; 3) **HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR**, brasileiro, viúvo, declara que convive em união estável, advogado, nascido em 5 de dezembro de 1963 na Cidade de São João de Meriti (RJ), filho de Hélio Siqueira e Leda Pereira Siqueira, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro (RJ), com escritório na Av. República do Chile, nº 65, 20º andar, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.031-912, inscrito na OAB/RJ sob o nº 62.929 e no CPF/MF sob o nº 768.013.577-00, e endereço eletrônico: contenciosopetrobras@petrobras.com.br, na qualidade de Gerente Geral de Contencioso Integrado do Jurídico da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS; 4) **MARCO AURÉLIO FERREIRA MARTINS**, brasileiro, casado, advogado, nascido em 19 de julho de 1979 na Cidade de Campinas (SP), filho de Jaime Domingues Martins e Kátia Aparecida Ferreira Martins, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro (RJ), com escritório na Av. República do Chile, nº 65, 20º andar, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.031-912, inscrito na OAB/SP sob o nº 194.793 e no CPF/MF sob o nº 265.262.708-24, e endereço eletrônico: contenciosopetrobras@petrobras.com.br, na qualidade de Gerente de

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RESURAS



Gestão de Escritórios Jurídicos da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, doravante denominados **OUTORGADOS**; aos quais outorga os poderes das cláusulas *ad judicia et extra*, para em conjunto ou individualmente, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, representar a **OUTORGANTE**, inclusive para propor procedimento junto ao Conselho Nacional de Justiça, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-la nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes ainda, poderes especiais, para receber citações, notificações e intimações, confessar, reconhecer a procedência de pedidos, transigir, desistir, renunciar a direitos sobre que se fundam ações, efetuar depósito como garantia de instância ou levantá-los, receber e dar quitação, firmar compromissos ou acordos, requerer cancelamento de protesto de título, ajuizar ações rescisórias e impetrar mandado(s) de segurança, apresentar queixa-crime, protocolizar, requerer e retirar documentos, quaisquer certidões, extratos, relatórios e cópias de processos administrativos e judiciais, ainda que submetidos ao sigilo fiscal, podendo agir em Juízo ou fora dele, devendo os Outorgados respeitar, em todos os seus atos, as alçadas e governança estabelecidas na Tabela de Limites de Competência da PETROBRAS, bem como as normas e padrões aplicáveis à PETROBRAS, especialmente as previsões de ética, integridade e conformidade contidas no Código de Conduta Ética da PETROBRAS, ficando, outrossim, investidos dos poderes para representar a **PETROBRAS** na fase de conciliação, recebendo intimações para comparecer como representante da parte às audiências de instrução e julgamento, nelas podendo negociar, acordar e transigir, com o que ficam os **OUTORGADOS** qualificados para representar e defender a **PETROBRAS** e Empresas Subsidiárias/Controladas ou Coligadas, se necessário for, mediante outorga de Poderes das referidas empresas com participação societária da Petrobras, diretamente aos **OUTORGADOS**, em juízo e perante quaisquer pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou de direito privado, interno ou externo, bem como perante a União Federal, os Estados da Federação, o Distrito Federal e os Municípios, por seus diversos órgãos e entidades da Administração Direta ou Indireta, em especial perante o Ministério da Economia e seus órgãos, inclusive Receita Federal do Brasil, bem como diante da Procuradoria da Fazenda Nacional e do Instituto Nacional de Seguridade Social, e também do Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI), com vistas a obter e manter a proteção de direitos de propriedade intelectual da **PETROBRAS**, tais como: depositar pedido de patente ou de modelo de utilidade; depositar pedido de registro de desenho industrial, de marcas, de programas de computador e de indicações geográficas; realizar buscas de anterioridade, cumprir exigências, apresentar oposições, subsídios, recursos, pedidos de nulidade administrativa, caducidade e apresentar quaisquer outras petições; transigir, desistir e renunciar, efetuar e receber pagamento; dar e receber quitações; apresentar todas as medidas impeditivas contra processos de terceiros; requerer anotações, certidões e averbações de quaisquer contratos que envolvam propriedade intelectual; requerer alterações dos dados da **PETROBRAS**; requerer registro das obras no campo do Direito Autoral e apresentar petições aos órgãos de registro e a renovação de nomes de domínio, no Brasil e no Exterior, podendo representar a **PETROBRAS** em arbitragens e mediações, especialmente perante o Centro de Arbitragem e de Medição da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) em casos de disputas relativas a nomes de domínio, praticando, nestes casos, todos os atos em nome da **PETROBRAS** necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, incluindo apresentar reclamações e defesas, quaisquer petições, provas, pagar taxas administrativas, fazer declarações em nome da **PETROBRAS**, propor e aceitar transações; promover notificações, interpelações e protestos extrajudiciais e mais quaisquer outros atos em defesa dos interesses da **PETROBRAS** e responder às notificações de terceiros; facultado aos **OUTORGADOS** substabelecer os poderes ora recebidos, no todo ou em parte, com reserva de iguais para si. O presente instrumento permanece válido ainda que o representante da **PETROBRAS** deixe de exercer as funções em cujo exercício os tenha concedido. Lavrada sob minuta apresentada. Foi consultada informação sobre registro de óbito referente ao



SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, enquanto empregados do Sistema PETROBRAS e integrantes da Gerência do Jurídico da PETROBRAS, com reserva, aos advogados,

ALBERTO FIGUEIREDO NETO, OAB/SE 4.273, CPF 969.290.495-49; **ANA CRISTINA GOLOB MACHADO**, OAB/SE 4.373, CPF 008.505.855-62; **ANA PAULA MACHADO DOS ANJOS**, OAB/SE 2.556, CPF 516.556.675-72; **BRUNO BARROS CAVALCANTI**, OAB/SE 515-B, CPF 013.057.225-07; **CARLOS MARTINEZ FRANCO LIMA GOMES**, OAB/BA 22.036 e OAB/SE 1.041-A, CPF 804.392.765-00; **CAROLINE FONTES REZENDE**, OAB/SE 429-B, CPF 719.433.235-34; **CHRISTIANNE ANGÉLICA DE AGUIAR DEDA**, OAB/SE 3.167, CPF 719.618.285-53; **FABIANO HORA DE BARROS SILVA**, OAB/SE 3.515, CPF 944.950.175-00; **FÁBIO VÍCTOR DE AGUIAR MENEZES**, OAB/SE 5.825, CPF 005.644.535-01; **FLÁVIO DO AMARAL AZEVEDO**, OAB/SE 3.814, CPF 964.089.285-87; **JOÃO CARLOS OLIVEIRA COSTA**, OAB/SE 1331, CPF 276.516.905-59; **JOSÉ MARCONDES SÉRVULO DA NÓBREGA JÚNIOR**, OAB/SE 3.817, CPF 979.058.445-87; **LUIZ PEREIRA DE MELO NETO**, OAB/SE 2.155, CPF 585.345.805-10; **RAÍSSA MARIA HORTA MELO**, OAB/SE 4.707, CPF 661.871.925-91; e **WENDELL SANTIAGO ANDRADE**, OAB/SE 2.042, CPF 626.302.105-53; e todos brasileiros e com escritório situado na Rua Acre nº 2504, Bloco "L", Bairro América, Aracaju/SE, CEP 49075-900;

ARNO APOLINÁRIO JÚNIOR, OAB/PR 15.812 e OAB/SC 12.791-A, CPF 500.403.679-91; **DANIELA TOLLEMACHE**, OAB/PR 37.529 e OAB/SC 34.103-A, CPF 033.055.129-97 e **JULIANO LAGO**, OAB/PR 34.256, CPF 015.034.269-12; todos brasileiros e com escritório na REPAR, Rodovia do Xisto, BR-476, km 16, Araucária/PR, CEP 83707-440;

ANDRÉA FERNANDES NAPOLEÃO DE SOUZA, OAB/MG 76.842, OAB/RJ 219.686, CPF 028.441.136-13; **BRUNO FREIXO NAGEM**, OAB/MG 97.478, CPF 046.991.976-04; **CARLOS ANTONIO PLÁCIDO**, OAB/MG 75.364, CPF 487.442.396-53; **EDUARDO MOISÉS SANTANA DOS SANTOS**, OAB/MG 96.474, CPF 013.235.086-60; **GUSTAVO DE MAGALHÃES PINTO LOPES CAÑADO**, OAB/MG 74.095, CPF 712.935.666-91; **LUCIANA ARRUDA SILVEIRA**, OAB/MG 102.937, CPF 013.517.126-16; **RAQUEL JOANE COUTINHO**, OAB/MG 112.930, CPF 060.578.076-50; e **VERONICA MAYRINK BARBOSA**, OAB/MG 120.257, CPF 013.841.326-60; todos brasileiros e com escritório situado na REGAP, Avenida Refinaria Gabriel Passos nº 690, Bairro Distrito Industrial Paulo Camilo Sul, Betim/MG, CEP 32669-205;

ANDRÉ DE ALMEIDA BARRETO TOSTES, OAB/DF 20.596, CPF 906.136.781-68; **ANDRÉIA BAMBINI**, OAB/DF 18.331, CPF 615.618.860-68; **CAROLINA CAMPOS PINTO**, OAB/DF 53.813, OAB/SP 309.435, CPF 327.160.058-93; **CRISTINA ZANINI MINEIRO HILGENBERG**, OAB/PR 90.306, CPF 888.228.501-49; **EDUARDO LUIZ FERREIRA ARAUJO DE SOUZA**, OAB/DF 54217, CPF 056.224.647-90; **ELIAS NONATO DA SILVA**, OAB/ES 352-B, CPF 400.381.901-25; **ELLEN CRISTIANE JORGE OLIVEIRA**, OAB/DF 19.821, CPF 890.581.351-87; **ERIKA MONIQUE PARAENSE SERRA VASCONCELOS**, OAB/PA 14.935, CPF 799.103.352-04; **FELIPE ANTÔNIO LOPES SANTOS**, OAB/DF 57663, CPF 038.323.264-30; **FERNANDO SALLES XAVIER**, OAB/RJ 65.895, CPF 841.977.737-49; **FREDERICO DE OLIVEIRA FERREIRA**, OAB/DF 59.758 e OAB/MG 102.764, CPF 052.904.476-52; **GEÓRGIA VALVERDE LEÃO ROMERO**, OAB/BA 18.578, CPF 792.860.705-00; **GUSTAVO DE SOUZA VELLAME**, OAB/RJ 153.962, CPF 056.506.057-00; **JOENY GOMIDE SANTOS**, OAB/DF 15.085, CPF 028.320.946-19; **JOSÉ DAVI CAVALCANTE MOREIRA**, OAB/DF 52.440, OAB/CE 18.620, CPF 651.139.853-68; **JULIANA CARNEIRO MARTINS DE MENEZES**, OAB/DF 21.567, CPF 794.186.861-04; **LEANDRO FONSECA VIANNA**, OAB/DF 53.389, OAB/RJ 150.216, CPF 105.028.567-00; **LÍVIA MORAIS VASCONCELOS SALDANHA**, OAB/DF 21.035, CPF 907.474.371-49; **MAIRA CIRINEU ARAUJO**, OAB/DF 20.978, CPF 910.329.461-72; **MARCELO RODRIGUES DE SIQUEIRA**, OAB/DF 60.516, CPF 051.395.906-89; **MARIA TEREZA TORRES FERREIRA COSTA PASSARELLA**, OAB/RJ 128.565, CPF 703.428.061-49; **MAURA SIQUEIRA ROMÃO**, OAB/RJ 121.694, CPF 074.043.637-64; **PAOLA ALLAK DA SILVA**, OAB/RJ 142.389, CPF 099.419.987-28; **RAFAEL DE MATOS GOMES DA SILVA**, OAB/DF 21.428, CPF 721.578.361-87; **ROBERTA MARIA CAPELA LOPES SIROTHEAU**, OAB/PA 14.049, CPF 786.187.032-49; **RUI BARROS DE SOUZA MARTINS**, OAB/PR 43.768, CPF 190.866.428-29; **SÍLVIA ALEGRETTI**, OAB/DF 19.920, CPF 714.126.201-63; **TALES DAVID MACEDO**, OAB/DF 20.227, CPF 816.886.281-34; **TATIANA ZUMA PEREIRA**, OAB/RJ 120.831, CPF 079.471.017-44; e **VANESSA APARECIDA MENDES BAESSE**, OAB/DF 32.576, CPF 060.627.236-48, todos brasileiros e com escritório no Setor de Autarquias Norte (SAN), Via N2, Quadra 01, Bloco D, Edifício PETROBRAS, 4º/7º andares, Brasília/DF, CEP 70040-901;

CANDICE V. FATTORI, OAB/RS 53.974, CPF 962.905.950-91; **DENISE PIMONT BERNDT PARO**, OAB/RS 78.014-B, CPF 674.746.169-04; **MARINA KORBES**, OAB/RS 64.428, CPF 005.133.380-55; e **RODRIGO DE ALMEIDA AMOY**, OAB/RS 112.264, CPF 100.952.837-81; todos brasileiros e com escritório na REFAP, Avenida Getúlio Vargas nº 11.001, Brigadeira, Canoas/RS, CEP 92420-221;

ALLAN LOPES GRAVATO, OAB/SP 398.655, CPF 105.379.477-01, brasileiro e com escritório na UTGCA, Rodovia Caraguatutuba São Sebastião, km 5, s/nº, Pontal Santa Marina, Caraguatutuba/SP, CEP 11660-970;

GISLENI VALEZI RAYMUNDO, OAB/PR 46.042, CPF 052.988.089-05; **JULIA DE OLIVEIRA RUGGI**, OAB/PR 51.680, CPF 053.948.859-31 e **PHILIPPE DE OLIVEIRA NADER**, OAB/DF 52.032, CPF 099.042.937-75; todos brasileiros e com escritório na Avenida Batel nº 1.898, 2º andar, Batel, Curitiba/PR, CEP 80240-220;

EDUARDO ROMANELLI GUAGLINI, OAB/CE 13.258-B, CPF 156.079.758-43; **LIADERSON PONTES NETO**, OAB/CE 37.248-A, OAB/MA 10.662, CPF 824.860.933-20; **MARILIA CAVALCANTE FRANÇA LIMA**, OAB/CE nº 27.132-B, CPF 419.996.653-68 e **RICARDO MELO DAS NEVES**, OAB/CE 16.871 e OAB/MA 8.880-A, CPF 030.665.457-17; todos brasileiros e com escritório na Avenida Leite Barbosa, s/nº, Bairro Mucuripe, Fortaleza/CE, CEP 60180-420;

TÚLIO FREITAS SOUZA, OAB/MG 61.284, OAB/RJ 220.617, CPF 779.902.266-34, brasileiro e com escritório na Rodovia Alça Leste, s/n, Jardim das Rosas, Ibitiré/MG, CEP 30140-080;

DIVANDALMY FERREIRA MAIA, OAB/SE 432-B, CPF 482.090.234-20; **JANAYNA MAGALHÃES ASSUNÇÃO DE MENDONÇA**, OAB/PE 801-B, CPF 888.081.224-68; **KARLA TRIGUEIRO DA SILVA TEIXEIRA**, OAB/PE 21.425-D e OAB/PB 21.425-A, CPF 036.074.594-60; **MARIA ANDRADE DE GODOY PEIXOTO**, OAB/PE 24597-D, CPF 046.297.914-85; **RUBÊNIA MEDEIROS DE OLIVEIRA**, OAB/PE 43632 E OAB/PB 19552, CPF 011.970.064-60 e **TACIANA MATIAS BRAZ DE ALMEIDA**, OAB/PE 21.487-D e OAB/PB 21.487-A, CPF 009.074.504-31; todos brasileiros e com escritório situado na Rodovia PE 60, Km 10, Refinaria Abreu e Lima, Suape, Ipojuca/PE, CEP 55.590-000;

RENATO BRAZ ESCANDIAN, OAB/ES 12.539, CPF 071.362.377-26; e **SÍLVIA VIEIRA SAROA DA SILVA ESCANDIAN**, OAB/ES 18.306, CPF 038.884.726-36; todos brasileiros e com escritório situado na Rodovia Artur Pinto Santana, Km 4, Fazenda Monsarás, Degredo, Linhares/ES, CEP 29900-000;

ADILSON RANGEL TAVARES JÚNIOR, OAB/RJ 139.004, CPF 077.608.617-02; **ALDENISE BARRETO DE ALBUQUERQUE SILVA**, OAB/RJ 1.678-B, CPF 317.432.854-34; **EMERSON MARTINS DOS SANTOS**, OAB/RJ 198.378, CPF 909.172.436-68; **ÉRIKA PEREIRA DA SILVA NEGREIROS DE FREITAS**, OAB/RJ 91.263, CPF 034.031.327-73; **FELIPE SIQUEIRA DE CARVALHO**, OAB/RJ 116.483, CPF 080.372.587-69; **GILIAN GABRIEL DA ROCHA PAIXÃO FONTES**, OAB/RJ 115.140, CPF 082.573.687-09; **JOSÉ EDUARDO PESSANHA DA SILVA**, OAB/RJ 79.163, CPF 897.210.717-49; **JULIANA CARDOSO GUIMARÃES**, OAB/RJ 159.379, CPF 120.092.797-43; **MARCOS ROSA ALVES**, OAB/RJ 150.900, CPF 089.424.027-71; **PRICILA APICELO LIMA**, OAB/RJ 148.259, CPF 103.376.597-02; **RENATA GOMES FERREIRA**, OAB/RJ 150.281, CPF 044.640.896-40; **ROGERIO PEIXOTO FERREIRA**, OAB/RJ 135.893, CPF 055.710.367-37; **SUSANA TAVARES DE SÁ VIANA**, OAB/RJ 104.933, CPF 078.709.467-61; e **WANDERLEY CALAZAN ALVARENGA**, OAB/RJ 116.020, CPF 958.330.807-20; todos brasileiros e com escritório situado na Avenida Elias Agostinho nº 665, Imbetiba, Macaé-RJ, CEP 27913-350;

ANDRÉ FÁBIO PEREIRA GURGEL, OAB/RN 5.415, CPF 007.888.024-61; **ANGELO RONCALLI OSMIRO BARRETO**, OAB/CE 26766, OAB/AM A1.192, CPF 018.260.213-37; **CÉSAR AUGUSTO DE PINHO PEREIRA**, OAB/AM 12.893, CPF 785.152.465-20; **DANIELLE NUNES VALLE**, OAB/PA 11.542, CPF 684.945.482-04; **GUSTAVO MONTEIRO RODRIGUES**, OAB/AM 5.150, CPF 519.022.492-91; **RODRIGO DA SILVA PINHEIRO**, OAB/AM 8.987, CPF 904.236.742-34; todos brasileiros e com escritório na Avenida Darcy Vargas nº 645, Parque 10 de Novembro, Manaus/AM, CEP 69055-035;



GENIVAL FRANCISCO DA SILVA FEITOZA, OAB/SE 3301, CPF 588.485.505-25; brasileiro e com escritório na RECAP, Avenida Alberto Soares Sampaio nº 2.122-A, Capuava, Mauá/SP, CEP 09380-904;

TARCISIO COLARES NOGUEIRA JÚNIOR, OAB/CE 18.297 e OAB/RN 804-A, CPF 926.688.283-68; e **THAIS DE FATIMA SOUSA ARAUJO**, OAB/RN 11.937-B, CPF 072.821.084-39, todos brasileiros e com escritório na Rodovia BR-304, Avenida do Contorno s/n, Km 46, Alto do Sumaré, Mossoró/RN, CEP-59.633-900;

BRENO AYRES DE OLIVEIRA LIMA, OAB/RN 8.079, 054.273.884-86; **CARLOS ANTONIO FRANÇA JUNIOR**, OAB/RN 8941, CPF 053.322.864-65; **EGAS MALTA BRANDÃO**, OAB/RN 15.560-B, CPF 240.701.494-49; **ELENO ALBERTO DA SILVA**, OAB/RN 15.268-B, CPF 060.899.744-71; **EMERSON ALEXANDRE BORBA VILAR**, OAB/CE 15.279-A e OAB/RN 4.677-B, CPF 884.937.504-25; **FELIPE CALDAS SIMONETTI**, OAB/RN 5.688, CPF 032.272.754-57; **HÉBER DE OLIVEIRA PELÁGIO**, OAB/RN 4.032, CPF 023.989.104-07; **HELENA TELINO MONTEIRO**, OAB/RN 6.572-B, CPF 012.855.174-74; **KELLCILENE CABRAL DE PAULA**, OAB 5571-RN, CPF 031.419.944-63; **MARIA CONSUELO BORBA SOUTO MAIOR**, OAB/RN 6.455-B, CPF 008.371.874-51; **MICHELLE GONCALVES EVARISTO ROCHA**, OAB/RN 5.615, CPF 009.971.164-80; **RICARDO DA SILVA GAMA**, OAB/PR 31.181, CPF 023.277.399-85; **ROSE CRISTINA BARBOSA DE FREITAS**, OAB/RN 5.951, CPF 011.505.384-06 e **VILIANNE SILVA TEIXEIRA DUARTE BORGES**, OAB/RN 5.758, CPF 010.220.264-88; todos brasileiros e com escritório na Avenida Eusébio Rocha nº 1.000, Cidade da Esperança, Natal/RN, CEP 59.070-900;

CAMILA CINTRA BACCARO MANSUTTI, OAB/SP 246.636, CPF 310.622.168-22; **JORGE EDMUNDO CARPEGIANI DA SILVA JUNIOR**, OAB/SP 225.730, CPF 221.155.398-26; **LUIS ALEXANDRE REIS CALDEIRA**, OAB/SP 200.094-B, CPF 278.476.428-16 e **WENDELL DAHER DAIBES**, OAB/SP 301.789, CPF 004.131.796-30; todos brasileiros e com escritório na REPLAN, Rodovia Professor Zeferino Vaz (SP 332), Km 132, Paulínia/SP, CEP 13147-900;

ANDRÉIA CALHEIROS NOBRE DE SANTA RITA, OAB/AL 7.328, CPF 007.784.694-09; **DANIELE DOMINGUES LIMA E SILVA**, OAB/AL 7.286, CPF 013.242.944-69; **EDSON PEDROSA DE OLIVEIRA CAVALCANTE PESSOA**, OAB/PR 38.938, CPF 022.265.224-17; **JORGE LUIZ TENÓRIO DE CARVALHO**, OAB/AL 7.167, CPF 009.749.984-60 e **LUDMILA DE MENDONÇA CERQUEIRA MARTINS FONTES CAVALCANTE**, OAB/AL 7.457, CPF 041.972.864-30; todos brasileiros e com escritório situado na Fazenda Lamarão, s/nº, acesso km 266, BR 316, Zona Rural, Pilar/AL, CEP 57150-000;

ADRIANA DE OLIVEIRA VARELLA MOLINA, OAB/RJ 117.522, CPF 039.092.088-60; **ALAN ARIOVALDO CANALI GUEDES**, OAB/PR 49.048 e OAB/SC 34.106-A, CPF 302.698.528-75; **ALESSANDRA DESLANDES FOGIATO**, OAB/PR 38.938, CPF 034.906.479-20; **ALESSANDRA ROLLER**, OAB/RJ 135.704, CPF 168.947.658-39; **ALEX AZEVEDO MESSIEDER**, OAB/RJ 119.233, CPF 075.599.657-76; **ALEXANDRE ELIAHOU ANDRADE DANCOUR**, OAB/RJ 126.187, CPF 053.992.817-83; **ALEXANDRE LUIS BRAGA PENTEADO**, OAB/RJ 88.979, CPF 958.704.667-68; **ALEXANDRE ROSA BOTELHO**, OAB/RJ 206.795 e OAB/SP 206.529, CPF nº 143.798.188-70; **ALEXANDRE CESAR POLIDO**, OAB/RJ 144.746, CPF 079.212.167-81; **ALEXANDRE YUKITO MORE**, OAB/DF 22.742, CPF 697.073.401-34; **ALEXSANDRA ENES DE ARAUJO LEBRE**, OAB/RJ 147.565, CPF 511.805.372-20; **AMANDA CESAR LIMA**, OAB/RJ 173.879, CPF 056.086.287-30; **ANA CAROLINA MELLO PEREIRA DA SILVA DE PAULA**, OAB/RJ 148.786, CPF 098.667.857-00; **ANA PAULA CARNEIRO PONTES FERNANDES**, OAB/RJ 105.384, CPF 077.184.377-10; **ANA CAROLINA GUARCONI DUTRA**, OAB/RJ 137.648, CPF 082.697.167-90; **ANNA PAULA DE JESUS REIS**, OAB/RJ 181.744, CPF 080.011.447-71; **ANDRE BAPTISTA PEREIRA**, OAB/RJ 171.245, CPF 108.393.947-56; **ANDRÉ LUIZ FALCÃO TANABE**, OAB/RJ 95.452, CPF 026.000.047-77; **ANDRÉIA ABRÁHÃO DA SILVA**, OAB/RJ 136.110, CPF 090.302.617-14; **ANDREA ALMEIDA SOARES**, OAB/SP 213.367, CPF 293.518.178-65; **ANDRE TOVAR BRAGA**, OAB/RJ 172.892, CPF 053.458.597-36; **ANTONIO CARLOS MOTTA LINS**, OAB/RJ 55.070, CPF 595.233.107-63; **ANTONIO ALVES RIBEIRO DA COSTA**, OAB/RJ 141.853, CPF 055.182.057-83; **ANTÔNIO JOSÉ SIQUEIRA DE SANTANA**, OAB/SE 5.823, CPF 002.889.465-02; **ARTHUR DE OLIVEIRA BENTO**, OAB/RJ 151.048, CPF 104.700.357-06; **AUTA ALVES CARDOSO**, OAB/SP 83.559, CPF 074.879.528-60; **BEATRIZ DE ANDRADE MAGALHÃES**, OAB/RJ 148.363, CPF 102.465.537-74; **BEATRIZ LOPES FÉLIX SOARES**, OAB/RJ 175.082, CPF 124.173.617-01; **BERNARDO SOARES BARROS**, OAB/RJ 100.676, CPF 074.176.027-18; **BRAULIO LICY GOMES DE MELLO**, OAB/RJ 117.450, CPF 081.292.417-73; **BRUNA NASCIMENTO**, OAB/RJ 126.701, CPF 082.806.077-06; **BRUNO CARNEIRO LOUZADA BERNARDO**, OAB/RJ 222.395 e OAB/ES 16.931, CPF 081.544.777-93; **CAMILA DE AZEREDO QUINTÃO**, OAB/RJ 135.508, CPF 082.382.257-52; **CAMILA DE SOUZA SILVA MENDONÇA**, OAB/RJ 165.632, CPF 118.525.307-66; **CARINA NOGUEIRA DE HOLLANDA CAJAZEIRA**, OAB/RJ 158.550, CPF 104.097.167-90; **CARLOS RAFAEL DE LIMA MACEDO**, OAB/RJ 133.206, CPF 055.578.677-32; **CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE**, OAB/RJ 25.044, CPF 297.810.517-87; **CARLOS AUGUSTO FRAZAO DE AZEVEDO**, OAB/RJ nº 53.795, CPF 905.568.877-00; **CAROLINA BASTOS LIMA BRUM**, OAB/RJ 135.073, CPF 074.740.607-36; **CAROLINA BEATRIZ ELOY DA MOTTA**, OAB/RJ 126.538, CPF 086.652.427-40; **CHRISTIANO RIBEIRO GORDIANO DE OLIVEIRA**, OAB/RJ 116.812, OAB/ES 8.977, CPF 073.949.317-57; **CÍNTIA MARIA FRUTUOSO RAFAEL FIGUEIREDO**, OAB/RJ 123.805, CPF 084.336.867-55; **CLARISSA TELLES MOURA LOUBACK**, OAB/RJ 156.130, CPF 113.449.047-00; **CRISTINA MAIA DE MELLO PORTO**, OAB/RJ 118.205, CPF 394.609.162-87; **DANIEL CABRAL GRUENBAUM**, OAB/RJ 183.794, CPF 087.095.757-07; **DANIEL MARINHO DE OLIVEIRA**, OAB/RJ 113.745, CPF 082.431.867-60; **DANIEL SOBRAL TAVARES**, OAB/RJ 130.762, CPF 082.566.357-11; **DANIELLE GAMA BESSA BITES**, OAB/RJ 115.408, CPF 073.223.327-50; **DAVID COHEN**, OAB/RJ 134.706, CPF 090.666.427-69; **DÉBORA CHAVES GOMES**, OAB/RJ 119.301, CPF 082.338.397-01; **DESIRÉ MARQUES SOBRAL SILVESTRE**, OAB/SE 4.795, CPF 014.962.115-96; **DIEGO BORGES COSTA**, OAB/RJ 151.675, CPF 063.106.076-69; **DIOGO JORGE FAVACHO DOS SANTOS**, OAB/RJ 114.256, CPF 082.526.857-57; **DIONITO DA SILVA MACHADO JUNIOR**, OAB/RJ 130.986, CPF 052.682.947-84; **EDUARDO VALIANTE DE REZENDE**, OAB/RJ 114.485, CPF 028.374.277-13; **ELISABETE BARBOSA RUBERTO**, OAB/RJ 169.700, CPF 116.635.437-71; **ELISABETE BARBOSA RUBERTO**, OAB/RJ 169.700, CPF 116.635.437-71; **ELIZABETH CORREA PADILHA COELHO**, OAB/RJ 60.909, CPF 768.615.117-49; **ERIC OLIVEIRA GUARANÁ**, OAB/RJ 79.192, CPF 012.246.087-12; **ESIO COSTA JUNIOR**, OAB/RJ 59.121, CPF 853.989.937-04; **EZEQUIEL BALFOUR LEVY**, OAB/RJ 60.574, CPF 704.689.407-82; **FABIANI OLIVEIRA DE MEDEIROS**, OAB/RJ 120.748, CPF 052.768.687-51; **FABIO MACHADO GRILO**, OAB/ES 14.100, CPF 101.999.287-54; **FÁBIO LUIZ DA SILVA MENDES**, OAB/RJ 144.500, CPF 257.711.638-13; **FÁBIO RIBEIRO DA SILVA**, OAB/SP 196.455, CPF 214.672.358-06; **FÁBIO VASCONCELOS SIQUEIRA**, OAB/SE 2.982, CPF 719.603.765-00; **FABRÍCIO POVOLERI MANES**, OAB/RJ 119.812, CPF 042.527.686-40; **FELIPE CAMARA MOREIRA**, OAB/RJ 225.567, CPF 073.170.136-41; **FELIPE GOI JACOB**, OAB/RJ 208.540, CPF 110.495.927-51; **FERNANDA BATISTA DE CARVALHO**, OAB/RJ 149.860, CPF 105.827.637-97; **FERNANDA RIVOLI OLIVEIRA**, OAB/RJ 184.622, CPF 139.471.137-90; **FERNANDO AUGUSTO WERNECK RAMOS**, OAB/RJ 62.562, CPF 924.871.817-53; **FERNANDO LOURENÇO DE SOUZA**, OAB/RJ 126.742, CPF 043.055.657-81; **FERNANDO MIGUEL DE SÁ CARVALHO**, OAB/RJ 208.065, CPF 090.797.747-23; **FRANCISCO ACIOLI GARCIA**, OAB/RJ 201.395, CPF 143.018.397-71; **FREDERICO WINTER**, OAB/RJ 157.566, CPF 105.179.177-42; **GILMAR CARVALHO PEREIRA JUNIOR**, OAB/RJ 147.152, CPF 106.657.807-96; **GISLANE NADYA COSTA SANTOS DUARTE**, OAB/RJ 184.556, CPF 823.541.115-68; **GUILHERME ARAÚJO DRAGO**, OAB/RJ 152.292, CPF 088.666.127-74; **GUILHERME CARNEIRO LEÃO FARIAS**, OAB/RJ 178.300, CPF 110.298.217-20; **GUILHERME DIEGUES MONTEIRO**, OAB/RJ 155.747, CPF 014.512.687-00; **GUILHERME LUIS QUARESMA BATISTA SANTOS**, OAB/RJ 119.620, CPF 085.073.357-05; **GUILHERME VILLELA PIGNATARO**, OAB/RJ 149.765, CPF 104.080.517-52; **GUSTAVO DUPIN MELO**, OAB/MG 132.809, CPF 082.519.386-94; **GUSTAVO HENRIQUE DA SILVA MARQUES**, OAB/RJ 122.044, CPF 052.949.937-16; **INGRID PALMA SANTOS**, OAB/RJ 146.122, CPF 801.564.525-53; **ISABEL DE SOUZA GOMES**, OAB/RJ 116.331, CPF 938.467.467-20; **ISABELA SOARES FERREIRA**, OAB/RJ 163.554, CPF 118.420.197-83; **JAYME FABBRI TOLEDO**, OAB/RJ 189.825, CPF 057.575.307-23; **JOANA CHEIBUB FIGUEIREDO**, OAB/RJ 130.769, CPF 092.063.467-25; **JOÃO CARLOS GONÇALVES DA SILVEIRA**, OAB/RJ 67.701, CPF 642.112.157-87; **JOÃO DE CAMPOS GOMES**, OAB/RJ 64.984, CPF 786.618.547-68; **JOÃO PAULO CURSINO PINTO DOS SANTOS**, OAB/RJ 139.572, CPF 045.293.177-06; **JOSÉ EDUARDO LAZARY TEIXEIRA**, OAB/RJ 069.126, CPF 595.735.707-34; **JUASSARA MARTINS PIMENTEL**, OAB/RJ 206.402, CPF 010.871.163-33; **JULIANA ASSIS SANTOS**, OAB/RJ 148.082, CPF 103.304.927-13; **JULIANA CARVALHO TOSTES NUNES**, OAB/RJ 131.998, CPF 018.841.147-09; **JULY DE ALMEIDA MELLO**, OAB/RJ 184.073, CPF 133.992.037-99; **LAURA GOMES MONTEIRO PINHEIRO**, OAB/RJ 202.833, CPF 091.122.807-12; **LEANDRO MACHADO DE CASTRO**, OAB/RJ 198.786, CPF 226.813.518-71; **LEONAN CALDERARO FILHO**, OAB/RJ 64.823, CPF 444.365.057-15; **LEONARDO CHEVRAND DE MIRANDA E SILVA**, OAB/RJ 103.506, CPF 073.254.387-88; **LEONARDO GARCIA BITES**, OAB/RJ 173.049, CPF 029.969.226-46; **LEONARDO NUNES DA CUNHA FILHO**, OAB/MS 5.412, CPF 068.839.858-83; **LEONARDO JOSE BEZERRA DE SOUZA**, OAB/RJ 138.533, CPF 014.508.537-65; **LILLIAN MARA PADUAN SANTOS**, OAB/PR 42.515, CPF 048.595.509-19; **LIVIA CARNEIRO CARVALHO VASCONCELOS**, OAB/SP 369.827, CPF 095.190.077-33; **LÍVIA DE AZEVEDO BRAVO MENEZES OLIVEIRA**, OAB/RJ 126.691, CPF 053.257.937-21; **LUCAS CAPARELLI GUIMARÃES PINTO CORREIA**, OAB/SP 419.259, CPF 027.839.051-08; **LUCAS COSTA RIBEIRO**, OAB/RJ 202.565, CPF 113.999.187-61; **LUCIANA CHAMUSCA FERREIRA GUERRA**, OAB/BA 19.720, CPF 792.690.875-49; **LUCIANA MOTTA CARNEIRO GONDIM**, OAB/RJ 148.123, CPF 105.827.637-97; **LUIGI BRUNO DE LIMA AVALONE RAMALHO**, OAB/RJ 125.916, CPF 054.115.497-44; **LUIZ EDUARDO COELHO WEAVER**, OAB/RJ 30.179, CPF 592.397.867-91; **MARCELO JUNQUEIRA CALIXTO**, OAB/RJ 104.575, CPF 074.605.167-08; **MARCELO NEGRÃO DEBENEDITO SILVA**, OAB/RJ 115.456, CPF 081.305.027-80; **MARCELO PALLADINO MACHADO VIEIRA**, OAB/RJ 118.176, CPF 079.987.287-36; **MARCIA REGINA DOS SANTOS**, OAB/RJ 125.995, CPF 044.515.637-94; **MARCIO MARTINS MUNIZ RODRIGUES**, OAB/RJ 205.276, CPF 103.693.327-09; **MARCO ANTONIO BAZHUNI**, OAB/RJ 37.062, CPF 678.306.097-72; **MARCO NERY FALBO**, OAB/RJ 215.178, OAB/SP 284.986, CPF 770.120.707-49; **MARCOS ANTONIO MARQUES MACHADO**, OAB/RJ 121.538, CPF 083.059.627-50; **MARIA CLAUDIA DE ANDRADE OLIVEIRA ROCHA**, OAB/RN 7.455, CPF 013.125.284-43; **MARGARETH MICHELS BILHALVA**, OAB/RJ 171.623, CPF 675.338.920-20; **MARIA EDUARDA MUREB SOBRINO PORTO**, OAB/RJ 205.139, CPF 147.457.267-75; **MARIA LUISA MARQUES MOREIRA**, OAB/RJ 143.490, CPF 106.977.987-39; **MARIA PEREZ DE BARROS PEREIRA**, OAB/RJ 129.972, CPF 185.004.768-50; **MARIANA FLORÊNCIO DA ROCHA LINS**, OAB/AL 5943, OAB/RJ 212.558,



CPF 022.995.754-48; **MARIANA KAUÇA AQUIM**, OAB/RJ 120.590, CPF 082.226.117-04; **MARISA SANFORD SILVEIRA**, OAB/CE 15.528, CPF 424.977.103-25; **MARIO RODRIGO ZAED**, OAB/RJ 125.243, CPF 083.067.987-16; **MIGUEL BAKMAM XAVIER JÚNIOR**, OAB/SP 236.896, OAB/RJ nº 233.980, CPF 268.180.878-25; **MILENI BRITTO DE OLIVEIRA MOTTA GOMES**, OAB/RJ 145.503, CPF 070.997.147-83; **MICAELA DOMINGUEZ DUTRA**, OAB/RJ 121.248, CPF 086.221.437-83; **MICHEL ALBERTO CERQUEIRA ZEITOUNE**, OAB/RJ 113.031, CPF 074.412.627-47; **MICHELLE ALCANTARA DOS SANTOS**, OAB/RJ 134.275, CPF 090.386.277-85; **MICHELLE TAVEIRA MENDES DE VASCONCELOS**, OAB/RJ 110.128, CPF 771.882.331-87; **MIRIAM CLAUDIA JUNQUEIRA DE SOUZA**, OAB/RJ 59.085, CPF 804.417.777-91; **NATÁLIA COPOLA DIAS**, OAB/RJ 186.507, CPF 121.625.557-19; **NATHALIA MESQUITA CEIA**, OAB/RJ 113.024, CPF 079.822.227-14; **PAULA LINHARES KARAM**, OAB/RJ 140.755, CPF 094.641.607-99; **PATRICIA FRANCO BONFADINI MENDES**, OAB/RJ 152.991, CPF 109.540.537-37; **PAULA TORRES RAPOSO ROLIM DE MINTO**, OAB/RJ 121.710, CPF 084.170.797-93; **PAULA DA CUNHA WESTMANN**, OAB/SP 228.918, CPF 219.916.518-30; **PAULO CÉSAR CABRAL FILHO**, OAB/RJ 61.746, CPF 766.276.677-20; **PEDRO HUGO DANTAS DE OLIVEIRA SOUZA**, OAB/RJ 182.871, CPF 136.514.187-07; **RAFAEL CARLO INDIO E BARTIOTTO**, OAB/RJ 108.182, CPF 074.312.477-45; **RAFAEL DANGELO MACHADO**, OAB/RJ 216.266, CPF 086.750.857-45; **RAFAEL HENRIQUE ALMEIDA FONTES**, OAB/MG 155.616, CPF 111.876.926-03; **RAFAEL LUCAS ARAÚJO**, OAB/RJ 130.270, CPF 052.384.747-50; **RAFAEL PEREIRA DE SOUSA**, OAB/RJ 157.806, CPF 105.604.097-10; **RAFAEL SOUTO MONTEAGUDO**, OAB/RJ 142.497, CPF 096.163.827-30; **RAFAEL ZIMMERMANN SANTANA**, OAB/RJ 154.238, CPF 107.120.807-16; **RAFHAELA GUIMARÃES ALMEIDA SANTOS**, OAB/RJ 144.393, CPF 044.325.666-71; **REBECA DE SOUZA**, OAB/RJ 120229, CPF 084.996.457-12; **RENATO GOMES FABIANO ALVES**, OAB/RJ 152.675, CPF 105.989.737-70; **RICARDO BEVILACQUA DA MATTA PEREIRA DE VASCONCELOS**, OAB/RJ 166.418, CPF 099.108.807-76; **RICARDO MACHADO COSTA**, OAB/RJ 163.442, CPF 099.102.597-97; **RODRIGO LESSA VIEIRA**, OAB/RJ 148.550, CPF 053.830.037-03; **RODRIGO TAVARES DE SALLES**, OAB/RJ 114.166, CPF 083.234.897-00; **RÔMULO DE AMORIM GALVÃO**, OAB/PE 26.057, OAB/BA 28756, CPF 027.932.564-98; **SAULO LOPES ARAUJO**, OAB/RJ 157.531, CPF 091.175.447-42; **SERGIO BARREIRA BELERIQUE**, OAB/RJ 63.114, CPF 854.206.977-34; **SÉRGIO DE AQUINO VIDAL GOMES**, OAB/RJ 27.933, CPF 566.374.897-00; **SÉRGIO PAULO VIEIRA VILLAÇA JÚNIOR**, OAB/RJ 91.219, CPF 016.802.567-18; **VAGNER SILVA DOS SANTOS**, OAB/RJ 122.659, CPF 084.184.127-63; **TAISE ARRAYS BARROSO**, OAB/RJ 195.959, CPF 130.505.187-40; **TÁSSIA TURANO TORRES**, OAB/RJ 167.787, CPF 122.721.537-12; **THAISE GENUÍNO DE SOUZA**, OAB/RJ 166.019, CPF 104.647.917-23; **THIAGO OLIVEIRA DE FARIAS**, OAB/RJ 162.875, CPF 112.935.907-70; **TIAGO LEMOS DE OLIVEIRA**, OAB/RJ 131.803, CPF 092.846.867-41; **UILTON DOS SANTOS SALVADOR**, OAB/RJ 135.080, CPF 784.677.305-88; **VAGNER SILVA DOS SANTOS**, OAB/RJ 122.659, CPF 084.184.127-63; **VICTOR MESQUITA GOMES**, OAB/RJ 180.167, CPF 029.774.631-60; **VICTOR SOARES DA SILVA CEREJA**, OAB/RJ 168.314, CPF 116.904.607-09 e **VITOR THOME EL HADER**, OAB/RJ 103.466, CPF 076.387.237-75; todos brasileiros e com escritório na Avenida República do Chile nº 65, 20º/21º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-912;

ADRIANA SEIJO DE SÁ FONSECA GUSMÃO, OAB/BA 20.557, CPF 830.340.135-15; **ADRIANO DE AMORIM ALVES**, OAB/BA 17.947, CPF 944.062.435-34; **ALEXANDRE DE SOUZA ARAÚJO**, OAB/BA 20.660, CPF 805.360.345-91; **AMARILDO DE MOURA ROCHA**, OAB/BA 8.722, CPF 291.332.205-06; **CAMILLA ALVES BRITTO**, OAB/BA 25.845, CPF 019.578.585-16; **ARIANA MASCARENHAS BALEEIRO MONTEIRO**, OAB/BA 21.334, CPF 833.383.655-00; **CARLOS EDUARDO CARDOSO DUARTE**, OAB/BA 15.613, CPF 909.168.325-20; **CAROLINA LIMA DE CAMPOS**, OAB/BA 13.996, CPF 575.873.025-49; **ELAINE LAGO DOS SANTOS**, OAB/BA 29.200, CPF 018.354.655-52; **FRANCISCO DONIZETI DA SILVA JUNIOR**, OAB/BA 33.970, CPF 059.675.164-84; **IGOR BARROS PENALVA**, OAB/BA 18.389, CPF 793.793.035-72; **JOÃO MARIA PEGADO DE MEDEIROS**, OAB/BA 26.547, CPF 009.321.424-35; **JOICE BARROS DE OLIVEIRA LIMA**, OAB/BA 9.110, CPF 287.738.885-91; **JOSÉ MELCHIADES COSTA DA SILVA**, OAB/BA 7.147, CPF 196.684.065-91; **JÚLIA MAGALHÃES SANTIAGO**, OAB/BA 21.247, CPF 812.396.045-53; **LUCAS COSTA MOREIRA**, OAB/BA 31.274, CPF 018.791.685-37; **LUCAS MIGUEZ TORRES**, OAB/BA 27.052, CPF 016.658.915-21; **LUCIANA SOUSA VISCO**, OAB/BA 21.287, CPF 778.119.095-53; **LUIZA MARIA GARCEZ BASTOS BRITO**, OAB/BA 25026, CPF 013.430.185-44; **MARCELA PEIXOTO FRANÇA PEREIRA**, OAB/BA 25095, CPF 013.485.025-41; **NINA ROSA DE SOUZA AQUINO**, OAB/BA 33.244, CPF 020.171.635-62; **RENATA CALDAS DE MACEDO**, OAB/BA 22.389, CPF 010.752.025-74; **RENATA PROTÁSIO DE SOUZA DAMASCENO**, OAB/BA 21.808, CPF 824.747.965-68; **ROBERTA BARRETO SODRÉ LEAL**, OAB/BA 24.549, CPF 838.170.265-87; **TARSIS SILVA DE CERQUEIRA**, OAB/BA 24434, CPF 010.167.945-92; **THÁRCIO FERNANDO SOUZA BRITO**, OAB/BA 9.326, CPF 350.043.125-91; e **VICTOR GUTENBERG NOLLA**, OAB/CE 6.055, CPF 746.161.537-87; todos brasileiros e com escritório na Avenida Antônio Carlos Magalhães nº 1.113, Salvador/BA, CEP 41830-900;

ANA CAROLINA NUNES ALBUQUERQUE, OAB/SP 300.189, CPF 329.526.298-54; **ANDRÉ CAPELAZO FERNANDES**, OAB/SP 237.958, CPF 224.506.668-50; **ARTHUR MIGUEL FERREIRA LAWAND**, OAB/SP 212.895, CPF 216.935.748-37; **CAREM FARIAS NETTO MOTTA**, OAB/SP 208.338, CPF 216.043.928-27; **CEZAR RODRIGO DE MATOS LOPES**, OAB/SP 202.060, CPF 278.630.028-26; **CLAUDIANA SOUZA DE SIQUEIRA MELO**, OAB/SP 299.381, CPF 303.053.298-47; **DANIEL CHAGURI DE OLIVEIRA**, OAB/SP 190.170, CPF 258.654.078-64; **DANIEL GONÇALVES TEIXEIRA**, OAB/SP 228.560, CPF 221.722.718-10; **EDUARDO DE ARAUJO PEREIRA GOMES**, OAB/SP 210.779, CPF 260.909.738-74; **ÉRICO DE ALMEIDA CONSOLE SIMÕES**, OAB/SP 237.511, CPF 261.214.548-65; **ERIKA QUINTAS RODRIGUES**, OAB/SP 201.925, CPF 285.610.858-00; **FABIANA COUTINHO GRANDE**, OAB/RJ 134.291 e OAB/SP 437.255, CPF 897.377.411-53; **FLAVIO BARCELOS DIEHL**, OAB/RS 44.211, CPF 674.581.900-78; **FERNANDO VIGNERON VILLAÇA**, OAB/SP 110.136, CPF 115.630.808-93; **GRACE SALOMÃO DE PINHO**, OAB/SP 165.670, CPF 899.241.426-91; **GUSTAVO PERES SALA**, OAB/SP 156.502, CPF 248.339.698-40; **ISIS QUINTAS CONSOLE SIMÕES**, OAB/SP 225.716, CPF 299.735.008-57; **JOÃO SAMPAIO MEIRELLES JÚNIOR**, OAB/SP 99.947, CPF 065.648.318-03; **JOSÉ BENEDITO CARPINTER DE ABREU E SILVA FILHO**, OAB/SP 185.262, CPF 183.789.588-09; **JULIA ZENUN JUNQUEIRA MIYAMURA**, OAB/SP 222.318, CPF 219.356.048-05; **JHEIFER GOMES DA SILVA**, OAB/SP 335.635, CPF 323.047.028-13; **KAROLINA PRAEIRO NELLI SIMÕES**, OAB/SP 299.321, CPF 221.667.168-14; **LILIAN KILL DANY CASTRO**, OAB/SP 190.984, CPF 281.563.428-79; **LILIANE AZEVEDO ALCANTARA SEABRA**, OAB/SP 320.605, CPF 010.097.914-94; **LUCIANA PAPAPHILIPPAKIS**, OAB/SP 292.927, CPF 333.355.128-47; **LUIS GUSTAVO VINCENZI SILVEIRA**, OAB/SP 211.252, CPF 220.820.808-03; **LUIZ CELSO RODRIGUES MADUREIRA**, OAB/SP 233.895, CPF 219.683.998-10; **MAGALI SAVOLDI**, OAB/RS 78.331, CPF 017.207.519-00; **MAIRA SILVIA DUARTE PEIXOTO**, OAB/SP 82.593, CPF 082.091.588-21; **MARCO AURÉLIO DA CRUZ FALCI**, OAB/SP 90.104-B, CPF 445.544.006-20; **MARILIA ALVES BRANDILEONE**, OAB/SP 101.397, CPF 147.283.728-20; **PAULA JUNIE NAGAI**, OAB/SP 218.006, CPF 284.019.668-92; **OSMIR PIRES COUTO JUNIOR**, OAB/SP 245.238, CPF 300.220.958-96; **RICARDO DE VASCONCELOS**, OAB/SP 220.962, CPF 222.784.058-70; **RODRIGO DE CAMPOS LAZARI**, OAB 209.372/SP, CPF 276.791.908-60; **ROSSANA DE ARAÚJO ROCHA**, OAB/SP 190.534, CPF 019.110.734-43; **SERGIO DA SILVA FALECO**, OAB/SP 161.314, CPF 245.575.068-01; **SILVIA ROXO BARJA FALCI**, OAB/SP 183.959, CPF 158.975.178-78; **THIAGO SINIGOI SEABRA**, OAB/SP 208.710, CPF 292.043.088-26; **VICTOR CALDAS FERREIRA DE CARVALHO**, OAB/SP 210.601, CPF 275.271.098-40; **VIVIANE ZAMPIERI DE LEMOS BATTISTINI**, OAB/SP 202.690, CPF 259.872.738-03; todos brasileiros e com escritório na Rua Marquês de Herval nº 90, 16º andar, Edifício Valongo, Santos/SP, CEP 11010-310;

CECÍLIA FRANCO SISTERNAS FIORENNI DO NASCIMENTO, OAB/SP 184.531, CPF 268.258.878-66; **DANIEL LANZILLOTTI PAIVA DA CUNHA**, OAB/SP 376.427, CPF 055.578.707-92; **DANIELLE JANNUZZI MARTON PODDIS**, OAB/SP 186.669, CPF 285.815.228-40; **DANILO IAK DEDIM**, OAB/SP 279.469, CPF 323.330.228-25; **MARTINHO ALVES DOS SANTOS JUNIOR**, OAB/SP 196.587, CPF 273.273.348-23 e **MURILO MOURA DE MELLO E SILVA**, OAB/SP 208.577, CPF 454.263.842-15; todos brasileiros e com escritório na REVAP, Rodovia Presidente Dutra, km 143, Jardim Diamante, São José dos Campos/SP, CEP 12220-840;

JULIANO GEMELLI, OAB/PR 41.935, CPF 032.862.709-70, brasileiro e com escritório na Rodovia do Xisto, BR-476, km 143, São Mateus do Sul/PR, CEP 83900-000;

JAIRO MARTINS FERREIRA, OAB/ES 16.073, CPF 116.078.737-96; brasileiro e com escritório situado na Rodovia BR-101 Norte, Km 67,5, Bairro Ribeirão, São Mateus/ES, CEP 29930-000;

ANANGELICA FADLALAH BERNARDO CÂMARA, OAB/ES 14.257, CPF 079.893.807-22; **ARIELA RODRIGUES LOUREIRO**, OAB/ES 12.224, CPF 090.905.057-09; **CARLOS CASTRO CABRAL DE MACEDO**, OAB/ES 11.991, CPF 009.589.197-80; **DANIELLE BORGES DE ABREU**, OAB/ES 11.832, CPF 090.171.287-63; **LEANDRO ELOY SOUSA**, OAB/ES 13.463, CPF 105.890.087-06; **MARCELA FERNANDO DUARTE LUCAS**, OAB/ES 9.854, CPF 076.727.357-50; **MARCELA FRANZOTTI ELOY GARCIA**, OAB/ES 14.937, CPF 101.961.787-03; **RAABE MENDONÇA BRAGAÇA**, OAB/ES 10.368, CPF 078.455.877-96; **RAFAEL AGRELLO**, OAB/ES 14.361, CPF 019.930.337-18; **RUBENS DREWS MOREIRA**, OAB/ES 14.094, CPF 101.999.177-10; **SOFIA VAREJÃO FILGUEIRAS EGGER**, OAB/ES 9.754, CPF 080.606.337-83; e **THAIS OTTONI MARTINS**, OAB/ES 14.179, CPF 107.790.497-56; todos brasileiros e com escritório situado na Avenida Nossa Senhora da Penha nº 1688, Edifício EDIVIT, Bloco I, 4º andar, Bairro Vermelho, Vitória/ES, CEP 29057-550;



exclusivamente, os poderes da cláusula **ad judícia e et extra** que me foram outorgados por **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS**, na anexa procuração, lavrada em 10 de junho de 2021, livro 0974, folhas 087/090, ato 28, do 13º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, ficando os substabelecidos, todos com endereço eletrônico contenciosopetrobras@petrobras.com.br, outrossim, dentre outros, investidos dos poderes para representar a Outorgante nas audiências de conciliação e mediação, assim como nas audiências de instrução e julgamento, transigir, receber e dar quitação, ajuizar ações, inclusive rescisórias, impetrar mandados de segurança, oferecer defesas, exceções/objeções, impugnações, interpor recursos judiciais e administrativos, apresentar alegações iniciais, requerer extratos e certidões, cópias de procedimentos/processos e receber alvarás extraídos de processos judiciais, mas vedado receber as respectivas quantias neles mencionadas, podendo, assim, representar e defender a Outorgante em Juízo Estatal e/ou Arbitral e perante quaisquer pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou de direito privado, interno ou externo, bem como a União Federal, os Estados da Federação, o Distrito Federal e os Municípios, por seus diversos órgãos da administração direta e indireta, aí abrangendo as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e os delegados, concessionários ou permissionários de serviços públicos e habilitados para a prática de todos os atos de interesse da Outorgante junto às referidas pessoas, entidades, órgãos e unidades da Outorgante e unidades administrativas, **devendo os Outorgados respeitar, em todos os seus atos, as alçadas e governança estabelecidas na Tabela de Limites de Competência da PETROBRAS, bem como as normas e padrões aplicáveis à PETROBRAS, especialmente as previsões de ética, integridade e conformidade contidas no Código de Conduta Ética da PETROBRAS.**

Aos substabelecidos **ANA PAULA CARNEIRO PONTES FERNANDES, ANDRÉ CAPELAZO FERNANDES, ANDRÉA FERNANDES NAPOLEÃO DE SOUZA, BRUNO BARROS CAVALCANTI, BRUNO FREIXO NAGEM, CARLOS ANTONIO FRANÇA JUNIOR, CAROLINE FONTES REZENDE, CLARISSA TELLES MOURA LOUBACK, DANIELLE BORGES ABREU, DANIELLE JANNUZZI MARTON PODDIS, DANIELLE NUNES VALLE, DIOGO JORGE FAVACHO DOS SANTOS, EDSON PEDROSA DE O. CAVALCANTE PESSOA, EDUARDO MOISÉS SANTANA DOS SANTOS, EDUARDO ROMANELLI GUAGLINI, ÉRICO DE ALMEIDA CONSOLÊ SIMÕES, ERIKA MONIQUE PARAENSE SERRA VASCONCELOS, ERIKA QUINTAS RODRIGUES, FERNANDO VIGNERON VILLAÇA, GENIVAL FRANCISCO DA SILVA FEITOZA, GUSTAVO MONTEIRO RODRIGUES, ISABEL DE SOUZA GOMES, JAIRO MARTINS FERREIRA, JORGE LUIZ TENÓRIO DE CARVALHO, JULIANO GEMELLI, KARLA TRIGUEIRO DA SILVA TEIXEIRA, LUIS ALEXANDRE REIS CALDEIRA, MARCELO RODRIGUES SOUZA BRAYNER, MARCO AURÉLIO DA CRUZ FALCI, MARINA KORBES, MARISA SANFORD SILVEIRA, MARTINHO ALVES DOS SANTOS JUNIOR, MURILO MOURA DE MELLO E SILVA, RENATO BRAZ ESCANDIAN, RICARDO DA SILVA GAMA, RICARDO MELO DAS NEVES, ROBERTA MARIA CAPELA LOPES SIROTHEAU, RODRIGO DA SILVA PINHEIRO, RODRIGO DE ALMEIDA AMOY, SILVIA VIEIRA SAROA DA SILVA, TARCÍSIO COLARES NOGUEIRA JÚNIOR, VERONICA MAYRINK BARBOSA, THAIS DE FÁTIMA SOUSA ARAÚJO, UILTON DOS SANTOS SALVADOR, VICTOR CALDAS FERREIRA DE CARVALHO e WENDELL DAHER DAIBES**, outorgam-se, além dos poderes das cláusulas **ad judícia e et extra**, também os de receber citações, notificações e intimações;

Aos substabelecidos **ALESSANDRA ROLLER, ANDRÉ FÁBIO PEREIRA GURGEL, ANDRÉA ABRAHÃO DA SILVA, ANDREA ALMEIDA SOARES, BRUNO CARNEIRO LOUZADA BERNARDO, CARLOS EDUARDO CARDOSO DUARTE, CARLOS MARTINEZ FRANCO LIMA GOMES, CEZAR RODRIGO DE MATOS LOPES, CHRISTIANO RIBEIRO GORDIANO DE OLIVEIRA, DANIEL GONCALVES TEIXEIRA, DAVID COHEN, DÉBORA CHAVES GOMES, DIEGO BORGES COSTA, EMERSON ALEXANDRE BORBA VILAR, EMERSON MARTINS DOS SANTOS, FABIO MACHADO GRILO, FELIPE ANTÔNIO LOPES SANTOS, FREDERICO DE OLIVEIRA FERREIRA, GEÓRGIA VALVERDE LEÃO ROMEIRO, GILIAN GABRIEL DA ROCHA PAIXÃO FONTES, GISLANE NADYA COSTA SANTOS DUARTE, JOENY GOMIDE SANTOS, JULIANO LAGO, LEANDRO ELOY SOUSA, LEONARDO GARCIA BITES, LEONARDO JOSE BEZERRA DE SOUZA, LUCIANA CHAMUSCA FERREIRA GUERRA, LUIS GUSTAVO VINCENZI SILVEIRA, MARIA ANDRADE DE GODOY PEIXOTO, MARIA LUISA MARQUES MOREIRA, MARIO RODRIGO ZAED, OSMIR PIRES COUTO JUNIOR, PAULA JUNIE NAGAI, PAULA DA CUNHA WESTMANN, RAFAEL DE MATOS GOMES DA SILVA, RAFAEL SOUTO MONTEAGUDO, SILVIA ROXO BARJA FALCI, TIAGO LEMOS DE OLIVEIRA, VAGNER SILVA DOS SANTOS, VICTOR SOARES DA SILVA CEREJA, VITOR THOME EL HADER e WENDELL SANTIAGO ANDRADE**, **enquanto no exercício de funções gerenciais**, outorgam-se, além dos poderes das cláusulas **ad judícia e et extra**, também os de receber citações, notificações e intimações, reconhecer a procedência de pedidos, requerer falências, desistir, renunciar a direitos sobre os quais se fundam a ação, efetuar depósito como garantia de instância ou levantá-los, mas vedado receber as respectivas quantias neles mencionadas, assinar termo de arbitragem e mediação, firmar compromissos e requerer cancelamento de protesto de título.

Aos substabelecidos **CAROLINA BASTOS LIMA BRUM, FABIO RIBEIRO DA SILVA, FERNANDO AUGUSTO WERNECK RAMOS, LEONAN CALDERARO FILHO, NATHALIA MESQUITA CEIA e TALES DAVID MACEDO**, **enquanto no exercício de funções gerenciais**, outorgam-se todos os poderes outorgados na procuração anexa, lavrada em 10 de junho de 2021, livro 0974, folhas 087/090, ato 28, do 13º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, facultando o substabelecimento, no todo ou em parte, sendo vedada a outorga a terceiros do poder de substabelecer.

Rio de Janeiro/RJ, 20 de junho de 2021.

Marco Aurélio Ferreira Martins
Gerente de Gestão de Escritórios Jurídicos
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS
OAB/SP nº 194.793¹

¹ **Observação.** Instrumento Particular de Substabelecimento assinado de forma eletrônica com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, ao qual se presta a veracidade e mesmos efeitos do original, a ensejar sua validade e aceitação a quem for oposto, na forma pelos artigos 105, §1º, do Código de Processo Civil; 10, da MP 2.200-2, de 24/08/2001 e 11, da lei federal nº 11.419/2006.



**Seção Judiciária do Distrito Federal
Distribuição**

PROCESSO: 1013904-21.2022.4.01.3400

INFORMAÇÃO DE PREVENÇÃO

NEGATIVA

O Serviço de Análise de Prevenção (Serape) da Seção Judiciária do Distrito Federal informa que, após análise do relatório de prevenção gerado automaticamente pelo sistema PJe e pesquisa nos demais sistemas eletrônicos da Justiça Federal da 1ª Região, não foram identificados processos possivelmente preventos ao processo 1013904-21.2022.4.01.3400.

À consideração superior de Vossa Excelência.

BRASÍLIA, 14 de março de 2022.

(assinado eletronicamente)

Servidor



Segue inicial e documentação em anexo.





AO JUÍZO DA ____ VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - ABRAVA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº: 18.148.962/0001-58, com sede no SCS Quadra 06 Edifício Arnaldo Dumont Villares Sala 505, Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70.324-900, por intermédio de seus Advogados com procuração em anexo para todos os efeitos legais, com fulcro na Lei nº: 7.343/1985, vem propor:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA C/C TUTELA DE URGÊNCIA

em face da **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS**; sociedade de economia mista, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 33.000.167/0001-01; com sede¹ na Avenida República do Chile, nº: 65, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-912, com filial no SAUN Quadra 1 Bloco "D", Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70040-901, telefone (61) 3429-7028 pelos fatos e fundamentos a seguir delineados.

¹ <https://petrobras.com.br/pt/fale-conosco/>





I - DOS FATOS:

1.1 - DA HISTÓRIA DA PETROBRAS² :

Na década de 1940 se iniciam novos rumos no desenvolvimento nacional, sendo este o centro das discussões no Congresso. Em meados de 1945 a ideia era apagar os traços do Estado Novo, revogando as legislações nacionalistas.

Isso também atingia a mineração e exploração do petróleo, que a Carta Magna autorizava a participação de capitais privados e estrangeiros.

Em 1947 foi designada uma comissão para tratar do assunto, que culminou na criação do anteprojeto conhecido como Estatuto do Petróleo³ que entendia ser impossível a nacionalização do ramo petrolífero.

Tal entendimento foi rechaçado com vigor pelos nacionalistas que após conferências realizadas no Clube Militar que gerou uma das maiores campanhas da história com o slogan: “O petróleo é nosso”.

Quando Vargas voltou pela última vez a presidência da república e envia projeto de lei em 1951 propondo a criação da Petróleo Brasileiro S.A, que após dois anos de tramitação no Congresso Nacional em 03/10/1953 o Presidente sancionou a Lei nº: 2004 criando a Petrobras.

Empresa de propriedade e controle totalmente nacional, sendo a União com participação majoritária. O foi visto com muito entusiasmo, afinal o petróleo era nosso, e o crescimento viria.

Até 1997 tínhamos a monopólio absoluto da Petrobras, o que mudou no Governo Fernando Henrique Cardoso que com a promulgação da Lei nº: 9.478/97 que permitiu a abertura de seu capital, contudo a União tem

² <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/ElVoltou/Petrobras>

³ https://pt.wikipedia.org/wiki/Estatuto_do_Petr%C3%B3leo#:~:text=O%20Estatuto%20do%20Petr%C3%B3leo%20foi,explora%C3%A7%C3%A3o%20do%20petr%C3%B3leo%20no%20Brasil.





propriedade⁴ e posse de, no mínimo, cinquenta por cento das ações, mais uma ação, do capital votante.

Apesar da abertura do capital, o poder decisório no voto continua sendo da União, o que mantém as “rédeas” da empresa.

Com a saída de Fernando Henrique Cardoso, tivemos vários anos do Governo do Partido dos Trabalhadores, quer seja pelo ex-Presidente Lula e a sua sucessora a ex-Presidente Dilma.

Após vários escândalos de corrupção envolvendo a Petrobras e outros fatores políticos temos o impeachment da ex-Presidente Dilma, onde seu vice Michel Temer assume o comando do país.

Com a mudança do chefe da nação, temos a mudança também na política de preços da Petrobras, passou a utilizar o Preço de Paridade Internacional, mas conhecido como PPI.

A ideia era que com esta nova política do PPI os preços pudessem ser reajustados diariamente, tanto para baixo, como para cima, contudo, não é o que tem acontecido, apenas temos reajustes para cima o que tem estrangulado todos os brasileiros.

I.II - DA CRIAÇÃO DO PREÇO PARIDADE COM O MERCADO INTERNACIONAL - PPI;

Em 14/10/2016 a Petrobras divulga a sua nova política de preços, que além de atrelar os preços ao PPI, poderiam os preços serem revistos pelo ou menos uma vez por mês, vejamos trecho da nota:

⁴ Lei nº: 9.478/97: Art. 62. A União manterá o controle acionário da PETROBRÁS com a propriedade e posse de, no mínimo, cinquenta por cento das ações, mais uma ação, do capital votante.





Diretoria Executiva aprova Política de Preços

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2016 – Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras informa que sua Diretoria Executiva aprovou, ontem, a implantação de uma nova política de preços de gasolina e diesel comercializados em suas refinarias.

Essa política, a ser praticada pela Companhia, terá como princípios:

1. O preço de paridade internacional (PPI), que já inclui custos como frete de navios, custos internos de transporte e taxas portuárias;
2. Uma margem para remuneração dos riscos inerentes à operação, tais como, volatilidade da taxa de câmbio e dos preços, sobreestadias em portos e lucro, além de tributos;
3. Nível de participação no mercado;
4. Preços nunca abaixo da paridade internacional.

A política que será posta em prática prevê avaliações para revisão de preços pelo menos uma vez por mês. É importante ressaltar que, como o valor desses combustíveis acompanhará a tendência do mercado internacional, poderá haver manutenção, redução ou aumento nos preços praticados nas refinarias.

Após a mudança da política de preço, em menos de um ano a Petrobras⁵ muda os parâmetros para poder modificar os preços diariamente, observemos o trecho da reportagem:

⁵ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-06/reajustes-de-precos-da-gasolina-e-diesel-podem-ser-diarios-anuncia>



AgênciaBrasil

Economia

Reajustes de preços da gasolina e diesel podem ser diários, anuncia Petrobras

Os reajustes dependerão das oscilações do preço do produto no mercado

Publicado em 30/06/2017 - 12:16 Por Nilmar de Oliveira - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro

A Petrobras anunciou hoje (30) mudanças na sua política de reajuste dos preços da gasolina e do diesel comercializados em suas refinarias em todo o país. Os reajustes poderão, a partir da próxima segunda-feira (3), ocorrer em menor espaço de tempo, com a possibilidade de ser até diários, dependendo das oscilações do preço do produto no mercado externo.

A revisão da política de preços da estatal foi aprovada quinta-feira (29), pela Diretoria Executiva e comunicada hoje à imprensa e ao mercado pelos diretores de Finanças e Relacionamento com os Investidores, Ivan Monteiro, e de Refino e Gás Natural, Jorge Celestino.

"Com as alterações, a partir de segunda-feira (3), a área técnica de marketing e comercialização da companhia terá delegação para realizar ajustes nos preços, a qualquer momento, inclusive diariamente, desde que os reajustes acumulados por produto estejam, na média Brasil, dentro de uma faixa determinada (-7% a +7%), respeitando a margem estabelecida pelo Gemp (Grupo Executivo de Mercado e Preços)", informou a diretoria.



A ideia que foi transmitida aos brasileiros é de que a nova política de preços reduziria o valor dos combustíveis nas bombas conforme matérias veiculadas⁶:

NEGÓCIOS

14/10/2016 09:55 - Atualizado em 14/10/2016 13h:41

Petrobras aprova redução de preços de diesel e gasolina nas refinarias

Empresa aprova nova política de preços e fará avallações mensais. Redução na bomba depende de postos; previsão é que caia a partir de 2°

Do G1, em São Paulo e no Rio



A Petrobras informou nesta sexta-feira (14) que reduzirá o preço da gasolina e do diesel nas suas refinarias, pela primeira vez desde 2009. A diretoria executiva da companhia aprovou na véspera a implantação de uma nova política de preços para esses combustíveis, considerando o mercado internacional. O G1 havia antecipado que a queda ocorreria ainda neste ano.

“

A companhia decidiu reduzir o preço do diesel em 2,7% e da gasolina em 3,2% na refinaria. Esses preços entrarão em vigor a partir da zero hora de sábado (15).

⁶ <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2016/10/petrobras-aprova-implantacao-de-nova-politica-de-precos.html>





Mas com o passar do tempo podemos verificar que a política de preços do PPI reajustou na grande maioria das vezes o valor para cima, e o que vem acontecendo com muita frequência nos últimos tempos.

Mas de fato, a quem interessa a manutenção da política de preços do PPI se somos um país autossuficiente⁷ em petróleo?

I.III - DOS INTERESSES NA MANUTENÇÃO DA POLÍTICA DE PARIDADE DE PREÇO INTERNACIONAL - PPI:

É sabido de todos que a Petrobras passa por um processo de venda⁸ de suas refinarias, inclusive com alguns fracassos como por exemplo a Refinaria Abreu de Lima que os interessados declinaram formalmente a proposta, e dessa forma ela precisa ser vendida até outubro de 2022⁹.

Mas para podermos falar da venda das refinarias, precisamos pontuar algumas coisas.

A venda das refinarias tem como objetivo trazer investidores privados, normalmente eles são investidores internacionais. Quer seja para compra da refinaria ou para sua implementação o valor de venda é tudo em dólar.

Dessa forma, como estamos falando de um investimento muito alto. Só para termos uma noção, a venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) e seus ativos logísticos associados, na Bahia, para a Mubadala Capital pelo valor de US\$ 1,65 bilhão.

Ante a valores tão elevados qualquer investidor quer ter o retorno do valor investido. Dessa forma, o PPI entra como política que garante o retorno do que foi gasto.

⁷ <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/17/por-que-o-brasil-importa-combustiveis-se-e-autossuficiente-em-petroleo.htm>

⁸ <https://epbr.com.br/venda-da-refinaria-abreu-e-lima-fracassa/>

⁹ <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/petrobras-e-cade-chegam-acordo-sobre-abreu-e-lima-refinaria-precisa-ser-vendida-ate-o-fim-de-2022.html>





Neste ponto é que a questão se torna interessante.

A Petrobras hoje é dona de 12 (doze) refinarias no país que a atividade da primeira delas iniciou-se em 1947, vejamos:

- a) Refinaria Henrique Lage¹⁰ (Revap) início das atividades 24/03/1980;
- b) Refinaria de Paulínia¹¹ (Replan) início das atividades em 12/05/1972;
- c) Refinaria Presidente Bernardes¹² (RPBC) início das atividades em 16/04/1955;
- d) Refinaria Presidente Getúlio Vargas¹³ (Repar) início das atividades em 27/05/1977;
- e) Refinaria Isaac Sabbá¹⁴ (Reman) início das atividades em 06/09/1956;
- f) Refinaria Gabriel Passos¹⁵ (Regap) início das atividades em 30/03/1968;
- g) Refinaria Alberto Pasqualini¹⁶ (Refap) início das atividades em 09/1968;
- h) Refinaria Duque de Caxias¹⁷ (Reduc) início das atividades em 09/09/1961;
- i) Refinaria Capuava¹⁸ (Recap) início das atividades em 1947, mas foi incorporada pela Petrobras em 03/06/1974;
- j) Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste¹⁹ (Lubnor) início das atividades 1966;

¹⁰ <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-henrique-lage-revap.htm>

¹¹ <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-de-paulinia-replan.htm>

¹² <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-presidente-bernardes-rpbc.htm>

¹³ <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-presidente-getulio-vargas-repar.htm>

¹⁴ <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-isaac-sabba-reman.htm>

¹⁵ <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-gabriel-passos-regap.htm>

¹⁶ <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-alberto-pasqualini-refap.htm>

¹⁷ <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-duque-de-caxias-reduc.htm>

¹⁸ <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-capuava-recap.htm>

¹⁹ <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-lubrificantes-e-derivados-do-nordeste-lubnor.htm>





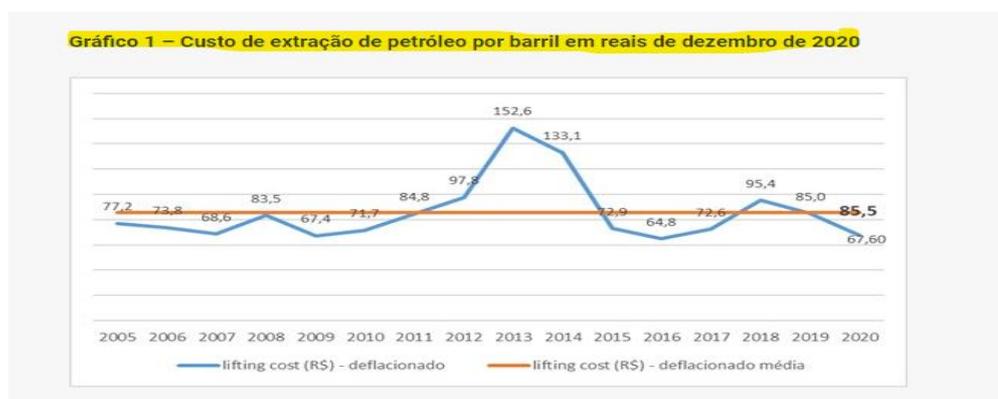
- k) Refinaria Potiguar Clara Camarão²⁰ início das atividades em 01/10/2009 após adequações no Polo Guamaré²¹ que teve início de suas atividades em 19/05/2006;
- l) Refinaria Abreu e Lima²² início das atividades em 2014.

Quando observamos a história das refinarias da Petrobras podemos ver que quase todas elas, com exceção de duas, elas existem a mais de 30 (trinta) anos. Ou seja, não temos aqui mais que ter o retorno do investimento das refinarias, quer seja pela compra, quer seja pela aquisição.

O que significa na prática que todo o refino brasileiro somente tem o preço de custo. O que deveria na prática baixar consideravelmente o preço dos combustíveis. Mas isso acontece? Claro que não!

E não acontece porque na visão da Petrobras se ela não atrelar a venda interna e externa ao PPI o investidor não vai querer investir aqui, afinal como ele poderia competir com alguém que não tem o preço de compra ou construção da refinaria para recompor?

Para entendermos melhor, observemos o valor do barril de petróleo produzido no Brasil²³:



²⁰ <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-potiguar-claracamarao.htm>

²¹ https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=1501&p_editoria=33

²² <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-abreu-e-lima.htm>

²³ <https://www.sindipetrosjc.org.br/p/2269/enquanto-custo-de-producao-cai-preco-dos-combustiveis-so-aumenta>

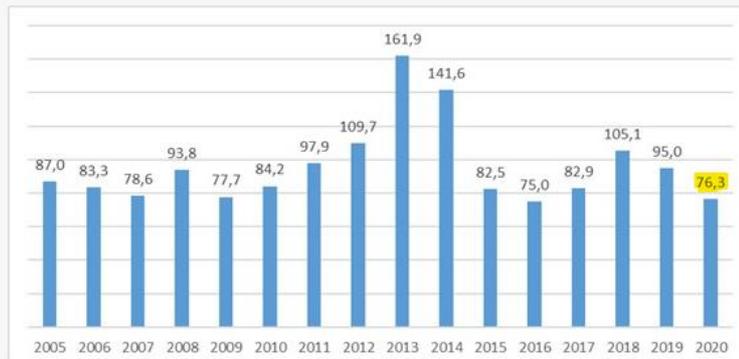


Gráfico 2 – Custo de refino por barril em reais de dezembro de 2020



Fonte: Petrobras; IBGE [Elaboração própria]

Gráfico 3 – Custos de extração mais os custos de refino por barril da Petrobrás em reais de dezembro de 2020



Fonte: Petrobras; IBGE [Elaboração própria]

Conforme os gráficos acima, em dezembro de 2020 o preço de produção do barril de petróleo da Petrobras é de R\$ 76,30 (setenta e seis reais e trinta centavos).

Façamos uma conversão, peguemos o dia 14/12/2020²⁴ onde o dólar estava mais barato, custando R\$ 5,0572, quando divido o valor do custo do petróleo pelo valor do dólar (R\$ 76,30/ R\$ 5,0572) chegamos ao montante de US\$ 15,08 no preço do barril de petróleo.

²⁴ <https://www.idealsoftwares.com.br/indices/dolar2020.html>





Esse é o nosso custo!!!

Em dezembro de 2020 o valor do barril de petróleo²⁵ era de US\$ 51,80, ou seja, pagamos US\$ 36,72 a mais pelo barril que produzimos por US\$ 15,08 o que equivale a um aumento de 70,89% aproximadamente.

Mas façamos uma projeção para março de 2022, um ano e dois meses após a divulgação das tabelas acima, tenhamos em mente que houve uma alta na produção do barril de petróleo nacional, que subiu de US\$ 15,08 para US\$ 20,00 o que é um aumento em um ano de 24,6% aproximadamente.

Hoje, em 11/03/2022²⁶ o valor do preço do barril de petróleo e de US\$ 112,66, que ao diminuirmos do valor de US\$ 20,00 pagamos a mais US\$ 92,66 o equivalente a 82,25% a mais mesmo produzindo com custo infinitamente menor.

E dessa forma, cada brasileiro arca com as altas dos preços de combustíveis, que não somente oneram o abastecimento, mas toda a cadeia produtiva até chegar na gondola.

Porém, ainda temos uma outra questão, o PPI também é utilizado como margem para remuneração dos riscos inerentes às operações, tais como volatilidade da taxa de câmbio e das cotações internacionais, sobreestadias, entre outros, mas falaremos sobre isso mais à frente.

Ante a garantia de investimentos e a possibilidade de se remunerar o risco das operações fica cristalina a motivação da Petrobras em utilizar e manter a política de preços de paridade internacional – PPI.

II - DO DIREITO:

II.I - DA OFENSA AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR:

²⁵ <https://www.poder360.com.br/economia/pandemia-faz-preco-do-barril-de-petroleo-fechar-ano-20-mais-barato/>

²⁶ <https://br.investing.com/commodities/brent-oil-historical-data>





De olho na possibilidade em lucrar com investimentos estrangeiros a Petrobras iniciou deliberadamente uma política de diminuição de refino no país²⁷, no ano de 2020 chegando a menos²⁸ de setenta por cento de sua capacidade operacional.

Petrobras sobre produção de petróleo em abril

Rio de Janeiro, 7 de abril de 2020 – A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras informa que aprovou um patamar de produção de petróleo no Brasil para o mês de abril de 2,07 milhões de barris por dia (bpd). A nova estimativa de produção mensal já inclui as reduções anunciadas em 26/03/2020 e 01/04/2020.

Dessa maneira, haverá um acompanhamento diário da projeção de produção, elevando ou diminuindo as restrições para garantir a produção média do volume de 2,07 milhões bpd em abril.

A companhia segue monitorando o mercado e, em caso de necessidade, realizará novos ajustes, sempre garantindo as condições de segurança para as pessoas, operações e processos.

A Petrobras manterá os mercados informados sobre futuros movimentos.

Na prática isso gerou a possibilidade de desabastecimento²⁹ o que levaria as distribuidoras a importarem combustíveis mais caros para o consumidor brasileiro, tendo em vista o alto valor internacional.

²⁷ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/06/petrobras-reduz-processamento-em-refinarias-a-menos-de-70percent-da-capacidade-por-parada-em-unidades.ghtml>

²⁸ <https://www.biodieselbr.com/noticias/biocombustivel/negocio/petrobras-reduz-processamento-em-refinarias-a-menos-de-70-da-capacidade-por-parada-em-unidades-071020>

²⁹ <https://www.biodieselbr.com/noticias/biocombustivel/negocio/distribuidoras-alertam-risco-de-desabastecimento-devido-aos-cortes-de-producao-da-petrobras-181021>





biodieselbr.com/noticias/biocombustivel/negocio/distribuidoras-alertam-risco-de-desabastecimento-devido-aos-cortes-de-producao-da-petrobras-181021

biodieselbr

NOTÍCIAS USINAS LEILÕES SEÇÕES

produção da Petrobras

Estação Conteúdo - 18 out 2021 - 09:12



As distribuidoras estão preocupadas, com uma possível falta de combustível a partir de novembro. As varejistas dizem, que a gigante do petróleo brasileiro Petrobras cortou parte da oferta de gasolina e diesel no próximo mês, aumentando o risco de escassez do insumo. Segundo a associação das distribuidoras Brasilcom, a Petrobras – que tem o monopólio do refino – tomou a decisão unilateralmente.

“A Petrobras tem autossuficiência em petróleo, mas não consegue refinar o suficiente para o consumo interno do país, portanto, as distribuidoras, hoje, tentam comprar da Petrobras, porque está mais barato do que importar e, como ela não tem produto para oferecer, está reduzindo as cotas de vendas futuras para não ficar sem produto às distribuidoras. Com isso, as distribuidoras terão de importar mais caro para não faltar produto e, repassar o custo a revenda, tirando, então, a responsabilidade da Petrobras e do governo deste possível aumento para sanar a defasagem da Petrobras”, disse Brasilcom.

biodieselbr.com/noticias/biocombustivel/negocio/distribuidoras-alertam-risco-de-desabastecimento-devido-aos-cortes-de-producao-da-petrobras-181021

Corte de cotas

“As reduções promovidas pela Petrobras, que em alguns casos atingem mais de 50% do volume solicitado para compra, colocam o país em uma situação potencial de desabastecimento”, alertou a Brasilcom em nota.

A entidade mencionou ainda “a impossibilidade de compensar essas reduções de oferta por meio de contratos de importação, considerando a diferença atual com os preços do mercado internacional, que estão em níveis muito superiores aos do Brasil”.

A associação diz também que já comunicou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a respeito do potencial problema. A BNamericas concordou com cartas de duas distribuidoras endereçadas à Agência, denunciando que os cortes da Petrobras causaram “sérios efeitos”.

Na prática isso gerou a necessidade de importação, o que eleva os custos para quem compra, e quem vem pagando essa conta? Cada cidadão brasileiro, começando por todos os motoristas, desde os comuns até aqueles que





vivem do transporte, caminhoneiros, motoristas de aplicativos, motoristas de transporte escolar.

✓ Relatório de Produção e Vendas 4º Trimestre 2021, pág. 04:

As exportações líquidas foram 40,2% menores em 2021 pela conjunção de menor volume de exportação e maior volume de importação no ano. A exportação de petróleo foi menor em 2021 devido à menor produção de petróleo e à maior demanda no mercado interno. Estes fatores, aliados ao maior número de paradas programadas nas refinarias, resultaram no aumento das importações, viabilizando o atendimento dos contratos de venda com clientes.

Os valores praticados pelo PPI ficam cada vez mais indefensáveis se analisarmos que o custo do barril no pré-sal³⁰ é de US\$ 6,00 quando retirado de águas ultraprofundas, conforme Carlos Alberto Pereira de Oliveira, diretor de exploração e produção da Petrobras.

Destacamos que quando juntamos a prática da política de paridade internacional - PPI, juntamente com a deliberada diminuição na produção nacional infringe diretamente o Código de Defesa do Consumidor em seu artigo 39³¹, I, V e X e artigo 51³², X.

As ofensas ao CDC não param por aí. Quando relatamos toda a motivação da aplicação do PPI é que a Petrobras já transmite ao consumidor brasileiro remuneração de risco inerentes as suas operações, ou seja, nós bancamos os riscos da atividade empresária, como podemos observar em seu Relatório de Sustentabilidade de 2017 em sua pág. 30:

³⁰ <https://exame.com/negocios/custo-de-extracao-da-petrobras-se-aproxima-de-paises-do-orientemedio/>

³¹ Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

[...]

I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;

[...]

V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

[...]

X - elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços.

[...]

³² Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

[...]

X - permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral;

[...]



Contexto Externo e Visão Geral da Organização | Modelo de Negócios | Governança | Conformidade | **Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão** | Resultados | Perspectivas e Desafios

Preços Competitivos

Dentre os pilares do PNG 2017-2021 para otimizar a nossa geração de valor e resgatar a nossa rentabilidade, destacamos a nossa nova política de preços de gasolina e diesel aprovada em outubro de 2016.

As principais mudanças são as frequentes avaliações para revisão de preços a serem realizadas pelo menos uma vez por mês acompanhando as tendências do mercado internacional. Fazem parte de nossa política de preços os seguintes princípios:

- o Preço de Paridade Internacional (PPI) como referência;
- marginem para remuneração dos riscos inerentes às operações, tais como volatilidade da taxa de câmbio e das cotações internacionais, sobreestadias, entre outros;
- o nível de participação da Petrobras no mercado;
- preços nunca abaixo da paridade internacional.

Até 15 de maio de 2017, foram realizadas sete revisões nos preços do diesel e seis revisões nos preços da gasolina.

Capex PNG 2017-2021

Investimento Total US\$74,5 Bilhões

- Exploração e Produção: 61,3
- Refino e Gás Natural: 12,1
- Demais: 1,1

A maior eficiência na aplicação dos nossos recursos investidos possibilitará a redução do nosso volume de investimentos, sem grande impacto em nossas metas de produção.

Para tal, além dos resultados de uma série de esforços que já vêm sendo empreendidos nos últimos anos, implantamos o programa Orçamento Base Zero (OBZ) em setembro de 2016.

O programa cumpriu, entre setembro e dezembro de 2016, as fases de levantamento e análise de dados, quando foram mapeadas 416 oportunidades de redução de custos.

Deste total, 148 oportunidades foram priorizadas para o alcance das metas de gastos operacionais estabelecidas no PNG 2017-2021, gerando ações que permeiam todas as áreas da empresa e em várias frentes tais como: operações submarinas e em poços, eficiência da frota marítima e aérea, operações em dutos e terminais, produtividade de equipes nas instalações operacionais, custos de overhead, modelos de contratação, tecnologia da informação e comunicações, serviços compartilhados (aluguéis, manutenção predial, transporte), entre outras.

Vale registrar que, em 2016, já reduzimos os nossos gastos operacionais gerenciáveis (GOG) em 6%.

Gastos Operacionais Gerenciáveis (GOG)

R\$ bilhão

2016	87
2015	93

-6%

30

A Constituição Federal³³ garante a livre iniciativa para a exploração da atividade econômica, mas garante explicitamente a defesa do consumidor.

Uma das características principais da atividade econômica é o risco. Os negócios implicam risco. Um risco mal calculado pode levar o negócio à falência. Mas o risco no caso em tela é da Petrobras e ela não pode transferir ao consumidor.

Nenhum de nós como consumidores pode pagar pelos riscos de volatilidade da taxa de câmbio e das cotações internacionais, dessa maneira devemos aplicar por analogia no presente caso.

³³ Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:
[...]
V - defesa do consumidor;
[...]





A teoria do risco do negócio ou da atividade, neste caso, é a base da responsabilidade objetiva do Código de Defesa do Consumidor, que protege a parte mais frágil da relação jurídica, razão pela qual, a aplicação da política de preços de paridade internacional – PPI coloca o consumidor em desvantagem, uma vez que é obrigado a pagar um valor de aproximadamente 82% a mais no combustível.

II.II - DA OFENSA A LEI Nº: 9.478/1997

Ao optar pela a aplicação da política de preço de paridade internacional – PPI a Petrobras além de infringir o CDC também a Lei nº: 9.478/97³⁴ que dispõe sobre a política energética nacional e as atividades relativas ao monopólio do petróleo, uma vez que tal política vai contra a preservação do interesse nacional e não protege o consumidor quanto preço praticado.

II.III - DA OFENSA A LEI Nº: 10.192/2001:

Em 2001 entrou em vigor e Lei nº: 10.192/01 que dispõe sobre medidas complementares ao plano real e que proíbe em seu artigo 1^o³⁵ a vinculação de obrigações pecuniárias exequíveis no território nacional a moeda estrangeira.

³⁴ Art. 1º As políticas nacionais para o aproveitamento racional das fontes de energia visarão aos seguintes objetivos:

I - preservar o interesse nacional;

[...]

III - proteger os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;

[...]

³⁵ Art. 1º As estipulações de pagamento de obrigações pecuniárias exequíveis no território nacional deverão ser feitas em Real, pelo seu valor nominal.

Parágrafo único. São vedadas, sob pena de nulidade, quaisquer estipulações de:

I - pagamento expressas em, ou vinculadas a ouro ou moeda estrangeira, ressalvado o disposto nos arts. 2º e 3º do Decreto-Lei nº 857, de 11 de setembro de 1969, e na parte final do art. 6º da Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994;





A política de paridade de preço internacional – PPI obriga os brasileiros (as distribuidoras) a arcarem com os preços de acordo com o dólar, apesar de pagarem com real, trazendo dessa forma a nulidade do PPI.

II.IV - DAS INFRAÇÕES CRIME CONTRA A ORDEM ECONÔMICA

A Lei nº: 12.529/11 traz a definição de infração³⁶ de ordem econômica, bem como delimitando a quem ela é aplicada³⁷.

Vamos a uma análise das infrações descritas nos incisos III e IV do artigo 36, e o que política de preço de paridade internacional – PPI da Petrobras tem trazido de benefício a ela.

O lucro líquido (aquele auferido após o pagamento de todas as despesas) da Petrobras em 2021 teve uma alta de 1.400%³⁸, que em números temos a “bagatela” de R\$ 106,7 bilhões.

The screenshot shows a news article from 'seudinheiro.com' with the following details:

- Page title: [seudinheiro.com/2022/empresas/balanco-petrobras-petr4-lucro-liquido-quarto-trimestre/](https://www.seudinheiro.com/2022/empresas/balanco-petrobras-petr4-lucro-liquido-quarto-trimestre/)
- Navigation: Home, Search, Últimas Notícias, Bolsa e Dólar, Criptomoedas, Colunas
- Market Data Table:

Ibovespa + 1.72% 111713.07	Dólar + 1.27% 5,0745	Bitcoin (R\$) + 1.09% 2142,48	Petrobras + 3.59% 1,21
----------------------------	----------------------	-------------------------------	------------------------
- Advertisement: "As melhores oportunidades do mercado cripto estão aqui. conhecer"
- Article Title: **BALANÇO DE GALA**
Lucro líquido da Petrobras (PETR4) salta 1400% para valor recorde em 2021 e petrolreira anuncia dividendos complementares: veja como abocanhar uma fatia dos proventos
- Text: "A petrolreira propõe a distribuição R\$ 2,8610762 brutos por ação em dividendos complementares, com pagamento previsto para 16 de maio"
- Author: Larissa Vitória
23 de fevereiro de 2022 19:37 - atualizado às 22:54

³⁶ Art. 36. Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados:

[...]

III - aumentar arbitrariamente os lucros; e

IV - exercer de forma abusiva posição dominante.

[...]

³⁷ Art. 31. Esta Lei aplica-se às pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como a quaisquer associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, mesmo que exerçam atividade sob regime de monopólio legal.

³⁸ <https://www.seudinheiro.com/2022/empresas/balanco-petrobras-petr4-lucro-liquido-quarto-trimestre/>





seudinheiro.com/2022/empresas/balanco-petrobras-petr4-lucro-liquido-quarto-trimestre/

seudinheiro ÚLTIMAS NOTÍCIAS BOLSA E DÓLAR CRIPTOMOEDAS



Petrobras (PETR4) - Imagem: Shutterstock

Se a temporada de balanço das empresas brasileiras fosse um baile aos moldes do famoso MET Gala, a chegada da Petrobras (PETR4) com os seus resultados trimestrais seria o momento que monopolizaria todos os holofotes.

Ainda mais com números deste calibre: a gigante do petróleo e da bolsa brasileira encerrou 2021 com o maior lucro líquido de sua história, de R\$ 106,7 bilhões. O valor representa um salto de 1.400% na comparação com o ano anterior.

Ao praticar a política de preço de paridade internacional, a Petrobras abusa da sua posição dominante aumentando arbitrariamente seus lucros, quando pensamos em investimentos/negócios e pesquisando não encontramos nada que tenha um aumento de lucro líquido de 1400%.

Ficando cristalina a desobediência a Lei nº: 12.529/11.

Tais práticas devem ser coibidas, e rechaçadas com a aplicação das penalidades de seu artigo 37.

III - DA TUTELA DE URGÊNCIA:

Os argumentos trazidos em toda a peça de ingresso deixam evidente o prejuízo causado aos consumidores brasileiros com a prática da Política de Paridade de Preço Internacional - PPI da Petrobras.

A oscilação do preço dólar, somado ao atrelamento ao preço do barril de petróleo internacional e os risco precificados no PPI faz na prática que os brasileiros, paguem pelo combustível como se fosse em dólar, gerando um prejuízo incalculável inicialmente a cada trabalhador do transporte (caminhoneiro, motorista de aplicativo, taxista, motoboy, transportador escolar), a todos os motoristas comuns que usam seus veículos para se locomoverem, e





chegando por último em cada brasileiro que arca nas gôndolas de supermercado a aumento de todos os produtos.

Dessa forma encontra respaldo para a concessão do pleito no art. 300, caput do Código de Processo Civil/2015, que dispõe que “a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.

A probabilidade do direito fica demonstrada com os documentos que acompanham a inicial, bem como com o último aumento no preço dos combustíveis graças a Política de Paridade de Preço Internacional – PPI praticada pela Petrobras que só aumenta os preços dos combustíveis mesmo com parecer que demonstram a possibilidade de sua não aplicação³⁹.

Ante a todo prejuízo aos consumidores brasileiros quer sejam os trabalhadores do transporte, os motoristas comuns ou consumidor que apenas compra itens para a sua sobrevivência, requer a concessão da tutela de urgência para:

- a) A suspensão da Política de Paridade de Preço Internacional – PPI em sua totalidade praticada pela Petrobras, determinando que a Petrobras aplique aos preços o valor da produção nacional do barril de petróleo com custos nacionais;
- b) Caso não entenda pela suspensão total da Paridade de Preço Internacional – PPI praticada pela Petrobras, requer a sua suspensão apenas para a produção nacional aplicando aos preços o valor da produção nacional do barril de petróleo com custos nacionais.

³⁹ <https://www.cnnbrasil.com.br/business/dossie-contra-paridade-internacional-da-petrobras-e-entregue-ao-congresso/>





IV - DO PRÉQUESTIONAMENTO:

Caso Vossa Excelência entenda pela improcedência da presente ação, requer a manifestação a fim de prequestionamento sobre:

- a) A Política de Paridade de Preço Internacional – PPI praticada pela Petrobras ofende o Código de Defesa do Consumidor nos incisos I, V e X do Art. 39? Qual a fundamentação legal e jurisprudencial para este entendimento?
- b) Com a Política de Paridade de Preço Internacional – PPI praticada pela Petrobras em andamento é aplicável inciso X do artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor? Qual a fundamentação legal e jurisprudencial para este entendimento?
- c) É aplicável ao caso concreto teoria do risco do negócio ou da atividade do Código de Defesa do Consumidor? Qual a fundamentação legal e jurisprudencial para este entendimento?
- d) A Política de Paridade de Preço Internacional – PPI praticada pela Petrobras afronta diretamente o inciso V do art. 170 da Constituição da República Federativa do Brasil? Qual a fundamentação legal e jurisprudencial para este entendimento?
- e) A Política de Paridade de Preço Internacional – PPI praticada pela Petrobras afronta os incisos I e II do art. 1º da Lei nº: 9.478/1997? Qual a fundamentação legal e jurisprudencial para este entendimento?
- f) A Política de Paridade de Preço Internacional – PPI praticada pela Petrobras afronta o inciso I do Parágrafo único do Art. 1º





da Lei nº: 10.192/2001? Qual a fundamentação legal e jurisprudencial para este entendimento?

- g) Com a Política de Paridade de Preço Internacional - PPI praticada pela Petrobras temos o cometimento das infrações elencadas nos incisos III e IV da Lei nº: 12.529/11? Qual a fundamentação legal e jurisprudencial para este entendimento?
- h) A Lei nº: 12.529/11 é aplicável a Petrobras? Qual a fundamentação legal e jurisprudencial para este entendimento?

V - DOS PEDIDOS:

Ante todo o exposto, requer:

- a) A concessão da Tutela de Urgência para:
- a.1) A suspensão da Política de Paridade de Preço Internacional - PPI em sua totalidade praticada pela Petrobras, determinando que a Petrobras aplique aos preços o valor da produção nacional do barril de petróleo com custos nacionais;
- a.2) Caso não entenda pela suspensão total da Paridade de Preço Internacional - PPI praticada pela Petrobras, requer a sua suspensão apenas para a produção nacional aplicando aos preços o valor da produção nacional do barril de petróleo com custos nacionais;
- b) A intimação do Ministério Público, para que se manifeste no presente feito;





- c) A citação da Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras para que querendo, apresente sua defesa, sob pena de aplicação dos efeitos da revelia;
- d) A procedência da presente ação, confirmando a tutela de urgência deferida para:
 - d.1) Determinar definitivamente a suspensão da Política de Paridade de Preço Internacional – PPI em sua totalidade praticada pela Petrobras, determinando que a Petrobras aplique aos preços o valor da produção nacional do barril de petróleo com custos nacionais;
 - d.2) Caso não entenda pela determinação definitiva total da Paridade de Preço Internacional – PPI praticada pela Petrobras, requer a determinação definitiva apenas para a produção nacional aplicando aos preços o valor da produção nacional do barril de petróleo com custos nacionais;
 - d.3) Reconhecer que a Política de Paridade de Preço Internacional – PPI praticada pela Petrobras ofende o direito do consumidor, comete infração da ordem econômica nos termos do art. 1º da Lei nº: 7.347/1985
- e) A condenação da Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras ao pagamento por responsabilidade de dano moral e material nos termos do art. 1º da Lei nº: 7.347/1985 a ser arbitrada por este juízo;
- f) Caso entenda pela improcedência da presente ação, requer a manifestação para efeitos de prequestionamento dos seguintes itens:
 - f.1) A Política de Paridade de Preço Internacional – PPI praticada pela Petrobras ofende o Código de Defesa do





Consumidor nos incisos I, V e X do Art. 39? Qual a fundamentação legal e jurisprudencial para este entendimento?

f.2) Com a Política de Paridade de Preço Internacional - PPI praticada pela Petrobras em andamento é aplicável inciso X do artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor? Qual a fundamentação legal e jurisprudencial para este entendimento?

f.3) É aplicável ao caso concreto teoria do risco do negócio ou da atividade do Código de Defesa do Consumidor? Qual a fundamentação legal e jurisprudencial para este entendimento?

f.4) A Política de Paridade de Preço Internacional - PPI praticada pela Petrobras afronta diretamente o inciso V do art. 170 da Constituição da República Federativa do Brasil? Qual a fundamentação legal e jurisprudencial para este entendimento?

f.5) A Política de Paridade de Preço Internacional - PPI praticada pela Petrobras afronta os incisos I e II do art. 1º da Lei nº: 9.478/1997? Qual a fundamentação legal e jurisprudencial para este entendimento?

f.6) A Política de Paridade de Preço Internacional - PPI praticada pela Petrobras afronta o inciso I do Parágrafo único do Art. 1º da Lei nº: 10.192/2001? Qual a fundamentação legal e jurisprudencial para este entendimento?

f.7) Com a Política de Paridade de Preço Internacional - PPI praticada pela Petrobras temos o cometimento das infrações elencadas nos incisos III e IV da Lei nº: 12.529/11? Qual a





fundamentação legal e jurisprudencial para este entendimento?

f.8) A Lei nº: 12.529/11 é aplicável a Petrobras? Qual a fundamentação legal e jurisprudencial para este entendimento?

Protesta em provar todo o alegado por meio de todas as formas permitidas em direito.

Dá - se a causa o valor a títulos fiscais de R\$ 1.212,00 (hum mil duzentos e doze reais).

Termos em que, aguarda deferimento.

Brasília, 12 de março de 2022

JULIANA DE OLIVIERA BANDEIRA
OAB/DF 42.598

SEBASTIÃO DIA FILHO
OAB/DF 45.497



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 18.148.962/0001-58 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 16/05/2013
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO BRASILEIRA DE CONDUTORES DE VEICULOS AUTOMOTORES - ABRAVA			
TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ABRAVA			FORTE DEMAIS
CODIGO E DESCRICAO DA ATIVIDADE ECONOMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CODIGO E DESCRICAO DAS ATIVIDADES ECONOMICAS SECUNDARIAS Não informada			
CODIGO E DESCRICAO DA NATUREZA JURIDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO ST COMERCIAL SUL QUADRA 06 SALA	NUMERO 505	COMPLEMENTO EDIF ARNALDO DUM VILLARES	
CEP 70.324-900	BAIRRO/DISTRITO ASA SUL	MUNICIPIO BRASILIA	UF DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO SHIRLEYFINANCEIRO.ABRAVA@GMAIL.COM		TELEFONE (64) 9265-3434	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/04/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 12/03/2022 às 01:14:08 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)
[VOLTAR](#)
[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)
[Consultas CNPJ](#)
[Estatísticas](#)
[Parceiros](#)
[Serviços CNPJ](#)


COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

© 2018 PORTAL DA REDESIM. Todos direitos reservados.





ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, realizada em 09/07/2018

[Handwritten mark]

Aos 09 (nove) de julho de 2018 (dois mil e dezoito), na Rua Diva Braga Gomides 489, sala 2, Bairro Jardim Florença, Catalão - GO, CEP 75.708-620, às 19h00min, em primeira convocação e às 19h30min em segunda convocação, reuniram-se: JULIANO PAIVA DA SILVA, brasileiro, solteiro, motorista, portador do RG nº. 3941104 DGPC-GO e CPF nº. 018.657.691-93, residente e domiciliado na Rua 97-A, nº. 69, Setor Eldorado, Catalão - GO, CEP: 75.709-879; WALLACE COSTA LANDIN, brasileiro, casado, motorista, portador do RG nº. 17.478.043-6 SSP-SP e CPF nº. 200.896.158-32, residente e domiciliado na Rua VB-12, nº. 93, Vereda dos Buritis, Catalão - GO, CEP 75.700-000; SOCRATES QUINTINO MARQUES, brasileiro, divorciado, motorista, portador do RG nº. 405443 DGPC-GO e do CPF nº. 878.691.791-91, residente e domiciliado na Av. Santo Agostinho, nº. 31, Vila Cruzeiro II, Catalão - GO, CEP: 75.703-710; CLOVIS FERREIRA CINTRA, brasileiro, casado, motorista, portador do RG nº. 5.828.797-0 SSP-PR e do CPF nº. 829.525.079-53, residente e domiciliado na Rua 96, nº. 1225, Setor Eldorado, Catalão - GO, CEP 75.710-873; LEANDRO HENRIQUE RODRIGUES DA CUNHA, brasileiro, motorista, portador do RG nº. 3497866-7899289 DGPC-GO e do CPF nº. 804.839.681-53, residente e domiciliado na Rua Diva Braga Gomides 489, Bairro Jardim Florença, Catalão - GO, CEP 75.708-620; ROBINSON CARVALHO DOMINGUES, brasileiro, motorista, portador do RG nº. 32.124.705-X SESP-SP e do CPF nº. 225.542.658-79, residente e domiciliado na Rua Barka, Qd. 03, Lt. 70, nº. 48, Setor Dona Matilde, Catalão - GO, CEP: 75.701-000; NELSON DIVINO CARNEIRO, brasileiro, motorista, portador do RG nº. 2485839 SSP-GO e CPF nº. 438.112.211-91, residente e domiciliado na Rua 93, nº. 1179, Jd. Bela Vista, Catalão - GO, CEP 75.701-972; IALDO

[Handwritten mark]

*Robson S. Domingues
Sócrates Quintino Marques*

[Handwritten signatures]

*Janaína Paiva de Silva
CAG - GO 25646*





[Handwritten mark]

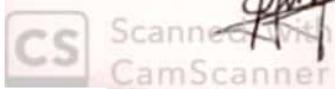
GONÇALVES, brasileiro, motorista, portador do RG n°. 4.465.473-9 SSP-PR e do CPF n°. 572.039.119-34, residente e domiciliado na Rua Antônio Horácio Pereira, 970, Bairro Ipanema Catalão - GO, CEP: 75.705-150; RONILSON JOSÉ DO PRADO, brasileiro, motorista, portador do RG n°. 1.969.619 SSP-DF e do CPF n°. 721.290.341-87, residente e domiciliado na Rua 02, Qd. 12, Lt. 15, Setor Asa Sul, Campo Alegre de Goiás, CEP: 75795-000; CLÁUDIO HONORATO PEREIRA, brasileiro, motorista, portador do RG n°. M3541338, SSP-MG, CPF n°. 595.437.526-72, residente e domiciliado na Rua E, n°. 939, São Francisco, Catalão - GO, CEP 75.707-050, doravante denominados membros da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores, fundada em 30 de abril de 2013, inscrita no CNPJ n°. 18.148.962/0001-58. Presidindo a Assembleia esteve o Sr. JULIANO PAIVA DA SILVA, associado fundador e presidente da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores, que nomeou a mim, SOCRATES QUINTINO MARQUES, associado, para secretariar a assembleia. A Assembleia Extraordinária foi convocada para: (a) destituir a diretoria e conselho fiscal atuais, cujo mandato vencem em 30 de abril de 2019; (b) eleição de nova diretoria (c) eleição de novo conselho fiscal; (d) apresentação e aprovação do Balanço Patrimonial da associação; (e) alteração da sigla representativa da associação; (f) alterações no Estatuto da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores para estar em conformidade com a legislação nacional alteração da base territorial e atividades desempenhadas. Dando início aos trabalhos, o presidente informou que a Associação está em estado de inatividade financeira desde a sua constituição, em razão de seus diretores não estarem agindo de forma ativa na direção dos negócios da associação, em razão disso, vê-se a necessidade de desconstituir a diretoria e conselho fiscal atuais, cujos mandatos venceriam em 30 de abril de 2019 e eleger nova diretoria

[Handwritten signature]

Sócrates Quintino Marques
[Handwritten signatures]

[Handwritten mark]

*Janaina Paiva da
089/GO-257*





para que então possamos retomar os trabalhos da associação, o que após discutido e votado, foi aprovado por unanimidade. Posteriormente foi apresentaram uma chapa única para eleição da Diretoria Administrativa e Conselho Fiscal da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores, resultando nos seguintes nomes eleitos, por maioria absoluta:

a) **Diretoria Administrativa:** **Diretor Presidente: WALLACE COSTA LANDIN**, brasileiro, casado, motorista, portador do RG n°. 17.478.043-6 SSP-SP e CPF n°. 200.896.158-32, residente e domiciliado na Rua VB-12, n°. 93, Vereda dos Buritis, Catalão - GO, CEP 75.700-000; **Diretor Secretário: SOCRATES QUINTINO MARQUES**, brasileiro, divorciado, motorista, portador do RG n°. 405443 DGPC-GO e do CPF n°. 878.691.791-91, residente e domiciliado na Av. Santo Agostinho, n°. 31, Vila Cruzeiro II, Catalão - GO, CEP: 75.703-710; **Diretor Financeiro: CLOVIS FERREIRA CINTRA**, brasileiro, casado, motorista, portador do RG n°. 5.828.797-0 SSP-PR e do CPF n°. 829.525.079-53, residente e domiciliado na Rua 96, n°. 1225, Setor Eldorado, Catalão - GO, CEP 75.710-873 e **Diretor Vice-Presidente: JULIANO PAIVA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, motorista, portador do RG n°. 3941104 DGPC-GO e CPF n°. 018.657.691-93, residente e domiciliado na Rua 97-A, n°. 69, Setor Eldorado, Catalão - GO, CEP: 75.709-879, todos com mandato de 4 (quatro) anos;

b) **Conselho Fiscal:** **1º Conselheiro: LEANDRO HENRIQUE RODRIGUES DA CUNHA**, brasileiro, motorista, portador do RG n°. 3497866-7899289 DGPC-GO e do CPF n°. 804.839.681-53, residente e domiciliado na Rua Diva Braga Gomides 489, Bairro Jardim Florença, Catalão - GO, CEP 75.708-620; **2º Conselheiro: ROBINSON CARVALHO DOMINGUES**, brasileiro, motorista, portador do RG n°. 32.124.705-X SESP-SP e do CPF n°. 225.542.658-79, residente e domiciliado na Rua Barka, Qd. 03, Lt. 70, n°. 48, Setor Dona Matilde, Catalão - GO, CEP:

Sócrates Quintino Marques

Wallace Costa Landin
 Robinson Carvalho Domingues
 Leandro Henrique Rodrigues da Cunha
 Juliano Paiva da Silva

[Handwritten signature]

Janaína Polycarpo
 OAB-GO 257

Scanned with CamScanner

Scanned by CamScanner





75.701-000; **3º Conselheiro NELSON DIVINO CARNEIRO**, brasileiro, motorista, portador do RG nº. 2485839 SSP-GO e CPF nº. 438.112.211-91, residente e domiciliado na Rua 93, nº. 1179, Jd. Bela Vista, Catalão - GO, CEP 75.701-972, todos com mandato de 4 (quatro) anos;

c) **Suplente do Conselho Fiscal: 1º Suplente do Conselho Fiscal: IALDO GONÇALVES**, brasileiro, motorista, portador do RG nº. 4.465.473-3 SSP-PR e do CPF nº. 572.039.119-34, residente e domiciliado na Rua Antônio Horácio Pereira, 970, Bairro Ipanema Catalão - GO, CEP: 75.705-150; **2º Suplente do Conselho Fiscal: RONILSON JOSÉ DO PRADO**, brasileiro, motorista, portador do RG nº. 1.969.619 SSP-DF e do CPF nº. 721.290.341-87, residente e domiciliado na Rua 02, Qd. 12, Lt. 15, Setor Asa Sul, Campo Alegre de Goiás, CEP: 75795-000; **3º Suplente do Conselho Fiscal: CLÁUDIO HONORATO PEREIRA**, brasileiro, motorista, portador do RG nº. M3541338, SSP-MG, CPF nº. 595.437.526-72, residente e domiciliado na Rua E, nº. 939, São Francisco, Catalão - GO, CEP 75.707-050, todos com mandato de 4 (quatro) anos.

Estando os eleitos presentes, foram empossados de imediato, passando a partir desta data a exercer os poderes e responsabilidades determinados pelo estatuto. Após a posse da nova diretoria e Conselho Fiscal, a direção dos trabalhos foi passada ao então, Diretor Presidente **WALLACE COSTA LANDIN** que passou a presidir a presente assembleia. Dando continuidade o presidente apresentou as contas referente aos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 e os respectivos balanços patrimoniais, explanado sobre todos os itens, o que foi analisado, votado e aprovado por unanimidade. Após foi informado sobre a necessidade de se proceder a **alteração do endereço da sede da associação**, indicando como novo endereço Rua Diva Braga Gomides 489, sala 2, Bairro Jardim Florença, Catalão - GO, CEP 75.708-620, o que foi

Societário O marginal

[Handwritten signatures and names: Wallace Costa Landin, Nelson Divino Carneiro, Ronaldo José do Prado, Cláudio Honorato Pereira]

[Handwritten signature]
Janaina Paiva
TCE-GO

CS Scanned with CamScanner

Scanned by CamScanner





Handwritten mark resembling a large '1' or a signature.

avaliado e aprovado por unanimidade; Foi também colocado em pauta a alteração da sigla representativa da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores, passando de TransLoc para **ABRAVA**, o que também após ter sido discutido, foi aprovado por unanimidade. Em seguida foi lida a proposta de alteração do Estatuto que, após analisado e votado, foi aprovado por unanimidade as seguintes alterações: 1) Onde lê-se TransLoc, leia-se **ABRAVA**; 2) Alteração do caput do art. 1º do Estatuto, passando a ter a seguinte redação: **Art. 1º - Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores, representada pela sigla ABRAVA, fundada em 30 de abril de 2013, com sede e foro na cidade de Catalão - GO, no endereço situado na Rua Diva Braga Gomides 489, sala 2, Bairro Jardim Florença, Catalão - GO, CEP 75.708-620 é entidade associativa de primeiro grau, democrática, autônoma em relação ao Estado, sem fins lucrativos, com tempo de duração indeterminado, integrante do sistema associativo, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, com base territorial nacional, constituída para fins de estudo, coordenação, orientação, proteção, representação e defesa dos seus associados, tendo como princípio fundamental o prisma da autonomia, liberdade associativa, laboral e da solidariedade profissional, buscando melhores condições de empregabilidade, prestação de serviços e na busca do melhor custo benefício de insumos.** 3) Incluir item 's' no art. 2º, com a seguinte redação: **s - representar os associados em manifestações, paralizações, protestos, para requerer incentivos governamentais;** 4) Incluir item 't' no art. 2º, com a seguinte redação: **t - criar e administrar seguro veicular em favor dos associados, de acordo com a legislação brasileira;** 5) incluir o item 'u' no art. 2º, com a seguinte redação: **u - instituir e administrar pontos de apoio em rodovias, de acordo com a Lei 13.103/2015, podendo, para**

Handwritten mark resembling a large '1' or a signature.

Social do mapus

Handwritten signatures and names:

- *[Signature]*

- *[Signature]*

- *[Signature]*

- *[Signature]*

- *[Signature]*

Handwritten signature:

[Signature]

Janaina Paiva

485-66



Scanned with CamScanner

Scanned by CamScanner





X

tanto receber doação, cessão, concessão de área de pessoas jurídicas de direito público, privado ou pessoas físicas, para esse fim. Por fim, em razão de proporcionar a sustentabilidade da associação, foi apresentado plano de recapitalização que após aprovação por unanimidade, ficou instituído como taxa de inscrição o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), podendo ser parcelado em até 03 (três) vezes e mensalidade no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais) por inscrição, sendo tais valores reajustáveis anualmente pelo INPC, devendo tais valores serem utilizados na implementação das prerrogativas da associação. Ficou estabelecido ainda que as decisões tomadas na presente Assembleia começam a vigorar na presente data. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Assembleia, estando todas as deliberações da mesma na presente Ata de Assembleia Extraordinária a qual lavrei e subscrevo, juntamente com a nova diretoria e conselho fiscal eleito para os devidos fins de direito.

Catalão, 09 de julho de 2018.

 <hr/> WALLACE COSTA LANDIM Diretor Presidente	 <hr/> STOVIS FERREIRA CINTRA Diretor Financeiro
 <hr/> SOCRATES QUINTINO MARQUES Diretor Secretário	 <hr/> JULIANO PAIVA DA SILVA Vice-Diretor Presidente

Roubado José do Prado

V



1
1º Ofício de Brasília - DF
Nº de Protocolo e Registro

159077

Registro de Posseus Judiciais



**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS
AUTOMOTORES,**

Realizada em vinte e três de janeiro de dois mil e vinte, na Rua VB-12, da 93, Vereda dos Buritis, Catalão — GO, CEP: 75.709-637, às 09h, em primeira convocação e às 09h30 em segunda convocação, reuniram-se: WALLACE COSTA LANDIM, brasileiro, casado, motorista, portador do RG da. 17.478.043-6 SSP-SP e CPF 200.896158-32, residente e domiciliado na Rua VB-12, nº. 93, Vereda dos Buritis, Catalão — GO, CEP 75.709-637; JOÃO LUIZ VAZ PIMENTEL, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº. 43.011.067-4 SSP/SP e do CPF nº. 077.961.584-08, residente e domiciliado na Avenida Compositor Limeira Tejó, 192, Universitário, Caruaru-PE, CEP: 55.016-700.; SHIRLEY COSTA LANDIM, brasileira, vivendo em união estável, aposentada, portadora do RG nº. 22.522.321-1 SSP-SP e do CPF nº. 140.808.218-75, residente e domiciliado na Av. José Marcelino, qd.13 lt. 14, n. 4510, Loteamento Estrela, Catalão — GO, CEP 75.710-760; LEANDRO DIAS, brasileiro, vivendo em união estável, técnico em contabilidade, portador do RG nº. 34.811.859-4 SSP-SP e do CPF nº. 227.102.478-10, residente e domiciliado na Av. José Marcelino, qd.13 lt. 14, a 4510, Loteamento Estrela, Catalão — GO, CEP 75.710-760; ADILSON GOMES, brasileiro, casado, secretário, portador do RG nº. 20.628.068-3 SSP-SP e do CPF no. 119.359.058-21, residente e domiciliado na Rua Alfredo Roberto Alves, 169, Jd. Centenário, Campinas — SP, CEP 13.045-115; ROGÉRIO NUNES BORGES, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº. 25.507.552-2 e do CPF nº. 263.059.878-07, residente e domiciliado na Rua Bibiano Claro Roman, 51, PQ. D. Figueira I, Paulínia SP, CEP 13.140-836;



EDUARDO MENDES GARCIA, brasileiro, casado, motorista, portador do RG nº. 77348850 SSP-SP e do CPF nº. 003.433.768-73, residente e domiciliado na Rua C-235, Qd. 541, L. 3, SM, Jardim América, Goiânia — GO, CEP 74.290-050; ALEXANDRE BATISTA PATRÍCIO, brasileiro, casado, motorista, portador do RG no. 11329463 SSP-MG e do CPF nº. 048.675.896-67, residente e domiciliado Av. José Puccinelli 01453, Bairro São José, João Aranha, Paulínia — SP, CEP 13.140-000; MARCELO APARECIDO SANTOS, brasileiro, solteiro, motorista, portador do RG nº. 27.421.565-2 SSP-SP e do CPF nº. 332.926.098-01, residente e domiciliado na R. Pde. Anchieta, 321, casa 2, Macuco Santos — SP, CEP 11015-120, JOSÉ ORLANDO PEREIRA MIRANDA; brasileiro; solteiro; motorista; portador do RG 188354499 SSP/SP; e do CPF nº: 056.968.088-32; residente e domiciliado Estrada Municipal do Espigão 684, Cotia-SP, CEP: 06.710-500, doravante denominados membros da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores - ABRAVA, fundada em 30 de abril de 2013, inscrita no CNPJ 18.148.962/0001-58. Presidindo a Assembleia esteve o Sr. WALLACE COSTA LANDIM, que nomeou a mim, JOÃO LUIZ VAZ PIMENTEL, associada para secretariar a assembleia. A Assembleia Extraordinária foi convocada para: (a) destituir a diretoria e conselho fiscal atuais, cujo mandato vencem em 09 de julho de 2022; (b) eleição de nova diretoria (c) eleição de novo conselho fiscal; (d) apresentação e aprovação do Balanço Patrimonial da associação; (e) alterações no Estatuto da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores para estar em conformidade com a legislação nacional alteração da base territorial e atividades desempenhadas. Dando início aos trabalhos, o presidente informou que a Associação está em estado de inatividade financeira desde a sua constituição, em razão de seus diretores não estarem agindo de forma ativa na direção dos negócios da associação, em razão disso, vê-se a necessidade de desconstituir a diretoria e conselho fiscal atuais e eleger nova diretoria para que então possamos retomar os trabalhos da associação, o que após discutido e votado, foi aprovado por unanimidade. Posteriormente foi apresentaram uma chapa única para eleição da Diretoria Administrativa e Conselho Fiscal da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores, resultando nos seguintes nomes eleitos, por maioria absoluta: a) **Diretoria Administrativa: Diretor Presidente: WALLACE COSTA LANDIM**, brasileiro, casado, motorista, portador do RG no. 17.478.043-6 SSP-SP e CPF no. 200.896.15832, residente e domiciliado na Rua VB-12, nº. 93, Vereda dos Buritis, Catalão — GO, CEP 75.709-637; **Diretora Secretária: JOÃO LUIZ VAZ PIMENTEL**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº. 43.011.067-4 SSP/SP e do CPF nº. 077.961.584-08, residente e domiciliado na Avenida Compositor Limeira Tejó, 192, Universitário, Caruaru-PE, CEP: 55.016-700.; **Diretora Financeira: SHIRLEY COSTA LANDIM**, brasileira, vivendo em união estável, aposentada, portadora do RG nº.



1º Ofício da Brasília - DF
Protocolo e Registro

Assinaturas manuscritas em azul, incluindo uma assinatura grande no topo e várias outras assinaturas menores e abreviadas ao longo da margem direita.



Marcelino, qd.13 lt. 14, n. 4510, Loteamento Estrela, Catalão — GO, CEP 75.710-760;

Vice-Diretor Presidente: LEANDRO DIAS, brasileiro, vivendo em união estável, técnico em contabilidade, portador do RG n°. 34.811.859-4 SSP-SP e do CPF n°. 227.102.478-10,

residente e domiciliado na Av. José Marcelino, qd.13 lt. 14, a 4510, Loteamento Estrela, Catalão — GO, CEP 75.710-760. **b) Conselho Fiscal: 1º Conselheiro: ADILSON**

GOMES, brasileiro, casado, secretário, portador do RG n°. 20.628.068-3 SSP-SP e do CPF no. 119.359.058-21, residente e domiciliado na Rua Alfredo Roberto Alves, 169, Id.

Centenário, Campinas —SP, CEP 13.045-115; **2º Conselheiro: ROGÉRIO NUNES**

BORGES, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG n°. 25.507.552-2 e do CPF n°. 263.059.878-07, residente e domiciliado na Rua Bibiano Claro Roman, 51, PQ. da

Figueira I, Paulínia SP, CEP 13.140-836; **3º Conselheiro: EDUARDO MENDES**

GARCIA, brasileiro, casado, motorista, portador do RG n°. 77348850 SSP-SP e do CPF n°. 003.433.768-73, residente e domiciliado na Rua C-235, Qd. 541, L. 3, SM, Jardim América,

Goiânia — GO, CEP 74.290-050; **c) Suplente do Conselho Fiscal: 1º Suplente do**

Conselho Fiscal: ALEXANDRE BATISTA PATRÍCIO, brasileiro, casado, motorista, portador do RG no. 11329463 SSP-MG e do CPF n°. 048.675.896-67, residente e domiciliado

Av. José Puccinelli 01453, Bairro São José, João Aranha, Paulínia — SP, CEP 13.140-000; **2º**

Suplente do Conselho Fiscal: MARCELO APARECIDO SANTOS DA PAZ, brasileiro, solteiro, motorista, portador do RG n°. 27.421.565-2 SSP-SP e do CPF n°. 332.926.098-01,

residente e domiciliado na R. Pde. Anchieta, 321, casa 2, Macuco, Santos — SP, CEP 11015-120; **3º Suplente do Conselho Fiscal: JOSÉ ORLANDO PEREIRA**

MIRANDA; brasileiro; solteiro; motorista; portador do RG188354499 SSP/SP; e do CPF n°. 056.968.088-32; residente e domiciliado Estrada Municipal do Espigão

684, Cotia-SP, CEP: 06.710-500, todos com mandato de 4 (quatro) anos, com exceção do presidente que o mandato é de 12 (doze) anos. Estando os eleitos presentes, foram

empossados de imediato, passando a partir desta data a exercer os poderes e responsabilidades determinados pelo estatuto. Dando continuidade o presidente **apresentou as**

contas referente aos exercícios de 2018 e 2019 e os respectivos balanços patrimoniais, explanado sobre todos os itens, o que foi analisado, votado e aprovado por unanimidade.

Após foi deliberado sobre os pedidos de demissão dos associados: **SOCRATES QUINTINO MARQUES**, brasileiro, divorciado, motorista, portador do RG n°. 405443

DGPC-GO e do CPF n°. 878.691.791-91, residente e domiciliado na Av. Santo Agostinho, n°. 31, Vila Cruzeiro II, Catalão —GO, CEP: 75.703-710; **CLOVIS FERREIRA CINTRA**,

brasileiro, casado, motorista, portador do RG n°. 5.828.797-0 SSP-PR e do CPF n°. 829.525.079-53, residente e domiciliado na Rua 96, n°. 1225, Setor Eldorado, Catalão —

GO, CEP 75.710-873; **LEANDRO HENRIQUE RODRIGUES DA CUNHA**, brasileiro, motorista, portador do RG n°. 3497866-7899289 DGPC-GO e do CPF n°. 804.839.681-53,



1º. Ofício de Registro de DF de Protocolos e Registro 159077

Registro de Passagem Judicial



GO, CEP 75.708-620; ROBINSON CARVALHO DOMINGUES, brasileiro, motorista, portador do RG n.º 32.124.705-X SESP-SP e do CPF n.º 225.542.65879, residente e domiciliado na Rua Barka, Qd. 03, Lt. 70, n.º 48, Setor Dona Matilde, Catalão — GO, CEP: 75.701-000; NELSON DIVINO CARNEIRO, brasileiro, motorista, portador do RG n.º 2485839 SSP-GO e CPF n.º 438.112.211-91, residente e domiciliado na Rua 93, n.º 1179, Jd. Bela Vista, Catalão — GO, CEP 75.701-972; IALDO GONÇALVES, brasileiro, motorista, portador do RG n.º 4.465.473-3 SSP-PR e do CPF n.º 572.039.119-34, residente e domiciliado na Rua Antônio Horácio Pereira, 970, Bairro Ipanema Catalão — GO, CEP: 75.705-150; RONILSON JOSÉ DO PRADO, brasileiro, motorista, portador do RG n.º 1.969.619 SSP-DF e do CPF n.º 721.290.341-87, residente e domiciliado na Rua 02, Qd. 12, Lt. 15, Setor Asa Sul, Campo Alegre de Goiás, CEP: 75795-000; CLÁUDIO HONORATO PEREIRA, brasileiro, motorista, portador do RG n.º M3541338, SSP-MG, CPF n.º 595.437.526-72, residente e domiciliado na Rua E, n.º 939, São Francisco, Catalão — GO, CEP 75.707-050; JULIANO PAIVA DA SILVA, brasileiro, solteiro, motorista, portador do RG n.º 3941104 DGPC-GO e CPF n.º 018.657.691-93, residente e domiciliado na Rua 97-A, n.º 69, Setor Eldorado, Catalão — GO, CEP: 75.709-879, o que foram analisados e aprovados por unanimidade, sem ressalvas, sendo que desta data em diante não mais fazem parte da associação nem a representam, não sendo responsáveis por nenhum ato por ela praticado, a partir desta data. Em continuidade, o presidente informou sobre a necessidade de se proceder a alteração do endereço da sede da associação, indicando como novo endereço Setor Comercial Sul, Quadra 06, Ed. Arnaldo Dumont Villares, Sala 505 - Asa Sul Brasília - DF | CEP: 70324-900. A alteração que deverá ser registrada nos documentos da associação, foi avaliada, votada e aprovado por unanimidade. Em seguida foi lida a proposta de alteração do Estatuto que, após analisado e votado, foi aprovado por unanimidade as seguintes alterações:

Alteração do caput do art. 1º do Estatuto, passa a dispor com a seguinte redação:

“A Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores, representada pela sigla **ABRAVA**, fundada em 30 de abril de 2013, com **sede e foro na cidade de Brasília - DF, no endereço situado no Setor Comercial Sul, Quadra 06, Ed. Arnaldo Dumont Villares, Sala 505 - Asa Sul - Brasília - DF | CEP: 70324-900**, é entidade associativa de primeiro grau, democrática, autônoma em relação ao Estado, sem fins lucrativos, com tempo de duração indeterminado, integrante do sistema associativo, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, com base territorial nacional, constituída para fins de estudo, coordenação, orientação, proteção, representação e defesa dos seus associados, tendo como princípio fundamental o



1.º Ofício de Brasília - DF
Protocolo e Registro
59077
Registro de Pessoas Jurídicas

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



buscando melhores condições de empregabilidade, prestação de serviços e na busca do melhor custo benefício de insumos;”;

Alteração do parágrafo único do art. 1º, passa a vigorar com a seguinte redação:

“A categoria profissional, representada pela associação compreende todos os condutores de veículos automotores de transportes rodoviários, interestaduais, estaduais e municipais, previsto no quadro de atividades e profissões a que se refere o anexo do art. 577 da CLT, e de todos os motoristas em geral, inclusive com categoria profissional diferenciada, tais como os que prestam serviços de transportes rodoviários de passageiros (municipal, intermunicipal, interestaduais e internacionais), transportes coletivos de passageiros urbanos, metropolitanos, inclusive em automóvel de aluguel, taxi, motorista de aplicativo **ou outras plataformas de comunicação em rede**, transporte de passageiros por fretamento (turismo e escolar), inclusive na zona rural; Transporte rodoviários de cargas (municipal, intermunicipal, interestaduais, e internacionais) em geral e em especial os TAC – Transportador Autônomo de Cargas e as ETC – Empresas de Transporte de Cargas, inclusive as equiparadas a TAC; Todos os condutores de veículos rodoviários, inclusive com categoria profissional diferenciada, condutores de veículo em geral, condutores de veículos profissionais habilitados nas categorias A, B, C, D e E, e outras categorias que por ventura sejam estabelecidas a teor do art. 143 do CTB – Código Brasileiro de Trânsito; Motociclistas, operadores de máquinas e/ou empilhadeiras, tratorista, inclusive como categoria diferenciada, condutores de trator de roda, trator de esteira, trator misto, condutores de equipamento automotor destinado a movimentação de cargas ou execução de trabalho agrícola, de terraplenagem, de construção ou pavimentação, habilitados nas categorias C, D e E, do art. 144 do CTB; ajudantes de motorista com categoria similar, entendidos aqueles que, com exclusividade e em caráter permanente, auxiliam o motorista em cargas, descargas e manobras, com ele permanecendo durante o transporte, bem como pessoas físicas e jurídicas detentoras de veículos automotores;”;

O Parágrafo único do artigo 2º, passa a vigorar com a seguinte redação:

“As contribuições e mensalidades pagas pelos associados não serão devolvidas em caso de desfiliação, **de advertência, suspensão e de eliminação do quadro social.**”;

A alínea “a” do artigo 2º, passa a dispor com a seguinte redação:



1º Ofício da OAB/DF - DF
Nº de Protocolo e Registro

159077

Registro de Pessoas Jurídicas



“Representar, perante os poderes executivo, legislativo e judiciário e demais pessoas físicas e jurídicas, os interesses gerais da categoria dos condutores de veículos automotores e celebrar convênios de interesse da categoria.”;

A alínea “f” do artigo 2º, passa a dispor com a seguinte redação:

“Interceder junto às autoridades administrativas, executivas, judiciárias, **terceiro setor** e legislativas, no sentido do rápido andamento de processos e procedimentos dando solução a problemas que direta ou indiretamente, digam respeito aos interesses dos seus associados;”;

A alínea “g” do artigo 2º, passa a dispor com a seguinte redação:

“Criar, serviços de assessoria e consultoria técnica para assuntos técnicos, jurídicos, econômicos, sociais e culturais, ligados à sua área de atuação, de competência exclusiva do Diretor Presidente.”;

A alínea “i” do artigo 2º, passa a dispor com a seguinte redação:

“Receber indicação de Emendas Parlamentares, investimentos em projetos do governo e de empresas privadas;”;

A alínea “j” do artigo 2º, passa a dispor com a seguinte redação:

“buscar todos os meios jurídicos e legislativos necessários para que, a profissão de motorista tenha o seu conselho profissional com todas as garantias legais.”;

A alínea “n” do artigo 2º, passa a dispor com a seguinte redação:

“Impetrar **mandado** de segurança coletivo e ajuizar ações coletivas ou individuais, na forma contida na Constituição Federal em nome dos integrantes da categoria representada;”;

A alínea “r” do artigo 2º, passa a dispor com a seguinte redação:

“Desenvolver relações sociais e trabalhistas, na defesa dos interesses da categoria, promovendo sempre que necessário, negociações coletivas, paralisações, greves,



1º Círculo de Brasília - DF
Nº de Protocolo e Registro

159077

Registro de Passagem Jurídica



buscando estabelecer a melhoria de condições de trabalho, remuneração, dignidade no desempenho de suas funções laborais e garantia de contrato;”;

A alínea “f” do artigo 3º, passa a dispor com a seguinte redação:

“Estabelecer contrato de prestação jurídica, sem vínculo com a contribuição mensal do associado, para serviços de assistência judiciária para os associados, visando a proteção profissional, desde que este esteja adimplente com suas obrigações financeiras com a associação;”;

A alínea “b” do artigo 10, passa a dispor com a seguinte redação:

“Candidatar-se aos postos eletivos da associação, desde que tenha, no mínimo, 3 (três) anos de associado e esteja adimplente, nos últimos 6 (meses) com suas obrigações financeiras com a associação, respeitadas as condições previstas neste estatuto e na legislação que estiverem vigor;”;

A alínea “d” do artigo 10, passa a dispor com a seguinte redação:

“Gozar dos serviços assistenciais direta ou indiretamente prestados pela associação de conformidade com as normas e as condições previamente estabelecidas, por meio de regulamento próprio para cada setor;”;

A alínea “e” do artigo 10, passa a dispor com a seguinte redação:

“Só poderão utilizar os benefícios assistenciais jurídicos o associado se conveniar com o escritório jurídico, e que estiver em dia com suas obrigações financeiras com esta associação;”;

A alínea “f” do artigo 10, passa a dispor com a seguinte redação:

“Requerer à diretoria, juntamente com o número nunca inferior a 20% (vinte por cento) dos associados, a convocação da Assembléia Geral Extraordinária, justificando-a pormenorizadamente;”;

A alínea “a” do artigo 11, passa a dispor com a seguinte redação:



1º Ofício de Brasília - DF
Registro de Pessoas Jurídicas
159077



“Votar nas eleições da associação, que tenha, no mínimo, 3 (três) anos de associado e tenha mais de 6 (seis) meses adimplente com as obrigações da associação;”;



A alínea “h” do artigo 11, passa a dispor com a seguinte redação:

“Não falar em nome da entidade ou de seus dirigentes, salvo autorização expressa da diretoria, respeitada a competência de cada Diretor;”;

1º Ofício da Brasília - DF
Nº de Protocolo e Registro
159077
Registro de Posseção Jurídica

O Parágrafo único do artigo 19, passa a dispor com a seguinte redação:

“A convocação das assembleias ordinárias e extraordinárias será feita por meio do sítio: <https://www.abrava.org/>, com antecedência mínima de três dias, e/ou afixada cópias na sede da entidade, ou por editais de convocação afixados na sede da associação e demais delegacias quando houver.”;

A alínea “e” do artigo 20, passa a dispor com a seguinte redação:

“O *quorum* para a validade da assembleia será da metade mais um dos associados quites. Não obtidos esse *quorum* em primeira convocação com qualquer número de associados presentes em segunda convocação.”;

A alínea “b” do artigo 22, passa a dispor com a seguinte redação:

“A requerimento por escrito dos associados, em número de 1/5 (um quinto), no mínimo, os quais especificarão pormenorizadamente os motivos da convocação.”;

O artigo 23, passa a dispor com a seguinte redação:

“A convocação da assembleia geral extraordinária, quando feita pela maioria da diretoria, pelo conselho fiscal, ou pelos associados, não poderá opor-se ao presidente da associação, que terá que tomar providências para a sua realização dentro de dez dias úteis contados da entrada do requerimento na secretaria.”;

O §2 do art. 24, passa a dispor com a seguinte redação:



“A votação nas assembleias de que trata este artigo, quando processado com voto a descoberto, após os debates, deverá ser livre, sem coação, podendo os associados **justificar** seus votos perante o plenário.”;



O artigo 27, passa a dispor com a seguinte redação:

“Realizar-se-ão assembleias gerais eleitorais para a eleição da diretoria, respeitado o art. 28, parte final, conselho fiscal, delegados representantes junto ao conselho da associação e para eleição de representantes da categoria profissional junto a órgão de representação classista, de acordo com regulamento eleitoral, que integra os estatutos.”;

1º Círculo de Brasília - DF
159077
Registro de Pessoas Jurídicas

O artigo 28, passa a dispor com a seguinte redação:

“A associação será dirigida por uma diretoria executiva constituída de três membros efetivos sendo um Diretor Presidente, um Diretor Secretário, um Diretor Financeiro e um membro suplente sendo um Vice Diretor Presidente, eleitos pela assembleia geral dos associados, com exceção das delegacias e seções onde a diretoria será composta por um diretor secretário, um diretor financeiro e seus respectivos suplentes de conformidade com as condições previstas no presente estatuto, e terão os seus mandatos por quatro anos, **salvo a vaga de Diretor Presidente, que terá seu mandato de 12 (doze) anos.**”;

O §3º do artigo 28, passa a dispor com a seguinte redação

“A diretoria das delegacias e seções **será composta** da seguinte forma: Diretor Secretário e suplente, Diretor Financeiro e suplente e Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e três suplentes”;

O §4º do artigo 28, passa a dispor com a seguinte redação:

“A chapa para o pleito eleitoral deverá ser formada em conjunto: Associação, Delegacias e Seções, respeitado o art. 28, parte final.”;

O artigo 32, passa a dispor com a seguinte redação:

“Ao Diretor Secretário compete, com mandato por quatro anos”;



A alínea "c" do artigo 35, passa a dispor com a seguinte redação:

"Elaborar documentos de conferência dos valores em caixa;"

1º Ofício de Brasília - DF
Nº 6º Protocolo e Registro

159077

Registro de Pessoas Jurídicas



O artigo 42, passa a dispor com a seguinte redação:

"A Junta Governativa Provisória, constituída nos termos do artigo anterior, procederá às diligências necessárias para a realização de novas eleições gerais, no prazo improrrogável de 90 (noventa dias).";

A alínea "h" do artigo 45, passa a dispor com a seguinte redação:

"Emendas Parlamentares";

O artigo 52, passa a dispor com a seguinte redação:

"A associação promoverá sempre que estiver ao seu alcance, palestras, cursos, debates e esclarecimentos de temas relacionados aos direitos e garantias dos trabalhadores da categoria profissional representada, visando à promoção do bem-estar social.";

O artigo 56, passa a dispor com a seguinte redação:

"O presente estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação, e só poderá ser reformado em assembléia geral extraordinária para esse fim especialmente convocado, obedecido o quorum de 50% mais um dos associados em gozo de seus direitos na associação em primeira convocação e, em segunda convocação por maioria simples dos associados presentes, prescrevendo em cinco dias o prazo para impugnação de quaisquer de seus dispositivos, perante a autoridade competente, contatos da data de sua aprovação.";

Acrescenta-se parágrafo único ao artigo 56, que passa a dispor com a seguinte redação:

"No caso de mudança do prazo de mandato de Diretor Presidente, será necessária a presença, no mínimo, do quorum de 2/3 (dois terços) dos associados que não estejam inadimplentes, ou com a autorização do Diretor Presidente que



em gozo de seus direitos na associação em primeira convocação e, em segunda convocação por maioria simples dos associados presentes.”;

Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Assembleia, estando todas as deliberações da mesma na presente Ata de Assembleia Extraordinária a qual lavrei e subscrevo, juntamente com a nova diretoria e conselho fiscal eleito para os devidos fins de direito.

Catalão/GO, 27 de janeiro de 2020.



1º Ofício da Brasília - DF
Nº 64 Protocolo e Registro
159077
Registro de Pessoas Jurídicas

RECONHECIMENTO DE FIRMA NO VERSO

Wallace Costa Landim
WALLACE COSTA LANDIM
Diretor Presidente

Shirley Costa Landim
SHIRLEY COSTA LANDIM
Diretor Financeiro

João Luiz Vaz Pimentel
JOÃO LUIZ VAZ PIMENTEL
Diretor Secretário

Leandro Dias
LEANDRO DIAS
Vice-Diretor Presidente

Adilson Gomes
ADILSON GOMES
1º Conselheiro Fiscal

Rogério Nunes Borges
ROGÉRIO NUNES BORGES
2º Conselheiro Fiscal

Eduardo Mendes Garcia
EDUARDO MENDES GARCIA
3º Conselheiro Fiscal

Alexandre Batista Patrício
ALEXANDRE BATISTA PATRÍCIO
1º Suplente do Conselho Fiscal

Marcelo Aparecido Santos da Paz
MARCELO APARECIDO SANTOS DA PAZ
2º Suplente do Conselho Fiscal

José Orlando Pereira Miranda
JOSÉ ORLANDO PEREIRA MIRANDA
3º Suplente do Conselho Fiscal

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabela de Notas do Município de Paulínia
Dout. Pedro Valdeci Salmazo - Oficial e Tabelião
R. Adão Fernandes Sara, 103 - CEP 13140-000 - Paulínia - SP - Fone/Fax (19) 3874-8900

Reconheço por semelhança SEM valor econômico a(s) firma(s) de:
ROGERIO NUNES BORGES (22983), ALEXANDRE BATISTA PATRÍCIO (78485), Dou fé.
Paulínia-SP, 07 de Mai de 2020. Em Test: da verdade.

JOSE HENRIQUE PENACHIN JESCREVENTE
Ced Seg. 48562830450 - R\$ 3.000,00 - 654 Total: 13,00



Cartório Marcelo Ribas
1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL, CASAMENTOS, PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
SCS Del. 08 B1 8-60 Sala 149-E Venâncio Shopping - Av. Sul - Brasília-DF CEP: 70.333-900
Site: www.cartoriomarcosribas.com.br Email: cartoriomarcosribas@ofertena.com.br Tel: (61) 3224-0220

Registrado e Arquivado sob o número 50011618 do livro n. A-115 em 24/08/2020. Protocolado e Digitalizado sob nº00159077
Em 24/08/2020 Dou fé.

Titular: **Marcelo Castano Ribas**
Rosimar Alves de Jesus
Selo: TJDFT2020021003634UEQU
para consultar www.tjdf.jus.br

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Escr. Jure Oliveira da Silva
Escr. Jure Silvana
BRASIL

Digitalizado com CamScanner



CARTÓRIO DE REGISTRO TÍTULOS E DOCUMENTOS, PROTESTO E TABELAMENTO 7º DE NOTAS DE CATALÃO-GO
 CNPJ: 02.713.044/0001-88 TABELAÇÃO MAURO RIBEIRO SAMPAIO
 AV. RAULINA FONSECA PASCHOAL, Nº 1.780 - CENTRO - CEP 75701-400 - CATALÃO-GO - TELEFONE: (54) 3441-2503 FAX: (54) 3442-8014

Reconheço por verdadeira a(s) firma(s) de:
WALLACE COSTA LANDIM
 Dou Fé. Em testemunho da verdade.
 Catalão - GO, 15 de junho de 2020

Vanessa Ferreira da Silva Machado - Escrevente
 Selo Digital 01372006122906209480149 consulte este selo em: <http://extrajudicial.tigrajus.br/Emulmentos>, R\$4,87 Fundos: R\$ 1,93 Total: 6,80 - ISECON: 0,00

Valido somente com o selo de autenticidade
 QUAQUER EMENDA OU RASURA SERA CONSIDERADO COMO INDICIO DE ADULTERACAO OU TENTATIVA DE FRAUDE

CARTÓRIO DE REGISTRO TÍTULOS E DOCUMENTOS, PROTESTO E TABELAMENTO 7º DE NOTAS DE CATALÃO-GO
 CNPJ: 02.713.044/0001-88 TABELAÇÃO MAURO RIBEIRO SAMPAIO
 AV. RAULINA FONSECA PASCHOAL, Nº 1.780 - CENTRO - CEP 75701-400 - CATALÃO-GO - TELEFONE: (54) 3441-2503 FAX: (54) 3442-8014

Reconheço por verdadeira a(s) firma(s) de:
WALLACE COSTA LANDIM
 Dou Fé. Em testemunho da verdade.
 Catalão - GO, 15 de junho de 2020

Vanessa Ferreira da Silva Machado - Escrevente
 Selo Digital 01372006122906209480149 consulte este selo em: <http://extrajudicial.tigrajus.br/Emulmentos>, R\$4,87 Fundos: R\$ 1,93 Total: 6,80 - ISECON: 0,00

Valido somente com o selo de autenticidade
 QUAQUER EMENDA OU RASURA SERA CONSIDERADO COMO INDICIO DE ADULTERACAO OU TENTATIVA DE FRAUDE

CARTÓRIO DE REGISTRO TÍTULOS E DOCUMENTOS, PROTESTO E TABELAMENTO 7º DE NOTAS DE CATALÃO-GO
 CNPJ: 02.713.044/0001-88 TABELAÇÃO MAURO RIBEIRO SAMPAIO
 AV. RAULINA FONSECA PASCHOAL, Nº 1.780 - CENTRO - CEP 75701-400 - CATALÃO-GO - TELEFONE: (54) 3441-2503 FAX: (54) 3442-8014

Reconheço por verdadeira a(s) firma(s) de:
SHIRLEY COSTA LANDIM
 Dou Fé. Em testemunho da verdade.
 Catalão - GO, 15 de junho de 2020

Vanessa Ferreira da Silva Machado - Escrevente
 Selo Digital 01372006122906209480151 consulte este selo em: <http://extrajudicial.tigrajus.br/Emulmentos>, R\$4,87 Fundos: R\$ 1,93 Total: 6,80 - ISECON: 0,00

Valido somente com o selo de autenticidade
 QUAQUER EMENDA OU RASURA SERA CONSIDERADO COMO INDICIO DE ADULTERACAO OU TENTATIVA DE FRAUDE

CARTÓRIO DE REGISTRO TÍTULOS E DOCUMENTOS, PROTESTO E TABELAMENTO 7º DE NOTAS DE CATALÃO-GO
 CNPJ: 02.713.044/0001-88 TABELAÇÃO MAURO RIBEIRO SAMPAIO
 AV. RAULINA FONSECA PASCHOAL, Nº 1.780 - CENTRO - CEP 75701-400 - CATALÃO-GO - TELEFONE: (54) 3441-2503 FAX: (54) 3442-8014

Reconheço por verdadeira a(s) firma(s) de:
SHIRLEY COSTA LANDIM
 Dou Fé. Em testemunho da verdade.
 Catalão - GO, 15 de junho de 2020

Vanessa Ferreira da Silva Machado - Escrevente
 Selo Digital 01372006122906209480151 consulte este selo em: <http://extrajudicial.tigrajus.br/Emulmentos>, R\$4,87 Fundos: R\$ 1,93 Total: 6,80 - ISECON: 0,00

Valido somente com o selo de autenticidade
 QUAQUER EMENDA OU RASURA SERA CONSIDERADO COMO INDICIO DE ADULTERACAO OU TENTATIVA DE FRAUDE

CARTÓRIO DE REGISTRO TÍTULOS E DOCUMENTOS, PROTESTO E TABELAMENTO 7º DE NOTAS DE CATALÃO-GO
 CNPJ: 02.713.044/0001-88 TABELAÇÃO MAURO RIBEIRO SAMPAIO
 AV. RAULINA FONSECA PASCHOAL, Nº 1.780 - CENTRO - CEP 75701-400 - CATALÃO-GO - TELEFONE: (54) 3441-2503 FAX: (54) 3442-8014

Reconheço por verdadeira a(s) firma(s) de:
JOAO LUIZ VAZ PIMENTEL
 Dou Fé. Em testemunho da verdade.
 Catalão - GO, 15 de junho de 2020

Vanessa Ferreira da Silva Machado - Escrevente
 Selo Digital 01372006122906209480153 consulte este selo em: <http://extrajudicial.tigrajus.br/Emulmentos>, R\$4,87 Fundos: R\$ 1,93 Total: 6,80 - ISECON: 0,00

Valido somente com o selo de autenticidade
 QUAQUER EMENDA OU RASURA SERA CONSIDERADO COMO INDICIO DE ADULTERACAO OU TENTATIVA DE FRAUDE

CARTÓRIO DE REGISTRO TÍTULOS E DOCUMENTOS, PROTESTO E TABELAMENTO 7º DE NOTAS DE CATALÃO-GO
 CNPJ: 02.713.044/0001-88 TABELAÇÃO MAURO RIBEIRO SAMPAIO
 AV. RAULINA FONSECA PASCHOAL, Nº 1.780 - CENTRO - CEP 75701-400 - CATALÃO-GO - TELEFONE: (54) 3441-2503 FAX: (54) 3442-8014

Reconheço por verdadeira a(s) firma(s) de:
JOAO LUIZ VAZ PIMENTEL
 Dou Fé. Em testemunho da verdade.
 Catalão - GO, 15 de junho de 2020

Vanessa Ferreira da Silva Machado - Escrevente
 Selo Digital 01372006122906209480153 consulte este selo em: <http://extrajudicial.tigrajus.br/Emulmentos>, R\$4,87 Fundos: R\$ 1,93 Total: 6,80 - ISECON: 0,00

Valido somente com o selo de autenticidade
 QUAQUER EMENDA OU RASURA SERA CONSIDERADO COMO INDICIO DE ADULTERACAO OU TENTATIVA DE FRAUDE

Catálogo Notarial do Brasil
 Selo Digital
 111393
 FIRMA 1
 S10253AA0491840

1º TABELAÇÃO DE NOTAS CAMPAGNONE - BEL WILLIAM'S CAMPAGNONE
 Pádua (19) 3737-3737 - E-mail: prontuario@belwilliamscampagnone.com.br
 Site: www.belwilliamscampagnone.com.br

Reconheço a semelhança da firma sem valor econômico de **ADILSON GOMES**
 (Ficha 818165) Custas R\$ 6,55

Dou fé. Em testemunho da verdade.
 Campinas-SP 13/06/2020

Antony Nelson Marchesani - Escrevente
 Válido com o(s) selo(s) 0195AA0904384

AV. DR. JESUINO MARCONDES MACHADO, 169
 FONE (19) 3737-3737 - CAMPINAS - SP
 ESCRITÓRIO AUTORIZADO
 ANTONY NELSON MARCHESANI

4º CARTÓRIO DE NOTAS DE SANTOS - SP
 Estado Franca Tavares da Silva - Tabelação Titular
 Av. Dr. Pedro Lessa, 272 - Embaixada - Santos/SP - CEP: 11025-002 - Tel: (13) 2161-6400 - Fax: (13) 2104-4416

Reconheço por semelhança SEM VALOR econômico de:
FRANCA NOTAS
 Santos, 12/05/2020, Em test. da Verdade.
 TACIANA ALVES - ESCRIVENTE AUTORIZADA
 Valor: R\$ 6,42. Selo nº: 0947AA0348608

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

REGISTRO CIVIL TABELAMENTO DE NOTAS
 Avenida Dr. Lúcio Costa, 871 - São Marcos - CEP 11240-000
 Santos - SP - Fone: (13) 3252-0000 / (13) 3252-0001

Reconheço por Verdadeira a assinatura de **EDUARDO MENDES GARCIA** por ter assinado na minha presença. Dou Fé.
 0174* FAMUTZJPK-688374-12* Goiânia, 06/07/2020 - 15:55:50h.
 Em Test. da Verdade.
 Jackeline Pacheco Caldas - Escrevente





**CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO
SOCIAL**

DA

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS
CONDUTORES DE VEÍCULOS
AUTOMOTORES**

ABRAVA

Scanned by CamScanner



Janete Pereira da Silva
02/03/2022



Sumário

CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL.....	2
TÍTULO 1.....	2
CAPÍTULO ÚNICO - DA INSTITUIÇÃO, OBJETIVOS E FINS:.....	2
TÍTULO 2.....	3
CAPÍTULO 1 - DAS PRERROGATIVAS E DEVERES DA ASSOCIAÇÃO:.....	3
CAPÍTULO 2 - CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO.....	6
TÍTULO 3.....	6
CAPÍTULO 1 - DOS INTEGRANTES DA CATEGORIA REPRESENTADA.....	6
CAPÍTULO 2 - DO QUADRO SOCIAL.....	7
CAPÍTULO 3 - DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS.....	7
CAPÍTULO 4 - DAS PENALIDADES AOS ASSOCIADOS.....	9
CAPÍTULO 5 - DA ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO.....	10
CAPÍTULO 6 - DA ASSEMBLEIA GERAL.....	11
CAPÍTULO 7 - DA DIRETORIA.....	13
SEÇÃO I - DO DIRETOR PRESIDENTE.....	15
SEÇÃO II - DO DIRETOR SECRETÁRIO.....	16
SEÇÃO III - DO CONCELHO FISCAL.....	17
TÍTULO 4.....	18
CAPÍTULO ÚNICO - DA PERDA DO MANDATO.....	18
TÍTULO 5.....	18
CAPÍTULO ÚNICO - DAS SUBSTITUIÇÕES.....	18
TÍTULO 6.....	20
CAPÍTULO ÚNICO - DO PATRIMÔNIO DA ASSOCIAÇÃO.....	20
TÍTULO 7.....	20
CAPÍTULO ÚNICO - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	20



JULIANA DE OLIVEIRA BANDEIRA BUZINARO
04/03/2022

03/02/22

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
ABRAVA

CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

TÍTULO 1

CAPÍTULO ÚNICO - DA INSTITUIÇÃO, OBJETIVOS E FINS:

Art. 1º - A Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores, representada pela sigla ABRAVA, fundada em 30 de abril de 2013, com sede e foro na cidade de Catalão - GO, no endereço situado na Rua Diva Braga Gomides, 489, sala 2, Bairro Jardim Florença, Catalão - GO, CEP 75.708-620 é entidade associativa de primeiro grau, democrática, autônoma em relação ao estado, sem fins lucrativos, com tempo de duração indeterminado, integrante do sistema associativo, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, com base territorial nacional, constituída para fins de estudo, coordenação, orientação, proteção, representação e defesa dos seus associados, tendo como princípio fundamental o prisma da autonomia, liberdade associativa, laboral e da solidariedade profissional, buscando melhores condições de empregabilidade, prestação de serviços e na busca do melhor custo benefício de insumos.

Parágrafo único - A categoria profissional, representada pela associação compreende todos os condutores de veículos automotores de transportes rodoviários, interestaduais, estaduais e municipais, previsto no quadro de atividades e profissões a que se refere o anexo do art. 577 da CLT, e de todos os motoristas em geral, inclusive com categoria profissional diferenciada, tais como os que prestam serviços de transportes rodoviários de passageiros (municipal, intermunicipal interestaduais e internacionais), transportes coletivos de passageiros urbanos, metropolitanos, inclusive em automóvel de aluguel, taxi, motorista de aplicativo, transporte de passageiros por fretamento (turismo e escolar), inclusive na zona rural; Transporte rodoviários de cargas (municipal, intermunicipal, interestaduais, e internacionais) em geral e em especial os TAC - Transportador Autônomo de Cargas e as ETC - Empresas de Transporte de Cargas, inclusive as equiparadas a TAC; Todos os condutores de veículos rodoviários, inclusive com categoria

Scanned by CamScanner



Juliana de Oliveira Bandeira Buzinaro
04/03/2022

04/03/22

profissional diferenciada, condutores de veículo em geral, condutores de veículos profissionais habilitados nas categorias A, B, C, D e E, e outras categorias que por ventura sejam estabelecidas a teor do art. 143 do CTB - Código Brasileiro de Trânsito; Motociclistas, operadores de máquinas e/ou empilhadeiras, tratorista, inclusive como categoria diferenciada, condutores de trator de roda, trator de esteira, trator misto, condutores de equipamento automotor destinado a movimentação de cargas ou execução de trabalho agrícola, de terraplenagem, de construção ou pavimentação, habilitados nas categorias C, D e E, do art. 144 do CTB; ajudantes de motorista com categoria similar, entendidos aqueles que, com exclusividade e em caráter permanente, auxiliam o motorista em cargas, descargas e manobras, com ele permanecendo durante o transporte, bem como pessoas físicas e jurídicas detentoras de veículos automotores.

TÍTULO 2

CAPÍTULO 1 - DAS PRERROGATIVAS E DEVERES DA ASSOCIAÇÃO:

Art. 2º. - Das prerrogativas:

- a) Representar, perante os poderes executivo, legislativo e judiciário e demais pessoas físicas e jurídicas, os interesses gerais da categoria dos condutores de veículos automotores e, de igual forma, os interesses individuais de seus associados;
- b) Proteger por todos os meios ao seu alcance os interesses gerais da categoria profissional abrangida por esse tipo de atuação perante as autoridades constituídas;
- c) Promover a unicidade e a solidariedade entre os condutores de veículos automotores representados pela associação;
- d) Celebrar convenções, acordos, contrato coletivo e contratos de prestação de serviços de condução de veículos automotores em geral, bem como representar seus associados em contrato de locação de veículos com e sem motorista;
- e) Estabelecer contribuições a todos os associados representados pela associação conforme deliberações em assembleia geral;

Parágrafo único: As contribuições e mensalidades pagas pelos associados não serão devolvidas em caso de desfiliação;

- f) Interceder junto às autoridades administrativas, executivas, judiciárias, e legislativas, no sentido do rápido andamento de

Scanned by CamScanner



Juliana de Oliveira Bandeira Buzinaro
OAB/SP 25845

05/12/22

- processos e procedimentos dando solução a problemas que direta ou indiretamente, digam respeito aos interesses dos seus associados;
- g) Criar serviços de assessoria e consultoria técnica para assuntos técnicos, jurídicos, econômicos, sociais e culturais, ligados à sua área de atuação;
 - h) Impor e arrecadar contribuição de todos os associados conforme decisão da assembleia que participar da associação representada através de acordos, convenções, contratos ou dissídios coletivos de trabalho;
 - i) Eleger ou designar os representantes da categoria defendida, inclusive para a composição dos colegiados e comissões para atuar perante órgãos públicos;
 - j) Fundar, manter, agências de colocação e/ou celebrar convênio com instituição especializada para esse fim;
 - k) Promover movimentos reivindicatórios tendentes, visando conquistar a plena valorização da categoria profissional representada pela associação;
 - l) Impetrar mandato de segurança coletivo e ajuizar ações coletivas ou individuais, na forma contida na Constituição Federal em nome dos integrantes da categoria representada;
 - m) Instituir dentro de sua base territorial, delegacias ou seções designando através da assembleia geral delegados da associação para direção das mesas;
 - n) Criar departamentos e serviços que objetivem o melhor atendimento de suas finalidades;
 - o) Filiar-se e desfilar-se de centrais e organizações, associativas nacionais e internacionais mediante aprovação da diretoria "ad referendum" da assembleia;
 - p) Desenvolver relações sociais e trabalhistas, na defesa dos interesses da categoria, promovendo sempre que necessário, negociações coletivas, paralizações, greves, buscando estabelecer a melhoria de condições de trabalho, remuneração, dignidade no desempenho de suas função laboral e garantia de contrato;
 - q) Representar os associados com fins de celebrar contratos perante órgãos públicos e privados, inclusive sob a égide da Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, Dec. 5.563/2005, art. 37 da CF e demais legislações a fins;
 - r) Realizar despesas legais que constituir-se-á: de salários de servidores ou remunerações de autônomos e avulsos; de remuneração de diretoria, quando à disposição integral; em cargos sociais; material de expediente; material de conservação da sede e dos bens móveis e imóveis; aluguel de bens móveis e imóveis; energia elétrica; água; telefone;

Scanned by CamScanner



Juliana Paiva da Silva
OAB-SP-2544

00123

internet; contribuições legais; despesas com cursos, palestras, simpósios e similares; despesas com jornais, livros e revistas de qualquer natureza; despesas com assembleias diversas; despesas com relações públicas e humanas; despesas com publicações diversas; despesas com recepções; despesas com delegações e viagens a serviço da associação; diárias de viagens e demais despesas necessárias para a administração da associação.

- a) Representar os associados em manifestações, paralizações, protestos, para requerer incentivos governamentais;
- t) Implementar e administrar proteção veicular em favor dos associados, de acordo com a legislação brasileira;
- u) Instituir e administrar pontos de apoio em rodovias, de acordo com a Lei 13.103/2015, podendo para tanto receber doação, cessão, concessão, de área de pessoa jurídica de direito público, privado ou pessoa física, para esse fim;

Art. 3º. - São deveres da associação:

- a) Colaborar com os poderes públicos, e organizações legalmente conhecidas, objetivando o intercâmbio e o desenvolvimento da solidariedade e ações comuns com as demais organizações associativas da categoria representada;
- b) Zelar pela fiel observância das leis vigentes e que dizem respeito à categoria profissional representada;
- c) Tomar iniciativa e sugerir aos poderes competentes a instituição, aprovação ou rejeição das leis e quaisquer atos que envolvam diretamente os interesses da categoria profissional representada;
- d) Emitir pareceres sobre projetos de qualquer natureza que digam respeito direta ou indiretamente aos interesses da categoria representada, bem como representar na forma destes estatutos, a quem de direito, contra medidas que lhes sejam prejudiciais;
- e) Promover a conciliação nos contratos de prestações de serviços;
- f) Manter serviços de assistência judiciária para os associados, visando a proteção profissional;
- g) Organizar e promover congressos, conferências, encontros e seminários específicos da categoria com a participação dos associados;
- h) Organizar os serviços internos na forma destes estatutos e do que ficar estabelecido no regimento interno;
- i) Manter os integrantes da categoria bem informados a respeito das leis e outras matérias do interesse da classe, bem como elaborar boletins informativos ou outra forma de divulgação.



- 01/2022
- 1) Firmar contratos com órgãos públicos e privados, com o fim de garantir melhores condições de trabalho e subsistência para a categoria representada através de procedimentos legais.

CAPÍTULO 2 - CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO

Art. 4º. - São condições para o funcionamento da associação:

- a) A observância rigorosa das leis e do princípio moral e cumprimento dos deveres cívicos;
- b) Gratuidade no exercício do cargo eletivo, ressalvada a hipótese de afastamento do trabalho para desempenho de mandato ou de representação associativa, como regulado na lei, incluindo a remuneração que for fixada pela diretoria, "ad referendum" da assembleia geral;
- c) Os diretores da associação que forem requisitados para prestação de serviços, em tempo integral ou eventualmente, serão remunerados pela associação que arcará, inclusive, com as obrigações sociais;
- d) Proibição a estranhos, pessoas físicas ou jurídicas de interferência na sua administração ou serviços, executando ordenamentos judiciais;
- e) Permitida a sessão gratuita ou remunerada de sua sede, a entidade com índole político-partidária;
- f) Na sede da associação encontrar-se-á registro dos associados e/ou equivalentes, onde deverão constar, além do número de matrícula, elementos de qualificação pessoal;
- g) O associado poderá filiar-se às organizações internacionais e com elas manter relações desde que autorizado por sua assembleia geral;

TÍTULO 3

CAPÍTULO 1 - DOS INTEGRANTES DA CATEGORIA REPRESENTADA

Art. 5º - A todos os indivíduos que participem da categoria profissional representada na base territorial da associação, satisfazendo as exigências deste estatuto, assiste o direito de associar-se, salvo questões de idoneidade, com recurso para assembleia geral.

Art. 6º. - Todo integrante da categoria profissional representada está obrigado ao pagamento das contribuições impostas nos termos deste estatuto.

Juliana Bandeira da Silva
08/03/2022

08/03/2022

Art. 7º - Prestigiar e respeitar, por todos os meios a seu alcance a associação, seus dirigentes, a categoria e propagar o espírito associativo e de sua unidade entre os elementos da classe representada a fim de fortalecer essa entidade associativa.

Art. 8º - De todo ato de direito ou contrário a este estatuto e mandato da diretoria ou da assembleia geral, poderá qualquer associado recorrer dentro de 30 (trinta) dias para a autoridade competente.

CAPÍTULO 2 - DO QUADRO SOCIAL

Art. 9º - Os Associados da associação dividem-se em:

I - Fundadores: aqueles que tenham participado da assembleia geral de fundação da associação;

II - Efetivos: aqueles que nas condições do art. 5º. Deste estatuto tenham apresentado pedidos de admissão instruídos com o nome completo, filiação, data de nascimento, estado civil e naturalidade, profissão, endereço residencial, estabelecimento onde trabalha, data de admissão, atividade ou função, número de identificação do trabalhador junto ao INSS, qualificação civil e profissional;

III - Honorários: aqueles que exercentes ou não das atividades citadas no art. 1º deste estatuto e que por relevante serviço atuação em defesa da classe, ou por outros méritos sejam considerados credores de respeito e estima, aos quais se conferirá pela diretoria, ou em assembleia diploma especial.

CAPÍTULO 3 - DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 10º - São direitos dos associados:

- a) A todos os indivíduos que participem da atividade profissional, satisfazendo as exigências da legislação associativa, poderá ser admitido na associação, salvo falta de idoneidade;
- b) Candidatar-se aos postos eletivos da associação, respeitadas as condições previstas neste estatuto e na legislação que estiver em vigor;
- c) Participar das assembleias gerais, votar e ser votado de acordo com o presente estatuto;
- d) Gozar dos serviços assistenciais direta ou indiretamente prestados pela associação de conformidade com as normas e as condições previamente estabelecidas, através de regulamento próprio para cada setor;

Scanned by CamScanner



Jonas Paiva da Silva
09/12/2022

09/12/22

- e) Requerer à diretoria, juntamente com o numero nunca inferior a 10% dos associados, a convocação da Assembleia Geral Extraordinária, justificando-a pormenorizadamente;
- f) Perderá seus direitos associativos o associado que, por qualquer motivo, deixar o exercicio da atividade na categoria profissional representada pela associação, exceto nos casos de aposentadoria ou prestação de serviços militar obrigatório, ficando nestes casos, e enquanto persistirem tais fatos, isentos de qualquer contribuição, e privado do exercicio de cargo de administração associativa ou representação profissional.

§ 1º - Os direitos dos associados são pessoais e intransferíveis.

§ 2º - Os que permanecerem involuntariamente em situação de desemprego ou falta de trabalho até 06 meses na sua condição de associado. Não estão compreendidos nessas condições aqueles que receberam ou usufruíram de quaisquer meios financeiros que evidenciem o exercicio de outra atividade que possibilite a sua manutenção;

§ 3º - São inelegíveis para o cargo de administração, fiscalização, ou representação da associação;

§ 4º - Aqueles associados que não preencherem os requisitos previstos neste estatuto.

Art. 11º - São deveres dos associados:

- a) Votar nas eleições da associação;
- b) Pagar pontualmente as mensalidades e contribuições da associação conforme estabelecida pela assembleia geral extraordinária;
- c) Prestigiar e divulgar a associação e respeitar seus dirigentes por todos os meios a seu alcance e propagar o espirito associativo entre os elementos da categoria representada;
- d) Comparecer as assembleias gerais e acatar suas decisões recomendando-as, mesmo aqueles que não participaram do encontro;
- e) Desempenhar com dedicação e respeito o cargo para o qual for eleito ou investido;
- f) Não tomar deliberações que dizem respeito à categoria sem o prévio pronunciamento da associação e não praticar ou desenvolver atividades associativas paralelas ou promover reuniões dos integrantes da categoria sobre assuntos afetos as atribuições e prerrogativas da associação e as que se relacionam com os interesses da classe, sem a prévia autorização da entidade;
- g) Respeitar e cumprir o presente estatuto;

Scanned by CamScanner



JULIANA DE OLIVEIRA BANDEIRA BUZINARO

10/03/2022

- h) Não fazer em nome da entidade ou de seus dirigentes, salvo autorização expressa da diretoria;
- i) Pagar pontualmente as mensalidades e contribuições, bem como o demais obrigações sociais e legais, que quando em atraso, incidirão por base o valor vigente e atualizado da obrigação devida, acrescido de multa equivalente a 10% sobre o total a ser recolhido;
- j) Tratando-se de serviços oferecidos pela associação conforme Art. 1º §3º, os descontos legais serão retidos na própria folha de salários realizado.

CAPÍTULO 4 - DAS PENALIDADES AOS ASSOCIADOS

Art. 12º - Das penalidades aos associados:

- a) A aplicação das penalidades é de competência da diretoria;
- b) Os associados estão sujeitos às penalidades de advertência, suspensão e de eliminação do quadro social;
- c) A penalidade de advertência será aplicada quando se entender que ela precede a quaisquer outras penalidades.

Art. 13º - É passível de suspensão de seus direitos associados por prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, se primário, e de 12 (doze) meses, se reincidente, o associado que:

- a) Infringir dever previsto no presente estatuto;
- b) Ofender, faltar com respeito, direta ou indiretamente, dentro do recinto da sede associativa e demais dependências da associação;
- c) Quando direta ou indiretamente, ou por outra forma desacatar ou ofender membros dos órgãos diretivos, associados, funcionários, ou terceiros ligados à associação ou em suas dependências;
- d) Representar a associação ou manifestar-se em seu nome, sem estar credenciado pela diretoria ou assembleia geral;
- e) Não cumprir as determinações das assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias;
- f) Ceder ou utilizar sua carteira associativa em favor de terceiros para utilizar-se de serviços sociais ou qualquer benefício concedido pela associação;
- g) Deixar de pagar a mensalidade associativa até o 10º dia útil do mês subsequente.

R



Juliana de Oliveira Bandeira Buzinaro
Adv. - OAB/SP - 234.048

10

Art. 14º - Está sujeito à eliminação do quadro social da associação o associado que:

- a) Reincidente no cometimento de falta punida com suspensão;
- b) Por má conduta profissional, espírito de discórdia ou falta cometida contra o patrimônio moral ou material da associação;
- c) Prática de ato atentatório a moral ou tiver má conduta na sede e demais dependências da associação ou no exercício de sua função laboral, quando estiver sendo representado pela associação;

Art. 15º - O associado que for desligado do quadro social da associação poderá ser readmitido a critério da diretoria, observadas as seguintes condições:

- a) Se afastado até doze meses e não tenha sido vinculado a outra categoria profissional nesse período, será readmitido com o mesmo número de matrícula, pagando as mensalidades em atraso, pelo valor do dia em que estiver regularizando a situação perante a associação;
- b) Se afastado a mais de doze meses ou tenha sido vinculado a outra categoria profissional, somente poderá ser admitido no quadro social como associado novo, recebendo nova matrícula, com a consequente contagem dos novos prazos de carência para utilização dos serviços sociais prestados pela associação inclusive para inscrição eleitoral.

CAPÍTULO 5 - DA ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 16º - A administração da associação será exercida pelos seguintes órgãos:

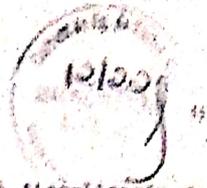
- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal.

Art. 17º - A diretoria elegerá entre seus membros o presidente da associação na forma prevista neste estatuto:

§ 1º - Os demais cargos serão ocupados conforme a ordem de emissão da chapa na forma prevista neste estatuto:



Juliana de Oliveira Bandeira Buzinaro
09.03.2022



§ 2º - A competência do conselho fiscal é limitada à fiscalização da gestão financeira.

§ 3º - Constitui atribuições exclusivas da diretoria a representação e a defesa dos interesses gerais da associação, perante os poderes públicos, as empresas e terceiros, sendo a diretoria representada pelo presidente da associação, que poderá delegar esses poderes.

Art. 18º - É vedada à pessoa física ou jurídica, estranhas à associação, qualquer interferência na sua administração ou nos seus serviços.

Parágrafo Único - Estão excluídos dessa proibição os empregados e os contratados e autorizados pela associação.

CAPÍTULO 6 - DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 19º - As assembleias gerais, órgãos supremos da administração da associação convocada na forma deste estatuto, serão constituídas pela totalidade dos associados e são soberanas nas decisões não contrárias às leis vigentes e a este estatuto. Suas deliberações serão tomadas por maioria de votos com a presença mínima, primeira convocação, da metade mais um dos associados em pleno gozo de seus direitos associativos, e em segunda e última convocação por maioria dos votos dos associados presentes, salvo os casos previstos na lei e as exceções deste estatuto.

Parágrafo Único - A convocação das assembleias ordinárias e extraordinárias serão feitas por meio de edital publicado, com antecedência mínima de três dias, no diário oficial, em jornal que circula nesta cidade, podendo ser afixada cópias na sede da entidade, ou por editais de convocação afixados na sede da associação e demais delegacias quando houver.

Art. 20º - Serão tomadas sempre por escrutínio secreto, na forma deste estatuto às deliberações da assembleia geral, concernentes aos seguintes assuntos:

- a) Eleição de associado para representação da categoria profissional e outras representadas ou não pela associação, conforme a lei estabelecer;

[Handwritten signature]



Janete Pereira da Silva
08/03/2022

13/03/22

12

- b) Tomadas de aprovação de contas da diretoria, bem como suas propostas orçamentárias e respectivas suplementações;
- c) Aplicação e alienação do patrimônio da associação;
- d) Julgamento dos atos da diretoria, relativos a penalidades impostas a associados;
- e) O "quórum" para a validade da assembleia será da metade mais um dos associados quites. Não obtidos esse "quórum" em primeira convocação com qualquer número de associados presentes em segunda convocação.

Parágrafo Único - Em todos os demais casos é lícito a qualquer associado em condição de votar, requerer o escrutínio secreto que será resolvido por decisão da assembleia.

Art. 21° - Classificam-se as assembleias gerais em:

- a) Extraordinárias;
- b) Ordinárias;
- c) Eleitoral.

Art. 22° - Realizar-se-ão assembleias ordinárias:

- a) Quando o presidente ou a maioria da diretoria ou do conselho fiscal julgar conveniente;
- b) A requerimento por escrito dos associados, em número de 10 por cento, no mínimo, os quais especificarão por menorizadamente os motivos da convocação.

Art. 23° - A convocação da assembleia geral extraordinária, quando feita pela maioria da diretoria, pelo conselho fiscal, ou pelos associados, não poderá opor-se ao presidente da associação, que terá que tomar providências para a sua realização dentro de dez dias contados da entrada do requerimento na secretaria.

§ 1° - Deverá comparecer, para validar as decisões da respectiva assembleia, sob pena de nulidade destas, a maioria dos que a promovem;

§ 2° - Na falta de convocação pelo presidente, convocá-la-ão interessados, expirado o prazo marcado neste artigo.

Art. 24° - As assembleias gerais, ordinárias ou extraordinárias, serão instaladas e presididas pelo presidente da associação ou seu substituto legal.

§ 1° - O presidente da mesa de trabalhos, depois de fazer ou diligenciar a leitura do edital de convocação, declarará em breves palavras a finalidade

Scanned by CamScanner



JULIANA DE OLIVEIRA BANDEIRA BUZINARO
19/03/2022

19/03/2022

da assembleia. Quando houver votação por escrutínio secreto, o plenário nomeará dois associados para escrutinadores e dois para apuradores.

§ 2º - A votação nas assembleias de que trata este artigo, quando processado com voto a descoberto, após os debates, deverá ser livre, sem coação, podendo os associados justificarem seus votos perante o plenário.

Art. 25º - Nas assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias, quando convocados na forma deste estatuto, a segunda convocação deverá ser para o mesmo dia e local fixados para sua realização em primeira convocação, uma hora após, devendo constar do respectivo edital.

Art. 26º - As assembleias gerais extraordinárias só poderão tratar dos assuntos para que forem convocadas.

Art. 27º - Realizar-se-ão assembleias gerais eleitorais para a eleição da diretoria, conselho fiscal, delegados representantes junto ao conselho da associação e para eleição de representantes da categoria profissional junto a órgão de representação classista, de acordo com regulamento eleitoral, que integra os presentes estatutos.

CAPÍTULO 7 - DA DIRETORIA

Art. 28º - A associação será dirigida por uma diretoria executiva constituída de três membros efetivos sendo um Diretor Presidente, um Diretor Secretário, um Diretor Financeiro e um membro suplente sendo um Vice Diretor Presidente, eleitos pela assembleia geral dos associados, com exceção das delegacias e seções onde a diretoria será composta por um diretor secretário, um diretor financeiro e seus respectivos suplentes de conformidade com as condições previstas no presente estatuto, e terão os seus mandatos por quatro anos.



§1º - A formação das chapas para concorrer às eleições deverá ser feita com antecedência de 60 dias do dia do pleito;

§2º - A diretoria da sede da associação será composta da seguinte forma: Diretor Presidente, Vice-Diretor Presidente, Diretor Secretário, Diretor Financeiro, conselho fiscal composto por três membros efetivos e três suplentes;



Juliana de Oliveira Buzinaro
15/03/2022

15/03/2022 14

§3º - A diretoria das delegacias e seções serão compostas da seguinte forma: Diretor Secretário e suplente, Diretor Financeiro e suplente e Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e três suplentes;

§4º - A chapa para o pleito eleitoral deverá ser formada em conjunto: Associação, Delegacias e Seções;

Art. 29º - A diretoria executiva da associação será composta da forma infra: Diretor Presidente, Vice-Diretor Presidente, Diretor Secretário e Diretor Financeiro.

§ 1º - O presidente será eleito dentre e pelos membros da diretoria executiva e os demais cargos serão preenchidos na ordem de inscrição na chapa.

§ 2º - Quando a eleição do presidente não sufragar o primeiro da chapa este passará a ocupar o lugar do eleito.

§ 3º - No caso de substituição definitiva de membros efetivos da diretoria e havendo conveniência administrativa ou funcional, poderá ser feita a redistribuição de um ou mais cargos da diretoria, exceto o cargo de presidente.

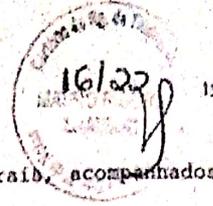
Art. 30º - À diretoria compete:

- a) Dirigir a associação de acordo com o presente estatuto, administrar o patrimônio social e promover o bem geral dos associados e da categoria profissional representada;
- b) Elaborar os regimentos de prestação e execução de serviços internos de natureza técnica, sociais e assistências prestadas pela associação, subordinados a este estatuto;
- c) Cumprir e fazer cumprir as leis em vigor, bem como o estatuto, regimentos internos, e resoluções das assembleias gerais;
- d) Aplicar as penalidades previstas neste estatuto;
- e) Estruturar os serviços internos, assistencial, social, técnicos e administrativos;
- f) Reunir em sessões ordinárias, a cada três meses, extraordinariamente, sempre que o presidente ou a sua maioria convocar;
- g) Apresentar, anualmente, à assembleia geral o orçamento da receita e despesas e as propostas de associação de capital, observadas as instruções em vigor;

B



Janaina P. Buzinaro
038.07.2845



- h) Apresentar ao conselho fiscal os balancetes trimestrais, acompanhados dos respectivos comprovantes;
- i) Propor à assembleia geral a compra e venda de bens, imóveis e títulos de renda, na forma da lei;
- j) Indicar os representantes da associação nos órgãos colegiados e de representação oficial, quando lhe couber essa prerrogativa;
- k) Exercitar quaisquer outros poderes legais não reservados especialmente à assembleia geral ou ao conselho fiscal;
- l) Encaminhar relatório anual e as contas de cada exercício, apreciação e deliberação da assembleia geral;
- m) Deliberar sobre os atos de administração patrimonial;
- n) Criar sua sede, elaborar o regimento interno, instruções normativas e fixar suas atribuições;

Parágrafo Único - As decisões da diretoria efetiva deverão ser tomadas por maioria de votos dos presentes.

SEÇÃO I - DO DIRETOR PRESIDENTE

Art. 31º - Ao Diretor Presidente compete:

- a) Representar a associação ativa e passivamente, perante as autoridades administrativas, executivas, legislativas e judiciárias, podendo para esse fim, constituir procuradores ou preposto;
- b) Administrar a associação, assumindo o controle, dirigindo e fiscalizando todas as suas atividades;
- c) Atribuir encargos ou serviços aos diretores, além daqueles contidos nas atribuições específicas de cada um dos membros;
- d) Convocar e presidir as sessões, da diretoria e das assembleias gerais;
- e) Assinar as atas das sessões, orçamento anual e todos os demais documentos que dependem de sua assinatura;
- f) Ordenar as despesas autorizadas e visar cheque e contas a pagar conjuntamente com o Diretor Financeiro ou seu substituto legal;
- g) Fazer executar as resoluções e deliberações da diretoria e das assembleias gerais;
- h) Organizar o quadro de pessoal, admitir e demitir funcionários e fixar seus vencimentos, consoante às necessidades do serviço;
- i) Organizar um relatório das ocorrências do ano anterior e apresentá-lo à assembleia geral, juntamente com o balanço financeiro instruído com o parecer do conselho fiscal;

Scanned by CamScanner



Juliana de Oliveira Bandeira Buzinaro
17/03/2022

17/03/2022

- j) Convocar os suplentes da diretoria, do conselho fiscal, e delegados representantes, nos casos e formas previstas neste estatuto;
- k) Convocar as reuniões extraordinárias do conselho fiscal, quando necessárias.

SEÇÃO II - DO DIRETOR SECRETÁRIO

Art. 32º - Ao Diretor Secretário compete:

- a) Substituir o Diretor Financeiro em todos os seus impedimentos e ausência, logo após o seu afastamento;
- b) Redigir e ler as atas das reuniões da diretoria e das assembleias gerais;
- c) Dirigir os trabalhos da secretaria, inclusive os departamentos inerentes a sua pasta;
- d) Supervisionar e fiscalizar os serviços da secretaria;
- e) Manter sob sua guarda o arquivo geral da associação;
- f) Preparar anualmente, o relatório das principais atividades da secretaria e da diretoria.

SEÇÃO III - DO DIRETOR FINANCEIRO

Art. 33º - Ao Diretor Financeiro compete:

- a) Substituir o Diretor Secretário em todos os seus impedimentos e ausências;
- b) Ter sob sua guarda e responsabilidade os valores da associação;
- c) Assinar, conjuntamente com o presidente, os cheques e efetuar os recebimentos e pagamentos autorizados;
- d) Dirigir e supervisionar os trabalhos de tesouraria e manter em ordem a respectiva escrituração contábil, de conformidade com a lei;
- e) Recolher o dinheiro da associação em estabelecimento de crédito autorizado por lei;
- f) Apresentar ao conselho fiscal, balancetes trimestrais e o balanço anual, acompanhados dos respectivos comprovantes;
- g) Organizar e supervisionar a escrituração do livro de inventário dos bens móveis e imóveis da associação com discriminação;

2



Janaina Bandeira Silva
03.03.2022

18/22

- h) Dar conhecimento mensal ao presidente e a diretoria da situação econômica financeira da associação propondo em ambas as oportunidades, medidas cabíveis para resguardar os interesses da entidade;
- i) Preparar anualmente, o relatório das atividades de sua pasta, acompanhados dos balanços de exercício financeiro com as demais peças que o compõem, assim como a previsão orçamentária.

Parágrafo único - É vedado ao Diretor Financeiro conservar em seu poder importância superior a vinte salários mínimos, salvo quando justificadamente tiver que fazer frente às despesas previstas.

SEÇÃO III - DO CONCELHO FISCAL

Art. 34° - A associação terá um conselho fiscal composto por três membros efetivos, juntamente com igual número de suplentes. Limitando-se sua competência à fiscalização da gestão financeira. Terá seu mandato por quatro anos.

Art. 35° - Ao conselho fiscal compete:

- a) Dar parecer sobre o orçamento da associação para o exercício financeiro e encaminhá-lo a assembleia geral;
- b) Opinar sobre os balancetes financeiros trimestrais e balanço anual do exercício;
- c) Elaborar documentos de conferencia dos valores em caixa;
- d) Dar parecer sobre o balanço financeiro do exercício;
- e) Examinar os comprovantes das despesas e receitas do exercício financeiro;
- f) Leitura e apreciação do parecer do conselho fiscal sobre o balanço financeiro e da previsão orçamentária, deverá constar da ordem do dia da assembleia geral;
- g) Reunir-se trimestralmente, em caráter ordinário e extraordinário quando convocado pelo presidente da associação.



Juliana Oliveira Bandeira Buzinaro
048 00.23.845



TÍTULO 4

CAPÍTULO ÚNICO - DA PERDA DO MANDATO

Art. 36º - Os membros da diretoria, do conselho fiscal, e delegados representantes, perderão seus mandatos na ocorrência dos seguintes casos:

- a) Malversam ou dilapidação do patrimônio social;
- b) Aceitação da função ou transferência que obrigue o afastamento do exercício do cargo, definitivo ou temporário;
- c) Mudança para profissão não enquadrada no grupo representado pela associação;
- d) Tiver má conduta devidamente comprovada;
- e) Abandono do cargo para o qual foi eleito;
- f) Grave violação do presente estatuto.

Art. 37º - Abandono do cargo será considerado ausência injustificada a três reuniões ordinárias e sucessivas dos membros da diretoria, do conselho e representantes.

Parágrafo Único - A perda do mandato será declarada pela diretoria, mediante notificação do interessado, cabendo recursos na forma do presente estatuto e regimento interno.

Art. 38º- Na hipótese da perda do mandato, as substituições se farão de acordo com o disposto neste estatuto.

TÍTULO 5

CAPÍTULO ÚNICO - DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 39º- Ocorrendo renúncia, abandono, destituição ou licenciamento dos membros da diretoria, conselho fiscal ou delegados representantes, assumirá o cargo vago o substituto legal previsto neste estatuto;



20/23

JULIANA DE OLIVEIRA BANDEIRA BUZINARO
09/03/2022

§ 1º - a convocação dos substitutos legais, quer para diretoria, conselho fiscal ou delegados representantes, compete ao presidente da associação ou a seu substituto legal quando no exercício da presidência;

§ 2º- as renúncias serão comunicadas por escrito, com firmas reconhecidas, ao presidente da associação;

§ 3º - em se tratando de renúncia do presidente da associação será notificado, por escrito, o seu substituto legal que dentro de 48 (quarenta e oito) horas, reunirá a diretoria para dar ciência do ocorrido.

Art. 40º- Ocorrendo qualquer hipótese prevista neste capítulo, será convocada reunião extraordinária da diretoria com fim específico de preencher o cargo vago.

Art. 41º- Se ocorre renúncia coletiva da diretoria, conselho fiscal e delegados representantes, e se não houver suplentes, o presidente, ainda que resignatória, convocará assembleia geral, a fim de que esta constitua uma junta governativa provisória.

Art. 42º- A Junta Governativa Provisória, constituída nos termos do artigo anterior, procederá as diligencias necessárias para a realização de novas eleições gerais, no prazo improrrogável de noventa dias.

Parágrafo Único - Os membros da junta governativa provisória são inelegíveis para qualquer cargo, nas eleições de que trata este artigo.

Art. 43º- O membro da diretoria, conselho fiscal ou delegado representante, que perder o cargo, nos termos deste estatuto, ficarão impedidos de concorrer a qualquer cargo administrativo, sindical ou representação inclusive junto ao órgão de deliberação coletiva, no âmbito da associação, pelo prazo de cinco anos.

Art. 44º- Ocorrendo falecimento de membros da diretoria, conselho fiscal ou delegado representante, a substituição proceder-se-á na forma prevista neste estatuto.

[Handwritten mark]



Juliana de Oliveira Buzinaro
12/03/2022 02:09:18



TITULO 6

CAPITULO ÚNICO - DO PATRIMÔNIO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 45º - Constitui o patrimônio da associação:

- a) as contribuições daqueles que participam da categoria profissional representada pela associação;
- b) as mensalidades dos associados;
- c) os bens e valores adquiridos e as rendas pelos mesmos produzidos;
- d) os aluguéis, imóveis e juros de títulos de depósitos;
- e) as multas e outras rendas eventuais não especificadas;
- f) as doações e legados;
- g) outras contribuições.

Art. 46º - Compete à diretoria, a administração do patrimônio social da associação constituído pela totalidade dos bens que o mesmo possuir.

Art. 47º - Os bens imóveis e os títulos de renda poderão ser alienados mediante autorização expressa da assembleia geral para esse fim convocada especialmente.

Art. 48º - A venda de bens imóveis será efetuada pela diretoria. Após a resolução aprovada pela assembleia geral, mediante a elaboração do lado de avaliação prévio, por organização legalmente habilitada para esse fim.

Art. 49º - As contas da associação correrão pelas rubricas constantes de seus orçamentos, observadas as disposições legais vigentes.

Jc

TITULO 7

CAPITULO ÚNICO - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 50º - Os atos que importem malversação ou dilapidação do patrimônio da associação são equiparados aos crimes de peculato, julgado e punido na conformidade da legislação penal.



Juliana Paiva da Silva
11/03/2022

20/22
11/03/2022

Art. 51º- Dentro da respectiva base territorial a associação, quando julgar oportuno, instituirá delegacias ou seções para melhor proteção dos associados e da categoria profissional representada;

Art. 52º- A associação promoverá sempre que estiver ao seu alcance, palestras, cursos, e debates esclarecimentos de temas relacionados aos direitos e garantias dos trabalhadores da categoria profissional representada, visando à promoção do bem estar social.

Art. 53º- Os membros da associação não respondem subsidiária ou solidariamente pelas obrigações contraídas pela entidade.

Art. 54º- A associação recolherá regularmente as contribuições devida à federação e a confederação no sistema representativo que integra na forma do presente estatuto.

Art. 55º - No caso de dissolução da associação, que somente se dará por determinação expressa da assembleia geral para esse fim especialmente convocada e com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos associados quites com suas mensalidades, a sua responsabilidade, será transferido para a associação que vier a ser constituída como representante da categoria.

Art. 56º - Os presentes estatutos entrarão em vigor na data de sua aprovação, e só poderão ser reformados em assembleia geral extraordinária para esse fim especialmente convocado, obedecido o quórum de 50% mais um dos associados em gozo de seus direitos na associação em primeira convocação e, em segunda convocação por maioria simples dos associados presentes, prescrevendo em cinco dias o prazo para impugnação de quaisquer de seus dispositivos, perante a autoridade competente, contatos da data de sua aprovação.

Catalão, 09 de julho de 2018.

Wallace Costa Landim
Diretor Presidente
ABRVA

CARTEIRO DE REGISTRO TÍTULOS E DOCUMENTOS, PROTESTO E TABELIONATO 2º DE NOTAS DE CATALÃO-GO
CNPJ: 02.713.014/0001-88 TABELÃO: MAURO ROBERTO SAMPAIO
R. BARÃO FORQUESA MUNICIPAL, Nº 1.708 - CENTRO - CEP 75701-400 - CATALÃO-GO - TELEFONE: (64) 3441-2503 - FAX: (64) 3442-6014

Apresentado hoje para AVERBAÇÃO no Livro A - 52, protocolizado e digitalizado sob o nº 68.080 e registrado sob o nº 2.895, às fls. 115V/126F, Dou. f. CATALÃO-GO, 30/10/2018.

Custas: R\$ 51,00 Taxa Jud.: R\$ 13,54 Fundos e ISS 41%: R\$ 20,91 Total: R\$ 85,45

Selo:

Luciano de Oliveira Freitas - Escrevente

QUANTO À EMISSÃO OU ASSINATURA SERÁ CONSIDERADA COMO TÍNICO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE

Janaina Paiva da Silva
OAB-GO: 25.645

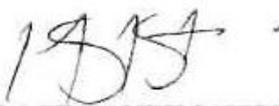




PROCURAÇÃO “AD JUDICIA”

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - ABRAVA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº: 18.148.962/0001-58, com sede no SCS Quadra 06 Edifício Arnaldo Dumont Villares Sala 505, Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70.324-900, neste ato representada por seu Presiente **WALLACE COSTA LANDIM**, portador do CPF nº. 200.896.158 – 32, e RG de nº 17.478.043 – 6, SSP – SP, residente nesta cidade de Catalão GO, na forma de seu estatuto social, com poderes para assinar procuração, devidamente indicado no contrato social conforme cláusula de gerência, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui como seus bastantes Procuradores a Advogada a Dra. **JULIANA DE OLIVERA BANDEIRA**, devidamente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal, sob o nº: 42.598 e o Advogado **SEBASTIÃO DIAS FILHO**, devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Distrito Federal sob o nº: 45.497a quem confere amplos poderes para o Foro em geral, com a cláusula *ad judicium*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, e, Comissão Conciliatória podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-la nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os. Conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir e firmar compromisso ou acordos, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Brasília/DF, 11 de março de 2022.


WALLACE LANDIM (CHORÃO)
Presidente da ABRAVA



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO



VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1568404824

NOME
WALLACE COSTA LANDIM

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
17478043 SSP SP

CPF **200.896.158-32** DATA NASCIMENTO **02/01/1979**

FILIAÇÃO
MANOEL SOBREIRA LANDIM
DIONEZIA COSTA LANDIM

PERMISSÃO **[REDACTED]** ACC **[REDACTED]** CAT. HAB. **AE**

Nº REGISTRO **01078654382** VALIDADE **30/11/2022** 1ª HABILITAÇÃO **08/07/1998**



OBSERVAÇÕES
EAR

[Handwritten signature]

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL **GOIANIA, GO** DATA EMISSÃO **08/12/2017**

[Handwritten signature] **40816951463**
GO126165963

ASSINATURA DO EMISSOR

PROIBIDO PLASTIFICAR
1568404824

GOIÁS

Scanned by CamScanner
Scanned by CamScanner





Diretoria Executiva aprova Política de Preços

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2016 – Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras informa que sua Diretoria Executiva aprovou, ontem, a implantação de uma nova política de preços de gasolina e diesel comercializados em suas refinarias.

Essa política, a ser praticada pela Companhia, terá como princípios:

1. O preço de paridade internacional (PPI), que já inclui custos como frete de navios, custos internos de transporte e taxas portuárias;
2. Uma margem para remuneração dos riscos inerentes à operação, tais como, volatilidade da taxa de câmbio e dos preços, sobreestadias em portos e lucro, além de tributos;
3. Nível de participação no mercado;
4. Preços nunca abaixo da paridade internacional.

A política que será posta em prática prevê avaliações para revisão de preços pelo menos uma vez por mês. É importante ressaltar que, como o valor desses combustíveis acompanhará a tendência do mercado internacional, poderá haver manutenção, redução ou aumento nos preços praticados nas refinarias.

A aprovação da política de preços e estruturas básicas de preço dos produtos da Petrobras é competência da Diretoria Executiva, segundo o artigo 34 do Estatuto Social da Companhia. Conforme aprovado pela Diretoria Executiva, a avaliação sobre as necessidades de ajustes nos valores dos combustíveis nas refinarias será tomada por um comitê, denominado Grupo Executivo de Mercado e Preços, composto pelo presidente da empresa, pelo diretor de Refino e Gás Natural e pelo diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores.

Para permitir maior flexibilidade na gestão comercial de derivados e estimular o aumento de vendas, a Petrobras também avaliará conceder descontos pontuais para o diesel e a gasolina em mercados específicos. Em hipótese alguma, esses descontos implicarão em preços abaixo dos custos da empresa.

www.petrobras.com.br/ri

Para mais informações:

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS | Relacionamento com Investidores

e-mail: petroinvest@petrobras.com.br / acionistas@petrobras.com.br

Av. República do Chile, 65 - 1002 B - 20031-912 - Rio de Janeiro, RJ

Tel.: 55 (21) 3224-1510 / 9947 | 0800-282-1540



Este documento pode conter previsões segundo o significado da Seção 27A da Lei de Valores Mobiliários de 1933, conforme alterada (Lei de Valores Mobiliários), e Seção 21E da Lei de Negociação Mobiliários de 1934, conforme alterada (Lei de Negociação) que refletem apenas os atos administrativos da Companhia. Os termos "antecipa", "acredita", "espera", "prevê",

"pretende", "planeja", "projeta", "objetiva", "deverá", bem como outros termos similares, visam a identificar tais previsões, as quais, evidentemente, envolvem riscos ou incertezas previstos ou não pela Companhia. Portanto, os resultados futuros das operações da Companhia podem diferir das atuais expectativas, e o leitor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas.



Assinado eletronicamente por: JULIANA DE OLIVEIRA BANDEIRA BUZINARO - 12/03/2022 02:09:19

<http://pje1g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22031202091914800000964261835>

Número do documento: 22031202091914800000964261835

Num. 973132652 - Pág. 1



Como a lei brasileira garante liberdade de preços no mercado de petróleo e derivados, as revisões feitas pela Petrobras nas refinarias podem ou não se refletir no preço final ao consumidor. Isso dependerá de repasses feitos por outros integrantes da cadeia de petróleo, especialmente distribuidoras e postos de combustíveis.

O Grupo Executivo de Mercado e Preços, em sua primeira reunião, decidiu reduzir o preço do diesel em 2,7% (média Brasil) e da gasolina em 3,2% (média Brasil) na refinaria. Esses preços entrarão em vigor a partir da zero hora de sábado, dia 15/10.

A decisão do grupo gestor levou em conta o crescente volume de importações, o que reduz a participação de mercado da Petrobras, e também a sazonalidade do mercado mundial de petróleo e derivados.

Futuros ajustes de preços de combustíveis serão comunicados via nota à imprensa e canais internos de comunicação aos clientes.

www.petrobras.com.br/ri

Para mais informações:

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. – PETROBRAS | Relacionamento com Investidores

e-mail: petroinvest@petrobras.com.br / acionistas@petrobras.com.br

Av. República do Chile, 65 - 1002 B - 20031-912 - Rio de Janeiro, RJ

Tel.: 55 (21) 3224-1510 / 9947 | 0800-282-1540



Este documento pode conter previsões segundo o significado da Seção 27A da Lei de Valores Mobiliários de 1933, conforme alterada (Lei de Valores Mobiliários), e Seção 21E da Lei de Negociação Mobiliários de 1934, conforme alterada (Lei de Negociação) que refletem apenas ex-
os administradores da Companhia. Os termos "antecipa", "acredita", "espera", "prevê",

"pretende", "planeja", "projeta", "objetiva", "deverá", bem como outros termos similares, visam a identificar tais previsões, as quais, evidentemente, envolvem riscos ou incertezas previstos ou não pela Companhia. Portanto, os resultados futuros das operações da Companhia podem diferir das atuais expectativas, e o leitor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas.



Assinado eletronicamente por: JULIANA DE OLIVEIRA BANDEIRA BUZINARO - 12/03/2022 02:09:19

<http://pje1g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22031202091914800000964261835>

Número do documento: 22031202091914800000964261835

Num. 973132652 - Pág. 2

Petrobras sobre produção de petróleo em abril

Rio de Janeiro, 7 de abril de 2020 – A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras informa que aprovou um patamar de produção de petróleo no Brasil para o mês de abril de 2,07 milhões de barris por dia (bpd). A nova estimativa de produção mensal já inclui as reduções anunciadas em 26/03/2020 e 01/04/2020.

Dessa maneira, haverá um acompanhamento diário da projeção de produção, elevando ou diminuindo as restrições para garantir a produção média do volume de 2,07 milhões bpd em abril.

A companhia segue monitorando o mercado e, em caso de necessidade, realizará novos ajustes, sempre garantindo as condições de segurança para as pessoas, operações e processos.

A Petrobras manterá os mercados informados sobre futuros movimentos.

www.petrobras.com.br/ri

Para mais informações:

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS | Relações com Investidores

e-mail: petroinvest@petrobras.com.br/acionistas@petrobras.com.br

Av. República do Chile, 65 – 1803 – 20031-912 – Rio de Janeiro, RJ.

Tel.: 55 (21) 3224-1510/9947 | 0800-282-1540

Este documento pode conter previsões segundo o significado da Seção 27A da Lei de Valores Mobiliários de 1933, conforme alterada (Lei de Valores Mobiliários) e Seção 21E da lei de Negociação de Valores Mobiliários de 1934 conforme alterada (Lei de Negociação) que refletem apenas expectativas dos administradores da Companhia. Os termos: "antecipa", "acredita", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "projeta", "objetiva", "deverá", bem como outros termos similares, visam a identificar tais previsões, as quais, evidentemente, envolvem riscos ou incertezas, previstos ou não, pela Companhia. Portanto, os resultados futuros das operações da Companhia podem diferir das atuais expectativas, e, o leitor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas.



RELATÓRIO DE PRODUÇÃO E VENDAS

1º TRIMESTRE DE 2021

Refinaria Henrique
Lage - REVAP

Destaques de produção e vendas no 1T21

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2021 – No 1T21, mantivemos um sólido desempenho operacional, mesmo com o agravamento da pandemia da COVID-19 no Brasil. A produção média de óleo, LGN e gás natural no 1T21 foi de 2,77 MMboed, 3,1% acima do 4T20 devido à continuidade do *ramp-up* da plataforma P-70, instalada no campo de Atapu, e a menores perdas com paradas para manutenção em plataformas do pré-sal. Quando comparamos com o 1T20, a produção teve uma redução de 5% devido, principalmente, aos desinvestimentos concluídos ao longo de 2020 e início de 2021 e ao declínio natural de produção, que teve uma média de 11% nos projetos que já atingiram o seu pico de produção e entraram na fase de declínio.

Devido ao agravamento da pandemia observado no 1T21, diminuímos novamente o efetivo das nossas plataformas e adotamos um regime diferenciado de embarque visando reduzir o fluxo diário de pessoas com a consequente mitigação do risco de contaminação e do impacto nas nossas operações. Apesar da continuidade do cenário de contingência, temos conseguido operar com segurança e eficiência e manter um bom desempenho.

A produção no pré-sal totalizou 1,90 MMboed no trimestre, representando 69% da produção total da Petrobras contra 63% registrados no 1T20. A produção nas plataformas do campo de Búzios aumentou 14%, devido, principalmente, à maior eficiência e à estabilização das unidades. Registramos, também, aumento da produção no campo de Tupi, devido ao término do *ramp-up* da P-67, e nos campos de Berbigão, Sururu e Atapu, com a continuidade do *ramp-up* das plataformas P-68 e P-70.

Destacamos os seguintes pontos no 1T21:

- A chegada do FPSO Carioca ao estaleiro Brasfels, em Angra dos Reis, ocorrida em fevereiro, para a última etapa de integração dos módulos da unidade antes dela ser encaminhada para a locação definitiva no Campo de Sépia, com início de produção previsto para o 3T21;
- A assinatura da carta de intenção para a construção do FPSO Almirante Tamandaré, sexta plataforma do Campo de Búzios, com capacidade de 225 Mbpd e início de produção previsto para 2024;
- A revisão do início de produção do FPSO Guanabara, primeiro sistema de produção definitivo a ser instalado no Campo de Mero, do 4T21 para o 1T22. O FPSO está em construção na China e, em função das restrições impostas pela pandemia da COVID-19, houve atraso nas obras da unidade, com consequente ajuste no cronograma, sem impacto na meta de produção de 2021;
- As unidades P-68 e P-70 continuaram o *ramp-up* e apresentaram altos índices de eficiência operacional no trimestre, com previsão de alcançar a capacidade máxima de produção em 2021; e
- Os resultados recentes em dissecações de linhas flexíveis submarinas em Búzios e Tupi permitiram a extensão da vida de linhas de produção nestes campos, reduzindo riscos de perda de produção em 2021 pela corrosão sob tensão por CO₂.

Dando continuidade à nossa gestão ativa de portfólio, assinamos, no 1T21, o contrato para a cessão da totalidade da nossa participação em 12 campos de terra e águas rasas, localizados nas Bacias do Recôncavo e do Espírito Santo. Adicionalmente, finalizamos a venda de nossas participações em Frade (Bacia de Campos), campo no qual a Petrobras detinha 30% de participação e que produziu uma média de 5,9 Mboed em 2020.

A comercialização e a produção de derivados alcançaram bons resultados no 1T21, mesmo enfrentando o cenário de pandemia e os desafios impostos pelo segundo ciclo de alta do número de casos de contaminação pela COVID-19 no Brasil. As vendas no mercado interno alcançaram 1.667 Mbpd e o fator de utilização (FUT) atingiu 80%, 1 ponto percentual acima do 1T20.



Em março de 2021, superamos o recorde de vendas de Diesel S-10, com baixo teor de enxofre, alcançando a marca de 416 Mbpd. Este valor supera em 2% o recorde anterior, de 407 Mbpd, registrado em outubro de 2020. Apesar de quatro paradas programadas obrigatórias de refinarias nas unidades REFAP, RPBC, REGAP e REDUC para manutenção ao longo do 1T21, nosso parque de refino manteve o fator de utilização no mesmo patamar dos meses anteriores, o que contribuiu decisivamente para esses resultados. No 1T21, alcançamos recordes de produção de diesel S-10 na REFAP e REVAP, de *bunker* na REPLAN e de óleo combustível de baixo teor de enxofre na RNEST e RPBC, reforçando nossa capacidade de resposta à demanda do mercado por derivados com maior valor agregado e nosso compromisso com a qualidade de nossos derivados para nossos clientes.

O recorde das vendas do diesel S-10 e o crescimento das vendas totais de diesel refletem as ações comerciais e operacionais implementadas pela companhia com o objetivo de mitigar os efeitos da redução de demanda causada pela pandemia da Covid-19 e os esforços bem sucedidos de ampliar a oferta do produto com menor teor de enxofre consistente com nosso objetivo estratégico de lançar produtos mais limpos para a preservação do meio ambiente, em substituição ao Diesel S-500.

No 1T21 alcançamos recorde na produção de propeno na REPLAN, produto de alta margem, atingindo 22,8 mil toneladas. Também obtivemos o melhor resultado dos últimos 5 anos nas vendas de asfalto, de 428,3 mil toneladas, como fruto do esforço integrado da área comercial, logística e refino. Em março entregamos 191,2 mil toneladas de óleo combustível de baixo teor de enxofre no porto de Santos, a maior quantidade já entregue desde março de 2011. Foram 266 operações de abastecimento para 238 navios realizadas graças ao trabalho integrado das áreas comerciais, de logística, das refinarias e da Transpetro.

Na exportação de petróleo, permanece o foco em desenvolver novos mercados para a corrente de óleo Búzios e novos clientes foram incorporados à carteira no 1T21. Além disso, iniciamos as exportações de uma nova corrente de produção, petróleo Atapu, com a venda de duas cargas no trimestre.

Em março de 2021, a integração entre as áreas envolvidas da Petrobras e Transpetro permitiu atingir a importante marca de formação de 21 cargas de exportação (equivalente a 20,3 milhões de barris) no Terminal de Angra dos Reis, nova melhor marca em termos de números de cargas de exportação usando os píeres do terminal, superando janeiro de 2021 quando foram formados 20 lotes.



1-Exploração & Produção

Mil barris de óleo equivalente por dia (Mboed)	1T21	4T20	1T20	Variação (%)	
				1T21 x 4T20	1T21 x 1T20
Óleo, LGN e gás natural - Brasil	2.720	2.637	2.856	3,1	(4,8)
Óleo e LGN (Mbpd)	2.196	2.135	2.320	2,9	(5,3)
Terra e águas rasas	109	114	157	(4,4)	(30,6)
Pós-sal profundo e ultra profundo	521	556	620	(6,3)	(16,0)
Pré-sal	1.567	1.465	1.543	7,0	1,6
Gás natural (Mboed)	523	502	536	4,2	(2,4)
Óleo, LGN e gás natural - exterior	45	45	54	-	(16,7)
Total (Mboed)	2.765	2.682	2.909	3,1	(5,0)
Total comercial (Mboed)	2.450	2.383	2.606	2,8	(6,0)

A produção média de óleo, LGN e gás natural no 1T21 foi de 2.765 Mboed, um aumento de 3,1% em relação ao 4T20 devido à continuidade do *ramp-up* da plataforma P-70 e à menor realização de paradas para manutenção no pré-sal. No 4T20, tivemos uma concentração de paradas para manutenção com impacto elevado devido às restrições impostas pela pandemia no 2T20 e no 3T20.

No 1T21, a produção nos campos do pré-sal foi 7,0% superior ao trimestre anterior, devido ao *ramp-up* da plataforma P-70, no campo de Atapu, e à normalização dos níveis de produção das plataformas que realizaram paradas programadas no 4T20, principalmente os FPSOs Cidade de Itaguaí e Cidade de Mangaratiba, no campo de Tupi, além das plataformas P-75 e P-77, no campo de Búzios.

A produção no 1T21 do pós-sal foi 6,3% inferior ao trimestre anterior em função das maiores perdas com paradas para manutenção, com destaque para as plataformas FPSO Cidade de Niterói, no campo de Marlim Leste, P-52, no campo de Roncador, P-56, no campo de Marlim Sul, P-25 e P-31, no campo de Albacora, além do impacto da venda da parcela da participação da Petrobras no campo de Frade, na Bacia de Campos, concluída em fevereiro.

A produção de terra e águas rasas no 1T21 foi de 109 Mbpd, 5 Mbpd inferior ao trimestre anterior, principalmente em função do desinvestimento do campo de Baúna, na Bacia de Santos.



2 - Refino

Operacional (Mbpd)	1T21	4T20	1T20	Variação (%)	
				1T21 x 4T20	1T21 x 1T20
Volume de produção total	1.821	1.898	1.836	(4,1)	(0,8)
Volume total de vendas no mercado interno	1.667	1.765	1.630	(5,6)	2,3
Carga de referência	2.176	2.176	2.176	-	-
Carga fresca processada	1.739	1.782	1.715	(2,4)	1,4
Fator de utilização da carga fresca (%)*	80%	82%	79%	(2,0)	1,0
Carga de destilação total	1.789	1.827	1.751	(2,1)	2,2
Fator de utilização total do parque de refino (%)*	82%	84%	80%	(2,0)	2,0
Carga processada	1.782	1.823	1.763	(2,2)	1,1
Participação do óleo nacional na carga (%)	92%	95%	91%	(3,0)	1,0

(*) Fator de utilização da carga fresca é calculado somente com petróleo e C5+. Fator de utilização total do parque de refino considera toda a carga nas unidades de destilação, composta por petróleo, C5+, resíduos, reprocessamentos, inclusive de terminais. Carga processada é formada por petróleo e LGN.

As vendas no 1T21 apresentaram queda em relação ao 4T20 devido à sazonalidade do período e aos impactos decorrentes da intensificação de medidas restritivas associadas ao recrudescimento da pandemia da COVID-19, parcialmente compensados pelo aumento da nossa participação no mercado de diesel e gasolina. Em relação ao 1T20, houve crescimento de 2,3% nas vendas, destacando-se o aumento nas vendas de diesel entre os períodos.

A queda de 4,1% na produção de derivados e a redução de 2 p.p. do FUT acompanharam as menores vendas no 1T21 em relação ao 4T20 e refletiram as paradas programadas que ocorreram no primeiro trimestre (REFAP, RPBC, REGAP e REDUC).

2.1- Diesel

Mil barris por dia (Mbpd)	1T21	4T20	1T20	Variação (%)	
				1T21 x 4T20	1T21 x 1T20
Volume de produção	717	752	666	(4,6)	7,7
Volume de vendas para o mercado interno	732	754	610	(3,0)	20,0

As vendas de diesel do 1T21 registraram queda de 3,0% com relação ao 4T20, uma boa performance se compararmos com a variação da sazonalidade típica do consumo (historicamente inferior em cerca de 7%). Em relação ao 1T20, houve aumento de 20%. Ambos os resultados ocorreram principalmente devido ao aumento da participação da Petrobras no mercado com maior competitividade em relação às vendas por terceiros. Contudo, o impacto positivo do aumento de *market-share* foi parcialmente atenuado pelo aumento da mistura obrigatória de biodiesel no diesel que passou de 12% em março de 2020 para 13% a partir de março de 2021. Em abril de 2021, o Conselho Nacional de Pesquisa Energética anunciou a redução do percentual da mistura de biodiesel no diesel de 13% para 10%.

Destacamos também a evolução das vendas do diesel S-10, que apresentaram um crescimento de 2,0% no 1T21 em relação ao 4T20, e o novo recorde de vendas do S-10 alcançado em março de 2021, com a comercialização de 416 Mbpd, superando em 2,8% o recorde anterior, alcançado em outubro de 2020. Ressaltamos também que a comercialização do Diesel S-10 representou 54,0% das vendas totais de diesel no 1T21, um aumento de 2,6% com relação ao 4T20, consistente com a estratégia de produzir combustíveis mais limpos para a preservação do meio ambiente.

A REVAP e a REFAP alcançaram recordes mensais de produção de diesel S-10 em março.

A produção de diesel foi 4,6% menor do que o 4T20 devido às paradas programadas realizadas no período e ao maior volume de importações realizadas pela companhia.



2.2 - Gasolina

Mil barris por dia (Mbd)	1T21	4T20	1T20	Variação (%)	
				1T21 x 4T20	1T21 x 1T20
Volume de produção	378	388	360	(2,7)	4,8
Volume de vendas para o mercado interno	342	386	330	(11,2)	3,8

As vendas de gasolina no 1T21 registraram queda de 11,2% em relação ao 4T20, seguindo a sazonalidade típica entre os trimestres. Na comparação com igual período de 2020, as vendas tiveram crescimento de 3,8%, por conta, principalmente, da maior competitividade em relação aos importadores, resultando em um aumento de participação da companhia no mercado brasileiro de gasolina.

A produção de gasolina acompanhou o movimento das vendas, com redução de 2,7% no 1T21 em comparação ao 4T20 e aumento de 4,8% em comparação ao 1T20.

2.3- Óleo Combustível

Mil barris por dia (Mbd)	1T21	4T20	1T20	Variação (%)	
				1T21 x 4T20	1T21 x 1T20
Volume de produção	284	299	295	(5,2)	(3,8)
Volume de vendas para o mercado interno	56	51	41	8,3	36,1

As vendas de óleo combustível no 1T21 apresentaram crescimento de 8,3% em relação ao 4T20, em função principalmente da elevação do consumo para geração termelétrica e de maiores vendas para o segmento industrial na Região Norte. Na comparação com 1T20, as vendas registraram um expressivo crescimento de 36,1%, refletindo maiores vendas para geração térmica, devido à necessidade de despacho das unidades a partir de outubro de 2020.

No 1T21, a produção de óleo combustível teve redução de 5,2% e 3,8% em comparação com o 4T20 e 1T20, respectivamente. A produção menor neste trimestre teve como principal fator as paradas programadas na REDUC e RPBC. Embora neste trimestre tenha havido uma forte demanda doméstica de óleo para geração termelétrica, a maior parte da produção segue com foco no atendimento ao mercado externo, que representou 78% do total de vendas no 1T21.

Em março houve recorde mensal de produção de óleo combustível de baixo teor de enxofre na RNEST e RPBC.

2.4- Nafta

Mil barris por dia (Mbd)	1T21	4T20	1T20	Variação (%)	
				1T21 x 4T20	1T21 x 1T20
Volume de produção	85	90	116	(5,7)	(27,1)
Volume de vendas para o mercado interno	69	83	136	(16,8)	(48,8)

As vendas de nafta no 1T21 apresentaram uma expressiva queda de 16,8% e 48,8% em relação ao 4T20 e 1T20, respectivamente. A redução das vendas refletiu os novos contratos vigentes com a Braskem no Rio Grande do Sul e na Bahia desde 23/12/20, com quantidades compromissadas menores em relação ao contrato anterior. A produção acompanhou a redução das vendas, 27,1% e 5,7% menores em comparação com o 1T20 e o 4T20, respectivamente, sendo as correntes de nafta redirecionadas para a produção de gasolina como solução para a menor demanda.



2.5- Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)

Mil barris por dia (Mbpd)	1T21	4T20	1T20	Variação (%)	
				1T21 x 4T20	1T21 x 1T20
Volume de produção	118	119	124	(0,8)	(4,8)
Volume de vendas para o mercado interno	226	232	220	(2,7)	2,5

A redução de 2,7% das vendas de GLP no 1T21 em relação ao 4T20 é decorrente da sazonalidade do produto, tanto para uso industrial, quanto residencial.

A produção de GLP diminuiu 4,8% em relação ao 1T20, principalmente devido à parada programada na REFAP, que impactou tanto o final do 4T20 quanto o início do 1T21.

2.6- Querosene de Aviação (QAV)

Mil barris por dia (Mbpd)	1T21	4T20	1T20	Variação (%)	
				1T21 x 4T20	1T21 x 1T20
Volume de produção	68	62	108	10,8	(36,8)
Volume de vendas para o mercado interno	73	68	112	6,4	(35,0)

As vendas de QAV do 1T21 foram 6,4% superiores às do 4T20, mantendo o histórico de maiores vendas em função da sazonalidade. No entanto, as restrições à movimentação impostas pela COVID-19 ainda têm impacto considerável nas vendas, como pode ser visto pela queda de 35% em relação ao 1T20, período no qual os efeitos da pandemia ainda eram pouco relevantes. O aumento do valor do combustível de aviação no mercado internacional, a retração da economia e a desvalorização cambial no período também contribuíram, em menor escala, para a redução das vendas do 1T21 em relação ao 1T20. O mês de janeiro foi o mês com maior volume de vendas desde abril de 2020, todavia houve forte retração das vendas em março de 2021 em função do aumento dos casos da COVID-19 no país.

A produção de QAV acompanhou o comportamento do mercado, tanto na recuperação parcial das vendas em comparação com o 4T20, com aumento de 10,8%, quanto na queda significativa das vendas em comparação ao 1T20, com redução de 36,8%.



3- Gás e Energia

Operacional	1T21	4T20	1T20	Variação (%)	
				1T21 x 4T20	1T21 x 1T20
Venda no ACR – MW médio	2.465	2.404	2.404	2,5	2,5
Venda de energia elétrica no ACL e para consumo interno - MW médio	1.123	1.064	758	5,6	48,2
Geração de energia elétrica - MW médio	2.864	3.435	1.679	(16,6)	70,6
PLD SE / CO - R\$/MWh	173	353	188	(51,1)	(8,2)
Entrega de gás nacional (MM m³/dia)	43	41	47	5,1	(7,8)
Regaseificação de GNL - MM m³/dia	19	22	7	(16,6)	174,8
Importação de gás natural - MM m³/dia	20	21	20	(3,9)	(0,6)
Venda de gás natural - MM m³/dia	81	82	72	(2,0)	11,8

No 1T21, a geração de energia elétrica foi de 2.864 MW médios, uma redução de 16,6% em relação ao 4T20, em virtude do aumento dos níveis dos reservatórios das hidrelétricas. O aumento no volume de vendas no ACR (Ambiente de Contratação Regulada) decorre da entrada em vigor de novo contrato da UTE Ibirité em janeiro de 2021, cuja venda ocorreu no leilão A-2 de 2019.

No 1T21, o volume de venda de gás natural se manteve estável em relação ao 4T20. O maior volume de gás nacional no 1T21 é explicado pelo menor número de paradas programadas nos campos de produção do pré-sal em relação ao 4T20, resultando na menor necessidade de suprimento através da regaseificação de GNL.



Anexo I: Volume de vendas consolidado

Volume de vendas (Mbpd)	1T21	4T20	1T20	Variação %	
				1T21 x 4T20	1T21 x 1T20
Diesel	732	754	610	(2,9)	20,0
Gasolina	342	386	330	(11,4)	3,6
Óleo combustível	56	51	41	9,8	36,6
Nafta	69	83	136	(16,9)	(49,3)
GLP	226	234	220	(3,4)	2,7
QAV	73	68	112	7,4	(34,8)
Outros	169	189	181	(10,6)	(6,6)
Total de derivados	1.667	1.765	1.630	(5,6)	2,3
Álcoois, nitrogenados renováveis e outros	14	9	8	55,6	75,0
Gás natural	336	335	316	0,3	6,3
Total mercado interno	2.017	2.109	1.954	(4,4)	3,2
Exportação de petróleo, derivados e outros	737	852	1.031	(13,5)	(28,5)
Vendas das unidades internacionais	42	51	88	(17,6)	(52,3)
Total mercado externo	779	903	1.119	(13,7)	(30,4)
Total geral	2.796	3.012	3.073	(7,2)	(9,0)

Anexo II: Exportação e Importação Líquida

Mil barris por dia (Mbpd)	1T21	4T20	1T20	Variação (%)	
				1T21 x 4T20	1T21 x 1T20
Exportação (importação) líquida	347	611	747	(43,2)	(53,5)
Importação	390	241	284	61,8	37,3
Petróleo	230	112	168	105,4	36,9
Diesel	70	37	9	89,2	677,8
Gasolina	1	5	26	(80,0)	(96,2)
Nafta	-	2	24	-	-
GLP	74	76	49	(2,6)	51,0
Outros derivados	15	9	8	66,7	87,5
Exportação	737	852	1031	(13,5)	(28,5)
Petróleo	511	618	806	(17,3)	(36,6)
Óleo Combustível	199	204	174	(2,5)	14,4
Outros derivados	27	30	51	(10,0)	(47,1)

No 1T21, a exportação líquida caiu 43,2% em relação ao 4T20, tendo ocorrido a redução nas exportações e aumento nas importações de petróleo e derivados (principalmente diesel).

A queda nas exportações de petróleo foi decorrente da menor produção de óleo no final do 4T20, período em que foi retomada a campanha de paradas programadas das plataformas que não puderam ser efetuadas no 2T20 e 3T20 devido à pandemia. O aumento nas importações de petróleo e diesel ocorreu devido às paradas programadas nas refinarias.

Disclaimer

Estas apresentações podem conter previsões acerca de eventos futuros. Tais previsões refletem apenas expectativas dos administradores da Companhia sobre condições futuras da economia, além do setor de atuação, do desempenho e dos resultados financeiros da Companhia, dentre outros. Os termos "antecipa", "acredita", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "projeta", "objetiva", "deverá", bem como outros termos similares, visam a identificar tais previsões, as quais, evidentemente, envolvem riscos e incertezas previstos ou não pela Companhia e, conseqüentemente, não são garantias de resultados futuros da Companhia. Portanto, os resultados futuros das operações da Companhia podem diferir das atuais expectativas, e o leitor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas. A Companhia não se obriga a atualizar as apresentações e previsões à luz de novas informações ou de seus desdobramentos futuros. Os valores informados para 1T21 em diante são estimativas ou metas. Os dados operacionais constantes neste relatório não são auditados pelo auditor independente.



RELATÓRIO DE PRODUÇÃO E VENDAS

4º TRIMESTRE DE 2021

P-70, no Campo de Atapu



Destaques de produção e vendas em 2021

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2022

A Petrobras obteve um excelente desempenho operacional em 2021, atingindo todas as metas de produção para o ano com registro das seguintes marcas:

Produção	Realizada	Meta
Óleo e LGN (MMbpd)	2,22	2,21 +/- 4%
Óleo, LGN e gás comercial (MMboed)	2,46	2,43 +/- 4%
Óleo, LGN e gás total (MMboed)	2,77	2,72 +/- 4%

Os destaques de 2021 foram:

- início de produção do FPSO Carioca, em 23 de agosto, primeira plataforma no campo de Sépia, no pré-sal da Bacia de Santos. No ano foram interligados 3 novos poços produtores e atualmente a produção operada está acima de 130 mil bpd;

“A entrada em operação do primeiro projeto de Sépia é um marco para todos nós que trabalhamos na Petrobras. É a vitória da garra, da persistência e da capacidade técnica de nossos profissionais, num cenário externo desafiador em função da pandemia”, afirma o diretor de Desenvolvimento da Produção, João Henrique Rittershausen;

- conclusão, em 18 de julho, do *ramp-up* da P-70, no campo de Atapu, em menos de 13 meses. Dessa forma, a plataforma atingiu, com 4 poços produtores, a produção operada de 161 mil bpd, superando a capacidade nominal do projeto;

- recorde na produção própria do pré-sal, com média anual de 1,95 MMboed, representando 70% da produção total da Petrobras. Nossa produção no pré-sal vem crescendo rapidamente e o recorde registrado representa mais do que o dobro do volume que produzíamos nesta camada há 5 anos;

- recorde anual de aproveitamento de gás com a marca de 97,2% do gás produzido. Esse recorde contribui de forma significativa para a redução das emissões e maior eficiência em carbono;

- assinatura e início da vigência, em 1º de setembro, do acordo de coparticipação do campo de Búzios, que regula a coexistência do Contrato de Cessão Onerosa e do Contrato de Partilha de Produção do Excedente da Cessão Onerosa para o campo. Assim, passamos a deter 90% dos direitos de exploração e produção dos volumes excedentes, excluindo-se a parcela da PPSA, e 92,666% dos volumes da jazida compartilhada;

- aquisição, em 17 de dezembro, dos direitos de exploração e produção dos volumes excedentes aos da Cessão Onerosa nos campos de Atapu e Sépia. A Petrobras exerceu seu direito de atuar como operadora, com 30% de participação no consórcio vencedor de Sépia. Para Atapu, por sua vez, o consórcio será integrado pela Petrobras como operadora, com 52,5% de participação. Com o início da vigência do Regime de Partilha de Produção em Atapu e Sépia, previsto para o início de maio de 2022, as participações da Petrobras nas jazidas compartilhadas, incluindo as parcelas do Contrato de Cessão Onerosa e dos Contratos de Concessão e passarão a ser respectivamente 65,69% para Atapu e 55,30% para Sépia.



“O alcance desses resultados demonstra o compromisso da Petrobras com o cumprimento das suas metas e o foco em ativos em águas profundas e ultraprofundas, que têm demonstrado grande diferencial competitivo, produzindo óleo de baixo custo de extração e alta qualidade, com baixas emissões de gases de efeito estufa”, afirma o Diretor de Exploração e Produção, Fernando Assumpção Borges.

No 4T21, a produção média de óleo, LGN e gás natural alcançou 2,70 MMboed, 4,5% abaixo do 3T21, em função do início de vigência do Acordo de Coparticipação de Búzios e das paradas para manutenção em plataformas do pré-sal com alta produção (P-66, P-75, P-76, FPSO Cidade de Ilhabela, FPSO Cidade de Mangaratiba e FPSO Cidade de São Paulo). Estes fatores foram parcialmente compensados pelo *ramp-up* do FPSO Carioca.

Como parte da nossa estratégia de gestão de portfólio, no 4T21 destacamos a conclusão da venda da totalidade das nossas participações nos campos terrestres dos polos: (i) Miranga e Remanso, na Bahia, (ii) Cricaré, no Espírito Santo e (iii) da concessão de Rabo Branco, em Sergipe. Estes campos tiveram, em conjunto, uma produção média de 5,2 mil bpd de óleo e 468 mil m³/dia de gás no período de janeiro a novembro de 2021.

Mais recentemente, revisamos a meta de produção divulgada no Plano Estratégico 2022-2026, em função do resultado da 2ª Rodada de Licitações do Excedente da Cessão Onerosa em Atapu e Sépia, que resultou, para o ano de 2022, em uma redução no valor de 70 Mboed para a produção total de óleo e gás. Para o período de 2023 a 2026, o impacto médio estimado para a produção é uma redução de 0,1 MMboed.

O FPSO Anchieta, localizado no campo de Jubarte, Bacia de Campos, encontra-se paralisado desde o dia 22 de janeiro, após a constatação da presença de óleo próximo à embarcação. Foram imediatamente tomadas as providências antipoluição adequadas, que se mostraram efetivas. A situação está estabilizada e o FPSO voltará a operar quando um plano de ação for aprovado junto às autoridades.

Em 28 de janeiro de 2022, tivemos a chegada à locação do FPSO Guanabara no Campo de Mero. Esse será o primeiro sistema de produção definitivo a ser instalado nesse Campo, com início da operação previsto para o primeiro semestre de 2022.

O volume de vendas de derivados cresceu 8,5% em 2021 em relação ao ano anterior, com destaque para o aumento da comercialização de gasolina, diesel e QAV, principalmente em função do forte impacto nas vendas causado pela pandemia da COVID-19 em 2020, além da menor importação de gasolina e diesel por terceiros entre os períodos, resultando em aumento da participação da companhia no mercado. No caso da gasolina também teve relevância o ganho de participação de mercado sobre o etanol, principalmente pela sua competitividade em preços a nível de consumidor (nas bombas/*service stations*), e no caso do diesel, o crescimento da economia em 2021, com destaque para o setor industrial. Outro derivado que contribuiu para o crescimento do volume de vendas total foi o óleo combustível, cujas vendas cresceram em 2021 na comparação com o ano anterior, devido à maior demanda para uso em térmicas.

Batemos recorde anual de vendas e produção de diesel S-10 em 2021, com aumento de 34,7% nas vendas e de 10% na produção. O crescimento do consumo do óleo diesel S-10 ocorre juntamente com modernização da frota nacional, garantindo melhores resultados ambientais e econômicos para os usuários.

A produção de derivados em 2021 também superou os volumes de 2020, apesar da concentração de paradas programadas de manutenção, deslocadas de 2020, período inicial e mais crítico da COVID-19.



Mesmo com diversas paradas de manutenção, alcançamos o fator de utilização total (FUT) médio de 83% de nossas refinarias em 2021, o maior índice dos últimos cinco anos, o que mostra os ganhos de eficiência na gestão das unidades.

Com o início do programa RefTOP em maio de 2021 também obtivemos melhorias nos indicadores relacionados ao meio ambiente e desempenho energético. O indicador de emissões de gases de efeito estufa do Refino (IGEE) teve um resultado de 39,7 gCO₂e/CWT em 2021, superando a meta estabelecida. No total, foram evitadas emissões de cerca de 280 mil toneladas de CO₂ equivalente para o meio ambiente caso as refinarias tivessem operado 2021 com o índice de 2020, o que equivale a aproximadamente 60% da emissão da frota de ônibus urbanos da cidade de São Paulo de 2021, conforme dados do Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA).

Em 2021 atingimos um recorde anual de processamento de pré-sal no nosso parque de refino com 59% da carga processada, 9% acima de 2020. Nossa capacidade de processamento de óleo do pré-sal tem se elevado continuamente e houve forte avanço no 4T21 em linha com estratégia da companhia de alavancar o processamento de petróleos do pré-sal, que têm baixo teor de enxofre, trazendo vantagens competitivas e oportunidades de aumento da margem de refino, favorecendo a produção de diesel S-10 e *bunker*.

No 4T21 destacamos a conclusão da venda da refinaria RLAM, em 30 de novembro, cuja capacidade correspondia a cerca de 13% do total do nosso parque.

Este desinvestimento, em conjunto com fatores sazonais, contribuiu para menores vendas no mercado interno no 4T21 em comparação ao 3T21, totalizando 1,848 MMbpd, e para a queda na produção de derivados no mesmo período de 1,1%.

As exportações líquidas foram 40,2% menores em 2021 pela conjunção de menor volume de exportação e maior volume de importação no ano. A exportação de petróleo foi menor em 2021 devido à menor produção de petróleo e à maior demanda no mercado interno. Estes fatores, aliados ao maior número de paradas programadas nas refinarias, resultaram no aumento das importações, viabilizando o atendimento dos contratos de venda com clientes.

Obtivemos recorde de operações de transbordo (*ship-to-ship*) de petróleo para exportação mensal de petróleo em maio de 2021, realizando 24 operações de transbordo. O recorde anterior era de 21 operações, ocorrido também em 2021, no mês de março.

Em 2021, Búzios foi a principal corrente na nossa cesta de exportação. No 4T21, continuamos tendo Búzios como destaque, porém aumentamos a participação de Atapu incluindo dois novos clientes para essa corrente em nossa carteira, mostrando os resultados da nossa estratégia de *marketing* e vendas. Além disso, realizamos a primeira exportação da corrente de Sépia, com uma carga exportada no período.

O desenvolvimento de novos mercados para as correntes dos óleos do pré-sal tem sido um fator relevante para o aumento da geração de valor nas exportações de petróleo, uma vez que torna possível explorar as arbitragens a cada momento, buscando sempre os mercados que pagam mais pelos óleos da Petrobras. Em 2021, aproximadamente 45% das exportações tiveram destino para refinadores na China, 20% para Europa, 20% para as Américas e 15% para outros destinos na Ásia.



Em 2021, a geração de energia elétrica alcançou 3.419 MW médios, um aumento de 94,7% em relação a 2020, em virtude das condições hidrológicas ao longo de 2021 e dos efeitos da retomada econômica após o auge da pandemia da COVID-19. Destacamos a contratação de 1.284 MW de potência em dezembro de 2021 no primeiro leilão de reserva de capacidade do país (A-5), configurando uma importante oportunidade para recontração das nossas usinas, especialmente nessa conjuntura energética em que as usinas termelétricas têm desempenhado papel fundamental na complementação energética no Sistema Interligado Nacional.

O volume de vendas de gás natural aumentou 25% em 2021, na comparação com o ano anterior. Esse aumento pode ser explicado tanto pelo maior despacho termelétrico, quanto pela recuperação do consumo por parte do segmento industrial, impactado pelos efeitos da pandemia da COVID-19 no ano de 2020.

Pelo lado da oferta, o volume de GNL regaseificado alcançou 23 milhões de m³/dia em 2021 (aumento de 188% em relação a 2020), contribuindo para uma oferta total de gás natural ao mercado de aproximadamente 85 milhões de m³/dia. Esse maior volume de GNL entregue ao mercado foi viabilizado com a ampliação da capacidade de regaseificação do terminal da Baía de Guanabara (RJ), que passou de 20 MM de m³/dia para até 30 MM de m³/dia. Tal fato evidencia o esforço empreendido pela Petrobras no intuito de garantir o atendimento dos compromissos junto aos nossos clientes.



1 - Exploração & Produção

Mil barris de óleo equivalente por dia (Mboed)	4T21	3T21	4T20	2021	2020	Variação (%)		
						4T21 X 3T21	4T21 X 4T20	2021 X 2020
Óleo, LGN e gás natural - Brasil	2.663	2.790	2.637	2.732	2.788	(4,6)	1,0	(2,0)
Óleo e LGN (Mbpd)	2.151	2.269	2.135	2.211	2.266	(5,2)	0,7	(2,4)
Terra e águas rasas	92	95	114	99	137	(3,2)	(19,3)	(27,7)
Pós-sal profundo e ultra profundo	458	501	556	496	582	(8,6)	(17,6)	(14,8)
Pré-sal	1.601	1.673	1.465	1.616	1.546	(4,3)	9,3	4,5
Gás natural (Mboed)	513	520	502	521	522	(1,3)	2,2	(0,2)
Óleo, LGN e gás natural - exterior	41	41	45	42	48	-	(8,9)	(12,5)
Total (Mboed)	2.704	2.830	2.682	2.774	2.836	(4,5)	0,8	(2,2)
Total comercial (Mboed)	2.404	2.501	2.383	2.460	2.531	(3,9)	0,9	(2,8)

A produção média de óleo, LGN e gás natural no 4T21 foi de 2.704 Mboed, uma redução de 4,5% em relação ao 3T21, em função principalmente de paradas programadas em plataformas com elevada produção e do início da vigência do Acordo de Coparticipação de Búzios, fatores parcialmente compensados pelo *ramp-up* do FPSO Carioca.

Esses fatores também explicaram a variação da produção nos campos do pré-sal, que alcançou 1.601 Mbpd no trimestre, 4,3% inferior ao 3T21. A produção total no pré-sal foi de 1.930 Mboed no trimestre, representando 71% da produção total da Petrobras.

A produção do pós-sal no 4T21 foi de 458 Mbpd, 8,6% inferior ao trimestre anterior, devido às maiores perdas com paradas de manutenção e ao declínio natural dos reservatórios.

A produção em terra e águas rasas, por sua vez, foi de 92 Mbpd, 3 Mbpd inferior ao trimestre anterior, devido aos desinvestimentos de campos terrestres e ao declínio natural de produção.

A produção no exterior foi de 41 Mboed, sendo referente aos campos da Bolívia, Argentina e Estados Unidos, em linha com o 3T21.



2 - Refino, Transporte e Comercialização

Operacional (Mbpd)	4T21	3T21	4T20	2021	2020	Variação (%)		
						4T21 X 3T21	4T21 X 4T20	2021 X 2020
Volume de produção total	1.910	1.932	1.898	1.852	1.828	(1,1)	0,6	1,3
Volume total de vendas no mercado	1.848	1.946	1.765	1.806	1.664	(5,0)	4,7	8,5
Carga de referência	2.082	2.176	2.176	2.153	2.176	(4,3)	(4,3)	(1,1)
Carga fresca processada	1.798	1.819	1.782	1.740	1.709	(1,2)	0,9	1,8
Fator de utilização da carga fresca (%)*	86%	84%	82%	81%	79%	2,0	4,0	2,0
Carga de destilação total	1.824	1.850	1.827	1.775	1.745	(1,4)	(0,2)	1,7
Fator de utilização total do parque de refino (%)*	88%	85%	84%	83%	80%	3,0	4,0	3,0
Carga processada	1.846	1.851	1.823	1.780	1.754	(0,3)	1,3	1,5
Participação do óleo nacional na carga (%)	92%	93%	95%	92%	94%	(1,0)	(3,0)	(2,0)

As vendas de derivados no mercado interno no 4T21 foram 5% menores do que no 3T21, principalmente devido ao menor volume comercializado de diesel e GLP, em razão da sazonalidade destes produtos, e óleo combustível, por menor despacho termelétrico no último período. No sentido contrário, observamos aumento no volume de gasolina no 4T21 pela maior demanda sazonal e QAV devido à recuperação do mercado de aviação.

A produção de derivados teve redução de 1,1% no 4T21 em relação ao 3T21 devido à queda da demanda do mercado interno e ao desinvestimento da RLAM. Por outro lado, o FUT das refinarias se elevou no 4T21 para 88%, contra 85% no 3T21, devido ao retorno de unidades relevantes que estavam em parada programada no 3T21 e à produção mais elevada em outras refinarias.

A parcela do petróleo do pré-sal representou 62,5% da carga total no 4T21, ligeiramente abaixo do 3T21 quando tivemos o recorde de processamento deste grupo de óleos de 63%. Em 2021 atingimos um recorde anual de processamento de pré-sal no nosso parque de refino com 59% da carga processada, 9% acima de 2020.

2.1- Diesel

Mil barris por dia (Mbpd)	4T21	3T21	4T20	2021	2020	Variação (%)		
						4T21 X 3T21	4T21 X 4T20	2021 X 2020
Volume de produção	732	740	752	726	716	(1,0)	(2,6)	1,4
Volume de vendas para o mercado interno	790	867	754	801	687	(8,9)	4,7	16,7

As vendas de diesel tiveram uma redução de 8,9% no 4T21 em relação ao 3T21 principalmente devido à sazonalidade do consumo, mais elevado no terceiro trimestre do ano por conta do plantio da safra de grãos de verão e da atividade industrial. Adicionalmente, o desinvestimento da RLAM também impactou a evolução de vendas entre trimestres. Estes efeitos foram parcialmente atenuados pela maior competitividade da Petrobras no mercado interno e consequente redução das importações de terceiros.

As vendas de diesel da Petrobras em outubro de 2021 foram as maiores desde outubro de 2015, com a comercialização de 894 Mbpd.

* Fator de utilização do parque de refino é calculado somente com a carga fresca, formada por petróleo e C5+. Fator de utilização total do parque de refino considera toda a carga nas unidades de destilação, composta por petróleo, C5+, resíduos, reprocessamentos, inclusive de terminais.



As vendas de diesel S-10 seguiram lógica semelhante e registraram uma queda de 6,4% no 4T21 em relação ao trimestre anterior. No 4T21, a participação do diesel S-10 nas vendas totais alcançou o recorde trimestral de 57,5%, com recorde mensal de 58,9% atingido em dezembro de 2021.

No 4T21, a produção de diesel foi 1% menor quando comparada ao 3T21 devido, principalmente, ao desinvestimento da RLAM, compensada parcialmente pelo aumento de produção em outras refinarias, possibilitando redução de importação de diesel no trimestre.

Foram destaques os recordes mensais de produção de diesel S-10, na REPLAN e REGAP em outubro, na REFAP em novembro e na REVAP em dezembro, bem como recorde de produção total de diesel S-10 no ano, superando em 10% o recorde anterior de 2020.

2.2 - Gasolina

Mil barris por dia (Mbdp)	4T21	3T21	4T20	2021	2020	Variação (%)		
						4T21 X 3T21	4T21 X 4T20	2021 X 2020
Volume de produção	430	440	388	409	356	(2,3)	10,9	14,7
Volume de vendas para o mercado interno	463	441	386	409	343	4,9	20,1	19,1

As vendas de gasolina alcançaram 463 Mbdp no 4T21, um crescimento de 4,9% em relação ao 3T21. Destaque para as vendas de dezembro de 2021 (471,7 Mbdp), as maiores em base diária desde abril de 2017, mesmo com a venda da RLAM concluída em 30 de novembro. O crescimento segue a sazonalidade típica do último trimestre. Houve ainda ganho de participação da gasolina sobre o etanol no consumo dos veículos flex, devido, principalmente, à relação de preços nas bombas que favoreceu a opção do consumidor pela gasolina em todos os estados do Brasil.

A produção de gasolina teve redução de 2,3% no 4T21 em comparação ao 3T21 principalmente devido ao desinvestimento da RLAM.

2.3- Óleo Combustível

Mil barris por dia (Mbdp)	4T21	3T21	4T20	2021	2020	Variação (%)		
						4T21 X 3T21	4T21 X 4T20	2021 X 2020
Volume de produção	292	288	299	280	293	1,3	(2,4)	(4,6)
Volume de vendas para o mercado interno	61	71	51	61	40	(14,9)	18,4	51,0

As vendas de óleo combustível no 4T21 registraram queda de 14,9% em relação ao 3T21 devido à menor demanda para geração termelétrica.

No 4T21, a produção de óleo combustível aumentou 1,3% na comparação com o 3T21, alinhado com a capacidade de produção, com direcionamento para maiores exportações no trimestre.

2.4- Nafta

Mil barris por dia (Mbdp)	4T21	3T21	4T20	2021	2020	Variação (%)		
						4T21 X 3T21	4T21 X 4T20	2021 X 2020
Volume de produção	77	79	90	76	106	(2,1)	(14,0)	(28,5)
Volume de vendas para o mercado interno	67	79	83	69	116	(16,1)	(20,3)	(41,0)

As vendas de nafta registram queda de 16,1% no 4T21 em relação ao 3T21 em decorrência, principalmente, do desinvestimento da RLAM, com diminuição das entregas para a Braskem na Bahia.

A produção segue acompanhando o desempenho das vendas, ficando 2,1% menor em comparação ao 3T21.



2.5- Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)

Mil barris por dia (Mbpd)	4T21	3T21	4T20	2021	2020	Variação (%)		
						4T21 X 3T21	4T21 X 4T20	2021 X 2020
Volume de produção	126	134	119	122	125	(5,7)	5,9	(2,0)
Volume de vendas para o mercado interno	214	239	232	228	235	(10,7)	(7,9)	(3,0)

A redução das vendas no 4T21 em relação ao trimestre anterior deve-se, principalmente, aos fatores sazonais, a temperaturas médias mais elevadas no 4T21, ao menor consumo da indústria e ao desinvestimento da RLAM. Também contribuíram para a redução a maior participação de outros *players* no atendimento ao mercado e a base de comparação maior do 3T21 decorrente do maior distanciamento social devido à COVID-19, contribuindo para aumento do consumo do GLP para cocção.

A produção de GLP teve queda de 5,7% em relação ao 3T21, acompanhando a redução de mercado.

2.6- Querosene de Aviação (QAV)

Mil barris por dia (Mbpd)	4T21	3T21	4T20	2021	2020	Variação (%)		
						4T21 X 3T21	4T21 X 4T20	2021 X 2020
Volume de produção	88	78	62	70	57	12,5	42,3	22,4
Volume de vendas para o mercado interno	92	80	68	74	60	14,7	34,5	24,4

O aumento do volume de vendas de QAV no 4T21 em relação ao 3T21 deveu-se, sobretudo, à recuperação do mercado frente ao impacto negativo da COVID-19 no setor aéreo. O desinvestimento da RLAM reduziu em parte esse crescimento.

A produção de QAV segue em linha com o comportamento do mercado e apresentou aumento de 12,5% em relação ao 3T21.



3 - Gás e Energia

Operacional	4T21	3T21	4T20	2021	2020	Variação (%)		
						4T21 X 3T21	4T21 X 4T20	2021 X 2020
Venda de Disponibilidade Térmica em Leilão - MW médio	2.383	2.455	2.404	2.439	2.404	(2,9)	(0,9)	1,5
Geração de energia elétrica - MW médio	3.526	3.977	3.435	3.419	1.756	(11,3)	2,6	94,7
Entrega de gás nacional (MM m ³ /dia)	44	40	41	43	44	10,0	7,3	(2,3)
Regaseificação de GNL - MM m ³ /dia	24	30	22	23	8	(20,0)	9,1	187,5
Importação Bolívia de gás natural - MM m ³ /dia	20	20	21	20	18	-	(4,8)	11,1
Venda de gás natural e para consumo interno - MM m ³ /dia	87	88	82	85	68	(1,1)	6,1	25,0

No 4T21, a geração de energia elétrica foi de 3.526 MW médios, uma redução de 11,3% em relação ao 3T21, em virtude da melhora das condições hidrológicas e, conseqüentemente, do nível dos reservatórios das hidrelétricas no país. No mesmo período de comparação, houve uma redução no volume de vendas de disponibilidade térmica em leilão de 2,9% decorrente do desinvestimento das UTEs a óleo do Nordeste (Arembepe, Bahia 1 e Muricy) no mês de dezembro de 2021.

A demanda de gás natural permaneceu em linha com o 3T21. Em relação à oferta, com o término da parada do campo de Mexilhão realizada em setembro, foi possível elevar o volume de gás nacional entregue ao mercado no 4T21 e reduzir em 20% o volume de regaseificação de GNL em relação ao trimestre anterior.



Anexo I: Volume de vendas consolidado

Volume de vendas (Mbpd)	4T21	3T21	4T20	2021	2020	Variação (%)		
						4T21 X 3T21	4T21 X 4T20	2021 X 2020
Diesel	790	867	754	801	687	(8,9)	4,8	16,6
Gasolina	463	441	386	409	343	5,0	19,9	19,2
Óleo combustível	61	71	51	61	40	(14,1)	19,6	52,5
Nafta	67	79	83	69	116	(15,2)	(19,3)	(40,5)
GLP	214	239	234	228	235	(10,5)	(8,5)	(3,0)
QAV	92	80	68	74	60	15,0	35,3	23,3
Outros	163	169	189	164	182	(3,6)	(13,8)	(9,9)
Total de derivados	1.850	1.946	1.765	1.806	1.663	(4,9)	4,8	8,6
Álcoois, nitrogenados renováveis e outros	3	4	5	4	5	(25,0)	(40,0)	(20,0)
Petróleo	83	4	4	24	3	1975,0	1975,0	700,0
Gás natural	364	365	335	352	292	(0,3)	8,7	20,5
Total mercado interno	2.300	2.319	2.109	2.186	1.963	(0,8)	9,1	11,4
Exportação de petróleo, derivados e outros	701	813	852	811	957	(13,8)	(17,7)	(15,3)
Vendas das unidades internacionais	53	32	51	46	85	65,6	3,9	(45,9)
Total mercado externo	754	845	903	857	1.042	(10,8)	(16,5)	(17,8)
Total geral	3.054	3.164	3.012	3.043	3.005	(3,5)	1,4	1,3

A partir do desinvestimento da RLAM, concluída em 30 de novembro de 2021, passamos a ter vendas de petróleo relevantes no mercado interno.

Anexo II: Exportação e Importação Líquida

Mil barris por dia (Mbpd)	4T21	3T21	4T20	2021	2020	Variação (%)		
						4T21 X 3T21	4T21 X 4T20	2021 X 2020
Exportação (importação) líquida	374	398	611	444	743	(6,0)	(38,8)	(40,2)
Importação	327	415	241	367	214	(21,2)	35,7	71,5
Petróleo	138	130	112	154	97	6,2	23,2	58,8
Diesel	106	175	37	118	18	(39,4)	186,5	555,6
Gasolina	27	42	5	20	10	(35,7)	440,0	100,0
Nafta	-	-	2	-	14	-	-	-
GLP	40	61	76	65	70	(34,4)	(47,4)	(7,1)
Outros derivados	16	7	9	10	5	128,6	77,8	100,0
Exportação	701	813	852	811	957	(13,8)	(17,7)	(15,3)
Petróleo	440	604	618	575	713	(27,2)	(28,8)	(19,4)
Óleo Combustível	233	165	204	197	194	41,2	14,2	1,5
Outros derivados	28	44	30	39	50	(36,4)	(6,7)	(22,0)

A exportação líquida no 4T21 teve queda de 6% em relação ao 3T21 principalmente devido à redução nas exportações de petróleo, em função da queda na produção.

As exportações de óleo combustível aumentaram no 4T21 pela realização de exportação em andamento do 3T21.

A redução das importações de derivados no 4T21 compensaram parcialmente a queda na exportação líquida principalmente devido ao menor volume de diesel importado, mas também com uma contribuição do GLP, ambos seguindo a sazonalidade do mercado doméstico.



Disclaimer

Estas apresentações podem conter previsões acerca de eventos futuros. Tais previsões refletem apenas expectativas dos administradores da Companhia sobre condições futuras da economia, além do setor de atuação, do desempenho e dos resultados financeiros da Companhia, dentre outros. Os termos “antecipa”, “acredita”, “espera”, “prevê”, “pretende”, “planeja”, “projeta”, “objetiva”, “deverá”, bem como outros termos similares, visam a identificar tais previsões, as quais, evidentemente, envolvem riscos e incertezas previstos ou não pela Companhia e, conseqüentemente, não são garantias de resultados futuros da Companhia. Portanto, os resultados futuros das operações da Companhia podem diferir das atuais expectativas, e o leitor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas. A Companhia não se obriga a atualizar as apresentações e previsões à luz de novas informações ou de seus desdobramentos futuros. Os valores informados para 4T21 em diante são estimativas ou metas. Os dados operacionais constantes neste relatório não são auditados pelo auditor independente.



Relatório de Sustentabilidade 2016





Destques

INDICADOR	2012	2013	2014	2015	2016
OPERAÇÕES					
RESERVAS PROVADAS DE ÓLEO, LIGN, CONDENSADO E GÁS NATURAL (BILHÕES DE BARRIS DE ÓLEO EQUIVALENTE - BOE)	16,4	16,6	16,6	13,3	12,5
PRODUÇÃO TOTAL DE ÓLEO, LIGN, CONDENSADO E GÁS NATURAL SEM LIQUEFEITO (MIL BARRIS DE ÓLEO EQUIVALENTE POR DIA - BOED)	2.598	2.540	2.669	2.787	2.790
PRODUÇÃO DE ÓLEO, LIGN E CONDENSADO (MIL BARRIS/DIA - BPD)	2.126	2.060	2.150	2.227	2.224
PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL SEM LIQUEFEITO (MILHÕES DE M ³ /DIA)	76,1	77,4	83,7	89,8	90,8
VOLUME DE VENDAS NO MERCADO INTERNO (MIL BPD)	2.725	2.883	3.003	2.789	2.509
VOLUME DE VENDAS NO MERCADO EXTERNO (MIL BPD)	1.060	909	964	1.056	972
MEIO AMBIENTE					
VAZAMENTOS DE ÓLEO E DERIVADOS (M ³)	387,3	187,5	69,5	71,6	51,9
CONSUMO DE ENERGIA (TERAJOULE - TJ)	936.199	1.050.949	1.155.220	1.115.185	899.487
EMISSIONES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (MILHÕES DE TONELADAS DE CO ₂ EQUIVALENTE*)	68,0	74,2	81,4	78,1	66,5
EMISSIONES DIRETAS DE DIÓXIDO DE CARBONO - CO ₂ (MILHÕES DE TONELADAS)*	61,7	67,8	75,1	73,0	61,9
EMISSIONES DIRETAS DE METANO - CH ₄ (MIL TONELADAS)*	171,2	159	154	150	144
EMISSIONES DIRETAS DE ÓXIDO NITROSO - N ₂ O (TONELADAS)*	1.945	2.085	2.294	2.332	1.825
EMISSIONES ATMOSFÉRICAS - NO _x (MIL TONELADAS)*	251,32	252,17	298,51	267,12	234,84
EMISSIONES ATMOSFÉRICAS - SO _x (MIL TONELADAS)*	116,34	128,37	126,08	120,04	130,66
MATERIAL PARTICULADO (MIL TONELADAS)*	18,19	17,47	21,61	19,18	15,265
RETIRADA DE ÁGUA DOCE (MILHÕES DE M ³)	193,4	193,6	206,5	213,3	191,6
DESCARTES DE EFLUENTES HÍDRICOS (MILHÕES DE M ³)	217,9	230,6	254,8	277,1	281,8
SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL					
FATALIDADES (INCLUI EMPREGADOS PRÓPRIOS E DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS)	13	4	10	16	3
TAXA DE FREQUÊNCIA DE ACIDENTADOS COM AFASTAMENTO (TFCA)	0,83	0,75	0,72	0,76	0,59
TAXA DE ACIDENTADOS REGISTRÁVEIS (TAR)	-	-	-	2,15	1,63
CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIEDADE					
INVESTIMENTOS EM PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS - R\$ MILHÕES**	-	-	405	271	120
INVESTIMENTOS EM PROJETOS SOCIAIS - R\$ MILHÕES**	201	391	-	-	-
INVESTIMENTOS EM PROJETOS AMBIENTAIS - R\$ MILHÕES**	101	104	-	-	-
INVESTIMENTOS EM PROJETOS CULTURAIS - R\$ MILHÕES	189	203	194	139	71
INVESTIMENTOS EM PROJETOS ESPORTIVOS - R\$ MILHÕES	61	81	94	86	50
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS					
RECEITA DE VENDAS - R\$ MILHÕES	281.379	304.890	337.260	321.638	282.589
LUCRO BRUTO - R\$ MILHÕES	70.907	69.895	80.437	98.576	89.978
LUCRO OPERACIONAL - R\$ MILHÕES	32.397	34.364	(21.322)	(12.391)	17.111
EBITDA AJUSTADO - R\$ MILHÕES	53.472	59.132	59.883	76.752	88.693
LUCRO LÍQUIDO (PRE JUÍZO) - AÇÕES PETROBRAS - R\$ MILHÕES	21.182	23.570	(21.587)	(34.836)	(14.824)
LUCRO LÍQUIDO (PRE JUÍZO BÁSICO E DILUÍDO) POR AÇÃO - R\$	1,62	1,81	(1,65)	(2,67)	(1,14)
MARGEM BRUTA	25%	23%	24%	31%	32%
MARGEM OPERACIONAL	12%	11%	-4%	-4%	6%
MARGEM LÍQUIDA	8%	8%	-6%	-11%	-5%
FLUXO DE CAIXA LIVRE - R\$ MILHÕES	-	-	(19.554)	15.889	41.572
DÍVIDA LÍQUIDA - R\$ MILHÕES	147.817	221.563	282.089	392.136	314.120
DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA - R\$ MILHÕES	2,76	3,75	4,71	5,11	3,54
INVESTIMENTOS - R\$ MILHÕES	84.137	104.416	87.140	76.315	55.348

* As possíveis alterações em informações numéricas históricas referentes a publicações anteriores do Relatório de Sustentabilidade se devem a melhorias no sistema de gestão de emissões atmosféricas ou às recomendações decorrentes do processo de verificação por terceira parte.

** Até 2014, possuíamos programas separados para a área ambiental e social. A partir de 2015, os projetos sociais e ambientais passaram a integrar o nosso Programa Petrobras Socioambiental.





Sobre o Relatório

Este relatório traz os destaques da nossa atuação em 2016, com foco nas dimensões econômica, social e ambiental. Tem como objetivo apresentar aos nossos públicos de interesse, com transparência e conectividade, como nossa organização gera valor ao longo do tempo.

Continuamos a adotar as diretrizes para relato de sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI) em sua quarta geração (conhecidas como G4). Além disso apresentamos a correlação das atividades da empresa com os Princípios do Pacto Global e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Avançamos na implantação de conceitos e elementos preconizados nas diretrizes apresentadas pelo Conselho Internacional para o Relato Integrado (IIRC) e incorporamos melhorias neste relatório.

Mantivemos para este relatório o escopo de informações referentes às nossas atividades no Brasil e fora dele, incluindo dados referentes à Petrobras *holding*, às subsidiárias e às nossas empresas em outros países.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) foi responsável pelo serviço de asseguarção limitada sobre as informações de sustentabilidade do relatório.

Sumário

4	Mensagem do Presidente
5	Materialidade
6	Contexto Externo e Visão Geral da Organização
13	Modelo de Negócios
16	Governança
22	Conformidade
28	Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão
37	Resultados
38	Segurança e Saúde
43	Gestão de Pessoas
50	Gestão Ambiental
64	Resumo Financeiro
66	Desempenho Operacional
71	Perspectivas e Desafios
72	Pesquisa e Desenvolvimento
74	Gestão de Fornecedores
79	Relacionamento com Públicos de Interesse
88	Relatório de Asseguarção Limitada dos Auditores Independentes
90	Indicadores GRI
108	Glossário
110	Administração e Expediente





Mensagem do Presidente

A Petrobras está virando a página da maior crise de sua história. No Plano de Negócios e Gestão anunciado em 2016, a empresa definiu sua visão: ser uma empresa integrada de energia com foco em óleo e gás que evolui com a sociedade, gera alto valor e tem capacidade técnica única. No plano, reforçamos o compromisso com a segurança e com a redução da dívida da empresa, nossas métricas centrais. A partir delas, desdobra-se todo o sistema de gestão da companhia. Já no início de 2017, os resultados positivos indicam que estamos na direção correta, mas o passivo financeiro da companhia serve como lembrança permanente de que ainda temos muito trabalho pela frente.

Alcançaremos nossos resultados entregando o que prometemos e fazendo-o de acordo com nossos valores, entre os quais está o "respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente". Este Relatório de Sustentabilidade demonstra como integramos as questões sociais, ambientais e econômicas no dia a dia do nosso negócio e apresenta o aprimoramento da nossa gestão, controles internos e governança, além de identificar como as estratégias da companhia resultam em geração de valor para os diversos públicos de interesse da Petrobras.

Apresentamos também a nova Política de Responsabilidade Social. A Petrobras compromete-se em fornecer a energia que move a sociedade a realizar seu potencial, respeitando

os direitos humanos e o meio ambiente. Para nós, isso significa se relacionar de forma responsável com as comunidades nos locais onde atuamos e superar desafios de sustentabilidade relacionados ao nosso negócio, nos preparando, sobretudo por meio de inovação tecnológica, para a alteração da composição da matriz energética do futuro.

Em 2016 investimos R\$ 1,8 bilhão em pesquisa e desenvolvimento (P&D), sendo R\$ 548,5 milhões em parcerias com 111 universidades e institutos de pesquisa no Brasil e no exterior, viabilizando a troca de conhecimento e de tecnologia. Investimos R\$ 241 milhões em projetos socioambientais, culturais e esportivos, em parceria com organizações da sociedade civil, colaborando com a conservação do meio ambiente e melhoria nas condições de vida nos locais onde atuamos.

Reafirmamos o compromisso com o Pacto Global das Nações Unidas, que nos estimula a avançar em iniciativas voltadas ao respeito e apoio aos direitos humanos, a práticas de trabalho justas, à preservação do meio ambiente e ao combate à corrupção.

Nosso compromisso é com a recuperação da Petrobras, por meio de uma gestão transparente e que entrega

resultados para a sociedade. Sabemos que a melhora dos indicadores de segurança e de alavancagem financeira só será sustentável no tempo se forem integradas as dimensões econômica, social e ambiental de nossa atuação.

Pedro Parente
Presidente da Petrobras





Materialidade

Preparamos nosso Relatório de Sustentabilidade para que os nossos públicos de interesse o reconheçam como um importante instrumento de informação, avaliação e decisão. Assim, direcionamos o conteúdo para o que apresenta ou pode apresentar impactos econômicos, sociais ou ambientais significativos em nossas atividades ou por elas desencadeados e o que pode afetar nossa capacidade de criação de valor, como marcos regulatórios e atividades da cadeia de fornecedores.

Os temas classificados como de alta materialidade estão apresentados a seguir, a partir dos temas Segurança e Desalavancagem, destacados por serem metas prioritárias do nosso PNG 2017-2021.

Após identificados, esses temas materiais direcionaram a estrutura editorial do Relatório de Sustentabilidade e foram

abordados ao longo do documento, sempre que possível, associados a indicadores de desempenho correlatos. A tabela de Indicadores GRI identifica as páginas em que cada tema é abordado ou remete, em alguns casos, a outros documentos em que é possível, ao leitor, obter informações adicionais.

Definição e Temas Materiais

Revisamos o conjunto de temas avaliados no ciclo anterior de elaboração do relatório, incluindo questões-chave que apresentamos, em setembro de 2016, em nossos Plano Estratégico (PE) e Plano de Negócios e Gestão 2017-2021 (PNG 2017-2021), além de expectativas de públicos de interesse apuradas quando da apresentação aos investidores, em pesquisas de opinião pública, na análise de resultados de avaliações e índices de mercado, em debates internos com especialistas, em comitês de governança e em entrevistas com a alta administração.

Esses temas foram, então, avaliados por integrantes da alta administração (conselheiros de administração, presidente, diretores executivos e gerentes executivos), por um conjunto de gerentes da companhia e por analistas de mercado, mediante a aplicação de questionário sobre o impacto real ou potencial de cada tema nos nossos negócios e sua relevância para investidores e demais públicos de interesse. O produto desses dois eixos gerou uma classificação dos temas analisados.



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



Contexto Externo e Visão Geral da Organização





Contexto Externo

A economia mundial registrou dificuldades para a retomada de um crescimento consistente em 2016. Durante o ano, diversos eventos contribuíram para que o nível de incerteza no mercado internacional permanecesse elevado, os fluxos de capitais, significativamente voláteis e o preço das *commodities*, deprimido.

A eleição norte-americana, a vitória da proposta favorável a que o Reino Unido saísse da União Europeia no plebiscito ocorrido em junho, o baixo crescimento das economias, o desemprego, as fragilidades sociais, bem como o fluxo migratório dos países do Oriente Médio, principalmente para a Europa, têm incentivado movimentos defensivos e contrários à maior integração mundial, colocando em risco o processo de globalização e impactando o processo de recuperação econômica.

Com relação às economias desenvolvidas, o ano foi marcado pela desaceleração da economia dos Estados Unidos (EUA). Já a Europa continuou tendo dificuldades para promover o crescimento da renda e do emprego. Em geral, os países

emergentes da Ásia mantiveram uma expansão bastante superior à dos demais, enquanto as economias sul-americanas registraram redução no nível de atividade em 2016.

No caso específico do Brasil, a queda de 3,6% do nível de atividade, registrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pode ser creditada à retração da demanda doméstica, em particular do consumo, e à retração do investimento privado (endividamento das empresas e capacidade ociosa).

Pelo segundo ano consecutivo, a queda no nível de atividade econômica afetou negativamente o mercado doméstico de derivados. Em 2016, registrou-se uma queda de 4% no consumo agregado desses produtos. À exceção do óleo combustível que recuou 31,3% e cuja demanda depende não apenas do nível de atividade econômica, mas também da competição com outros energéticos, a maior queda foi registrada no mercado de aviação, tendo o querosene de aviação (QAV) recuado 8,1%. Este resultado reflete o fraco

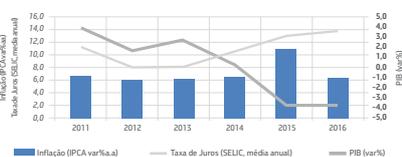
desempenho do setor aéreo, que registrou a primeira queda no número de passageiros transportados desde 2003. Caíram, também, a demanda por nafta e coque verde de petróleo, ambos fortemente influenciados pelo desempenho da indústria no ano de 2016. A demanda doméstica por diesel, derivado que representa cerca de 40% de todo o mercado doméstico de derivados de petróleo e cujo consumo está amplamente vinculado ao transporte de cargas, recuou 4,9%.

Na direção oposta, verificou-se uma elevação de 4,1% na demanda por gasolina, refletindo melhores condições competitivas desse produto em comparação com seu principal substituto. Também a demanda por gás liquefeito de petróleo (GLP), derivado de amplo uso doméstico, apresentou uma variação positiva, ainda que modesta (0,8%), seguindo, muito de perto, as expectativas de crescimento populacional para o período. Outros derivados como asfalto e propano apresentaram, ainda, desempenhos positivos. Entretanto, como foi visto, estes resultados positivos foram insuficientes para compensar as fortes quedas observadas no que diz respeito aos derivados de maior peso na demanda.

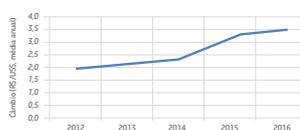
A inflação acumulada em 2016, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registrou variação de 6,29%. O Banco Central do Brasil manteve a taxa básica de juros no patamar de 14,25% a.a. ao longo de quase todo o ano, com reduções em outubro e novembro, fechando o ano em 13,75% a.a.

Em relação à taxa de câmbio, o real iniciou o ano com forte desvalorização, durante os meses de janeiro e fevereiro. A partir

Variáveis Macroeconômicas - Brasil



Taxa de Câmbio





daí, porém, a trajetória inverteu-se, devido a fatores tanto externos, quanto internos, mantendo-se o real, entretanto, desvalorizado em níveis históricos.

Considerando esse cenário para a economia brasileira, as principais agências de classificação de risco revisaram suas avaliações sobre o país ao longo de todo o ano de 2016. A Standard&Poor's (S&P) e a Moody's alteraram o *rating* de crédito brasileiro, em fevereiro, de BB+ para BB e de Baa3 para Ba2, respectivamente, enquanto a agência Fitch alterou, em maio, a classificação do país de BB+ para BB. Assim sendo, ao fim de 2016, o Brasil não era classificado como grau de investimento por nenhuma dessas agências de classificação de risco.

Acompanhando a alteração da nota soberana, e por conta de questões específicas, nossos *ratings* corporativos também sofreram rebaixamento, apresentando posteriormente, recuperação ao longo do ano, refletindo um menor risco de liquidez e melhorias nos nossos fundamentos.

> [Veja mais detalhes no capítulo *Resumo Financeiro*](#)

Por fim, a percepção do mercado expressa pelo Boletim Focus do Banco Central é a de que a economia brasileira recupere o crescimento do seu nível de atividade de forma gradual. As projeções de inflação sinalizam que a trajetória de variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) irá convergir para o centro da meta, possibilitando uma redução dos juros e contribuindo para a retomada do crescimento.

Marcos Regulatórios

Em 2016, o ambiente de negócios do setor de petróleo e gás natural no Brasil foi atualizado devido a mudanças relevantes

nos aspectos regulatórios, com destaque para a aprovação, pelo Congresso Nacional, de novas regras para as áreas do pré-sal. Ademais, ao longo do ano, foram promovidas ações que visaram a flexibilizar as regras definidas para a política de conteúdo local, assim como adaptações regulatórias para adequar o mercado do gás natural a um modelo mais concorrencial.

A Lei 12.351/2010, em sua redação original, estabelecia a Petrobras como operadora única das áreas sob regime de partilha da produção. Em 29 de novembro de 2016, a Lei 13.365/2016 excluiu a obrigatoriedade da companhia em atuar como operadora única em tais áreas, tendo sido garantido à Petrobras o direito de preferência para adquirir, no mínimo, 30% de participação nos consórcios e a possibilidade de operá-los.

Em 2 de maio de 2017, entrou em vigor o Decreto 9.041/2017, que regulamenta a Lei nº 12.351/2010, para dispor sobre o direito de preferência da Petrobras de atuar como operadora nos consórcios formados para exploração e produção de blocos a serem contratados sob o regime de partilha de produção.

Com esta regulamentação ficamos desobrigados de participar desses blocos, mantendo, no entanto, o direito de preferência de atuar como operadores nos blocos de interesse estratégico para a companhia.

Em relação ao mercado do gás natural, o Ministério de Minas e Energia (MME), em meados de 2016, lançou a iniciativa "Gás para Crescer", estabelecendo as bases para um mercado competitivo mediante a adoção das boas práticas internacionais, de modo a construir um ambiente favorável a novos investimentos. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou resolução que estabelece as diretrizes para o desenho deste novo mercado e criou o Comitê Técnico para o Desenvolvimento da Indústria do

Gás Natural (CT-GN), que deverá apresentar proposta de medidas a serem encaminhadas ao Congresso Nacional.

Já em relação ao mercado de derivados de petróleo, o MME lançou duas iniciativas: "RenovaBio" e "Combustível Brasil". O primeiro, lançado em 2016, tem foco no estabelecimento de uma política nacional integrada para a indústria de biocombustíveis. Já o Combustível Brasil, lançado no primeiro trimestre de 2017, tem como foco atrair novos *players* para o refino de combustíveis no Brasil, com ações voltadas a ampliação da capacidade de produção e a melhoria da infraestrutura logística de abastecimento. Temos enviado contribuições ao MME acerca das ações propostas, bem como avaliado oportunidades em nosso programa de desinvestimentos e impactos em nosso posicionamento no mercado.

Política de Conteúdo Local

No âmbito da política de conteúdo local, foi instituído o "Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva ao Desenvolvimento e Aprimoramento de Fornecedoros do Setor Petróleo e Gás" (Pedefor), do qual participam diversos ministérios (Casa Civil; Fazenda; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Minas e Energia; e Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), além da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Com o objetivo de identificar as principais fragilidades das regras vigentes, ocorreram alguns encontros técnicos envolvendo as referidas instituições ao longo de 2016. Um dos principais objetivos foi elaborar uma proposta, encaminhada ao CNPE, em 28 de março de 2017, com novas diretrizes para o





funcionamento da política de conteúdo local a serem adotadas nas novas rodadas de licitação esperadas para 2017.

Mercado de Petróleo e Derivados

A significativa expansão da produção não convencional americana, a partir de 2011, foi considerada a principal causa para a formação do excedente de petróleo que justificou a trajetória de queda nos preços iniciada em 2014. Até o início de 2016, a decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) de não tentar influenciar os preços do petróleo com uma estratégia de corte de produção contribuiu para a manutenção da trajetória de queda.

Os primeiros meses de 2016, foram particularmente críticos, uma vez que o valor do *Brent* atingiu o menor patamar desde 2003, ainda em janeiro, impactando negativamente a média do primeiro trimestre. Apesar da elevação nos preços nos trimestres subsequentes, a queda de preços, na comparação anual, justificou-se pela lentidão no processo de reequilíbrio do mercado, ainda em curso.

Apesar do ritmo mais lento do crescimento nos países desenvolvidos, a expansão das economias emergentes foi suficiente para resultar em uma taxa de crescimento de 1,8% da demanda mundial em 2016 (incremento de 1,7 milhão de bpd), acima da média histórica, que é próxima a 1,5% a.a (incremento médio de 1,1 milhão de bpd). É importante ressaltar que o efeito positivo da queda dos preços, em relação à 2015, contribuiu com o resultado observado.

Pelo lado da oferta de petróleo, o volume registrado, em 2016, foi ligeiramente superior ao de 2015, com um crescimento da produção dos países pertencentes à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), apesar do declínio da produção dos países não pertencentes a essa organização. Fora da Opep, a produção de petróleo americana inicia um movimento de queda em resposta aos baixos preços do petróleo.

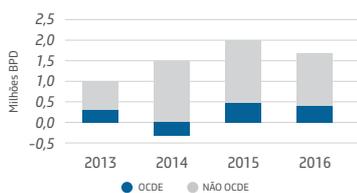
Em novembro de 2016, após discussões que estavam em andamento desde o início do ano, os países membros da Opep e um grupo de 11 países produtores de fora da Opep, incluindo

a Rússia, concordaram em reduzir o volume de produção com o objetivo de acelerar o reequilíbrio do mercado o que gerou um impacto positivo sobre os preços do petróleo em dezembro, cuja média de 54,07 US\$/bbl foi 16% superior à de novembro. No entanto, este efeito não foi suficiente para reverter a queda dos preços em relação ao ano anterior.

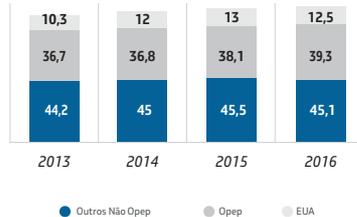
Nesse contexto, de baixo preço de petróleo, as companhias petrolíferas reduziram investimentos de longo prazo em tecnologias de exploração e produção e priorizaram ganhos de eficiência e avanços incrementais em tecnologias já existentes, contando, para tal fim, com a utilização crescente de tecnologias digitais.

Seguindo a mesma tendência, trabalhamos na adequação do nosso Plano Estratégico à trajetória esperada de preços do petróleo no mercado internacional, por meio da readequação do nosso portfólio, dos cuidados na gestão e da aplicação dos capitais e do controle de custos. Mais detalhes no capítulo de Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão.

Acréscimo na Demanda Mundial de Derivados de Petróleo



Oferta Mundial de Petróleo



Preços do Brent (US\$/bbl - ano - base - 2016)



Nota: projeções relativas ao Plano de Negócios 2017-2021.





Visão Geral da Organização

Somos uma sociedade anônima de capital aberto. Conduzimos as nossas atividades com base nos seguintes valores:

Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente

Ética e transparência

Orientação ao mercado

Superação e confiança

Resultados

NOSSOS VALORES

Na nossa visão, estabelecemos que **somos uma empresa integrada de energia com foco em óleo e gás que evolui com a sociedade, gera alto valor e tem capacidade técnica única.**

Investimos na capacitação dos nossos 68.829 empregados e alocamos, em 2016, R\$ 1,8 bilhão para pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Produzimos, em média, 2,79 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed) de petróleo e gás natural. O foco de nossa atuação em Exploração e Produção de petróleo é o Brasil. Nosso portfólio é concentrado na região Sudeste, sendo a maior parte das reservas de petróleo situadas em campos marítimos, em águas profundas e ultraprofundas, localizadas nas bacias de Campos, de Santos e do Espírito Santo.

No exterior, atuamos nesse segmento na Argentina, na Bolívia, na Colômbia, nos Estados Unidos, no México e na Nigéria.

Somos líderes mundiais na exploração e na produção em águas profundas e ultraprofundas, reconhecidos pelo pioneirismo na introdução de novas tecnologias. Operamos, em 2016, 36% da produção global nesses reservatórios. Somos, também, a maior operadora mundial de FPSOs (unidades flutuantes de produção, estocagem e transferência de petróleo). Finalizamos o ano de 2016 com 35 desses navios-plataforma em operação.

De acordo com os critérios da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e da Society of Petroleum Engineers (SPE), o volume de nossas reservas provadas, em 2016, atingiu cerca de 12,51 bilhões de

barris de óleo equivalente (boe), dos quais 84,3% referem-se a óleo e condensado, sendo 98% no Brasil.

Nosso portfólio de exploração no Brasil é constituído por 131 blocos exploratórios, totalizando uma área de 67.315 km², dos quais 20.818 km² localizam-se em terra e 46.497 km², no mar. Estamos atuando em 37 Planos de Avaliação de Descobertas (PADs), sendo 35 em áreas exclusivamente exploratórias e dois em áreas de *ring fence* – área de exploração contígua a um campo onde houve descobertas anteriores. No desenvolvimento e na produção, nosso portfólio doméstico é composto por 316 campos ativos de petróleo e gás natural, dos quais 306 são regidos por contratos de concessão e dez, pelo contrato de cessão onerosa.

Se adicionarmos ao portfólio nacional nossas unidades no exterior teremos um total de 166 blocos exploratórios e 337 campos em desenvolvimento e em produção, perfazendo um total de 503 concessões. Desse total temos 152 concessões em parceria com outras empresas e, em 91 destes ativos somos os operadores, enquanto que em outros 61, os nossos parceiros são os responsáveis pela operação.

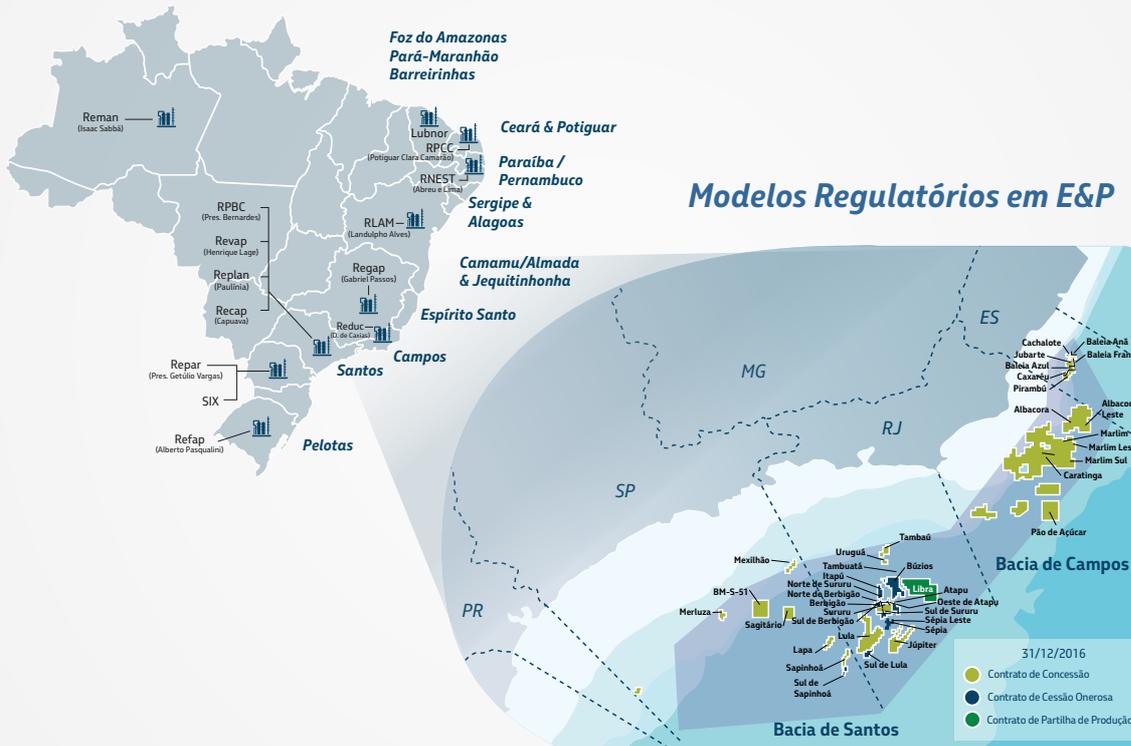
Somos responsáveis, como operadores, por quase a totalidade da capacidade de refino instalada no Brasil. Nossas refinarias possuem capacidade total instalada de 2,176 milhões de barris por dia (bpd) no Brasil.

Seis das treze refinarias estão localizadas no Sudeste do país, próximas aos mercados mais populosos e industrializados e junto à maior parte das nossas reservas de óleo e a nossa produção de petróleo bruto na Bacia de Campos e na Bacia de Santos.





Mapa das Refinarias e Principais Bacias Petrolíferas Offshore no Brasil





No exterior, nossas refinarias, localizadas nos Estados Unidos e na Argentina, processaram 126 mil bpd de petróleo e líquido de gás natural (LGN) e produziram 128 mil bpd de derivados.

No Japão, operamos a refinaria Nansai Sekiyu Kabushiki Kaisha (NSS) até abril de 2015, quando interrompemos o processamento de petróleo. A partir dessa data, continuamos com as atividades de comercialização de produtos por meio de importação ou aquisições no mercado doméstico japonês até março de 2016, momento em que a operação foi descontinuada definitivamente (*shutdown* definitivo). A venda foi concluída em dezembro, para a Taiyo Oil Company.

A Petrobras Transporte S.A. – Transpetro, uma de nossas subsidiárias, é a principal empresa de transporte e logística de combustível do Brasil. Atua, também, nas operações

de importação e exportação de petróleo e derivados, possuindo, atualmente, duas áreas de negócios: Dutos e Terminais e Transporte Marítimo. A companhia opera 14,87 mil quilômetros de oleodutos e gasodutos, 47 terminais (20 terrestres e 27 aquaviários) e 56 navios.

No fim de 2016, a Petrobras Distribuidora S.A., nossa subsidiária no segmento de distribuição, foi responsável por 31,1% do total de vendas no segmento de distribuição de combustíveis no Brasil. Para atender aos 8.176 postos de serviço da rede e a, aproximadamente, 14,1 mil clientes consumidores, utilizamos a capilaridade da nossa infraestrutura logística, atuando em 74 localidades que abrangem todas as unidades federativas do país. Em 2016, mantivemos a liderança no mercado de rede de postos, com participação de 25,4% e volume comercializado na ordem de 24,0 milhões de m³.

A Liquegás Distribuidora S.A., nossa subsidiária no segmento de engarrafamento, distribuição e comercialização de GLP, comercializou, em 2016, 1,6 milhão de toneladas.

Nossa empresa atua, também, no processamento, na logística, na comercialização e na distribuição de gás natural, por meio de uma rede de gasodutos e participações em diversas empresas. Processamos, em média, 36 milhões de m³/dia de gás natural em 2016.

Atuamos na geração e na venda de energia elétrica com capacidade instalada de 6,1 mil MW, por meio de 20 usinas termelétricas próprias e alugadas.

Por intermédio de participações, estamos presentes no setor petroquímico, e temos atuação no setor gás químico, na produção e na comercialização de fertilizantes.

Estamos, também, presentes no segmento de biocombustíveis, por meio de participações em empresas geridas pela nossa subsidiária integral Petrobras Biocombustível S.A., e no segmento de geração de energia renovável.

Nosso Ativo Imobilizado totalizou R\$ 572 bilhões, no fim de dezembro de 2016, incluindo terrenos, equipamentos, ativos em construção e demais bens empregados em nossas atividades.

Um importante aspecto do nosso Plano Estratégico é a ampliação do programa de parcerias e desinvestimentos. O programa de parcerias e desinvestimentos totalizou o valor de US\$ 13,6 bilhões em contratos assinados no biênio 2015-2016. Desde 2015 até abril de 2017, totalizamos US\$ 7,7 bilhões em entrada de caixa referentes a esse programa.



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

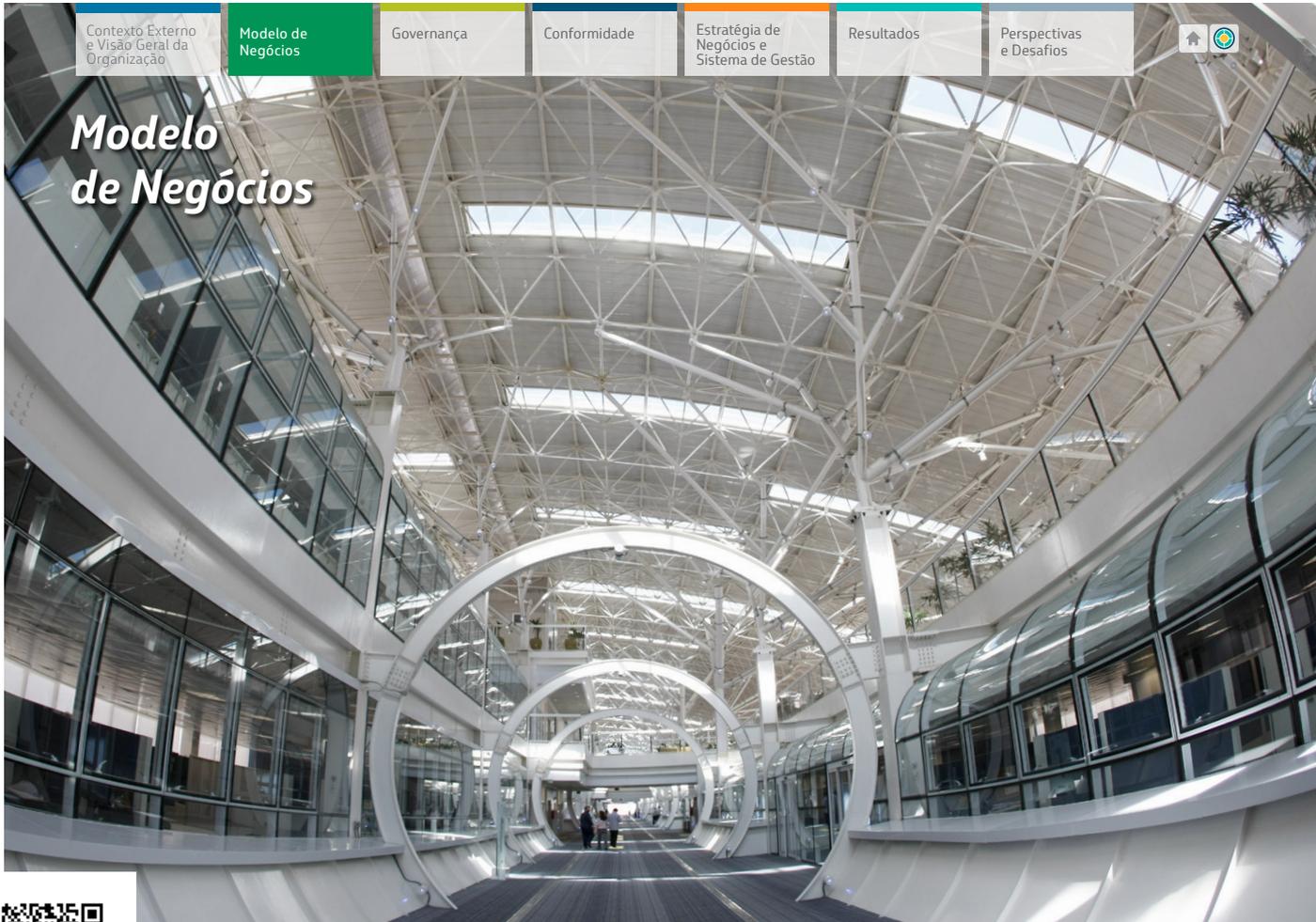
Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



Modelo de Negócios



Assinado eletronicamente por: JULIANA DE OLIVEIRA BANDEIRA BUZINARO - 12/03/2022 02:09:20

<http://pje1g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22031202091979000000964261839>

Número do documento: 22031202091979000000964261839



NOSSOS RECURSOS...

HUMANO Nº de Empregados (mil)	68,8 2015: 78,5
INTELCTUAL Investimento em PSD (R\$ bilhões)	1,83 2015: 2,02
NATURAL Reservas (bilhões de barris de óleo equivalente)	12,5 2015: 13,3
PRODUTIVO Ativo Imobilizado (R\$ bilhões)	572 2015: 630
FINANCEIRO Dívida Líquida (R\$ bilhões)	314 2015: 392
RELACIONAMENTO Fornecedores com os quais a holding transacionou (mil)	12,6 2015: 16,3

APLICADOS AOS NOSSOS PROCESSOS...



RESULTAM EM PRODUTOS...

ÓLEO E LGN Produção (milhões de barris/dia)	2,22 2015: 2,23
GÁS NATURAL Produção (milhões m³/dia)	90,8 2015: 89,8
DERIVADOS Volume vendido no mercado interno (milhões de barris/dia)	2,06 2015: 2,23

E POTENCIAIS IMPACTOS...

SEGURANÇA Taxa de Acidentados Registráveis (TAR)	1,63 2015: 2,15
MEIO AMBIENTE Volume Vazado (m³)	51,9 2015: 71,6
Emissões de Gases de Efeito Estufa (milhões t CO ₂ e)	66,5 2015: 78,1

CONTEXTO INTERNO

...E TENDO IDENTIFICADO, ACOMPANHADO E MITIGADO OS RISCOS DO NEGÓCIO, GERAM VALOR PARA:

INVESTIDORES Fluxo de Caixa Livre (R\$ bilhões)	41,6 2015: 15,9	EMPREGADOS Remuneração Direta (R\$ bilhões)	18,7 2015: 19,1	ESTADO E SOCIEDADE Tributos (R\$ bilhões)	106 2015: 110
---	---------------------------	---	---------------------------	---	-------------------------

CONTEXTO





Modelo de Negócios

Nosso modelo de negócios visa a demonstrar como utilizamos recursos e processos para a geração de valor para nossos públicos de interesse e como analisamos o contexto externo e evoluímos nos processos de gestão, governança, estratégias de negócios e resultados.

Em face dos desafios externos e internos, a nossa estratégia aponta para dois objetivos principais: o aumento da segurança nas operações e a diminuição da alavancagem. Para tanto, buscamos aprimorar a consciência de segurança na empresa, com comprometimento da liderança e treinamento contínuo focado no conhecimento dos riscos e dos processos. No que se refere a diminuição da alavancagem, além da prática de preços competitivos, mantemos o foco na eficiência da aplicação de capital e na redução de custos, contando com parcerias e desinvestimentos para reduzir nossa dívida líquida.

Quanto à gestão dos negócios, adotamos o conceito central de evolução, que se traduz no tripé da transformação cultural, de um sistema de gestão baseado fortemente em desempenho e na massiva propagação de uma cultura de segurança. Assim, pretendemos entregar não apenas energia sob forma de produtos e serviços, mas geração de valor aos nossos públicos de interesse.

Os recursos utilizados em nosso processo produtivo, apresentados em nosso modelo de negócios, foram classificados em seis categorias, conforme o modelo de capitais apresentado pelo Conselho Internacional para Relato Integrado (IIRC), sendo exemplificados, por meio de indicadores e respectiva evolução de 2015 para 2016.

O detalhamento dos capitais relacionados aos recursos aplicados em nossos processos está apresentado nos itens indicados a seguir, os quais podem ser acessados, de forma interativa, pelos links constantes no modelo de negócios.

HUMANO

Competências, habilidades e experiência das pessoas e suas motivações para inovar.

INTELLECTUAL

Recursos intangíveis organizacionais baseados na propriedade intelectual e no conhecimento tecnológico e de gestão, expressos em produtos, processos, sistemas e patentes.

NATURAL

Recursos ambientais renováveis e não renováveis que fornecem insumos essenciais ao processo produtivo.

PRODUTIVO

Ativos industriais e infraestrutura que utilizamos em nossa atividade produtiva.

FINANCEIRO

Recursos financeiros disponíveis, sejam estes próprios ou obtidos por meio de financiamentos e investimentos, alocados para nossa atividade produtiva.

RELACIONAMENTO

Parcerias e relacionamentos com nossos públicos de interesse e a capacidade de compartilhar informações e formar vínculos de confiança.

No capítulo Contexto Externo e Visão Geral da Organização, detalhamos o ambiente em que embasamos a elaboração de nossas estratégias e iniciativas.

A evolução do nosso contexto interno é apresentada nos processos de Governança, Conformidade, Sistema de Gestão e Identificação e Tratamento de Riscos do Negócio e está sintetizada nos capítulos Governança, Conformidade e Estratégia e Sistema de Gestão.

> O detalhamento desses itens pode também ser encontrado no [Relatório da Administração](#), publicado em março de 2017.

> As informações sobre nossos resultados, produtos e geração de valor estão apresentadas no capítulo Resultados – [Resumo Financeiro](#) e [Desempenho Operacional](#) e na tabela [Destakes](#).

> As informações sobre Segurança, Meio Ambiente e Saúde são apresentadas no capítulo Resultados – [Segurança e Saúde](#) e [Gestão Ambiental](#).



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

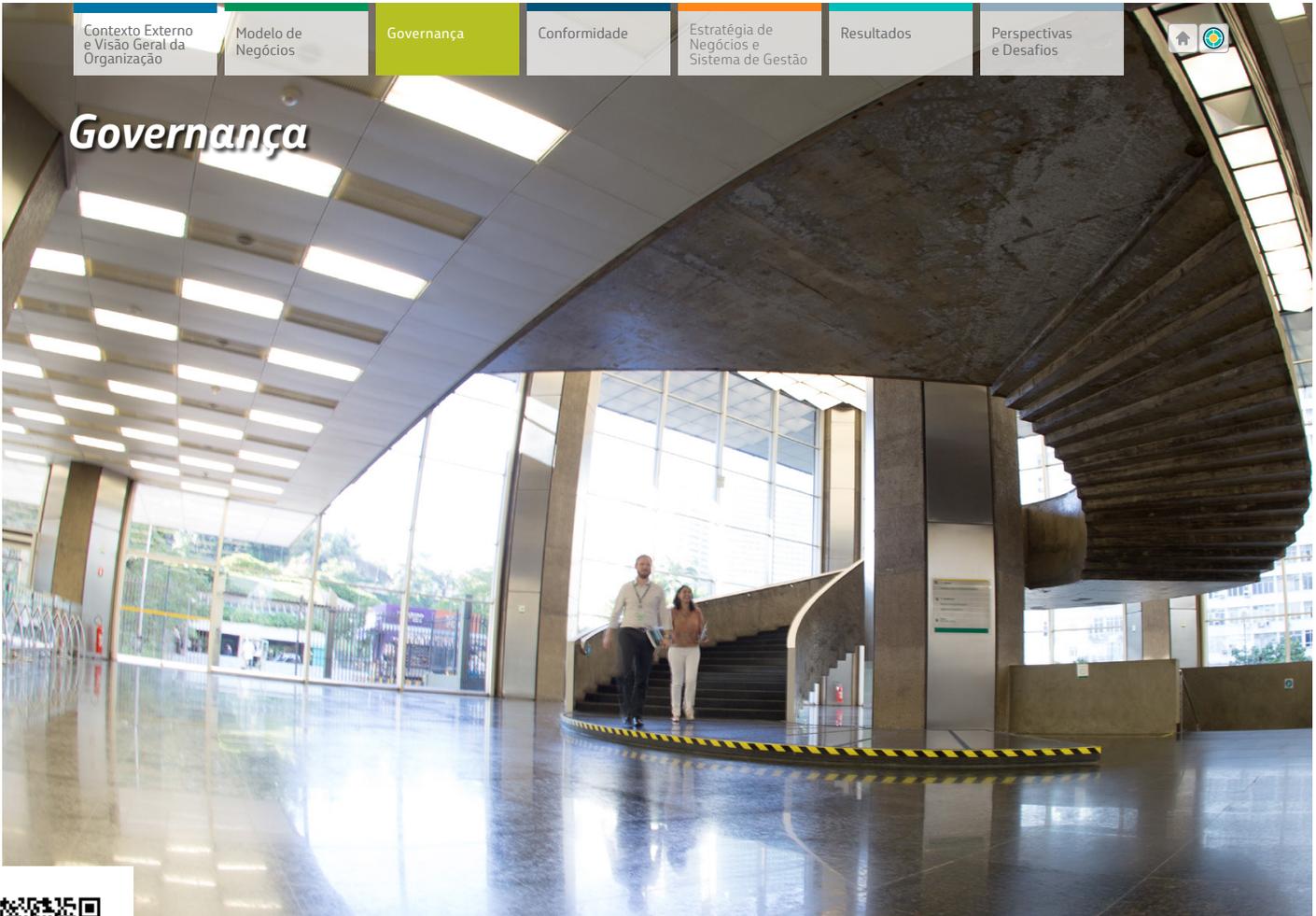
Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



Governança



Assinado eletronicamente por: JULIANA DE OLIVEIRA BANDEIRA BUZINARO - 12/03/2022 02:09:20

<http://pje1g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22031202091979000000964261839>

Número do documento: 22031202091979000000964261839



Governança

O nosso compromisso com as boas práticas de governança corporativa tem como premissas maior transparência e rápida adaptação às mudanças. Além das leis e exigências regulatórias voltadas para as sociedades de economia mista e empresas de capital aberto, seguimos procedimentos de governança compatíveis com as normas dos mercados nacionais e internacionais em que atuamos, buscando adotar

padrões internacionais de transparência, reforçar nossa imagem e reputação e aprimorar o relacionamento com nossos públicos de interesse: acionistas, investidores, clientes, fornecedores, governo, empregados e sociedade, entre outros.

Nossa estrutura de governança corporativa é composta por: Assembleia Geral de Acionistas, Conselho Fiscal,

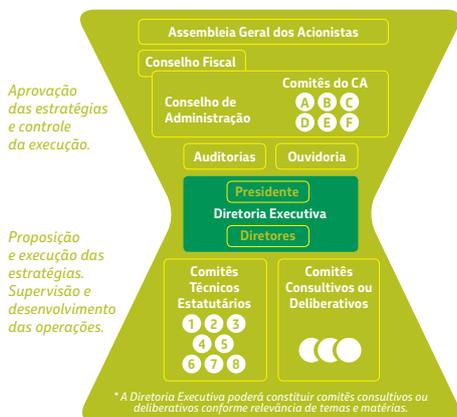
Conselho de Administração e seus comitês, Auditorias, Ouvidoria-Geral, Diretoria Executiva e seus comitês.

Nosso Conselho de Administração apresenta uma composição mais heterogênea e independente em relação ao acionista controlador, a União Federal, desde 2015. Além disso, o Conselho conta com diversos comitês que o assessoram no cumprimento das suas responsabilidades de orientação à Petrobras e direção superior da companhia, listados na figura ao lado. São eles: Comitê Estratégico, Comitê Financeiro, Comitê de Auditoria, Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde e Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão.

O Conselho também conta com o Comitê dos Minoritários, de caráter independente e permanente, com o objetivo de acompanhar o processo de Revisão do Contrato de Cessão Onerosa e demais transações com partes relacionadas envolvendo a Petrobras e a União, suas autarquias e fundações, que estejam na alçada de aprovação do próprio Conselho. Extraordinariamente, contamos com um Comitê Especial instalado, de caráter independente e com linha de reporte direta ao Conselho de Administração, focado na investigação interna de não conformidades oriundas da Operação Lava Jato.

Para refletir as mudanças de aumento da responsabilização individual dos administradores, foram necessários ajustes em nosso Estatuto Social, entre os quais a inclusão de competências individuais demandadas dos membros da Diretoria Executiva e a criação de comitês técnicos estatutários que equiparam os deveres e as responsabilidades de seus membros aos dos administradores da companhia.

Nossa Estrutura de Governança



Comitês do CA:

- A. Estratégico
- B. Financeiro
- C. Auditoria
- D. Segurança, Meio Ambiente e Saúde
- E. Indicação, Remuneração e Sucessão
- F. Minoritários

Comitês Técnicos Estatutários:

1. Desenvolvimento da Produção e Tecnologia
2. Exploração e Produção
3. Refino e Gás Natural
4. Financeiro e de Relacionamento com Investidores
5. Assuntos Corporativos
6. Governança e Conformidade
7. Estratégia, Organização e Sistemas de Gestão
8. Investimento e Desinvestimento





Assim, os membros da Diretoria Executiva contam, agora, com sete comitês técnicos estatutários de assessoramento: Comitê Técnico Estatutário de Desenvolvimento da Produção e Tecnologia; Comitê Técnico Estatutário de Exploração e Produção; Comitê Técnico Estatutário de Refino e Gás Natural; Comitê Técnico Estatutário Financeiro e de Relacionamento com Investidores; Comitê Técnico Estatutário de Assuntos Corporativos; Comitê Técnico Estatutário de Governança e Conformidade; Comitê Técnico Estatutário de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão. A Diretoria Executiva conta, ainda, com o assessoramento do Comitê Técnico Estatutário de Investimento e Desinvestimento.

Também estão em atividade os seguintes comitês executivos multidisciplinares de natureza deliberativa e/ou consultiva: Comunicação e Responsabilidade Social; Riscos; Divulgação, Pesquisa & Desenvolvimento; Recursos Humanos, Organização e Governança; Segurança, Meio Ambiente e Saúde e Tecnologia da Informação e Telecomunicações. São compostos por nossos gerentes executivos e têm como finalidade propor e analisar matérias de competência da Diretoria Executiva, reduzir a concentração de decisões técnicas e aprofundar análises e discussões sobre temas de sua especialidade.

Aprovada em setembro, a nossa Política de Indicação de membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e dos participantes externos que integram os respectivos comitês de assessoramento estabelece requisitos mínimos para indicação de integrantes dessas instâncias de governança. São requisitos fundamentais a capacidade técnica e de gestão, além da avaliação de integridade, por meio do *Background Check*.

O *Background Check* busca aumentar a segurança das nossas nomeações a posições-chave. É aplicável aos profissionais

indicados tanto para assumirem funções gerenciais, incluindo posições na alta administração, quanto para atuarem como administradores (diretores, presidentes, conselheiros de administração) ou conselheiros fiscais em outras empresas do Sistema Petrobras, quando por nós indicados.

Entre os membros do Conselho de Administração e respectivos comitês de assessoramento, apenas um tem função executiva, que é o presidente da companhia. De acordo com o nosso Estatuto Social, as funções de presidente do Conselho de Administração e de presidente da companhia não serão exercidas pela mesma pessoa. O presidente do Conselho de Administração deverá ser eleito pela Assembleia Geral.

É assegurado aos nossos empregados o direito de indicar um representante para o Conselho de Administração, pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela Petrobras, em conjunto com as entidades sindicais representantes da categoria.

Visando a atender ao disposto na legislação, criamos a Comissão de Elegibilidade em fevereiro de 2017. De caráter temporário, opina e auxilia os acionistas na indicação de administradores e conselheiros fiscais conforme os requisitos previstos na Lei nº 13.303/16, no Decreto 8.945/16 e no Estatuto Social.

Nosso Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão tem, entre suas atribuições, propor a estrutura de compensação dos membros da direção superior da companhia e apresentar políticas e mecanismos de remuneração dos nossos administradores, considerando os nossos resultados econômicos, financeiros, ambientais e sociais e observados as nossas estratégias e os referenciais de mercado. O comitê pode contar com o assessoramento dos titulares das unidades

organizacionais em nossa estrutura geral, quando necessário. Suas proposições são aprovadas pelo Conselho de Administração. O nosso presidente é membro do Conselho de Administração, porém, não participa das votações referentes a esse assunto.

De acordo com nosso Estatuto Social, reforçado pelas Diretrizes de Governança Corporativa, pelo Código de Boas Práticas, pelo Código de Ética, pelo Guia de Conduta do Sistema Petrobras, pelo Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção e pelo Regimento Interno do Conselho de Administração, um dos requisitos aos quais os conselheiros devem atender é a ausência de conflitos de interesses.

> Para saber mais, acesse nosso [site](#), item Governança Corporativa/ Instrumentos de Governança.

Caso algum dos membros do Conselho de Administração mude de ocupação principal após a sua eleição, recomenda-se que o fato seja levado ao colegiado, que reavaliará os requisitos, impedimentos e eventuais conflitos de interesses.

No caso do conselheiro representante dos empregados, este não pode participar de discussões e deliberações em pauta sobre a fixação de políticas de recursos humanos, assuntos de relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que ficaria configurado o conflito de interesses.

A nossa [Política de Transações com Partes Relacionadas](#), aprovada em dezembro, estabelece os princípios que nos orientam na celebração de transações e em situações em que haja potencial conflito de interesses.





Temos, ainda, o nosso Código de Conduta Concorrencial, que consubstancia o nosso compromisso com o cumprimento estrito da legislação de defesa da concorrência ou antitruste brasileira e das jurisdições estrangeiras em que realizamos negócios.

Processo Decisório

As medidas de aprimoramento do nosso processo decisório visam a fortalecer os nossos controles internos e a nossa governança, assegurando transparência e eficácia a um sistema de prevenção de riscos e combate a desvios, com previsibilidade de ações corretivas. Essas medidas foram tomadas para dar mais segurança ao acionista e embasamento à tomada de decisões pelos administradores.

> Para mais detalhes sobre nossas ações para remediar as deficiências significativas identificadas, consultar os itens Governança, Gestão e Conformidade - Controles Internos do [Relatório de Administração](#), 5.3 do [Formulário de Referência](#) e 15 do [Form 20F](#).

Implantamos, em 2015, o modelo de autorizações compartilhadas, ou seja, com assinaturas cruzadas de, no mínimo, dois gestores, sem relação de subordinação direta entre eles, para a realização de contratações, compras, desembolsos e outros atos de gestão.

Nosso processo de delegação de autoridade é orientado por meio da Matriz de Limites de Atuação – que consolida os limites de aprovação para execução de planos, projetos e metas orçamentárias, investimentos de capital, investimentos correntes, vendas, gastos, programas de captação, e prestação de garantias – e da Tabela de Limites de Competência, que estabelece, em valores monetários, a competência dos membros da Diretoria Executiva.

Para o melhor desempenho em suas atividades, os membros do Conselho de Administração poderão solicitar, a qualquer tempo, documentos, esclarecimentos e reuniões presenciais com diretores executivos, gerentes ou demais técnicos da companhia responsáveis pelos assuntos a serem tratados. A Auditoria Interna, a Ouvidoria-Geral e os comitês de assessoramento do Conselho também podem submeter temas para apresentação ao colegiado, ou mesmo para análise e deliberação.

Treinamento e Desempenho da Alta Administração

A avaliação de desempenho do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, bem como da Diretoria Executiva, está prevista nas Diretrizes de Governança Corporativa da Petrobras e tem como objetivo aprimorar o desempenho e a atuação desses colegiados. Em 2016, foi contratada empresa externa especializada para implantar e formalizar o procedimento de avaliação de desempenho do Conselho de Administração e de seus comitês, como órgãos colegiados, e de seus membros, individualmente, bem como da Diretoria Executiva, do presidente e dos diretores executivos.

A criação da metodologia de avaliação considerou o entendimento dos documentos internos de estratégia e relatórios externos de investidores, a revisão das perspectivas dos investidores institucionais e expectativas em torno da governança, o *benchmarking* e a revisão das práticas de governança de outras companhias, pesquisa com os conselheiros, entrevistas individuais, revisão das principais conclusões, recomendações e ações prioritárias, além do acompanhamento da implementação das principais recomendações do projeto.

A primeira etapa do processo, finalizada em janeiro de 2017, consistiu em um amplo diagnóstico sobre o cenário e o contexto em que estamos inseridos, o momento que estamos vivendo e aspectos de nossa governança. Na sequência, foi realizada uma pesquisa *on-line* com o público-alvo da avaliação (presidente, diretores executivos e membros do Conselho de Administração), sucedida por entrevistas presenciais, necessárias para desenvolver uma avaliação objetiva e abrangente da efetividade do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. Na próxima fase, a empresa especializada apresentará os resultados, fará comparativos de suas performances em relação às práticas do mercado e apresentará o plano de ação de melhoria a cada um dos executivos. Além disso, a empresa contratada também dará *feedback* aos avaliados, sob o ponto de vista de sua atuação individual e colegiada.

As Diretrizes de Governança Corporativa preveem a realização de reuniões presenciais com os membros da alta administração da companhia e de um programa de introdução para novos conselheiros que aborde temas relevantes de governança. A partir de dezembro de 2016, em função da Lei 13.303/16 e do Decreto 8.945/16, aprovamos o nosso novo modelo de treinamento de conselheiros e diretores, composto pelo Programa de Introdução de Novos Administradores e pelo Programa Periódico de Treinamento de Administradores.

Os administradores e conselheiros fiscais, inclusive, os representantes de empregados e minoritários, devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados pela companhia sobre aspectos de legislação societária, divulgação de informações, conformidade, código de conduta, conflito de interesses e demais temas pertinentes às nossas atividades, incluindo aspectos econômicos, ambientais e sociais relacionados à geopolítica e ao cenário mundial de energia, no contexto do mercado brasileiro.



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



Em alinhamento com o Programa Compromisso com a Vida, que tem por objetivo reduzir acidentes e preservar vidas, foram instituídos Momentos de Segurança nas reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, em novembro de 2016. Dentre os temas abordados estão o gerenciamento da segurança operacional em atividades de refino, a prevenção contra incêndios em plataformas de exploração e produção, a prevenção de acidentes de trânsito, o aprendizado com acidentes fatais, entre outros.

Preocupações Críticas

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva acompanham o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção por meio de reuniões periódicas com a área de Conformidade, além da análise de relatórios trimestrais elaborados pela área de Conformidade, em linha com o que é requerido conforme as melhores práticas e por legislações e órgãos de controle. Tais relatórios contemplam, além da evolução das atividades desenvolvidas para o fortalecimento do ambiente de compliance, os principais desafios da companhia nesse âmbito, possibilitando o direcionamento dos recursos necessários para superá-los.

Trimestralmente, a Ouvidoria-Geral envia relatório à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, o qual dentre outras coisas, apresenta um balanço das denúncias de fraude e corrupção consideradas mais críticas, de alto e muito alto risco para o Sistema Petrobras, sendo o grau de risco avaliado quantitativamente segundo matriz que inclui aspectos como materialidade e risco à imagem da empresa, entre outros. O número total dessas denúncias comunicadas em 2016 foi de 147, em todas as empresas do Sistema Petrobras.

> [Veja mais detalhes no capítulo Conformidade.](#)





Políticas

Em maio de 2016, a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) definiu a aprovação de políticas gerais da empresa como de competência do Conselho de Administração, fato que está corroborado pelo nosso Estatuto Social. Em dezembro de 2016, nosso Conselho de Administração recomendou a revisão da metodologia de aprovação das políticas, de modo a fortalecer a obrigatoriedade da declaração de seu conhecimento por todos os empregados da companhia e o monitoramento pela gerência executiva de Governança Corporativa, além de criar um procedimento centralizado de comunicação, acompanhamento e controle da adoção das políticas pelas sociedades do Sistema Petrobras.

Segundo a determinação do Conselho de Administração, os 15 documentos que deverão receber a denominação de "políticas" na Petrobras são:

- Política de Transação com Partes Relacionadas;
- Política e Diretrizes de Controles Internos da Petrobras;
- Política de Segurança Empresarial da Petrobras;
- Política de Gestão de Riscos Empresariais da Petrobras;
- Política e Diretrizes da Função Ouvidoria do Sistema Petrobras;
- Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários;
- Política de Conformidade Corporativa da Petrobras;
- Política e Diretrizes Corporativas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde;
- Política e Diretrizes de Recursos Humanos;
- Política de Comunicação;
- Política de Governança;
- Código de Ética;
- Política de Dividendos;
- Política de Indicação dos Membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria Executiva da Petrobras;
- Política de Responsabilidade Social.

Política de Responsabilidade Social

Princípios

Fornecemos a energia que move a sociedade a realizar seu potencial, respeitando os direitos humanos e o meio ambiente, nos relacionando de forma responsável com as comunidades nos locais onde atuamos e superando os desafios de sustentabilidade relacionados ao nosso negócio, incluindo a transição para uma matriz energética de baixo carbono.

Diretrizes

Em todas as nossas atividades, nos comprometemos a:

- identificar, analisar e tratar os riscos sociais decorrentes da interação entre os nossos negócios, a sociedade e o meio ambiente e fomentar a gestão de aspectos socioambientais na cadeia de fornecedores.
- integrar as questões relacionadas à Responsabilidade Social na gestão do negócio e no processo decisório da companhia.
- respeitar os direitos humanos, buscando prevenir e mitigar impactos negativos nas nossas atividades diretas, cadeia de fornecedores e em parcerias, e combatendo a discriminação em todas as suas formas.
- gerir o relacionamento com as comunidades situadas na área de abrangência, com base no diálogo contínuo e transparente, contribuindo para a viabilidade dos nossos negócios e o desenvolvimento local.
- investir em programas e projetos socioambientais, contribuindo para as comunidades onde atuamos e, de forma ampliada, para a sociedade, em alinhamento aos objetivos do negócio e colaborando para a conservação do ambiente e a melhoria das condições de vida.
- estar preparados para atuar em situações de emergência e em potenciais conflitos e crises junto às comunidades da área de abrangência.
- comunicar com clareza, objetividade e transparência as informações relativas à nossa atuação em sustentabilidade, alcançando todos os públicos de interesse.
- contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a mitigação da mudança do clima, atuando em alinhamento com os compromissos nacionais e internacionais dos quais somos signatários.
- promover o pleno conhecimento e o compromisso da força de trabalho com a Política de Responsabilidade Social, para que nossas atividades sejam realizadas de forma socialmente responsável.

A Política de Responsabilidade Social foi aprovada pelo Conselho de Administração em março de 2017.



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



Conformidade



Assinado eletronicamente por: JULIANA DE OLIVEIRA BANDEIRA BUZINARO - 12/03/2022 02:09:20

<http://pje1g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22031202091979000000964261839>

Número do documento: 22031202091979000000964261839



Ética e Integridade

Política e Ações de Conformidade

Em março de 2016, o nosso Conselho de Administração aprovou a Política de Conformidade Corporativa, com princípios e diretrizes que objetivam descrever e divulgar os compromissos assumidos pela companhia em relação à promoção dos mais altos valores éticos e de transparência na condução de nossos negócios, com tolerância zero à fraude, à corrupção e à lavagem de dinheiro.

A política contribui para a integração e o fortalecimento das iniciativas de *compliance* no Sistema Petrobras, em especial do Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC), que estabelece mecanismos de prevenção, detecção e correção de atos não condizentes com as condutas estabelecidas e requeridas pela companhia.

O programa destina-se aos nossos diversos públicos de interesse, como clientes, fornecedores, investidores, parceiros, poder público, empregados próprios e de empresas prestadoras de serviços. Em conjunto com o Código de Ética do Sistema Petrobras e com o Guia de Conduta do Sistema Petrobras, a leitura é obrigatória para a totalidade dos empregados e contribui para o compromisso de todos na prevenção e no combate à fraude e à corrupção. O programa está em consonância com as melhores práticas demandadas atualmente pelo mercado, além de aderir às legislações anticorrupção em vigor, sobretudo à Lei 12.846/2013; ao Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), lei federal norte-americana de 1977; e ao UK Bribery Act, lei britânica de combate e prevenção à corrupção de 2010.

O procedimento Due Diligence de Integridade (DDI), corresponde a um dos elementos que compõe o PPPC. Seu objetivo é conhecer e avaliar os riscos de integridade inerentes aos nossos relacionamentos comerciais, com base na avaliação do perfil, do histórico, da reputação e das práticas de combate à corrupção de nossas contrapartes. Esse procedimento vem sendo aplicado sobre as empresas interessadas em adquirir os nossos ativos no âmbito do nosso programa de aquisições e desinvestimentos.

>Veja mais informações no capítulo [Perspectivas e Desafios/Gestão de Fornecedores](#).

Realizamos treinamentos para nossos empregados, inclusive presidente e diretores, com módulos específicos sobre prevenção contra a corrupção, disponibilizados pelo Pacto Global das Nações Unidas. Até o fim de 2016, 96% dos empregados da Petrobras *holding* tinham realizado esse treinamento, totalizando mais de 60 mil empregados.

Além de treinamentos para novos empregados, realizados desde 2014, cursos presenciais sobre aspectos do nosso Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção passaram a ser oferecidos para empregados que exercem atividades com maior exposição a riscos de *compliance*, tais como empregados envolvidos no processo de contratação e gestores da companhia.

Adicionalmente, presidentes e diretores executivos da Petrobras e subsidiárias, e gerentes executivos da Petrobras *holding* participaram de treinamento presencial

sobre integridade e conflito de interesses, ministrado por representante do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União. Já os membros do nosso Conselho de Administração participaram de treinamento específico sobre as Leis Anticorrupção Brasileiras e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, associadas à importância do Programa de *Compliance*.

Além disso, conforme está definido no Código de Ética do Sistema Petrobras e no Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção, não contribuimos ou apoiamos partidos políticos ou campanhas políticas de candidatos a cargos eletivos.

O nosso Código de Ética e o nosso Guia de Conduta constituem compromisso individual e coletivo de todos, incluindo membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, ocupantes de funções gerenciais, empregados, estagiários e prestadores de serviços. Cada um deverá cumprilos e promover seu cumprimento, em todas as ações da cadeia produtiva do Sistema Petrobras e nas relações com todas as partes interessadas.

Realizamos, preventivamente, campanhas internas para disseminar os princípios expressos em nosso Código de Ética, combatendo, por exemplo, conflitos de interesses e nepotismo, e não aceitando ações de favorecimento ou de recebimento de vantagens indevidas. A nossa Comissão de Ética atua na disseminação de conteúdos sobre o tema "Ética" e realiza consultoria para os empregados das diferentes áreas da empresa sobre a gestão da ética.





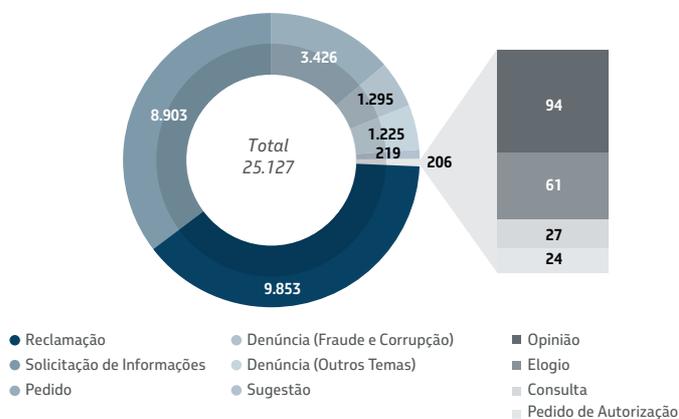
Para o público externo, realizamos ações de comunicação por meio da publicação de vídeos no site [Daqui pra frente](#), com as medidas adotadas para a melhoria dos nossos processos. Divulgamos informações em nossos canais externos, como o Canal do Fornecedor e o Portal Petronect, sobre orientações, procedimentos, documentos e legislação de *compliance*.

Nosso principal canal de recebimento e tratamento das manifestações relativas à nossa atividade, direta ou indiretamente, é a Ouvidoria-Geral da Petrobras *holding*.

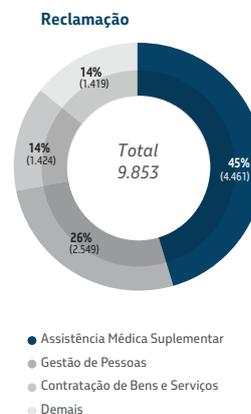
A ouvidoria atua em solicitações de informação, atendendo à Lei de Acesso à Informação (LAI), pelo Serviço de Informação ao Cidadão, e em denúncias, reclamações,

pedidos, elogios e sugestões, consultas, pedidos de autorização no caso de atividades que possam envolver conflito de interesses à luz da Lei de Conflito de Interesses e demandas relacionadas ao benefício de saúde oferecido aos empregados e seus dependentes. Em 2017, aprimoramos nosso Portal da Transparência, que reúne as informações disponibilizadas para o cidadão, segundo a LAI.

Total de Demandas Recebidas pela Ouvidoria em 2016



Dados por Categoria





A nossa Ouvidoria-Geral respeita a confidencialidade dos manifestantes sempre que necessário. Acompanha as denúncias desde o recebimento até a implementação de ações corretivas, sendo as denúncias envolvendo fraude e corrupção encaminhadas à Conformidade.

Já o nosso Canal de Denúncia é gerido por empresa externa, independente e especializada no recebimento de denúncias. Disponível 24 horas por dia e em três idiomas (português, inglês e espanhol), o canal centraliza o recebimento de denúncias e as repassa à Ouvidoria-Geral, a qual dá o tratamento adequado às demandas. O denunciante recebe um código alfanumérico e uma senha para acompanhar sua demanda pelo site externo. São também aceitas e tratadas denúncias anônimas sobre questões comportamentais que indiquem violência física ou psicológica no trabalho, desde que contenham nomes de pessoas relacionadas ao problema, sendo obrigatória a identificação precisa do denunciado e de eventuais testemunhas.

Transparência e Prestação de Contas

Tributos

Exercemos a função tributária com aderência às normas e legislações tributárias nacionais e internacionais aplicáveis ao Sistema Petrobras, avaliando a gestão de riscos tributários e contribuindo para aumentar a rentabilidade em nossos negócios, dentro do contexto de uma sociedade empresarial modificadora do ambiente socioeconômico em que está inserida.

Buscamos, também, manter um relacionamento ético e transparente com a sociedade, promovendo o desenvolvimento nas regiões em que atuamos, tendo em vista que somos um dos maiores contribuintes do país e nossa atuação repercute

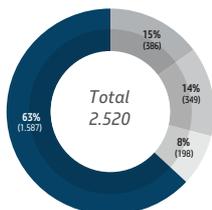
significativamente na arrecadação de tributos administrados pelo Fisco em níveis federal, estadual e municipal, assim como no recolhimento das participações governamentais relativas à indústria do petróleo, administradas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Em 2016, conforme foi apresentado na nossa Demonstração de Valor Adicionado (DVA), geramos, como Sistema Petrobras, mais de R\$ 105,7 bilhões em tributos, sendo mais de 47% (R\$ 50,1 bilhões) para a União Federal, incluindo participações governamentais, o que equivale a quase 4% (quatro por cento) do total arrecadado pela Receita Federal do Brasil no período.

Além disso, a pulverização do exercício das nossas atividades pode ser medida pelos tributos gerados, no mesmo período, para os estados, os quais chegaram a R\$ 49,6 bilhões, bem como para os municípios, no montante de R\$ 690 milhões.

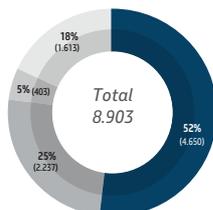
Denúncias

- Irregularidades em Contratos
- Favorecimento
- Ofensa
- Demais



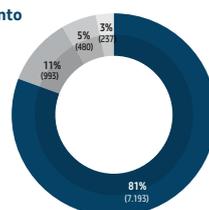
Solicitações de Informação

- Contratos / Convênios
- Recursos Humanos
- Controles Internos
- Demais



Tempo de Tratamento das Solicitações de Informação

- Até 20 dias
- Entre 21 e 30 dias
- Mais de 30 dias
- Não concluídos





Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas (EITI)

Participamos das discussões do Grupo das Empresas de Petróleo e Gás ("Oil & Gas Constituency"), contribuimos nos debates e acompanhamos, tempestivamente, as decisões tomadas pelo Conselho da EITI, que define as exigências de transparência que devem ser cumpridas pelos países signatários. Atualmente, mais de 90 empresas envolvidas nos setores de petróleo, gás e mineração estão comprometidas em apoiar a EITI, juntamente com os 51 países signatários.

Transparência

O total de acessos ao nosso Portal de Transparência ao longo do exercício de 2016 foi de 151.458. No âmbito da Lei de Acesso à Informação recebemos e concluímos 8.666 solicitações de informação relativas à Petrobras holding. Atendemos a 83% das solicitações em até 20 dias e a 11% de 21 a 30 dias, demonstrando o nosso compromisso com o atendimento ao prazo legal fixado pela Lei (20 dias, prorrogáveis por mais dez). A maioria das solicitações é relativa a dois temas em especial: contratos e convênios e recursos humanos.

Nossas subsidiárias também prestaram contas à sociedade por meio da Lei de Acesso à Informação. Na Liquegás, recebemos 37 solicitações de informação no ano passado. Na Transpetro, foram 2.129 solicitações de informação. Na Petrobras Distribuidora, foram registrados 2.653 pedidos de informação no mesmo período.

Com o objetivo de reforçar a transparência de nossas ações em face dos desvios de conduta, divulgamos

as medidas disciplinares aplicadas aos empregados de diferentes níveis hierárquicos. Foram 37 rescisões de contrato de trabalho, 134 suspensões e 423 advertências por escrito. Os casos se referem a desvios de conduta como negligência, descumprimento de normas da companhia, fraude, desrespeito e uso indevido de recursos da companhia, entre outros.

Conformidade com Leis e Regulamentos

Desenvolvemos nossas atividades em conformidade com as leis e os regulamentos vigentes nos países nos quais atuamos, além de cumprirmos nossas próprias regras, normas e procedimentos internos baseados nas melhores práticas de mercado. Diversos mecanismos de *compliance* existem para reforçar esse compromisso, conforme foi descrito nos capítulos anteriores.

Apesar disso, registramos, em 2016, o recebimento de três autos de infração de órgão federal e estadual por dano ambiental ocasionado por vazamento em duto e embarcação na região de Sergipe, somando o valor de, aproximadamente, R\$ 16 milhões. Todos os três autos se encontram em fase de defesa e pedido de anulação, com expectativa remota de perda.

A Secretaria Municipal de São Gonçalo apresentou uma infração por danos ambientais provenientes de enchentes naquele município, alegando serem decorrentes da construção da via de equipamentos especiais (Via UHOS) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), no valor de aproximadamente R\$ 187,6 milhões. O processo encontra-se em fase de defesa e pedido de anulação, pois consideramos que não há nexo causal entre as inundações e a construção da via UHOS.

Na região de Santos, registramos dois autos de infração aplicados pelo órgão federal, um por impactos sociais em fase de licenciamento de empreendimento e outro por dano ambiental causado por embarcação. Em Santa Catarina, recebemos, do órgão ambiental do estado, uma infração por dano ao ambiente em terminal. As três infrações somam aproximadamente R\$ 11,5 milhões e se encontram em fase de defesa e pedido de anulação, com expectativa remota de perda.

Em relação a processos administrativos instaurados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), constatamos que a totalização das sanções monetárias pagas em 2016 foi de aproximadamente R\$ 34 milhões, relativos a 11 processos.

A Liquegás registrou, este ano, dois processos administrativos no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), um referente a investigação sobre suposto cartel na revenda e na distribuição de GLP em Campina Grande, na Paraíba, e outro relativo à investigação sobre ajuste de preços e reserva de mercado na revenda e na distribuição de GLP no Distrito Federal, no entorno e em algumas regiões do Centro-Oeste. Os processos se encontram em fase inicial; porém, em caso de condenação futura, a multa poderá causar impacto financeiro variando de 0,1 a 20% do faturamento no ramo da atividade empresarial em que ocorreu a infração e o impacto à imagem corporativa.

Na Petrobras Distribuidora, o único processo movido por meio de arbitragem ocorrido, em 2016, envolveu a empresa W. Torre e diz respeito à inexigibilidade em licitação para celebração de contrato de locação atípico, na modalidade "built to suit", do Terminal de Rondonópolis/MT.





Operação Lava Jato

Em 2009, a Polícia Federal iniciou uma investigação denominada "Operação Lava Jato", visando a apuração de práticas de lavagem de dinheiro em diversos estados brasileiros. Ao longo de 2014, o Ministério Público Federal focou parte de suas investigações em irregularidades envolvendo fornecedores e empreiteiras responsáveis pelo fornecimento de bens e serviços à Petrobras.

Este trabalho revelou a existência de um esquema de pagamentos indevidos a partidos políticos, agentes políticos e outros, incluindo alguns de nossos ex-empregados.

Até dezembro de 2016, retornaram ao nosso caixa R\$ 661 milhões a título de ressarcimento de danos em função da Operação Lava Jato. Durante o último ano, auxiliamos as instituições competentes para a elucidação dos fatos e mantemos, regularmente nossos públicos de interesse informados sobre o assunto, por meio dos nossos canais de relacionamento. Prosseguimos com a investigação interna realizada por dois escritórios independentes que têm como interlocutor o Comitê Especial. Composto pelo Diretor Executivo de Governança e Conformidade e por outros dois representantes independentes com notório conhecimento técnico, esse comitê responde diretamente ao Conselho de Administração.

Além de medidas para o ressarcimento dos recursos desviados, contamos com bloqueios cautelares aplicados a empresas investigadas pela Operação Lava Jato, a

partir de 2014, que as impedem de participar de novas licitações e de celebrar novos contratos com a Petrobras. Caso a caso, esses bloqueios podem ser suspensos na medida em que o fornecedor seja inocentado no procedimento administrativo de responsabilização e passe pelo processo de *due diligence* de integridade.

Destacamos que, em todas as ações penais e de improbidade administrativa nas quais nossos ex-empregados são réus por atos relacionados à corrupção, fomos oficialmente reconhecidos como vítimas das irregularidades apuradas e, por essa razão, atuamos como assistentes de acusação ou como uma das partes que propõem a ação (litisconsorte ativo), conforme o caso.

Temos tomado as medidas necessárias para nos recuperar de danos sofridos em função desses atos, inclusive os relacionados à nossa imagem corporativa. Para isso, ingressamos em diversas ações civis públicas por atos de improbidade administrativa, incluindo pedidos de indenização por danos morais. Para cada ação de improbidade, foi distribuída ação cautelar para o bloqueio de bens dos réus de modo a garantir o nosso futuro ressarcimento, o que foi deferido pelos respectivos Juízos.

Atuamos, em abril de 2017, em 44 ações penais propostas em decorrência da Operação Lava Jato*, sendo 41 como Assistentes de Acusação** e três como interessados***.

Ao fim do ano de 2016, algumas dessas ações se encontravam em fase de instrução e outras, em fase de recurso de sentença de primeira instância, tendo como objeto imputações de crimes de organização criminosa, corrupção, lavagem de dinheiro, fraude em licitações, entre outros. Em 2016, foram iniciadas 16 ações penais em decorrência da Operação Lava Jato. No ano de 2017, até o mês de abril, tivemos quatro novas ações penais.

Apresentamos mais informações sobre a Operação Lava Jato na nota explicativa 3 das Demonstrações Contábeis 2016 e nos itens 4.1, 7.9 e 10.3 do Formulário de Referência 2016.

() Em relação ao quantitativo de ações e inquéritos penais envolvendo corrupção, esclareça-se que, no Relatório da Administração, foram consideradas apenas os procedimentos em tramitação no Rio de Janeiro. No presente relatório, consideramos os procedimentos que correm nos foros de Brasília, Rio de Janeiro e de Curitiba.*

*(**) Em nove casos houve a nossa habilitação, porém ainda sem a deliberação pelo juiz.*

*(***) Em uma delas houve o trânsito em julgado da decisão e o feito encontra-se em fase de execução do julgado.*



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão



Assinado eletronicamente por: JULIANA DE OLIVEIRA BANDEIRA BUZINARO - 12/03/2022 02:09:20

<http://pje1g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22031202091979000000964261839>

Número do documento: 22031202091979000000964261839



Estratégia de Negócios

Os nossos planos Estratégico (PE) e de Negócios e Gestão 2017-2021 (PNG 2017-2021), aprovados pelo Conselho de Administração (CA) em setembro de 2016, foram elaborados de forma integrada e contaram com o envolvimento direto da alta administração e de demais executivos da companhia em todas as etapas de elaboração.

Definimos um posicionamento estratégico que enfatiza projetos de óleo e gás a curto e a médio prazos, relativos ao período de 2017-2021. Esta decisão está pautada em uma gestão de portfólio que garanta a melhor relação risco versus retorno.

Na nossa visão, estabelecemos que **"somos uma empresa integrada de energia com foco em óleo e gás que evolui com a sociedade, gera alto valor e tem capacidade técnica única"**.

A partir dos cinco elementos de nossa visão, foram desdobradas 21 estratégias.

Nosso principal desafio é a nossa sustentabilidade financeira, com a necessidade de desalavancar a companhia, resgatar a rentabilidade, sem comprometer a segurança das pessoas e da operação. A palavra central é Evolução.

> Para saber mais sobre o PNG 2017-2021, consulte o nosso [site](#).

Desta forma, nossas principais metas constantes no Planejamento Estratégico, até 2018, são:

- > Redução na Taxa de Acidentados (TAR) para 1,4 (redução de 36% em relação a 2015);
- > Redução na alavancagem – Endividamento Líquido/Ebitda para 2,5 (em relação a 5,11 em 2015).

Plano Estratégico

Nossas 21 estratégias são baseadas em cinco atributos da nossa visão.



Projeto Evolução



Para tanto, contamos com os seguintes pilares de oportunidades de geração de valor: preços competitivos; eficiência de Capex; eficiência de Opex, e parcerias e desinvestimentos.

Envolvendo esses quatro pilares e o processo de aceleração do resgate da companhia, estão a segurança, o sistema de gestão e a transformação cultural.





Preços Competitivos

Dentre os pilares do PNG 2017-2021 para otimizar a nossa geração de valor e resgatar a nossa rentabilidade, destacamos a nossa nova política de preços de gasolina e diesel aprovada em outubro de 2016.

As principais mudanças são as frequentes avaliações para revisão de preços a serem realizadas pelo menos uma vez por mês acompanhando as tendências do mercado internacional. Fazem parte de nossa política de preços os seguintes princípios:

- o Preço de Paridade Internacional (PPI) como referência;
- margem para remuneração dos riscos inerentes às operações, tais como volatilidade da taxa de câmbio e das cotações internacionais, sobreestadias, entre outros;
- o nível de participação da Petrobras no mercado;
- preços nunca abaixo da paridade internacional.

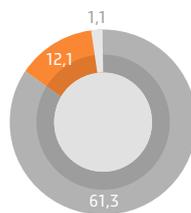
Até 15 de maio de 2017, foram realizadas sete revisões nos preços do diesel e seis revisões nos preços da gasolina.

Eficiência de Capex

Originalmente aprovado com investimentos de US\$ 74,1 bilhões para o período 2017-2021, o programa de investimentos do PNG 2017-2021 foi atualizado para US\$ 74,5 bilhões em função da realocação de recursos programados e não realizados para o ano de 2016.

Na carteira de investimentos do PNG 2017-2021 priorizamos projetos de exploração e produção de petróleo no Brasil, com ênfase em águas profundas. Nas demais áreas de negócios, nossos investimentos destinam-se, basicamente, à manutenção das operações e a projetos relacionados ao escoamento da produção de petróleo e gás natural.

Capex PNG 2017-2021 Investimento Total US\$74,5 Bilhões



A maior eficiência na aplicação dos nossos recursos investidos possibilitará a redução do nosso volume de investimentos, sem grande impacto em nossas metas de produção.

Eficiência de Opex

Nossas ações voltadas para a eficiência em Opex buscam, essencialmente, concentrar a aplicação dos nossos recursos em atividades que realmente geram valor e contribuem para a entrega dos compromissos que assumimos no Plano de Negócios e Gestão (PNG 2017-2021).

Para tal, além dos resultados de uma série de esforços que já vêm sendo empreendidos nos últimos anos, implantamos o programa Orçamento Base Zero (OBZ) em setembro de 2016.

O programa cumpriu, entre setembro e dezembro de 2016, as fases de levantamento e análise de dados, quando foram mapeadas 416 oportunidades de redução de custos.

Deste total, 148 oportunidades foram priorizadas para o alcance das metas de gastos operacionais estabelecidas no PNG 2017-2021, gerando ações que permeiam todas as áreas da empresa e em várias frentes tais como: operações submarinas e em poços, eficiência da frota marítima e aérea, operações em dutos e terminais, produtividade de equipes nas instalações operacionais, custos de overhead, modelos de contratação, tecnologia da informação e comunicações, serviços compartilhados (aluguéis, manutenção predial, transporte), entre outras.

Vale registrar que, em 2016, já reduzimos os nossos gastos operacionais gerenciáveis (GOG) em 6%.

Gastos Operacionais Gerenciáveis (GOG)

R\$ bilhão





Parcerias e Desinvestimentos

As parcerias e os desinvestimentos são enfatizados no Planejamento Estratégico e no Plano de Negócios e Gestão 2017-2021 não apenas como formas de diminuir a alavancagem financeira, como também de compartilhar riscos em nossas atividades e otimizar nosso portfólio de projetos. Com parcerias, somos mais competitivos para lidar com os desafios da indústria.

No biênio 2015-2016, as transações envolvendo parcerias e desinvestimentos totalizaram US\$ 13,6 bilhões em contratos

Parcerias e Desinvestimentos 2015-2016

ATIVOS	US\$ bilhões
Bacia Austral	0,1
Gaspetro	0,5
Petrobras Energia SA (Argentina)	0,9
Petrobras Chile Distribución	0,5
Carcará (BM-S-8)	2,5
Nova Transportadora do Sudeste (NTS)	5,2
Liquigás	0,8
Nova Fronteira	0,1
Guarani	0,2
Petroquímica Suape e CITEPE	0,4
Aliança Estratégica com a empresa francesa Total	2,2
Nansei Seikyu (NSS)	0,2
Total	13,6

>Veja mais detalhes no [Relatório da Administração](#).

assinados. Desde 2015 até abril de 2017, já tivemos US\$ 7,7 bilhões em entrada de caixa referentes a este programa.

Das parcerias e desinvestimentos acima listados, tem destaque a aliança estratégica firmada com a empresa francesa Total, no valor de US\$ 2,2 bilhões, por meio da assinatura de um Acordo Geral de Colaboração (*Master Agreement*) em 21/12/2016, permitindo que ambas as empresas combinem suas experiências, reconhecidas mundialmente, em todos os segmentos da cadeia de petróleo e gás natural, no Brasil e no exterior, juntamente com o fortalecimento da cooperação tecnológica que abrange as áreas de operação, pesquisa e tecnologia.

Outro destaque foi a alienação de 90% da Nova Transportadora do Sudeste S.A. (NTS) no valor de US\$ 5,2 bilhões. Por meio dos contratos de transporte de gás natural já existentes da Petrobras com a NTS, a Petrobras continuará a utilizar as instalações de transporte da NTS sem qualquer impacto em suas operações e na entrega de gás para distribuidoras e demais clientes. A transação contribui para o fortalecimento da indústria de gás natural no Brasil, fomentando novos investimentos na ampliação da infraestrutura de transporte de gás.

Para o biênio 2017-2018, trabalhamos com a meta de gerar US\$ 21 bilhões por meio de transações de parcerias e desinvestimentos. Essas iniciativas, associadas a uma geração operacional de caixa estimada em US\$ 158 bilhões líquida de dividendos, possibilitarão a realização de investimentos e a redução do nosso endividamento, sem necessidade de novas captações líquidas no horizonte do Plano.

Sistema de Gestão

Para garantir a entrega das principais metas e o andamento das iniciativas previstas no Plano Estratégico, foi criado um comitê com executivos da companhia. Esse comitê elaborou o "Projeto Evolução", que visa a promover um novo sistema de gestão, o qual está apoiado em sete grandes temas:

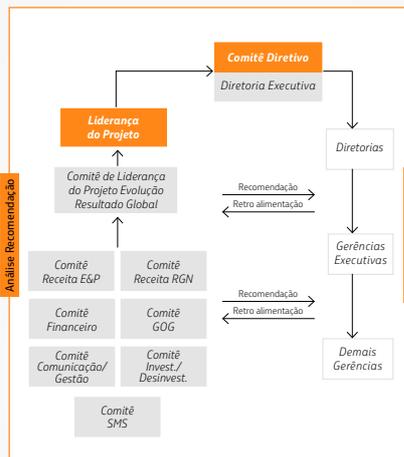
- Fortalecimento da cultura de segurança**
- Reforço à prevenção contra a corrupção**
> Veja mais nos capítulos [Governança](#) e [Conformidade](#)
- Gestão de desempenho baseada em meritocracia**
- Melhoria do processo decisório**
- Implantação do Orçamento Base Zero**
- Fortalecimento dos Controles Internos**
>Veja mais no capítulo [Governança](#)
- Aprimoramento da gestão de riscos**





O monitoramento e o controle do desempenho relativos as metas e iniciativas é realizado por intermédio de uma sistemática de análise crítica que funciona da seguinte forma:

- as iniciativas estratégicas e as principais metas da companhia foram divididas de forma a serem acompanhadas por subcomitês temáticos: Financeiro; Gastos Operacionais Gerenciáveis (GOG); Investimento/Desinvestimento; Receita do Segmento Exploração e Produção (E&P); Receita do Segmento Refino e Gás Natural (RGN); Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS); e Recursos Humanos (RH), Comunicação e Gestão.
- esses subcomitês, compostos por gerentes executivos, tem caráter transversal à estrutura organizacional e realizam, mensalmente, a análise crítica de indicadores e iniciativas relacionadas, recomendando estudos e ações às áreas responsáveis na empresa.
- o Comitê de Liderança do Projeto Evolução (CLPE), composto por dez gerentes executivos liderados pelo diretor de Estratégia e Sistema de Gestão, avalia os indicadores de topo e os desvios detectados nos subcomitês, recomendando estudos e ações para o reequilíbrio do plano. Além disso, apresenta o resultado dessa avaliação ao Comitê Diretivo, grupo composto pelos diretores e pelo presidente da empresa.
- em paralelo, cada área da companhia realiza reuniões de análise crítica (RAC), fornecendo insumos para as análises consolidadas realizadas pelos subcomitês e pelo CLPE. Além disso, as áreas dão tratamento às recomendações recebidas desses subcomitês e do Comitê de Liderança do Projeto Evolução, sendo responsáveis pelas ações de correção.



Fortalecimento da Cultura de Segurança e Programa Compromisso com a Vida

Na área de segurança, foi criado o Programa Compromisso com a Vida, elaborado com base na análise das causas dos acidentes ocorridos nos últimos anos. O programa objetiva reforçar a segurança de processos por meio de iniciativas como o compromisso da liderança, a capacitação da força de trabalho, a fiscalização de serviços contratados, a análise de risco de tarefas e instalações, a disciplina operacional, a conformidade com procedimentos e inspeção e manutenção.

> Veja mais detalhes no capítulo Resultados - [Segurança e Saúde](#).

Gestão do Desempenho Baseado em Meritocracia

O comitê que estruturou o Projeto Evolução atuou diretamente no desdobramento das metas do Plano de Negócios e Gestão, no detalhamento de iniciativas e riscos, na identificação de iniciativas críticas e na implantação das ferramentas de gestão e governança necessárias ao atingimento dos nossos objetivos estratégicos.

Tais iniciativas e metas são desdobradas para os empregados, sendo a gestão de desempenho aliada a um sistema de consequências e recompensas (meritocracia) em desenvolvimento.

Simplificação de Processos para Aumento da Produtividade

O Programa Simplifica Petrobras tem como objetivo aumentar a produtividade sem comprometer a segurança e a conformidade, revendo processos para simplificá-los. É formado por 16 projetos de diferentes áreas. O escopo de cada um foi definido após amplo diagnóstico com lideranças e empregados.

A governança do programa consiste de um Comitê Gestor, instância de orientação e decisão, composta pelo coordenador do programa e por representantes de outras áreas da companhia, e de uma Gerência Geral do Programa de Desburocratização, responsável pela gestão do programa.

Como forma de estimular uma cultura de simplificação, foi aberto um canal de interação com todos os empregados, que se manifestaram ativamente apresentando contribuições, entre sugestões e comentários, para o aperfeiçoamento dos nossos processos.





Gestão de Riscos

Acreditamos que a gestão integrada e proativa de riscos é fundamental para a entrega de resultados de maneira segura e sustentável. Nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais tem como princípios fundamentais o respeito à vida em toda a sua diversidade, a atuação ética e em conformidade com requisitos legais e regulatórios, bem como o pleno alinhamento e a coerência com o nosso Plano Estratégico, com a gestão integrada de riscos e com a orientação de ações de resposta a risco voltadas para a agregação ou a preservação de valor para os acionistas. Nossa política de riscos serve como referência para o processo de gestão de riscos na empresa, por definir as autoridades, responsabilidades e os princípios que norteiam nossas ações neste tema. Além disso, a política explicita as categorias de riscos a que a empresa está exposta, consolidando-as em cinco principais agrupamentos, conforme abaixo:

Riscos Estratégicos e de Negócios

Com o objetivo de tratar riscos estratégicos e riscos de negócios, nosso sistema de gestão de riscos está plenamente alinhado ao nosso Plano Estratégico e coerente com o documento. Os riscos são considerados em todas as nossas decisões estratégicas e a gestão é sempre realizada de maneira integrada.

Uma vez identificados os riscos, as ações de resposta são avaliadas em face das possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance e de suas probabilidades de ocorrência, sendo priorizadas de acordo com a agregação ou a preservação de valor para os acionistas.

Riscos Financeiros

Para tratar os riscos financeiros, atuamos de maneira integrada, privilegiando os benefícios inerentes à diversificação.

Os riscos financeiros são gerenciados ativamente, considerando os diversos fluxos operacionais, as aplicações das disponibilidades financeiras, condições de endividamento e demais posições em ativos, passivos, desembolsos e recebimentos para reduzir a exposição aos riscos de preços de commodities, moedas e juros. A contratação de derivativos também pode ser aplicada no tratamento desses riscos.

Riscos de Conformidade

A gestão de riscos em conformidade insere-se no compromisso em atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde exercemos nossas atividades. Os riscos em conformidade, em especial os de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e de confiabilidade dos relatórios financeiros, são tratados por meio de controles internos e da constante divulgação dos nossos Códigos de Ética e de Conduta, do Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção e de outros instrumentos de prevenção contra esse tipo de risco, assim como por meio de treinamentos periódicos, tanto presenciais, quanto a distância, ministrados, sistematicamente, a toda a força de trabalho, em todos os níveis, inclusive para diretores executivos, presidente e conselheiros.

AGRUPAMENTOS DE RISCO

Estratégico
Negócios
Financeiro
Conformidade
Operacional

EM QUE CONSISTE

Riscos que podem comprometer os objetivos estratégicos e/ou a realização do plano de negócio e gestão.
Riscos relativos aos negócios da companhia de acordo com a cadeia de valor (E&P, Refino, Distribuição, Gás Natural, Transporte, etc.).
Riscos de mercado, de crédito e de liquidez, que podem prejudicar fluxo de caixa e relatórios financeiros.
Riscos relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos pertinentes, bem como Código de Ética, Guia de Conduta etc.
Riscos quanto à utilização eficiente e eficaz dos recursos operacionais.





Riscos Operacionais

Para reduzir os riscos operacionais, sobretudo, os de acidentes de trabalho, vazamentos, incêndios, explosões e outros, reforçamos, em nosso Plano Estratégico, o compromisso com a segurança, ressaltando o valor "respeito à vida", em que o principal desafio da gestão de segurança é o de reduzir acidentes e quaisquer outros tipos de danos às pessoas.

RISCOS SOCIAIS (risco estratégico)

São eventos incertos decorrentes das nossas decisões e atividades diretas e indiretas e de fatores externos que, se ocorrerem, podem impactar os objetivos estratégicos da companhia, os direitos humanos, os meios de vida e a dinâmica socioeconômica de uma região.

Para nortear as ações do nosso corpo gerencial na gestão do risco social, elaboramos, em 2016, em linha com as melhores práticas do mercado, a nossa matriz e o nosso glossário de riscos sociais. Esses documentos, identificam e explicitam para o gestor, de forma estruturada, os principais riscos associados às suas atividades e sua severidade (impacto x probabilidade).

Em desdobramento aos padrões de gestão de riscos sociais aprovados, em 2015, implementamos a análise dos riscos sociais em diversos projetos e atividades da companhia.

Governança em Riscos

Com a revisão da estrutura organizacional em 2016, foram realizados diversos aprimoramentos na governança que contribuíram para o fortalecimento da gestão corporativa de riscos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Aprova o nosso apetite a riscos.
- Acompanha, de forma sistemática, a gestão de riscos.



DIRETORIA EXECUTIVA

- Propõe o nosso apetite a riscos.
- Delibera sobre medidas necessárias para garantir o alinhamento entre o apetite a riscos e a execução das nossas estratégias.

A centralização das equipes de gestão de risco em uma única unidade organizacional reforçou a necessária segregação de funções entre tomadores de riscos e os responsáveis pelo seu monitoramento. Atualmente, a estrutura de riscos está vinculada ao Diretor Executivo de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão.

Adicionalmente, estruturamos um Comitê Executivo de Riscos com a finalidade de assessorar a Diretoria Executiva (DE)

na análise das matérias específicas de gestão de riscos ou, eventualmente, de deliberar sobre assuntos específicos, com delegação prévia da Diretoria Executiva. Cada unidade organizacional deve identificar, priorizar, monitorar e, em conjunto com a Gerência Executiva de Riscos Empresariais, comunicar, periodicamente, ao Comitê Executivo de Riscos, os principais riscos da companhia e as ações mitigatórias planejadas.

Por fim, o gestor responsável pela estrutura de riscos é um dos membros-titulares do recém-criado Comitê Técnico Estatutário de Investimento e Desinvestimento, responsável por assessorar a Diretoria Executiva na aprovação de projetos de investimento e desinvestimento.

Gestão de Riscos no Plano de Negócios e Gestão

Estamos adotando iniciativas específicas de gestão de riscos, incluindo a identificação e o planejamento de ações de mitigação, de forma a permitir respostas tempestivas e adequadas em qualquer cenário.

No processo de elaboração do Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2017-2021, a alta administração e demais executivos identificaram os riscos que podem impactar a implementação. Dentre os principais riscos identificados, destacamos:

Mudanças relevantes nas condições do mercado

A maior parte de nossa receita provém, basicamente, das vendas de petróleo e derivados de petróleo no Brasil e, em menor escala, de gás natural. Historicamente, os preços internacionais de petróleo, derivados e gás natural flutuaram amplamente em consequência de fatores globais e





regionais. Declínios substanciais ou prolongados nos preços internacionais do petróleo podem ter um efeito adverso sobre nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira e, também, afetar o valor de nossas reservas provadas.

Além disso, modificações do ambiente político e regulatório brasileiro, assim como uma eventual deterioração das condições macroeconômicas do país, em especial da atividade econômica, da inflação, do Produto Interno Bruto (PIB) e outros fatores, podem impactar a demanda por combustíveis e podem afetar, negativamente, nosso desempenho financeiro.

Adicionalmente, mudanças no perfil do consumidor, com redução do consumo de combustíveis fósseis e uma transição energética para matriz de baixo carbono mais acelerada na economia mundial, acarretando um aumento da eletrificação na mobilidade urbana, poderão ter impactos negativos sobre a demanda dos nossos produtos e serviços e poderão onerar, ou mesmo inviabilizar, a implementação, a continuidade e a operação de alguns de nossos empreendimentos e limitar oportunidades de crescimento.

Parcerias e desinvestimentos abaixo do previsto

A queda recente do preço do petróleo, a piora do cenário macroeconômico brasileiro e mundial, a crise política doméstica, questões regulatórias, dentre outros fatores imprevisíveis, podem reduzir ou dificultar as oportunidades de venda de ativos e o estabelecimento de novas parcerias, impactando a realização dos negócios nas condições e nos prazos originalmente previstos.

Disputas judiciais

Atualmente, somos parte em diversos processos judiciais de naturezas cível, administrativa, tributária, trabalhista, ambiental

e em reivindicações corporativas contra nossa companhia. Essas reivindicações envolvem quantias substanciais e outras reparações. Vários litígios individuais referem-se a parte significativa do valor total das reivindicações.

>Veja mais informações no [Relatório da Administração 2016](#), Nota Explicativa 30 de nossas demonstrações contábeis consolidadas auditadas.

Caso processos que envolvam valores materiais para os quais não tenhamos provisões constituídas sejam decididos contra a nossa companhia ou caso as perdas estimadas venham a ser significativamente maiores do que as provisões constituídas, o custo agregado das decisões desfavoráveis poderá ter um efeito material adverso nos resultados das nossas operações e na nossa situação financeira.

> Veja mais detalhes, no [Relatório da Administração 2016](#), item 30 das Notas Explicativas.

Renegociação da cessão onerosa

A transferência, para a Petrobras, dos direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas específicas do pré-sal até o limite de cinco bilhões de barris de óleo equivalente é regida pela Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, e pelo Contrato de Cessão Onerosa, que é um contrato entre a Petrobras e a União Federal, seu acionista controlador.

O Contrato de Cessão Onerosa inclui disposições que preveem uma revisão posterior dos seguintes itens: valor, volume máximo, prazo de vigência e percentuais de conteúdo local. Na época em que o Contrato de Cessão Onerosa foi negociado, seu valor inicial se baseou no preço assumido de aproximadamente US\$ 80/barril para o petróleo Brent e em outros fatores.

- A negociação do Contrato de Cessão Onerosa envolveu variáveis, tais como:
- a área coberta pela cessão onerosa, que consiste em blocos exploratórios;
 - o volume, em base de barris de óleo equivalente, que se pode extrair dessa área;
 - o preço a ser pago pelo Contrato de Cessão Onerosa;
 - os termos da revisão posterior do valor do Contrato de Cessão Onerosa;
 - o volume de óleo equivalente, o prazo de vigência do contrato e os percentuais de conteúdo local; e
 - os termos da realocação de volumes de óleo equivalente entre os blocos atribuídos à Petrobras.

Se a revisão determinar que os direitos adquiridos alcancem um valor maior do que o inicialmente pago, deveremos pagar a diferença à União Federal ou reduzir proporcionalmente o volume total de barris extraídos nos termos do Contrato de Cessão Onerosa. Por outro lado, se for constatado que o valor revisado é inferior ao valor inicial do contrato, a União deverá ressarcir a diferença à Petrobras.

As negociações com a União Federal sobre o processo de revisão do Contrato de Cessão Onerosa foram iniciadas em dezembro de 2013 e continuam em curso. Não há previsão de quando esse acordo poderá ser executado, nem podemos assegurar que os termos desse novo contrato serão favoráveis à companhia, o que poderia impactar negativamente nossos resultados operacionais e financeiros.



**Aumento de custos e atrasos nos projetos de investimentos**

O desenvolvimento de reservatórios em águas profundas e ultraprofundas, incluindo os do pré-sal, outorgados pelo governo federal brasileiro, exigiu e continuará a demandar investimentos significativos de capital. Os principais desafios operacionais, especialmente para os reservatórios do pré-sal, são: garantir os recursos críticos necessários para atender às metas de produção; alocar recursos para construir equipamentos e instalá-los em distâncias consideráveis da costa; e garantir a prestação de serviços *offshore* e uma força de trabalho qualificada para desenvolvermos os reservatórios de tamanho e magnitude em tempo hábil.

Em virtude da situação que o mercado de óleo e gás atravessa, alguns fornecedores e prestadores de serviços têm enfrentado problemas de liquidez e, até mesmo, falência. Nesse contexto, persistem o risco de ocorrência de rupturas ou atrasos no fornecimento de materiais e serviços, bem como riscos associados a dificuldades nos processos de substituição de fornecedores para dar continuidade aos projetos.

Adicionalmente, alguns fornecedores participaram de conduta ilegal investigada pela Operação Lava Jato e poderão não ter permissão para participar de futuros projetos da companhia.

Cabe destacar que estamos sujeitos também a exigências de conteúdo local decorrentes dos Contratos de Concessão, do Contrato de Cessão Onerosa e do Contrato de Partilha de Produção do Campo de Libra.

Essas questões trazem riscos adicionais aos processos de contratação (competitividade, preços, paralisação dos processos, indeferimento dos pedidos de *waiver*, entre outros), com possíveis efeitos no prazo de entrega, multas e elevações de custos na execução desses projetos.

> *Veja informações mais detalhadas sobre os riscos da nossa companhia, na sessão Fatores de Riscos no [Formulário de Referência](#) e no [Form 20F](#).*



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

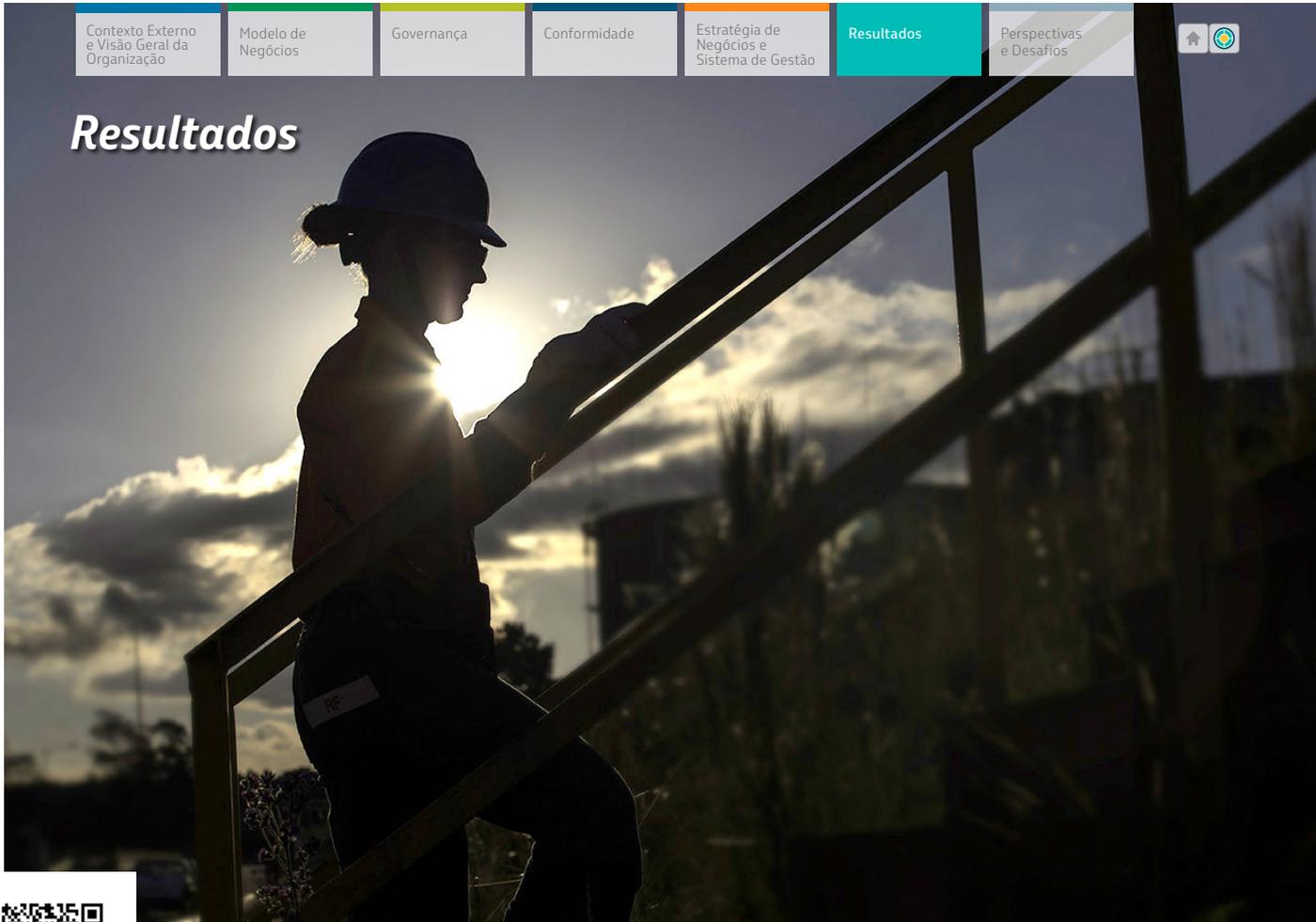
Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



Resultados



Assinado eletronicamente por: JULIANA DE OLIVEIRA BANDEIRA BUZINARO - 12/03/2022 02:09:20

<http://pje1g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22031202091979000000964261839>

Número do documento: 22031202091979000000964261839



Segurança e Saúde

Segurança

Reforçamos nosso compromisso com a segurança, ressaltando o valor "respeito à vida" no nosso Plano Estratégico (PE), em que o principal desafio da gestão de segurança é o de reduzir acidentes e quaisquer outros tipos de danos às pessoas.

Com o objetivo de aprimorar a segurança de nossas operações e prevenir lesões e doenças, atuamos por meio da disseminação de fundamentos, conceitos e práticas de segurança de processo e segurança ocupacional e da implementação de programas e ações nessas disciplinas.

As iniciativas de segurança, meio ambiente e saúde (SMS) do nosso Plano Estratégico são desdobradas no nosso Plano de

Negócios e Gestão 2017-2021, em que se destaca o programa Compromisso com a Vida, em andamento desde 3 de outubro de 2016. O programa, mediante ações preventivas e de tratamento de desvios e incidentes, tem como objetivo fortalecer as diretrizes de segurança em todas as etapas dos nossos processos, visando à eliminação de desvios críticos e prevenindo, dessa forma, a ocorrência de acidentes fatais.

O programa reúne um conjunto de ações impactantes que visam à rápida e consistente redução de acidentes e à uniformização das melhores práticas na companhia, considerando as especificidades das áreas de negócios. Tendo como premissas a continuidade e a evolução dos planos e das ações vigentes, a disciplina operacional e a

participação ativa da liderança, o Compromisso com a Vida reforça, para toda a força de trabalho, o treinamento e a internalização das chamadas Regras de Ouro, lançadas em 2015, as quais são um conjunto de dez regras práticas destinadas a chamar a atenção da força de trabalho para a importância da adoção de atitudes que previnam danos às pessoas e fortaleçam a cultura de segurança.

Os esforços para o alcance do objetivo do programa são alicerçados em quatro pilares:

- reforço à segurança de processo, a qual incorpora princípios e diretrizes que beneficiam também as dimensões Segurança Ocupacional, Meio Ambiente e Saúde;
- "obrigação de fazer", a qual prevê o cumprimento da legislação, de normas e de padrões de SMS por todos os empregados;
- tratamento de conduta em SMS, o qual reconhece o empregado que se destaca em SMS e responsabiliza o empregado que não apresenta a conduta adequada; e
- ações integradas em toda a companhia.



Permissão para Trabalho - Somente trabalhe com Permissão para Trabalho válida, liberada no campo e de seu total entendimento.



Isolamento de Energias - Somente execute trabalhos em equipamentos ou instalações após certificar-se de que todas as fontes de energia tenham sido isoladas de forma segura.



Trabalho em Altura - Somente execute trabalhos em altura com a utilização de cinto de segurança fixado em local seguro e previamente determinado.



Espaço Confinado - Só entre em espaço confinado se autorizado, equipado e com treinamento específico.



Atmosferas Explosivas - Nunca entre em local com atmosfera explosiva. Obedeça sempre aos alarmes e à sinalização.



Posicionamento Seguro - Não acesse área isolada. Nunca se posicione sob uma carga suspensa ou entre veículos, parados ou em movimento. Mantenha-se sempre em locais seguros e protegidos.



Equipamentos de Proteção Individual - Use sempre os EPIs conforme recomendado.



Atenção às Mudanças - Fique atento aos riscos das mudanças. Somente realize qualquer mudança que envolva pessoas, instalações, materiais ou procedimentos após análise e autorização.



Segurança no Trânsito - Respeite as leis de trânsito e pratique direção defensiva. Use o cinto de segurança, respeite os limites de velocidade, não use celular e se beber não dirija.



Alcool e outras drogas - Nunca trabalhe sob efeito de álcool ou outras drogas.





Programa Compromisso com a Vida

COMPROMETIMENTO DA LIDERANÇA



REFORÇO DA SEGURANÇA DE PROCESSO BASEADA EM RISCO



OBRIGAÇÃO DE FAZER

- Treinamentos focados em conhecimento dos riscos e dos processos
- Programa de treinamento e Regras de Ouro
- Processo de avaliação da gestão
- Melhoria de desempenho da gestão de SMS das empresas contratadas
- Tratamento de Conduta em SMS



AÇÕES INTEGRADAS



TRATAMENTO DE CONDUTA EM SMS

O programa visa à redução do número de acidentes em nossas operações, uma das métricas de topo de nosso Planejamento Estratégico, a qual consiste na redução de 36% da Taxa de Acidentados Registráveis (TAR). O número de 2,2 acidentados por milhão de homens-hora em operações em 2015 deverá atingir 1,4, no máximo, em 2018, chegando a um em 2021. Os resultados já são visíveis. Reduzimos, no primeiro trimestre de 2017, em 26% a TAR em relação ao primeiro trimestre de 2016, atingindo 1,24.

Destacamos a seguir as ações implementadas no Compromisso com a Vida:

Diálogos Diários de SMS

Orientamos as unidades do Sistema Petrobras a realizarem os Diálogos Diários de Segurança (DDS), que são reuniões conduzidas pela liderança imediata dos empregados, com breve duração, antes do início das jornadas de trabalho, com foco nas atividades do dia a dia das nossas operações e na

prevenção contra acidentes. A temática dos diálogos deverá estar associada às atividades a serem realizadas durante aquele dia. Além disso, os DDS deverão ser realizados nos locais de execução dos trabalhos de campo ou fisicamente muito perto desses locais, como uma etapa diária anterior ao início de qualquer atividade. Durante os diálogos, deverão ser identificados e apontados os riscos atrelados às atividades a serem desenvolvidas em cada local, como canaletas abertas, buracos no piso, condições de uso de ferramentas, equipamentos de segurança a serem utilizados etc. Após essa etapa, deverão ser previstas ações preventivas para evitar acidentes, como tamponamento de canaletas e buracos, instalação de barreiras físicas, instalação de acessos seguros e instalação de proteções contra partes quentes de instalações, entre outras. Cada Diálogo Diário de Segurança deverá sempre ser conduzido por um líder, evidenciando o compromisso da liderança com a segurança na Petrobras. Outra mudança é a realização de auditorias para avaliar a aderência dessa prática.

Alertas Preventivos de SMS

Para reforçar a prevenção contra acidentes, aprimoramos os Alertas Preventivos de SMS padronizados em um documento abordando, em linguagem simples e direta, temas relacionados a situações com maior probabilidade de acarretarem acidentes e fatalidades. Os alertas são utilizados por lideranças e equipes em nossos DDS para reflexão e aprendizado em relação a riscos e situações que geraram acidentes, de modo a evitarmos que se repitam. Com fotos e casos resumidos de acidentes reais, os alertas explicam o que aconteceu, por que razão, o que pode ser feito para evitar que os mesmos erros se repitam e quais as Regras de Ouro de Segurança aplicáveis ao caso, dentre as dez estabelecidas para o Sistema Petrobras.





Treinamento nas Regras de Ouro

Até o fim de 2017, toda nossa força de trabalho própria e a constituída por prestadores de serviço deverão concluir o treinamento nas Regras de Ouro, seja na modalidade de ensino a distância ou presencial. Com foco em aspectos práticos e casos reais, o curso vem mostrando que, muitas vezes, a aplicação das dez regras vai além das nossas atividades no Sistema Petrobras. Até maio de 2017, 41 mil empregados já haviam realizado o curso.

O treinamento de ensino a distância foi preparado internamente, considerando os aspectos da companhia, as atividades desenvolvidas e os riscos associados. É obrigatório e ao fim do curso os empregados são avaliados e devem apresentar um rendimento mínimo de 90 pontos.

Reforço a Segurança, Meio Ambiente e Saúde nos Processos de Fiscalização e Gerenciamento de Contratos

Reforçamos os aspectos de SMS junto aos fornecedores por meio da capacitação dos gerentes e fiscais de contrato no cumprimento das cláusulas contratuais, adotando sanções cabíveis, se necessário e no reconhecimento das boas práticas dos contratados. Com isso, visamos aumentar o compromisso das empresas que nos prestam serviços com nossos valores de SMS. Realizamos encontros com mais de 200 representantes e lideranças das empresas prestadoras de serviço sobre o programa Compromisso com a Vida e as Regras de Ouro. Essas iniciativas reforçam a necessidade de participação da área de SMS em todas as etapas dos processos de contratação, com ênfase na Segurança de Processo e nas Regras de Ouro.

Campanha Interna de Conscientização Contra Acidentes

Em abril e maio de 2017, implementamos uma campanha interna com a nossa força de trabalho sobre a importância

em adotar comportamentos seguros. Fotos dos nossos empregados com suas famílias foram reunidas em murais nas unidades de lotação dos trabalhadores. Junto às imagens, os dizeres "Nos últimos dois anos, 19 colegas perderam a vida em acidentes de trabalho e não terão mais momentos como esse. Por isso, adotamos medidas para melhorar nossa segurança. Sempre escolha o comportamento seguro. Com todos fazendo a sua parte, estaremos mais protegidos". A campanha destacou a importância de seguir as regras para evitar acidentes, preservar a própria vida e, consequentemente, a própria família, que aguarda o retorno do familiar para casa com saúde e em segurança.

Tratamento de Conduta em Segurança, Meio Ambiente e Saúde

Reforçamos a valorização de importantes aspectos de SMS no novo Tratamento de Conduta em SMS, um eixo fundamental do programa Compromisso com a Vida. A iniciativa, com foco nas condutas esperadas e não esperadas, prevê o reconhecimento positivo a condutas desejáveis em situações de risco e tratamentos diferenciados no caso de condutas não esperadas, em se tratando de descumprimento das Regras de Ouro.

Investigação de Acidentes

Alteramos o processo de instauração da Comissão de Investigação de Acidentes Fatais que apura as causas das ocorrências. As comissões passaram a ser nomeadas pelo diretor da área de negócio em que o acidente ocorreu e conduzidas por um gerente executivo de outra área de negócio, sempre com a participação do gerente executivo da área de SMS. Assim, tem sido possível ampliar e disseminar aprendizados na companhia. Após cada acidente com fatalidade ocorrido com empregado

próprio ou trabalhador de empresa contratada, é realizada uma videoconferência envolvendo a alta administração e todo o corpo gerencial do Sistema Petrobras, visando à mobilização de nossos gestores em torno da análise e da apuração iniciadas logo após o acidente.

Processo de Avaliação de Gestão

Revisamos o nosso Processo de Avaliação e Gestão em SMS, favorecendo o alcance da nossa principal meta: a redução dos riscos de acidentes e incidentes. Além disso, as mudanças no processo com foco em segurança de processo e integridade física das instalações têm como objetivo aumentar a eficiência da nossa gestão, promover aprendizado e alcançar a melhoria contínua do desempenho nas nossas atividades.

Auditorias Comportamentais

Com foco nos comportamentos seguros, no compromisso das lideranças e na importância do diálogo, as auditorias comportamentais representam uma ferramenta valiosa para a segurança nas nossas atividades, estabelecendo que nossas lideranças, desde os fiscais de contrato nas áreas operacionais até os diretores e o presidente, devem realizar essas auditorias periodicamente.

Um ponto-chave sobre as auditorias comportamentais é que cada líder, do presidente ao supervisor, deve dialogar e influenciar o comportamento e atitude de nossa força de trabalho, com periodicidade mínima estabelecida para cada nível da liderança. O procedimento tem como fundamentos o compromisso e a responsabilidade das lideranças, o gerenciamento de desvios e a busca de melhoria contínua.





Redução de Acidentes

Em 2016, a Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) foi reduzida em 24% em relação ao ano anterior, atingindo 1,63. Já a Taxa de Ocorrências Registráveis (TOR), que abrange todas as classificações de acidentes (incluindo os casos de primeiros socorros), apresentou uma redução de 25% em comparação com 2015, como resultado da implementação de iniciativas para prevenir lesões e doenças.

Tais iniciativas possibilitaram a redução em 22% da Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento (TFCA) em relação ao ano anterior.

Apesar da nossa busca pela melhoria contínua na gestão de SMS, registramos e lamentamos a ocorrência de três fatalidades no ano de 2016 envolvendo nossa força de trabalho:

- acidente com empregado: queda em tanque de armazenamento em refinaria, no Rio de Janeiro;
- acidente com empregado de empresa prestadora de serviço: queda de altura em plataforma de petróleo, no Rio de Janeiro;
- acidente com empregado de empresa prestadora de serviço: queda de altura em fábrica de fertilizantes, no Paraná.

Em todos os casos, nossa primeira ação foi de apoio às famílias dos acidentados. As ocorrências são imediatamente divulgadas, com emissão de alerta preliminar visando iniciar a análise de abrangência relativa ao acidente e

Taxa de Acidentados Registráveis



a implementação de ações emergenciais de bloqueio de ocorrências similares. Da mesma forma, iniciamos o processo de investigação e análise para identificar as causas do acidente, consolidamos as ações que podem evitar recorrência em toda a companhia. As lições aprendidas com os acidentes são discutidas em fóruns envolvendo os gestores e divulgadas para a nossa força de trabalho.

Na área de Segurança de Processo, acompanhamos o indicador Número de Acidentes de Segurança de Processo Tier 1 (NASP1), o qual registra ocorrências de maior gravidade (Tier 1). O indicador NASP1 foi definido em conformidade com as melhores práticas da indústria, viabilizando a comparação do nosso desempenho com o de nossos pares. Os acidentes de segurança de processo se caracterizam pela perda de contenção primária de fluidos perigosos ou de energia em instalações de processo (por

Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento (TFCA)



exemplo, derramamento de volume de um derivado de petróleo em uma unidade operacional motivado pela ruptura de uma tubulação). Embora raros, acidentes de segurança de processo de grande porte podem causar extensos impactos ambientais e danos às instalações industriais e à saúde de um grande número de pessoas.

Registramos, em 2016, 24 ocorrências de acidentes de processo (NASP1), 27 a menos do que em 2015. Investigamos todos os acidentes registrados para identificar suas causas básicas. Recomendamos ações preventivas e corretivas, cuja implementação é monitorada. Nos casos de acidentes graves, divulgamos alertas para toda a companhia, de modo a possibilitar que as unidades avaliem a probabilidade de ocorrência de evento semelhante em suas próprias operações e decidam quanto à conveniência de adoção das medidas recomendadas.





Saúde

A nossa gestão de saúde integra saúde e higiene ocupacional, por meio dos Programas de Prevenção de Riscos Ocupacionais, de Controle Médico de Saúde Ocupacional e de Promoção da Saúde.

As ações dos programas de saúde estão presentes tanto em nível corporativo, quanto nas unidades organizacionais. A definição destas ações é apoiada pelo monitoramento de indicadores de saúde e pela análise do perfil epidemiológico dos nossos empregados.

Os exames ocupacionais anuais compreendem avaliação médica, odontológica e nutricional, com abordagem da história clínica e ocupacional personalizada e com foco no cuidado da saúde integral.

Os resultados obtidos a partir dos dados coletados anualmente durante os exames ocupacionais, associados às características e riscos das atividades dos empregados, norteiam o planejamento das ações voltadas para a prevenção e promoção de saúde e resultam em elaboração de um perfil de saúde dos nossos empregados.

A análise desse perfil epidemiológico considera informações de saúde do monitoramento dos principais agravos, doenças crônicas, doenças de notificação compulsória, acidentes, características individuais, tais como: pressão arterial, colesterol, glicose e triglicérides, índice de massa corporal, além dos hábitos de vida referentes à prática de atividade física, uso de álcool e tabaco, hábitos alimentares e regularidade do sono. Os resultados encontrados contribuem

para a implantação e/ou manutenção de ações para promoção da atividade física, alimentação saudável, prevenção dos problemas relacionados ao uso de álcool, tabaco e outras drogas, gestão de ergonomia e saúde do viajante.

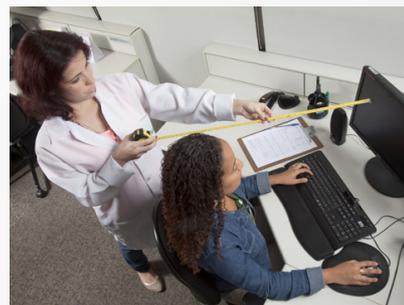
Em nossos programas de promoção de saúde, desenvolvemos estratégias que estimulam o estilo de vida ativo, visando à prevenção e o controle dos fatores de risco e doenças, estímulo a ambientes e hábitos saudáveis, promoção da atividade física e alimentação equilibrada, por meio de ações educativas, abordagem ambiental e abordagem individual.

As ações vinculadas à prevenção, abordagem e tratamento dos problemas relacionados ao uso de álcool, tabaco e outras drogas são prioritariamente dirigidas à prevenção. As ações de prevenção e educação são desenvolvidas no sentido de informar e orientar a força de trabalho, estimular a mudança de comportamento em relação ao consumo de álcool, tabaco e outras drogas, incluindo a restrição do consumo de bebidas alcoólicas em nossas dependências. Desenvolvemos, também, outras ações direcionadas ao empregado, incluindo disponibilização e acompanhamento do tratamento e atenção às famílias.

Realizamos, também, ações de acompanhamento multidisciplinar de saúde destinadas aos empregados com deficiência e aos empregados afastados do trabalho por acidente ou doença. Essas ações visam à melhor relação entre trabalho e trabalhador, propiciando que o ambiente de trabalho seja sempre um contribuinte para a manutenção da produtividade e da saúde integral dos trabalhadores. Outras ações de abrangência que devem ser destacadas e que atingem toda a nossa força de trabalho são as campanhas educativas,

as ações de comunicação de temas de saúde, as orientações corporativas em relação à oferta de alimentação nas nossas instalações e a campanha anual de vacinação contra gripe.

Nossas ações de saúde são influenciadas também pelo acompanhamento, quantitativo e qualitativo, do indicador Percentual de Tempo Perdido (PTP), pela demonstração da evolução do absenteísmo por acidentes e doenças, assim como suas principais causas, relacionadas ou não ao trabalho. Em 2016, o PTP se manteve em 2,47%, superior ao Limite de Alerta de 2,40% estabelecido para o ano. Para 2017 estamos mantendo o Limite de Alerta em 2,40%. A ocorrência de doenças ocupacionais é monitorada pelo indicador Taxa de Incidência de Doenças Ocupacionais (TIDO). Cabe ressaltar que apenas cerca de 3% dos afastamentos por causas de saúde tem alguma relação com o trabalho e que, em 2016, não houve registro de nenhum caso novo de doença ocupacional.





Gestão de Pessoas

Tivemos um ano de desafios na adequação do efetivo e da estrutura organizacional a nossa nova estratégia e ao nosso novo perfil. O Plano Estratégico prevê um modelo de gestão de pessoas inovador e mais flexível, baseado na valorização dos empregados e que contribua para a nossa sustentabilidade. Implementamos as seguintes iniciativas:

➤ adequação de efetivo em todas as regiões, realização de programas específicos, como o Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), o Programa de Movimentação Interna de Empregados (Mobiliza), além de ações como a facilitação de licenças não remuneradas;

➤ desenvolvimento dos nossos empregados priorizando treinamentos no país, ensino a distância e capacitação em conformidade e eficácia nas operações;

➤ fortalecimento da gestão por desempenho, implantando o sistema de meritocracia, tanto no desenvolvimento de carreira, quanto nos processos de sucessão gerencial.

Encerramos o ano com 68.829 empregados, uma redução de 12,3% em relação ao ano de 2015. Registramos maior oscilação do nosso efetivo nos anos de 2014 e 2016 devido aos PIDVs dos dois anos.

Os desligamentos por meio dos PIDVs alteraram a distribuição das faixas por tempo de companhia, bem como a pirâmide etária, criando um perfil profissional mais balanceado. Este novo perfil é importante para o nosso crescimento em termos de recursos pessoais e de gestão de conhecimento.

Garantindo a não discriminação e um processo igualitário, o ingresso dos nossos empregados no Brasil é feito por concurso público, conforme previsão Constitucional, para cargos de 56 diferentes profissões, sendo 20 de nível médio e 36 de nível superior, com salários-base iguais estabelecidos para homens e mulheres. De acordo com a legislação brasileira, 20% das vagas são reservadas a candidatos autodeclarados pretos ou pardos e 5%, para portadores de deficiência. Nos outros países, a seleção é feita por meio de entrevistas e análise curricular, priorizando a mão de obra local.

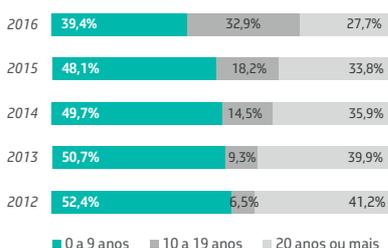
No Brasil, em 2016, ingressaram na nossa companhia 876 pessoas, 710 do sexo masculino e 166, do sexo feminino, a maior parte em faixa etária de menos de 30 anos. O maior número de ingressos ocorreu nas regiões Nordeste e Sudeste e o menor, na região Centro-Oeste. A taxa de nossos ingressos foi de 1,6% em 2016.

Do total de 51.255 empregados próprios da Petrobras holding, 42.959 (84%) são do sexo masculino e 8.296 (16%), do sexo feminino. Quanto ao tipo de contrato de trabalho, 51.221 dos nossos empregados são celetistas e 34 estão ligados à alta administração, sendo oito dirigentes (presidente e diretores executivos) e 26 profissionais com contrato especial (secretários e assistentes do presidente e de diretores executivos). A maioria dos empregados se encontra alocada na região Sudeste (36.883 empregados).

Evolução do Efetivo (Sistema Petrobras)



Tempo de Companhia (Petrobras holding)





Perfil do Nosso Efetivo por Gênero e Nível dos Cargos (Petrobras holding)

	Nível Médio			Nível Superior		
	Fem	Masc	Total	Fem	Masc	Total
2014	4.519	31.669	36.188	4.737	17.693	22.430
	8%	54%	62%	8%	30%	38%
2015	4.433	30.566	34.999	4.697	17.178	21.875
	8%	54%	62%	8%	30%	38%
2016	3.809	26.792	30.601	4.487	16.167	20.654
	7%	52%	59%	9%	32%	41%

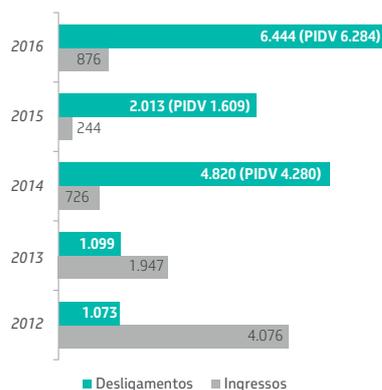
Em 2016, contamos com 99.423 empregados de empresas prestadoras de serviços, número 25% menor do que o do ano anterior. As regiões Nordeste e Sudeste concentram o maior número de empregados de empresas prestadoras de serviço, 22.475 e 70.130, respectivamente.

Adequação do Efetivo

Nossa baixa taxa de rotatividade foi alterada a partir de 2014 devido aos Programas de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV). O novo programa lançado em 2016, assim como o de 2014, teve como base princípios de gestão do conhecimento, sucessão gerencial e continuidade operacional, buscando um desligamento planejado e sistêmico dos empregados inscritos.

O PIDV 2016 foi aberto a todos os empregados e registrou 11.866 inscritos. O número total de empregados já

Rotatividade (Petrobras holding)



desligados pelos PIDVs (2014 a 2016) é de 12.173 (sendo 85% homens e 15% mulheres). A previsão é de que mais 6.383 empregados sejam desligados ao longo de 2017.

Nossa despesa com salários foi de R\$ 18,7 bilhões, inferior a 2015, em que o total foi de R\$ 19,1 bilhões. Entretanto, se considerarmos as despesas com a folha de pagamento bruta, o valor cresceu de R\$ 29,7 bilhões em 2015 para R\$ 34,5 bilhões em 2016, devido, principalmente, às despesas com o PIDV.

Possuímos um Programa de Movimentação Interna (Mobiliza) exclusivo para empregados sem função gerencial, que

Apesar de o total estimado de indenizações a serem pagas em 2017 por conta do PIDV ser de R\$ 4 bilhões, o retorno previsto do programa até o ano de 2021 será de R\$ 18,9 bilhões. A Petrobras Distribuidora também lançou um PIDV próprio em 2016, no qual se registrou um total de 1.105 inscritos.

visa a adequar o nosso efetivo, buscando compatibilizar as necessidades da companhia e os interesses dos empregados, dentro de um regimento específico. Em 2016, tivemos 155 migrações entre áreas. Tendo em vista as novas necessidades e os desafios dos Planos Estratégico e de Negócios e Gestão, o Mobiliza se tornou um programa contínuo (Processo de Mobilidade Corporativa Contínua) desde dezembro de 2016.

Transformação Cultural

A transformação cultural é uma das iniciativas estratégicas que integram o escopo de atuação do Projeto Evolução, voltado para a implementação do Plano Estratégico e do Plano de Negócios e Gestão 2017-2021, por meio de ações de curto, médio e longo prazos. Esta iniciativa visa a sincronizar os esforços para a transformação cultural, em alinhamento com as prioridades estratégicas. Vinculada às atividades da área de Recursos Humanos prioritariamente, prevê uma série de ações para promover as mudanças necessárias na cultura organizacional e nos nossos instrumentos de gestão, orientando-os para segurança, resultados, eficiência, meritocracia, simplicidade e conformidade.





A iniciativa está dividida em três fases:

1. Cultura para a Virada

Com o objetivo de criar para os diretores executivos uma "Cultura para a Virada" baseada em clareza, compromissos e foco nos resultados mandatários de curto prazo. Além de manter a consciência ativa para a adoção desses novos comportamentos e realizar o desdobramento para os gerentes executivos.

2. Cultura para a Prosperidade

Voltada para a implantação dessa gestão da cultura na nossa companhia, irá alinhar e engajar os executivos sobre o que é cultura e como ela impacta os resultados, definir a estratégia cultural de longo prazo e desenvolver o plano de cultura.

3. Cultura para a Perenidade

Focada em preparar a sustentação e promover ajustes na cultura implantada, além de conscientizar a liderança sobre os impactos de seus comportamentos e realizar transferência de tecnologia desdobrando para todo o corpo gerencial.

Desenvolvimento de Recursos Humanos

Em 2016, investimos R\$ 76,2 milhões na capacitação dos nossos empregados, o que representa uma redução de 56% em comparação com 2015. Essa redução aconteceu respeitando a estratégia de redução de custos, focada na intensificação dos treinamentos realizados nas nossas próprias unidades, em instituições no país, e no maior uso de plataformas de educação a distância, refletindo a redução do número de empregados, em especial por conta do PIDV.

De acordo com o nosso Planejamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos (PDRH), tivemos quase 249 mil participações em cursos de formação de novos empregados e de educação continuada no Brasil e no exterior em 2016. Em termos gerais, registramos 53,1 horas de treinamento por empregado, sendo 12,4 horas referentes à formação de novos empregados e 40,7 horas à educação continuada.

Contabilizamos 1.098 participações em ações de capacitação em *compliance* e cerca de 60 mil participações referentes ao treinamento a distância sobre Prevenção à Corrupção disponibilizado aos empregados da *holding* e das demais empresas do Sistema Petrobras.

> [Veja mais detalhes no Capítulo de Governança.](#)

Horas de Treinamento por Empregado (HTE)

Por categoria funcional

Alta Administração	4,3
Assistente	10,8
Função Especialista	31,8
Função Gerencial	38,0
Função Supervisão	40,8
Sem Função	51,7

a) HTE – Horas de Treinamento por Empregado: mede a quantidade média de horas de treinamento por empregado em um determinado período.

b) Registramos 57,7 horas de treinamento (hora homem treinado médio) para mulheres e 52,2 horas de treinamento para homens.

Realizamos o Programa de Preparo para Aposentadoria (PPA) visando a desenvolver um entendimento amplo e crítico sobre essa nova etapa, bem como a favorecer o seu planejamento, contribuindo para a valorização do empregado e a sua qualidade de vida, além de incentivar a preservação do conhecimento produzido pelos empregados nos anos de atividade na companhia.

O programa não tem como foco a continuidade da empregabilidade daqueles que estão se preparando para a aposentadoria, contudo, possui uma gama relativamente ampla de temas que auxiliam o empregado nesta vivência, se houver interesse. Está previsto no conteúdo básico, por exemplo, o tema "Projeto Futuro" que favorece a reflexão sobre os caminhos possíveis na aposentadoria.

Em relação a nossa atividade de segurança corporativa, dispomos de um quadro próprio e de serviços prestados por empresas especializadas em segurança privada que atuam em conformidade com a legislação.

Nossos inspetores de segurança interna, homens e mulheres, devem participar de curso de legislação aplicada e direitos humanos com carga horária de 20 horas, sendo obrigatória a manutenção da reciclagem, em cumprimento à legislação. É exigido que as empresas contratadas sigam a mesma obrigação legal. Quaisquer eventuais violações de direitos humanos relacionadas à atividade de segurança podem ser relatadas ao nosso Canal Denúncia.





Avaliação de Desempenho

No ano de 2016, aprovamos o processo de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, de seus comitês e da Diretoria Executiva, além do padrão interno do processo de sucessão para os membros da Diretoria Executiva e da administração superior, os assistentes e os assessores técnicos do Conselho de Administração.

>Veja mais informações no capítulo de [Governança](#).

Além disso, realizamos a revisão da nossa estrutura organizacional, no intuito de adequar a empresa aos novos desafios, em busca da criação de um modelo pautado na meritocracia e com foco em resultados.

Um dos objetivos da revisão da estrutura organizacional era a redução da quantidade de funções gerenciais nas áreas corporativa e de negócio, não incluindo, em um primeiro momento, as áreas operacionais. Essa redução de funções impactou mais as mulheres percentualmente, já que as áreas que foram foco da revisão concentravam 84% das mulheres com função gratificada e apenas 65% dos homens nessa condição.

De acordo com a Lei 13.303/2016, com o Estatuto Jurídico da Empresa Pública da Sociedade de Economia Mista e de suas Subsidiárias e com a nossa Política de Indicação dos Membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria Executiva, aprovada pelo Conselho de Administração em setembro de 2016, realizamos alguns processos de seleção interna para funções de diretoria.

> Veja mais informações sobre os requisitos no capítulo de [Governança](#)

Empregados Avaliados por Gênero e Nível

Nível	Função	Feminino	Masculino	Total
Nível Médio	sem função	3.316	22.121	25.437
	com função	330	3.258	3.588
Total de Avaliados Nível Médio		3.646	25.379	29.025
Total de Empregados de Nível Médio		3.809	26.792	30.601
Nível Superior	sem função	3.296	11.224	14.520
	com função	974	4.084	5.058
Total de Avaliados Nível Superior		4.270	15.308	19.578
Total de Empregados de Nível Superior		4.487	16.167	20.654
Outros	sem função	70	178	248
	com função	33	82	115
Outros - Total		103	260	363
Total de empregados avaliados		8.019	40.947	48.966

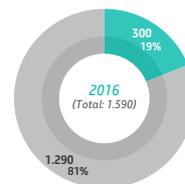
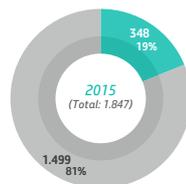
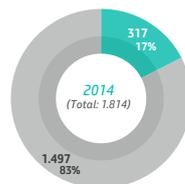
1. Outros são, por exemplo, os avaliados requisitados, conselheiros e ocupantes de funções com contratos especiais.
2. Informações referentes à Petrobras holding.
3. Alguns empregados inscritos no PIDV não foram avaliados.





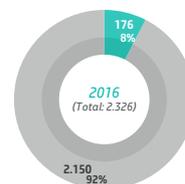
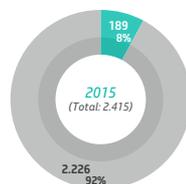
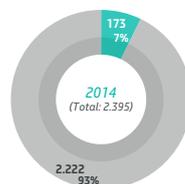
Evolução das Funções Gerenciais e de Especialistas por gênero (Petrobras holding)

Função Especialista

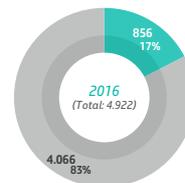
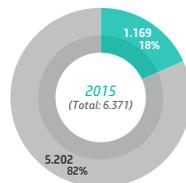
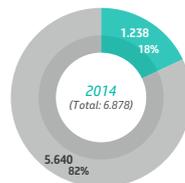


■ Feminino
■ Masculino

Função Supervisão

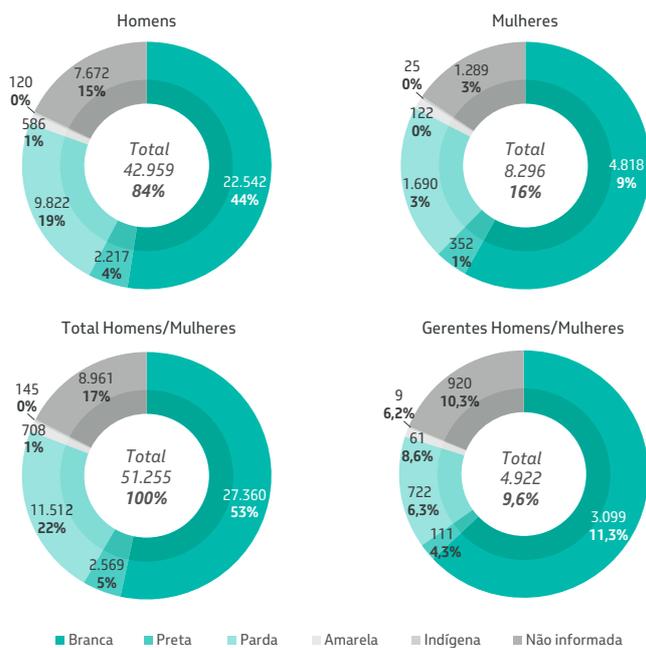


Função Gerencial





Diversidade étnico-racial por gênero em número de empregados (Petrobras holding)



Informações autodeclaradas por cada empregado da Petrobras





Razão do salário e da remuneração entre Homens e Mulheres

Unidades Operacionais Relevantes	Categoria Funcional	Nível Médio	Nível Superior
Diretoria Executiva de Exploração e Produção (DE&P)	sem função	0,77	0,90
	com função	0,84	0,91
Diretoria Executiva de Refino e Gás Natural (DERGN)	sem função	0,77	0,90
	com função	0,74	0,93
Demais Diretorias	sem função	0,88	0,93
	com função	0,91	0,95
Petrobras		0,77	0,90

a) Enquadramos as áreas diretamente relacionadas ao nosso core business em "Unidades Operacionais Relevantes"; área de Exploração e Produção (E&P) e área de Refino e Gás Natural (RGN). As demais unidades operacionais e as unidades administrativas integram o item "Demais Diretorias".

b) Média das remunerações de mulheres dividida pela média das remunerações de homens, no caso de cada grupo.

c) Possuímos tabela salarial com diversos níveis de salário básico, todos aplicáveis tanto a homens, quanto a mulheres. Porém para o cálculo da remuneração, são considerados os salários básicos e adicionais, como vale-transporte, auxílio-creche etc.

d) Informações referentes à Petrobras holding.

O empregado mais bem pago recebe remuneração anual igual a aproximadamente 5,2 vezes a remuneração anual média dos demais empregados. A proporção entre a variação da remuneração do empregado mais bem pago e a variação da remuneração média dos demais é equivalente. Em 2016, foram praticados os mesmos percentuais do acordo coletivo (8,57%).



Denúncias de Discriminação

Foram recebidas 26 denúncias de discriminação envolvendo gênero, raça/cor de pele, origem étnica, orientação sexual, identidade religiosa e natureza de contrato de trabalho (empregados de empresas prestadoras de serviços). Treze denúncias encontram-se ainda em tratamento e dez foram avaliadas e encerradas como arquivadas ou improcedentes. Das três denúncias confirmadas, todas foram encerradas com orientação (ao denunciado ou a toda a equipe) e advertência.

A Ouvidoria da Transpetro recebeu quatro denúncias de discriminação, todas apontando discriminação racial. Três delas foram registradas por um mesmo empregado e, após apuração, foram consideradas improcedentes. A outra foi arquivada, após tentativa de contato da Ouvidoria com o denunciante, em função de insuficiência de informação.

Acordo Coletivo e Avanços Sociais

Prezamos pela transparência nas relações com todos os nossos públicos de interesse, dentre os quais estão os sindicatos. Atualmente, nos relacionamos com 17 sindicatos petroleiros (Sindipetro) que representam os empregados do quadro de terra e com oito sindicatos marítimos. A totalidade dos nossos empregados está coberta por acordos de negociação coletiva.

A gestão das relações sindicais está presente na cadeia de valor de Recursos Humanos, que mantém uma política de negociação com os representantes dos empregados por meio da realização, bimestral, de reuniões de comissões permanentes para tratar temas como regime de trabalho,





terceirização, plano de saúde e acompanhamento do acordo coletivo. Essas ações visam tanto à realização de melhorias das condições de trabalho, como à facilitação das negociações para celebração dos acordos coletivos.

Durante o ano de 2016, apesar do desafio da negociação do Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de 2015, encerrada apenas em janeiro de 2017, houve boa relação com os sindicatos e empregados, resultando em apenas três dias de greve.

Por esse termo aditivo, nossos empregados conquistaram:

- reajuste de 8,57% nas tabelas salariais e de 8,97% nos benefícios educacionais e no vale refeição/alimentação;
- abono de até duas horas diárias para empregadas lactantes (até um ano de idade do bebê) e para empregados com deficiência;
- redução opcional de jornada de 8h para 6h com redução proporcional de remuneração para empregados do administrativo em horário flexível sem função;
- licença paternidade de até 20 dias, conforme programa Empresa Cidadã;
- licença paternidade a empregado cujo (a) cônjuge ou companheiro (a) esteja em gozo de licença maternidade com benefício reconhecido pelo INSS.

Em 2016, 1.858 pessoas exerceram o direito à licença maternidade ou paternidade, sendo 614 mulheres e 1.244 homens. Após o período da licença, a taxa de retorno ao

trabalho foi de 100%. Contamos com o Programa de Apoio à Gestante e Incentivo ao Aleitamento Materno, onde são oferecidos cursos práticos e teóricos sobre gestação, cuidados com o bebê, direitos e deveres, paternidade responsável e outros temas, direcionados para toda a força de trabalho e seus dependentes, bem como aqueles que estão em fase de adoção.

Gestão Ambiental

Emissões Atmosféricas e Estratégia Climática

Acompanhamos as negociações internacionais de cujos acordos o Brasil é signatário e que requerem a transição para um modelo energético de baixo carbono. Nesse sentido, monitoramos as alternativas apontadas mundialmente para fornecer a energia necessária ao desenvolvimento social e econômico com menor intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Em 2016, obtivemos a nossa maior pontuação no Carbon Disclosure Project (CDP) desde que iniciamos a participação na organização, em 2006, recebendo o conceito A-, o qual representa liderança em gestão e transparência.

Nosso esforço relativo a programas e ações de otimização de processo e mitigação de emissões resultou em uma redução de cerca de 15% das emissões absolutas de GEE em relação a 2015.

Várias práticas visam a incorporar adequadamente os riscos e oportunidades ao negócio resultantes da transição para uma economia de baixo carbono, dentre as quais destacamos:

- planejamento estratégico: de forma sistemática, considera em seus cenários as possíveis trajetórias de transição para o baixo carbono. Tais cenários são utilizados na avaliação de negócios e do portfólio.
- monitoramento sistemático das tendências regulatórias e de mercado: visa a avaliar a potencial precificação de carbono e seus efeitos sobre o portfólio.
- direcionamento tecnológico: inclui foco em "Transição para o Baixo Carbono".
- análise dos riscos físicos potenciais às nossas operações, decorrentes da mudança climática, e a adaptação dos projetos e instalações.





Contexto Externo

Mudanças Climáticas

A Conferência das Partes, no âmbito das Nações Unidas (COP 21), realizada em Paris em 2015, aprovou acordo de abrangência global para reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) e mitigar impactos climáticos com o objetivo de manter o aquecimento do planeta abaixo de 2°C em relação ao período pré-industrial e de empreender esforços para limitá-lo a 1,5°C, até o final do século. A entrada em vigor do acordo, prevista inicialmente para 2020, foi antecipada para 2016. Na Assembleia Geral da ONU, o Brasil entregou sua ratificação ao Acordo do Clima. A meta do país é reduzir em 37% até 2025 as emissões de gases de efeito estufa, com o indicativo de redução de 43% até 2030, em comparação com os níveis de 2005.

Em novembro de 2016, ocorreu a 22ª Convenção do Clima (COP 22), no Marrocos, cujos principais objetivos abrangeram tanto a discussão do desdobramento do Acordo Global para o alcance das metas propostas pelos países, como os processos de revisão que deverão impulsionar políticas para intensificar a redução de emissões, de modo a se atingir o limite de elevação de temperatura de 2°C, conforme estabelecido no acordo. Nesse contexto, nos empenhamos na redução da intensidade de emissões de GEE, no aumento da eficiência energética dos nossos processos e produtos e na incorporação dos riscos e das oportunidades associados à mudança do clima nos processos decisórios.

Gestão das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)

A gestão das nossas emissões atmosféricas é realizada nas unidades em que temos o controle operacional com base no inventário anual que divulgamos voluntariamente e que reuniu, em 2016, dados referentes a cerca de 30 mil fontes cadastradas, abrangendo 75 diferentes tipologias de fontes.

Programas e ações de otimização de processo e mitigação de emissões, tais como a modernização de instalações, a utilização de equipamentos mais eficientes, o aumento do aproveitamento de gás natural, a padronização de projetos e práticas operacionais e investimentos em pesquisa e tecnologia, vêm possibilitando o alcance de resultados positivos. Em 2016, também contribuíram fortemente para o decréscimo das emissões a redução da geração de energia elétrica nas termelétricas e desinvestimentos em ativos. Nosso esforço resultou em um total de, aproximadamente, 72 milhões de toneladas de CO₂e evitadas no período de 2010 a 2015, verificadas por terceira parte. Em 2016, reduzimos em 11,6 milhões a quantidade de toneladas de CO₂e de GEE, o que significa cerca de 15% a menos em relação a 2015.

Em 2016, além de outras ações de otimização de processo para aumentar a eficiência energética em nossas operações, atuamos na redução de fontes de emissões significativas como fontes fixas de combustão, queima de gás em tocha, ventilação e fontes fugitivas, já que no setor de óleo e gás as principais fontes emissoras são a queima de gás em tocha, a exaustão de turbinas, os fornos, as unidades de craqueamento catalítico em leito fluidizado (FCC) e a purificação do gás natural.

Reinjetamos, em 2016, cerca de 1,62 milhão de toneladas de CO₂ separado do gás produzido nos nossos campos de pré-sal na Bacia de Santos e evitamos a emissão de, aproximadamente, 15.000 toneladas de CO₂/ano, mediante substituição de parte do gás natural consumido na Refinaria Duque de Caxias (Reduc), no Rio de Janeiro, por biogás proveniente de aterro. Por meio do Programa Petrobras Socioambiental, patrocinamos, em 2016, 16 projetos de conservação de áreas naturais, reconversão produtiva e recuperação de áreas degradadas e formações vegetais dos biomas, os quais apresentaram como resultado acumulado uma área trabalhada de cerca de 1 milhão de hectares, contribuindo para a fixação de carbono e a mitigação da mudança climática.

Estimamos nossas emissões indiretas, ou seja, aquelas que ocorrem em fontes controladas por outras entidades da nossa cadeia de valor. Dentre estas emissões, as mais relevantes são relacionadas ao uso de nossos produtos e são estimadas tendo em vista a premissa de que todos os produtos vendidos foram utilizados no mesmo ano, liberando suas emissões para a atmosfera.

O nosso investimento total em pesquisa e desenvolvimento, em 2016, foi de, aproximadamente, R\$ 1,8 bilhão. As tecnologias de baixo carbono têm expressiva representação no nosso portfólio de pesquisa e desenvolvimento, que conta com projetos nas áreas de Carbon Capture Utilization and Storage (CCUS), eólica, solar, biomassa, biocombustíveis e bioprodutos e outros projetos relacionados a mudanças climáticas e sustentabilidade.





Emissão de Gases de Efeito Estufa (em milhões de toneladas de CO₂ equivalente - CO₂e)

	2014	2015	2016
Emissões diretas (Escopo 1 – GHG Protocol)	79,6	77,4	66,1
Emissões indiretas (Escopo 2 – GHG Protocol)	1,8	0,7	0,4

- a) Emissões relativas às operações de exploração e produção, refino, fabricação de fertilizantes, petroquímica, geração de energia elétrica, transporte terrestre (dutivoário e rodoviário) e marítimo, bem como às atividades de distribuição no Brasil, na Argentina, na Bolívia, na Colômbia, nos Estados Unidos, no México, no Paraguai, no Peru e no Uruguai.
- b) O inventário de emissões atmosféricas é elaborado segundo as orientações do GHG Protocol, formulado pelo World Resources Institute (WRI) e pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD). A abordagem do inventário segue a metodologia *bottom-up*, ou seja, o inventário total é o resultado da soma das emissões de cada fonte de emissão. Os cálculos das emissões de GEE se baseiam em referências internacionais, como o API Compendium e o "AP-42" (US EPA) e também no GHG Protocol.
- c) As emissões de CO₂e foram calculadas com base nos valores de Potencial de Aquecimento Global (GWP) do Quarto Relatório de Avaliação do IPCC (AR4). Nos relatórios anteriores, tais emissões foram calculadas considerando os valores de GWP do Segundo Relatório de Avaliação do IPCC (SAR). Logo, podem ser observadas alterações nos dados de 2014 e 2015.
- d) Demais possíveis alterações em informações numéricas históricas referentes a publicações anteriores do Relatório de Sustentabilidade se devem a melhorias no sistema de gestão de emissões atmosféricas ou às recomendações decorrentes do processo de verificação por terceira parte.
- e) Submetemos todos os nossos inventários a processo de verificação por terceira parte, segundo a norma ISO 14064.

Emissões de Gases de Efeito Estufa (toneladas)

	2014	2015	2016
Emissões diretas – Dióxido de Carbono – CO ₂ (milhões)	75,1	73,0	61,9
Emissões diretas – Metano – CH ₄ (mil)	154	150	144
Emissões diretas – Óxido Nitroso – N ₂ O	2.294	2.332	1.825
Emissões indiretas (em milhões de toneladas de CO ₂ equivalente - CO ₂ e) (Escopo 3 – emissões pelo uso dos produtos – GHG Protocol)	520	502	473

- a) As possíveis alterações em informações numéricas históricas, referentes a publicações anteriores do Relatório de Sustentabilidade se devem a melhorias no sistema de gestão de emissões atmosféricas ou às recomendações decorrentes do processo de verificação por terceira parte.
- b) Utilizamos como base os dados consolidados de venda de produtos e a metodologia do GHG Protocol para o Escopo 3.



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



Panorama sobre Nossos Investimentos e Tecnologias em Mitigação de Emissões

De 2006 a 2016, investimos mais de US\$ 115 milhões em nossa carteira de projetos que visam, especificamente, a contribuir para a mitigação das emissões atmosféricas, bem como a estabelecer as melhores práticas de gestão de GEE em relação a operações e produtos. Neste sentido, temos dado continuidade ao investimento em tecnologias de captura e armazenamento geológico de CO₂ (Carbon Capture Utilization and Storage - CCUS).

Temos papel de destaque no processo de pesquisa, desenvolvimento, inovação, implantação e operação de projetos de CCUS e contribuimos com instituições de ciência e tecnologia brasileiras graças a parcerias formadas por meio da "Rede Temática de Sequestro de Carbono e Mudanças Climáticas". A rede engloba 15 instituições nacionais, cerca de 53 projetos contratados e abrange um investimento da ordem de R\$ 50 milhões.

As operações de processamento de gás natural das Unidades Estacionárias de Produção (UEPs) no pré-sal atingiram a marca de reinjeção de quatro milhões de toneladas de CO₂ nos campos de Lula e Sapinhoá.





Outras Emissões Atmosféricas Significativas (toneladas)

Emissões	2014	2015	2016
Óxidos de Nitrogênio (NO _x)	298.511	267.116	234.841
Óxidos de Enxofre (SO _x)	126.077	120.043	130.665
Material Particulado	21.617	19.181	15.265
Compostos Orgânicos Voláteis (COV)	234.558	230.159	233.366
Emissões Fugitivas	96.369	80.888	79.985
Monóxido de Carbono	180.475	191.119	166.494

a) Consideramos emissões diretas e indiretas no cálculo.

b) Consideramos, como COV, as emissões de hidrocarbonetos não metano contidas no inventário.

c) As emissões fugitivas são compostas por hidrocarbonetos totais (HCT) provenientes de fontes de processo. Não incluem emissões por queima em tocha.

d) As possíveis alterações em informações numéricas históricas referentes às publicações anteriores do Relatório de Sustentabilidade se devem a melhorias no sistema de gestão de emissões atmosféricas ou às recomendações decorrentes do processo de verificação por terceira parte.

Hidrocarbonetos Não Aproveitados (milhões de metros cúbicos)

Destinação	2014	2015	2016
Queimados em tocha	3.074	2.894	2.998
Dissipados na atmosfera	34,6	72,0	60,3

a) Consideramos os registros de volume de gás queimado em tocha nas atividades de Exploração e Produção, Refino, Produção de Fertilizantes, Tratamento de Gás e Transporte.

b) Consideramos registros de gás liberado diretamente para a atmosfera através de eventos de ventilação e despressurização.

c) As possíveis alterações em informações numéricas históricas referentes às publicações anteriores do Relatório de Sustentabilidade se devem a melhorias no sistema de gestão de emissões atmosféricas ou às recomendações decorrentes do processo de verificação por terceira parte.

Gestão das Emissões de Poluentes Atmosféricos

Além de inventariar gases de efeito estufa, realizamos inventário de poluentes atmosféricos, também monitorados diretamente nas unidades operacionais.

A redução das emissões de óxidos de nitrogênio, material particulado e monóxido de carbono foram resultantes, principalmente, da queda de atividades de sondagens na área de Exploração e Produção e da diminuição da geração de energia elétrica. Como reflexo da implantação de programas de monitoramento e reparo nas áreas operacionais, observamos uma tendência de redução das emissões fugitivas.

Acompanhamos a gestão dos recursos atmosféricos, observando o risco de saturação das bacias aéreas, sobretudo nas regiões urbanas, investindo em iniciativas de monitoramento da qualidade do ar nas diversas regiões onde atuamos. Com 44 estações de monitoramento da qualidade do ar e de parâmetros meteorológicos em nove estados brasileiros, essa avaliação nos permite conhecer e gerenciar os impactos das nossas atividades, além de contribuir com informações para a gestão pública da qualidade do ar, quando essas estações integram as redes estaduais.

Na atividade de refino, investimos na melhoria da qualidade dos combustíveis. Desde 2009, produzimos diesel com baixo teor de enxofre (S-10), o que acarretou uma progressiva redução das emissões veiculares de óxidos de enxofre (SO_x) ao longo dos anos, contribuindo para a melhoria da qualidade do ar nas cidades. Esses investimentos incluíram, também, ampliação na capacidade da recuperação de enxofre das refinarias, o que permitiu, não apenas que não houvesse aumento de emissões de SO_x, mas possibilitou uma redução de cerca de 3% destas emissões no período de 2009 a 2016.





Consumo de Energia e Ações de Eficiência Energética

Registramos consumo total de energia de 899,5 mil terajoules (TJ), ou 418 mil boed, quantidade 19,3% menor do que a do ano anterior, tendo como uma das razões a redução do despacho termelétrico por solicitação do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Buscando reduzir custos operacionais e melhorar nossas atividades, continuamos investindo em ações com foco em integração energética, modernização das instalações, otimização e controle avançado de processos, adaptação de equipamentos, padronização de projetos e de sistemas operacionais, conversão de plantas termelétricas de ciclo aberto para ciclo combinado, e aproveitamento do gás natural associado à produção de petróleo.

As ações de melhoria do desempenho energético nos possibilitaram uma economia de 2,1 mil terajoules no ano (TJ/a), ou 970 boed, o equivalente ao consumo de energia elétrica de uma cidade com 290 mil habitantes por um ano.

Consumo de Energia no Sistema Petrobras (em TJ)

	2014	2015	2016
Óleo Diesel	92.510	79.648	57.672
Óleo Combustível	79.383	59.415	75.342
Gás Natural	728.146	719.597	550.027
Gás Combustível	131.515	124.596	100.560
Gás Residual	10.350	17.990	11.488
Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	223	1.254	147
Coque	70.945	69.161	61.755
Outros	2	-3.114	-3.066
Vapor Importado	26.224	28.256	26.870
Energia Elétrica Importada	15.923	18.382	18.693
Total de Energia	1.155.220	1.115.185	899.487

a) A energia elétrica e o vapor são contabilizados com base no equivalente térmico teórico (0,0036 TJ = 1 MWh).

b) O volume de gás natural e de combustíveis líquidos queimados em tocha, em 2016, totalizou 103 mil TJ e não é considerado no cálculo do consumo de energia.

c) "Outros" inclui vapor e eletricidade exportados.





Qualidade de Produtos e Redução dos Impactos

Todos os nossos produtos comercializados atendem às especificações regulamentadas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Adotamos uma política de qualidade que estabelece limites mais rígidos do que os da legislação vigente, com o objetivo de garantir a perfeita adequação dos nossos produtos.

O óleo diesel rodoviário S-10 está sendo fornecido para todas as frotas de ônibus urbanos nas regiões metropolitanas e está disponível em todo país para os demais consumidores.

Em 2016, nós nos vinculamos ao Programa Brasileiro de Combustíveis, Tecnologias Veiculares e Emissões (PCVE), por meio de um acordo firmado com órgãos públicos e privados brasileiros, com o objetivo de aprimorar o monitoramento e a modelagem da qualidade do ar, por intermédio de estudos sobre a influência dos combustíveis e das tecnologias veiculares da frota brasileira nas emissões atmosféricas.

Biodiversidade

A distribuição espacial e a diversidade de nossas operações tornam frequente a interface com áreas protegidas e sensíveis. A identificação dessas áreas configura-se em uma etapa de prevenção e mitigação de riscos e impactos associados. A nossa gestão de riscos e impactos à biodiversidade é direcionada por orientações estabelecidas em padrões e normas internos, além de instrumentos de gestão como o

cadastro de dados ambientais (Cadarn), com aproximadamente 6,2 mil registros, o GeoPortal, que possibilita a integração de bases de dados ambientais georreferenciados em uma plataforma única de visualização, e o nosso Relatório Anual

de Biodiversidade, que consolida as medidas de gestão e demais iniciativas relativas à biodiversidade ou de interface com o tema, sendo importante subsídio na avaliação crítica e no aprimoramento das nossas estratégias.

Tipos e Número de Áreas Protegidas

Tipo de Área Protegida	Área Externa	Área Interna	Total Geral
Áreas de Preservação Permanente (APP)	61	464	525
Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade	22	37	59
Cavidade Natural	3	-	3
Corredor Ecológico	1	-	1
Reserva Legal	4	8	12
Sítio Arqueológico	112	52	164
Terras Indígenas	7	5	12
Território Quilombola	15	2	17
Unidades de Conservação	353	43	396
Zona de Amortecimento	3	-	3
Não Classificadas	12	7	19





Em 2016, foram registrados 43 eventos com impacto confirmado ou provável à fauna, à flora ou ao *habitat*, como, por exemplo, supressão de vegetação, erosão e morte acidental de animais em unidades, sendo que a maioria desses eventos, 51%, ocorreu em unidades ligadas à área de Refino e Gás Natural, seguida por 34% de ocorrências na área de Exploração e Produção, 10% na Transpetro e 5% na área de Desenvolvimento da Produção e Tecnologia. Esses eventos são objeto de medidas de mitigação, tratamento ou recuperação do impacto ambiental, tais como a reposição de espécies protegidas e a revegetação, o tratamento e a recuperação das áreas degradadas, a adaptação de instalações e outras medidas. No que se refere às suas causas, 49% desses eventos foram ocasionados por operações rotineiras, 28% não tiveram as causas classificadas e 23% resultaram de causas acidentais.

Sobre a ocorrência de espécies nas áreas de influência de nossas atividades, tomando como base as listas nacional e internacional de espécies ameaçadas, identificamos os dados mostrados na tabela do canto inferior direito.

Identificamos e avaliamos impactos de forma a subsidiar a definição de medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias, nas fases de instalação, operação e desativação dos nossos empreendimentos.



Apoio a Projetos Ambientais

Por meio do Programa Petrobras Socioambiental, patrocinamos iniciativas cujas áreas de abrangência se distribuem nos diversos biomas brasileiros, como a Mata Atlântica, o Cerrado, a Amazônia, a Caatinga, além dos ambientes costeiros e marinhos. As ações realizadas pelos projetos envolveram diversas parcerias com instituições do terceiro setor visando à conservação e à recuperação de espécies e *habitat* em ecossistemas terrestres e aquáticos. Aproximadamente, 430 espécies da fauna foram estudadas, monitoradas ou protegidas, incluindo o caranguejo uçá.

Com o nosso apoio, o Projeto Uçá realizou pesquisas sobre invertebrados marinhos, zooplâncton e bentos, em área da Baía de Guanabara, envolvendo o monitoramento do caranguejo e a análise de amostras de plâncton, o que resultou no maior levantamento de decápodos (ordem de crustáceos) da baía, com a identificação de 30

espécies. Além disso, o projeto trabalhou na recuperação de áreas degradadas de manguezal, ecossistema de extrema importância ecológica, social e econômica. Embora as características da área trabalhada - como tipo de solo, condições climáticas e vias de acesso para transporte de equipamento e mudas - tenham constituído um desafio, o projeto concluiu com sucesso, em 2016, a revegetação de 16,5 hectares na Área de Proteção Ambiental de Guapimirim (RJ), com espécies arbóreas típicas do ambiente (*Rhizophora mangle*, *Laguncularia racemosa* e *Avicennia schaueriana*). O manejo e o monitoramento no decorrer do ano demonstraram que as áreas se encontram em processo de sucessão ecológica, uma vez que foi constatada abundância de regeneração natural nos ambientes estudados.

> [Veja mais informações sobre os projetos socioambientais apoiados no capítulo *Relacionamento com Públicos de Interesse*.](#)

Número de Espécies Ameaçadas

Lista Internacional (IUCN)

Vulnerável	Em perigo	Criticamente em perigo
76	39	10

Número de Espécies Ameaçadas

Lista Nacional

Vulnerável	Em perigo	Criticamente em perigo
73	33	11





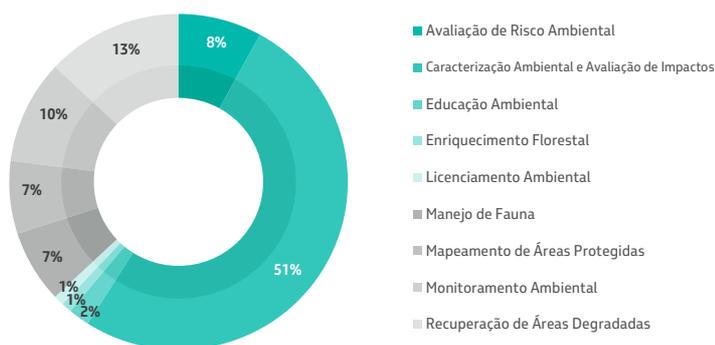
Conforme a fase do ciclo de vida dos empreendimentos, a tipologia das operações, fatores ambientais, exigências legais, requisitos dos órgãos ambientais (no caso de condicionantes de licenças), entre outros fatores, desenvolvemos diversos estudos e projetos a fim de avaliarmos riscos para a biodiversidade e estabelecermos planos de ação. Em 2016, foram informadas 354 iniciativas desenvolvidas por 65 unidades, envolvendo caracterização e monitoramento ambiental, recuperação de áreas degradadas, mapeamento de áreas protegidas, manejo de fauna, dentre outras.

Na Bacia de Santos, foi iniciado, em 2015, um projeto permanente com o objetivo de registrar ocorrências de aves

debilitadas, feridas ou mortas assim como de capturar, coletar, manejar e transportar as aves encontradas nas unidades marítimas de produção de petróleo, visando a assegurar o bem-estar dos animais e a segurança durante as referidas atividades. Na Bacia Potiguar, temos o Plano de Ação para Proteção à Fauna em caso de derramamento de petróleo durante as atividades de perfuração marítima nos blocos BM-POT-16 e BM- POT- 17. Na Refinaria Presidente Bernardes, de Cubatão, realizamos levantamento e monitoramento de grupos faunísticos situados na Mata Atlântica (avifauna, herpetofauna, mastofauna e ictiofauna). Já na Refinaria Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, implementamos programa de plantio de vegetação arbustivo-arbórea na área da refinaria com o objetivo de recuperação arbórea nativa mediante o plantio de eucaliptos.

Também investimos em projetos de pesquisa e desenvolvimento de soluções tecnológicas e metodologias que promovam a melhoria da gestão ambiental e a mitigação dos impactos de nossas operações. Os projetos em andamento contemplam caracterizações ambientais, mitigações ou redução de efeitos sobre os ecossistemas e a biodiversidade e a recuperação de ambientes degradados e impactados mediante projetos de reflorestamento, recomposição de espécies nativas e outros. Podemos destacar os Projetos de Caracterização Ambiental das Bacias de Santos, Potiguar e Sergipe que visam a levantar, sistematizar e disponibilizar informações ambientais qualificadas existentes para a região e o Projeto de Recuperação Ambiental de Áreas Terrestres, que tem como objetivo avaliar e disponibilizar tecnologias de baixo custo e alta eficácia de recuperação de áreas degradadas e disponibilizá-las para os três principais biomas de atuação da área de Exploração e Produção.

Distribuição dos Estudos e Projetos Realizados sobre Biodiversidade



Gestão de Recursos Hídricos

Assegurar, de forma ambientalmente responsável, o suprimento da água necessário à continuidade das nossas atividades é a prioridade da nossa gestão de recursos hídricos.

Anualmente, realizamos nosso Inventário de Recursos Hídricos e Efluentes, que contempla 466 instalações usuárias de água e consolida informações sobre os volumes de água utilizados, fontes de captação, cargas potencialmente poluidoras lançadas, volumes de efluentes industriais e sanitários, custos envolvidos, dentre outros aspectos necessários à gestão.





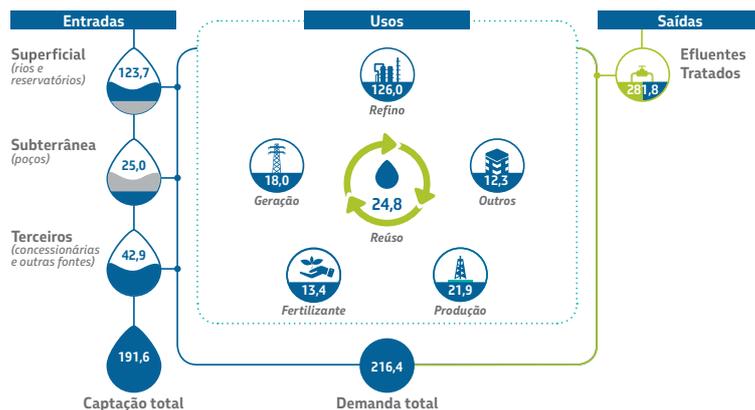
Uso da Água

Captamos um volume de 191,6 milhões de m³ de água doce para nossas atividades operacionais e administrativas em 2016. Utilizamos 211 fontes de captação, sendo 153 localizadas no Brasil (respondendo por cerca de 91,5% do volume total de água doce que captamos) e 58 nos demais países onde atuamos. No Brasil, os órgãos públicos responsáveis pela gestão de recursos hídricos definem os limites máximos de retirada de água doce do ambiente, considerando critérios hidrológicos e os múltiplos usos humanos e ecológicos da água dentro de uma bacia hidrográfica.

Investimos na avaliação de impactos das nossas atividades continuamente, observando áreas protegidas e identificando áreas sensíveis localizadas nas regiões de influência das nossas unidades. Em 2016, não tivemos conhecimento sobre impactos significativos nos mananciais onde realizamos captação direta de água ou na biodiversidade de corpos d'água eventualmente causados pelo descarte dos nossos efluentes.

Como parte de nossa estratégia de gerenciamento de risco hídrico das nossas atividades, utilizamos uma ferramenta para avaliação preliminar da exposição de nossas instalações a riscos de escassez por meio do "Índice de Risco de Escassez Hídrica" (IREH), o que nos subsidia com informações sobre onde devemos priorizar medidas mitigadoras desse risco e os investimentos necessários para a segurança hídrica, bem como para redução dos riscos associados a eventos críticos (secas).

BALANÇO HÍDRICO SIMPLIFICADO PETROBRAS 2016 (milhões de m³)



a) A fonte de dados utilizada para os cálculos foi o Inventário de Recursos Hídricos e Efluentes 2016.

b) O volume de efluentes hídricos descartados apresentado no balanço contempla os efluentes de origem industrial, efluentes sanitários e a água produzida associada ao petróleo extraído.

c) Conforme a identidade do indicador Água Doce Captada e a sistemática de apuração definida, os volumes de água pluvial estão contabilizados na categoria "Terceiros" no balanço acima. O volume captado de água pluvial não é significativo (0,012 milhão de m³).

d) O volume de água doce recebido de outras unidades do Sistema Petrobras está contabilizado na categoria "Terceiros", em função da sistemática de apuração definida.

e) Entre nossas operações, aquelas com maior captação de água doce foram: refino (65,8%), geração de energia (9,4%) e produção de óleo e gás (11,4%).





Em 2015, aplicamos o índice a um conjunto de 44 unidades operacionais, as quais correspondem a cerca de 90% do total de água doce captada pelas nossas operações no Brasil. De acordo com os resultados, em 2016, classificamos essas instalações em faixas de magnitude de risco hídrico e iniciamos a implementação de um conjunto de ações de monitoramento e mitigação de riscos. O plano de ação corporativo é revisto periodicamente e, entre outras ferramentas, tem como subsídio a aplicação bienal do IREH.

De acordo com o nosso Inventário de Recursos Hídricos e Efluentes, o volume total de reúso foi de 24,8 milhões de m³, o que corresponde a 11,5% de nossa demanda total de água doce, o suficiente para abastecer, por exemplo, uma cidade de aproximadamente 600 mil habitantes por um ano. Tendo em vista ações de reúso, estimamos uma economia anual de, aproximadamente, R\$ 20,8 milhões nos custos de captação de água e lançamento de efluentes. A atividade de refino, maior

demandante de água, responde por aproximadamente 98% do volume total de água reusada.

Atingimos, na Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, por exemplo, uma economia de 14,4 milhões de m³ de água nos últimos cinco anos devido ao reúso de água. Nesse período, houve um aumento de 75% do volume de água reutilizada pela refinaria, o qual subiu de 2 milhões de m³, aproximadamente, em 2012 para 3,5 milhões de m³ em 2016.

De forma a colaborar com a gestão participativa das bacias hidrográficas onde estão situadas nossas instalações, participamos de diversos fóruns, como os comitês de bacias hidrográficas. Para acompanhar as discussões e identificar possíveis melhorias de gestão deste tema, integramos a Rede de Recursos Hídricos da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Descarte de Efluentes

Como consequência de nossas operações, descartamos o volume de 281,8 milhões de m³ de efluentes hídricos, incluindo efluentes de natureza industrial, sanitária e água produzida oriunda do processo de extração de petróleo. O volume total de efluentes continha: 1,6 mil toneladas de óleos e graxas; 6,6 mil toneladas de demanda química de oxigênio (DQO) e 1,4 mil toneladas de amônia (os dois últimos estavam presentes nos efluentes das atividades de refino e de produção de fertilizantes no Brasil). Nossos processos de descarte de efluentes são regulados por padrões de lançamento estabelecidos em lei. Utilizamos 90 corpos hídricos superficiais, 53 pontos de descarte subterrâneo e 51 concessionárias de abastecimento/tratamento ou empresas terceirizadas para a assimilação de nossos efluentes. Não tivemos conhecimento sobre impactos quantitativos ou qualitativos significativos nos mananciais em virtude do lançamento dos nossos efluentes.

Volume Total de Água Reusada

	2014	2015	2016
Água Reusada (milhões de m ³)	24,5	23,7	24,8
Reúso em Relação ao Total de Água Doce Utilizada (%)	10,6	10,0	11,5

A fonte de dados utilizada para os cálculos foi o Inventário de Recursos Hídricos e Efluentes 2016.

Descarte Total de Água pelo Sistema Petrobras por Destinação

Destino	Volume descartado (milhões de m ³)			Volume descartado (%)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Corpos hídricos superficiais	274,8	270,7	242,7	97,5	97,7	95,3
Corpos hídricos subterrâneos	1,1	3,2	6,3	0,4	1,15	2,5
Concessionárias de abastecimento ou empresas terceirizadas	5,8	3,2	5,8	2,1	1,15	2,2
Totais	281,8	277,1	254,8	100	100	100

A fonte de dados utilizada para os cálculos foi o Inventário de Recursos Hídricos e Efluentes 2016.





Investimos cerca de R\$ 14 milhões em projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) relativos ao gerenciamento de recursos hídricos e efluentes, em parceria com nove universidades brasileiras. Em função dos cenários recentes de escassez hídrica, priorizamos projetos para viabilizar o aumento da oferta e a melhoria da qualidade da água tratada e dos efluentes nas nossas unidades operacionais. Entre os projetos, destaca-se a construção e a montagem de Unidade Móvel de Analisadores Online, que permite avaliar a qualidade de diferentes correntes aquosas disponíveis, visando à redução do consumo, à otimização dos ciclos de concentração e ao reúso de efluentes em sistemas de resfriamento.

Resíduos

Continuamente, buscamos evitar e minimizar a geração de resíduos, obtendo avanços nas ações de reaproveitamento. Utilizamos, nas nossas unidades, sistemas informatizados para darem suporte à gestão de informações e às operações de gerenciamento de resíduos. Os treinamentos no tema são oferecidos regularmente para a nossa força de trabalho, de forma presencial e a distância.

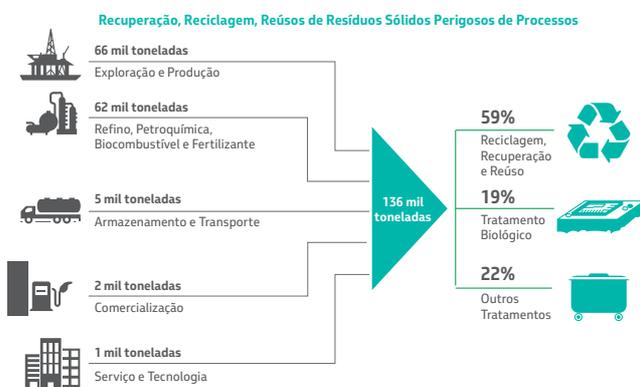
Este ano, geramos 132 mil toneladas de resíduos sólidos perigosos em nossos processos, quantidade

30% inferior à do ano anterior, e reduzimos a geração de resíduos sólidos não perigosos de processos, alcançando 210 mil toneladas. Destinamos 136 mil toneladas de resíduos sólidos perigosos processos industriais, quantidade superior à geração do próprio ano.

Em 2016, geramos 28 mil toneladas de cascalhos e fluidos perigosos nos processos de exploração e produção. Segundo critérios técnicos estabelecidos pelo órgão ambiental licenciador das atividades marítimas, apenas os resíduos de fluido de perfuração à base de água e cascalhos podem ser descartados no mar. Para reduzir a geração de resíduos nesse tipo de operação, investimos no reúso de fluidos de perfuração de base não aquosa e de insumos do processo de fabricação de fluidos não aquosos. Na atividade em terra, também são realizadas práticas de incorporação, coprocessamento e reciclagem de resíduos de cascalho.

Entre as ações de reúso e reciclagem com recuperação de hidrocarbonetos, destacam-se a implantação de unidade de processo na Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul, o que possibilitou o reprocessamento de 10 mil m³ de correntes residuais oleosas com incorporação de sólidos no coque verde de petróleo e a destinação de 64 mil toneladas de correntes residuais oleosas para reprocessamento na Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), no Paraná.

A nossa gestão dos resíduos não perigosos de processos possibilitou alcançar os seguintes percentuais de reciclagem ou reúso: 90% dos papéis, 88% das madeiras, 96% das sucatas, 51% dos vidros e 81% dos plásticos. Não realizamos qualquer remessa internacional de resíduos.



Nota: determinamos por pesagem ou estimamos as massas de resíduos considerando critérios técnicos e de engenharia, por nossa companhia ou por meio de empresas contratadas para gerenciamento dos resíduos.





Nossa subsidiária Petrobras Biocombustível desenvolve o Programa Cuidar, que tem como objetivo a produção de biodiesel a partir de óleos e gorduras residuais (OGR), como óleos de fritura usados e oriundos do processamento de vísceras de peixes, esse último desenvolvido com o Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará (Nutec). Em 2016, os volumes foram de, respectivamente, 167 e 74 toneladas. O programa fortalece as redes e organizações sociais, gera trabalho e renda e estimula a reciclagem, evitando a contaminação do meio ambiente.

Resíduos de Processo por Destinação

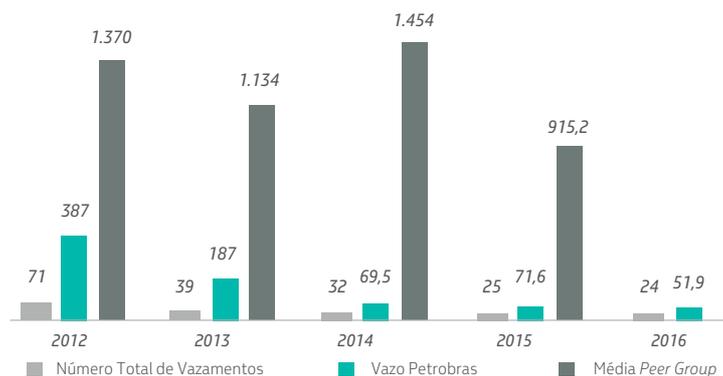
Destinação	Resíduos Sólidos Perigosos	Resíduos Sólidos Não Perigosos
Reúso como Combustível	28 %	3 %
Recuperação, Reciclagem e Reúso (excetuando o anterior)	31 %	36 %
Tratamento Biológico	19 %	19 %
Incineração	3 %	3 %
Disposição em Aterro	6 %	35 %
Outros ^a	13 %	4 %

a) Resíduos devolvidos aos fornecedores, submetidos a tecnologias não convencionais de destinação ou a mais de um tipo de tratamento.

Vazamento de Petróleo e Derivados

O volume vazado de petróleo e derivados registrado foi de 51,9 m³ em 2016, 27,5% a menos do que o volume registrado em 2015.

VAZO (Volume Vazado de Petróleo ou Derivados em m³)



a) O volume total vazado foi retificado, em março de 2017, de 48,32 m³ para 51,9 m³ (o equivalente a cerca de 326 barris), devido ao resultado da investigação do vazamento ocorrido em 29/11/2016.

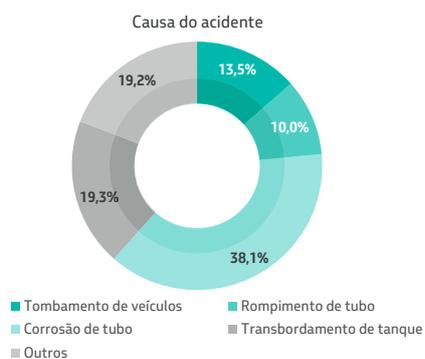
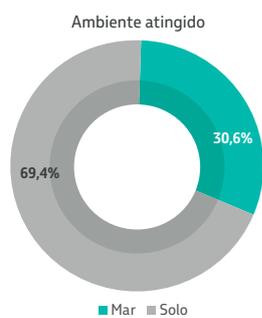
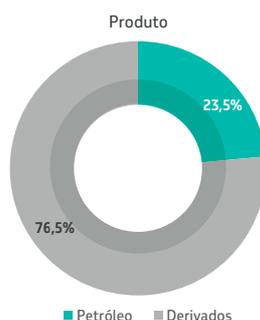
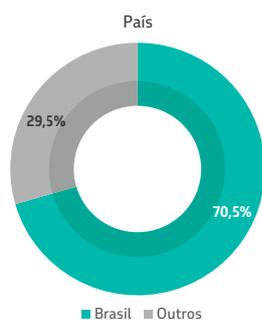
b) Média *peer group*: dados de volumes vazados extraídos de relatórios de sustentabilidade ou similares publicados pelas empresas que compõem o *peer group* da Petrobras. Até o fechamento deste relatório, não haviam sido divulgados todos os dados a respeito de volumes vazados pelas empresas *peer group* da Petrobras.

c) São computados os vazamentos de volumes superiores a um barril (0,159 m³) que atingiram o meio ambiente.





Características das Ocorrências por Volume de Vazamentos



Estamos, constantemente, aprimorando nossos padrões, procedimentos e planos de respostas a vazamentos, os quais se estruturam em níveis local, regional e corporativo. Para atuar de modo eficaz nesses tipos de emergência, dispomos de recursos distribuídos nos nossos Centros de Defesa Ambiental (CDAs) e bases avançadas, localizados em vários pontos do território nacional, além de nos Centros de Resposta a Emergência da Transpetro. Somos associados à Oil Spill Response Limited, organização com atuação em escala global especializada em prover e complementar recursos para a resposta eficaz a vazamentos de petróleo. Em 2016, realizamos 13 exercícios simulados de âmbito regional, incluindo treinamentos de resposta a vazamentos.





Resumo Financeiro

Evolução dos Principais Resultados Econômico-Financeiros

Em 2016, o nosso lucro bruto apresentou redução de 9% em relação a 2015, atingindo R\$ 89.978 milhões, em função da queda de 8% nas vendas de derivados no mercado doméstico, principalmente do diesel e do óleo combustível, e da menor geração de energia elétrica. Também contribuíram para esse resultado o menor volume de gás natural comercializado no mercado interno, a queda nos preços das exportações de petróleo e derivados e o aumento da depreciação devido à redução das estimativas dos volumes de reservas. Por outro lado, houve maiores margens de diesel e gasolina e menores gastos com importações e participações governamentais no Brasil. Voltamos a ter lucro operacional, que atingiu R\$ 17.111 milhões, revertendo o prejuízo registrado em 2015.

Esse resultado, entre outros fatores, reflete um menor reconhecimento de *impairment* em comparação com 2015. Contribuíram também para o resultado operacional a revisão de abandono de áreas de petróleo e gás ocorrida no terceiro trimestre de 2016, os ganhos apurados com vendas de ativos e menores gastos com devolução de campos. No entanto, o resultado foi afetado pelas maiores despesas com o novo PIDV, pela reclassificação de perdas com depreciação cambial em decorrência da venda da Petrobras Energia S.A. (Pesa) e pelos maiores gastos com ociosidade de sondas.

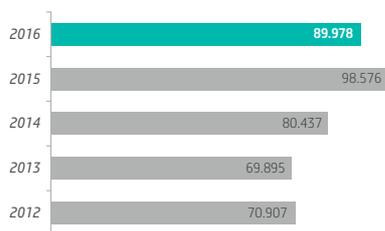
O Ebitda ajustado aumentou 16% em relação a 2015, somando R\$ 88.693 milhões, devido às maiores margens de diesel e gasolina e aos menores gastos com importações e participações governamentais. A margem Ebitda ajustada foi de 31% em 2016.

Já a despesa financeira líquida de R\$ 27.185 milhões foi inferior à de 2015 devido ao menor impacto negativo das variações monetárias e cambiais, enquanto as despesas com juros aumentaram em função da depreciação da cotação média do real frente ao dólar. Como resultado de nossas atividades, registramos prejuízo (acionistas Petrobras) de R\$ 14.824 milhões em 2016.

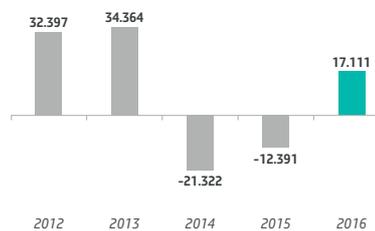
Lucro (Prejuízo) Líquido – Acionistas Petrobras (R\$ milhões)

2012	2013	2014	2015	2016
21.182	23.570	(21.587)	(34.836)	(14.824)

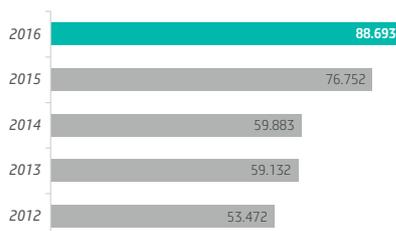
Lucro Bruto (R\$ milhões)



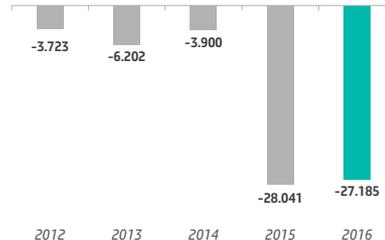
Lucro Operacional (R\$ milhões)



Ebitda ajustado (R\$ milhões)



Resultado Financeiro (em R\$ milhões)





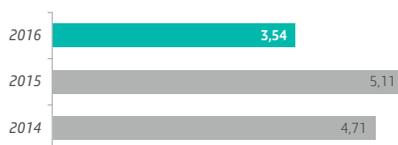
Fluxo de Caixa Livre

A maior geração operacional e a redução dos investimentos resultaram no fluxo de caixa livre positivo de R\$ 41.572 milhões, 2,6 vezes superior ao registrado em 2015. O maior fluxo de caixa livre e os desinvestimentos realizados, com entrada de caixa no valor de R\$ 7.231 milhões, contribuíram para a redução da alavancagem da companhia.

Dívida Líquida/Ebitda Ajustado

Com esses resultados, maior fluxo de caixa livre e os desinvestimentos realizados, a evolução da dívida líquida/Ebitda ajustado apresentou uma contribuição significativa para atingir uma das principais métricas do Plano de Negócios e Gestão 2017-2021, que é alcançar o indicador financeiro de 2,5 até 2018. A alavancagem reduziu de 5,11 em 2015 para 3,54 em 2016.

Dívida Líquida/Ebitda Ajustado



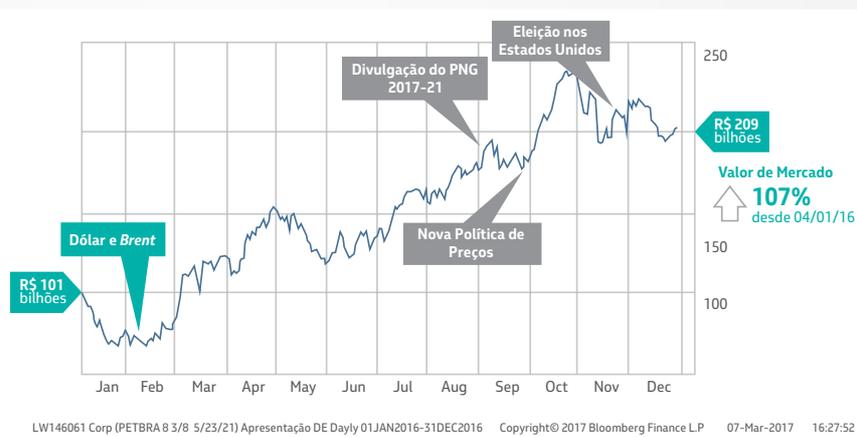
Desempenho das Nossas Ações

O início de 2016 foi impactado pelo aumento da aversão ao risco e pela queda do preço do petróleo. Ambos os fatores impactaram negativamente nossas ações. No decorrer do ano, entretanto, ocorreu uma mudança de trajetória, com diversos fatores influenciando positivamente o desempenho das ações.

Nesse contexto, o Ibovespa, principal índice da Bolsa, avançou 34% em relação ao ano anterior, enquanto o nosso valor de mercado atingiu R\$ 209 bilhões no fim de 2016, uma alta anual de 107%.

Acompanhando a queda do *rating* soberano e por questões específicas relativas às nossas atividades, as agências de classificação de risco rebaixaram o nosso *rating* corporativo: a Standard & Poor's de BB para B+; a Moody's de Ba3 para B3; a Fitch de BB+ para BB.

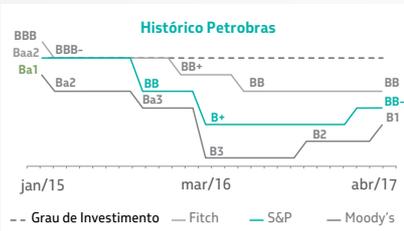
Fatores como as mudanças no marco regulatório brasileiro, a expectativa de melhor desempenho operacional a médio prazo e o fato de estarmos alcançando nossos objetivos de geração de caixa e venda de ativos influenciaram a Moody's, agência de classificação de risco de crédito, a decidir, no segundo semestre, elevar nosso *rating* para B2 e alterar a perspectiva de "negativa"





para "estável", refletindo um menor risco de liquidez e melhora nos fundamentos da companhia. Em fevereiro de 2017, a Standard & Poor's também elevou nosso *rating* de B+ para BB-, alternando nossa perspectiva de "negativa" para "estável".

No mês de abril de 2017, a Moody's elevou novamente nosso *rating* de B2 para B1, e a perspectiva foi alterada de estável para positiva. Em seu relatório, a Moody's destacou a melhora contínua do perfil de liquidez e das nossas métricas financeiras nos dois últimos trimestres, devido, entre outros fatores, à nossa eficiência de custos e à nova política de preços.



Desempenho Operacional

Exploração e Produção

Produzimos, em média, 2,79 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed) de petróleo e gás natural. Em dezembro, alcançamos a média de 2,94 milhões de boed. As atividades, no Brasil, foram responsáveis, respectivamente, por 96,4% e 84,9% da produção média anual de óleo e líquido de gás natural (LGN) e de gás natural da Petrobras.

Produção (mil boed)

Fluido		
Óleo, LGN e condensado	2.224	79,7 %
Gás Natural	566	20,3%
Total	2.790	100%
Localidade		
Brasil	2.629	94,2%
Outros países	161	5,8%
Total	2.790	100%

Recordes

Atingimos, em 2016, recorde anual da nossa produção média de petróleo no Brasil. A marca de 2.144.256 barris por dia (bpd) alinhou-se à meta prevista (2,145 milhões de bpd) e representou um aumento de 0,75% em relação ao resultado do ano anterior. A produção de gás natural sem liquefeito no país em 2016 totalizou 77 milhões de m³/dia. Considerando a produção de gás natural no Brasil e no exterior, atingimos 90,8 milhões de m³/dia.

Também registramos o recorde da média anual da produção operada na camada pré-sal. Foi 1,02 milhão de bpd, o que significa um crescimento de 33% em comparação com a produção de 2015. Destacamos o aumento da produção nos campos de Lula e de Sapinhoá (ambos localizados no pré-sal da Bacia de Santos) e no Parque das Baleias (Bacia de Campos). Também iniciamos a operação de três sistemas de produção, sendo dois no campo de Lula e um em Lapa, também no pré-sal na Bacia de Santos.

Outro recorde que obtivemos no ano foi o percentual de 96% de aproveitamento de gás, devido aos programas internos de melhoria da eficiência e otimização e à inclusão de diretrizes de projetos voltadas para a minimização da queima de gás em novos sistemas de produção.

Redução de Custo de Extração

Em 2016, nosso custo de extração médio, excluindo taxas governamentais, foi de 10,33 dólares por barril de óleo equivalente (boe), o que significou uma redução de 11% em relação ao custo médio de 11,67 dólares por boe extraído em 2015. Essa redução deve-se, principalmente, à diminuição das atividades de intervenção em poços na Bacia de Campos e à racionalização dos custos com transportes aéreo e marítimo, além do aumento da participação em campos do pré-sal, os quais apresentam custos de extração mais baixos.

Reservas

Registramos uma diminuição das nossas reservas provadas de óleo, condensado e gás natural. Segundo os critérios ANP/SPE, finalizamos 2016 com 12,514 bilhões de barris de óleo equivalente (boe), cerca de 5,8% a menos do que em 2015, sendo 98,2% localizadas no Brasil. O balanço relativo à variação de nossas reservas encontra-se na tabela a seguir:





Composição das Reservas Provasdas

	Petrobras (bilhão de boe)
a) Reservas Provasdas Dezembro/2015	13,279
b) Novas Descobertas e Novas Acumulações em 2016	0,110
c) Monetização de Reservas em 2016	-0,153
d) Revisões em 2016	0,203
e) Balanço de 2016 (b+c+d)	0,160
f) Produção do Ano de 2016	-0,925
g) Variação Anual (e+f)	-0,765
h) Reservas Provasdas Dezembro/2016 (a+g)	12,514



A área de Exploração e Produção tem uma gestão de portfólio que busca maximizar o potencial de risco/retorno do conjunto através da análise do potencial de cada campo. As empresas parceiras absorvem parte das reservas de maior risco e menor retorno para nós, mas que, em função de escala, diferenças de portfólio, ou outro fator, são negócios interessantes para elas. É neste contexto que são definidas as parcerias e desinvestimentos neste segmento.

Nosso Índice de Reposição de Reservas (IRR) foi de 34%, desconsiderando os efeitos dos desinvestimentos realizados em 2016. Encerramos 2016 com o índice de desenvolvimento de nossas reservas provadas totalizando 50,1%. A relação entre o volume das reservas e a nossa produção é de 13,5 anos.

b) Inclui extensões que compreendem ampliações da área de reservas provadas por meio de perfuração de poços após a descoberta.

c) Desinvestimentos que representam a monetização antecipada das reservas.

d) Revisões baseadas em critérios técnicos (ex: características de reservatórios) e econômicos.

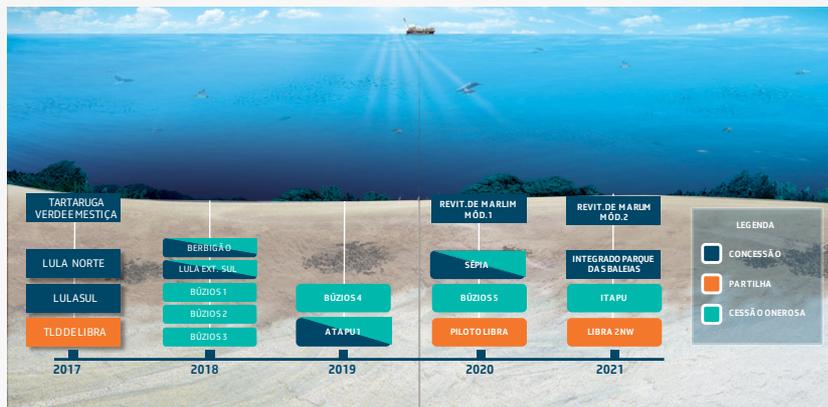
Sistemas de Produção

Em 2016, foram instalados três sistemas na área do pré-sal.

Atualmente, temos dez grandes sistemas a serem instalados entre 2017 e 2019. Os campos de Lula e Búzios serão particularmente importantes para apoiar o crescimento da nossa produção. Apenas nesses dois campos serão instalados sete FPSOs (tipo de plataforma em forma de navio que produz, armazena petróleo e/ou gás natural e escoar a produção por navios).

Ano	Bacia	Campo	Unidade	Plataforma	Capacidade de Produção de Óleo (M bpd)	Capacidade de Processamento de Gás (MM m ³ /d)	Lâmina d'Água (m)
2016	Santos	Lapa	FPSO	Cidade de Caraguatatuba	100	5,0	2.140
2016	Santos	Lula Central	FPSO	Cidade de Saquarema	150	6,0	2.100
2016	Santos	Lula Alto	FPSO	Cidade de Maricá	150	6,0	2.100





Refino e Comercialização

Em 2016, processamos 1,945 milhão de bpd de petróleo e LGN em nossas refinarias, no Brasil e no exterior, resultando em, aproximadamente, 2,015 milhões de bpd de derivados. Nossas 13 refinarias no Brasil produziram 1,887 milhão de bpd de derivados. Do volume total, 92% do petróleo processado, em nossas refinarias no Brasil, foram provenientes de campos brasileiros.

Destacamos o recorde de produção do óleo diesel S-10 no Brasil, com 228 mil bpd (volume 13% superior ao de 2015). O combustível, reconhecido pelo baixo teor de enxofre (10 partes por milhão), contribui para a redução das emissões de gases poluentes pelos veículos.

Comercializamos 2,064 milhões bpd de derivados de petróleo no mercado interno, volume 8% menor do que o de 2015. A tabela ao lado apresenta o desempenho das vendas no mercado interno por produto derivado de petróleo.

Menores volumes comercializados de diesel se devem à menor atividade econômica e ao aumento expressivo da importação por terceiros. A gasolina apresentou queda de apenas 1% devido, principalmente, ao aumento do volume comercializado por importadores, centrais petroquímicas e refinarias particulares.

Vendas no Mercado Interno em mbpd

	2016	2015	Percentual (2016x2015)
Diesel	780	923	-15%
Gasolina	545	553	-1%
Óleo combustível	67	104	-36%
Nafta	151	133	14%
GLP	234	232	1%
QAV	101	110	-8%
Outros	186	179	4%
Total	2.064	2.234	-8%





Transporte e Logística

A área de dutos e terminais da Transpetro, nossa subsidiária, movimentou um total de 603,3 milhões de m³ de petróleo, derivados e biocombustíveis nos terminais e oleodutos em 2016.

A participação da Transpetro corresponde a 40% do total de carga transportada por via marítima em todo o Sistema Petrobras. Em 2016, a frota de navios da Transpetro movimentou 78,7 milhões de toneladas de petróleo e derivados, o equivalente a 551,8 milhões de bbl, ou 18,8% a mais que em 2015.

Em 2016, destacamos o recebimento de quatro navios previstos no Programa de Expansão e Modernização da Frota (Promef). Estão em construção 12 navios. Foram alienados dois navios da frota.

Em relação à segurança e à disponibilidade operacional da frota da Transpetro, não houve registro de vazamentos de óleo e derivados no ano de 2016 e o Índice de Disponibilidade Operacional (IDO), que mede as horas em que a embarcação esteve operando ou pronta para operar em relação ao total de horas de determinado período, atingiu 99,81%, número superior ao resultado de 2015.

Distribuição

A Petrobras Distribuidora, uma de nossas subsidiárias, respondeu em dezembro de 2016, por 31,1% do total de vendas do segmento de distribuição de combustíveis brasileiro.

Mantivemos a liderança no mercado de rede de postos, que tem como clientes: postos revendedores e franqueados,

os quais totalizam *market share* anual de 25,4% e volume comercializado na ordem de 24,0 milhões de m³.

Para o mercado de grandes consumidores, que corresponde à venda direta de combustíveis e lubrificantes para indústrias, governos, empresas de transporte, termoeletricas e Transportadores Revendedores Retalhistas (TRR), em todo o território nacional, atendemos 8.764 clientes, atingindo um *market share* de 44,8%, o que corresponde a um volume total de 11,8 milhões de m³ de produtos vendidos.

Para o Mercado de Aviação, em 2016, alcançamos um *market share* de 55,1%, com 3.751.422 mil m³ em vendas e com cerca de 3.000 clientes atendidos em todo o território nacional, envolvendo uma média de 62.750 operações de abastecimento de aeronaves por mês, numa rede de 108 aeroportos.

Gás e Energia

Fomos responsáveis pela geração de 2.252 megawatts médios (MWmed) de energia elétrica, 52% a menos do que em 2015, por conta de fatores como a melhora nas condições hidrológicas e a redução das atividades industriais e no setor de comércio, o que impactou a carga no Sistema Interligado Nacional.

A menor demanda termelétrica, em 2016, contribuiu, por sua vez, para a redução das vendas de gás natural, possibilitando a redução, em relação a 2015, nas importações de Gás Natural Liquefeito (GNL), em 65%, e de gás natural boliviano, em 12%.

Fornecemos, em 2016, a média de 74,64 milhões de m³/dia de gás natural para o mercado e o consumo interno da Petrobras. Da oferta total, 44,03 milhões de m³/dia foram provenientes da produção nacional, 3,84 milhões de m³/dia foram provenientes

de gás natural liquefeito regaseificado nos terminais de GNL em Pecém (CE), na Baía de Guanabara (RJ) e na Bahia, e 28,38 milhões de m³/dia foram importados da Bolívia.

Desse total, 1,63 milhão de m³/dia foi utilizado no sistema de transporte de gás natural.

Renováveis

Nossa produção de energia oriunda de fontes renováveis priorizou, em 2016, a geração de origem eólica (173,9 mil MWh), solar (1,9 mil MWh), de biomassa (1,4 mil MWh) e por meio de pequenas centrais hidrelétricas - PCHs (19,3 mil MWh).

Biocombustíveis

As unidades de Biodiesel de Candeias (BA), Montes Claros (MG) e Quixadá (CE) entregaram 295,6 mil m³ de biodiesel em 2016.

As unidades de Marialva (PR) e Passo Fundo (RS), com capacidade total de 425 mil m³/ano, pertencentes à B5BIOS, empresa na qual a Petrobras Biocombustível possui participação de 50%, entregaram 397,3 mil m³ de biodiesel em 2016.

No segmento de etanol, a Petrobras Biocombustível atuou por meio de três empresas investidas – Guarani (SP), Nova Fronteira (GO) e Bambuí (MG), tendo atingido a marca de 1,15 milhão de metros cúbicos de etanol produzidos em 2016. Na safra 2016/2017 essas empresas também disponibilizaram, à rede de distribuição de energia elétrica, um excedente de 1.435 GWh, suficiente para abastecer uma cidade de cerca de 720 mil habitantes durante um ano.





Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo

A Liqueigás, uma das nossas subsidiárias, é líder no mercado de botijões de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) com até 13 kg – os mais utilizados em residências. Ocupa a terceira posição no mercado de distribuição de GLP a granel, é a segunda maior empresa do setor de GLP e é uma das maiores distribuidoras do Brasil, de acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Em 2016, foram comercializados 1,6 milhão de toneladas de gás liquefeito de petróleo.

Fertilizantes

Em 2016, contabilizamos as produções recordes de 435 mil toneladas de amônia e 418 mil toneladas de ureia na fábrica da Bahia. No total, produzimos 1,1 milhão de toneladas de amônia (do qual 743 mil toneladas foram utilizadas na produção de ureia e 21 mil toneladas, na produção de sulfato de amônio) e 1,3 milhão de toneladas de ureia.

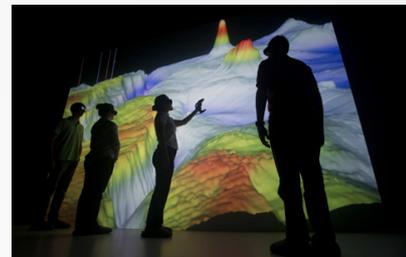
Descomissionamentos

Em setembro de 2016, concluímos a primeira fase da desativação do campo de Cação, no litoral do Espírito Santo, que será o nosso primeiro campo marítimo a ser totalmente desativado, mediante remoção de todas as estruturas. Realizamos o abandono definitivo dos seus 13 poços, a desmontagem das instalações de processo e o apoio nos conveses das plataformas fixas PCA-2 e PCA-3, tudo em conformidade com as exigências legais.

Alguns outros ativos em processo de descomissionamento são as plataformas P-07, P-12 e P-15, que já interromperam suas produções, além da P-33, que deve cessar a sua produção em 2017. Esses processos preveem operações como limpeza e desconexão

de dutos, abandono de poços e destinação das plataformas, atendendo aos regulamentos aplicáveis.

Também decidimos interromper a produção de biodiesel em nossa unidade de Quixadá (CE) devido a resultados econômicos insatisfatórios e à nossa estratégia de sair integralmente das atividades de produção de biocombustíveis. Em 2017, faremos a limpeza da unidade, daremos a devida destinação aos resíduos e, em seguida, promoveremos a hibernação do ativo, com aplicação de nitrogênio e materiais anticorrosivos. Assim, a usina ficará preservada para destinação futura.



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

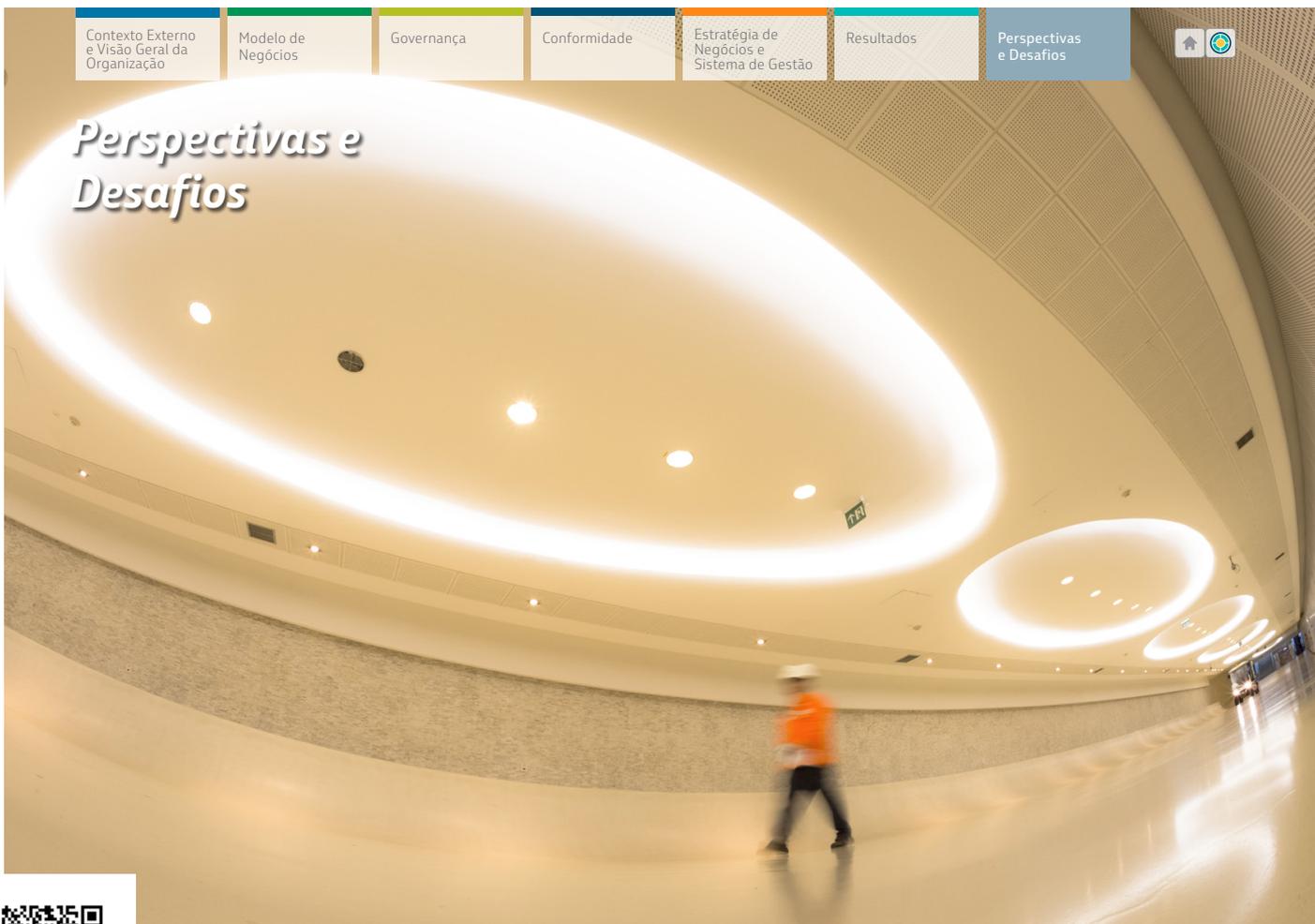
Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



Perspectivas e Desafios



Assinado eletronicamente por: JULIANA DE OLIVEIRA BANDEIRA BUZINARO - 12/03/2022 02:09:20

<http://pje1g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22031202091979000000964261839>

Número do documento: 22031202091979000000964261839



Pesquisa e Desenvolvimento

Os projetos e investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) colaboram para a evolução dos nossos negócios e para o avanço tecnológico do setor de óleo e gás. Em 2016, foi investido em pesquisa e desenvolvimento um total de R\$ 1,8 bilhão, inferior em 9,78% quando comparado ao valor do ano anterior.

No ano de 2016, do total de investimentos, R\$ 548,5 milhões foram feitos por intermédio de parcerias com 90 universidades e institutos de pesquisa no Brasil e 21 no exterior. Nesse ano, depositamos 24 pedidos de patente no Brasil e 38 pedidos de patente no exterior.

No nosso Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes), é organizado todo o relacionamento com a comunidade científica e acadêmica, cujos temas abrangem o segmento de óleo, gás e energia e a gestão de projetos de P&D.

Principais Linhas de Pesquisa de Ponta

O Cenpes possui diversas linhas de pesquisa, muitas em conjunto com universidades e institutos de pesquisas, em várias áreas do conhecimento ligadas a óleo, gás e energias renováveis. Algumas encontram-se na fronteira do conhecimento, chamadas linhas de pesquisa de ponta, as quais destacamos:

- **Riserless drilling (perfuração sem riser):** este projeto consiste no desenvolvimento de uma técnica de perfuração na qual o *riser* de perfuração é removido. Sendo assim, o tempo utilizado para manobrar tubulares ao longo de lâminas d'água profundas e ultraprofundas é eliminado do caminho crítico do processo de construção de poços marítimos, permitindo a realização de várias operações em paralelo.
- **Perfuração a laser:** na última década, ocorreram grandes avanços na tecnologia de *laser* de fibra ótica (*fiber laser*). O objetivo deste projeto é desenvolver um sistema de perfuração a laser de fibra ótica que combina uma broca com cortadores convencionais, o que fragiliza a rocha antes que esses cortadores a atinjam. Estima-se que, com este sistema, seja possível ao menos dobrar a taxa de penetração, possibilitando a redução dos custos dos poços, principalmente no pré-sal.
- **Processo de absorção de CO₂ com solventes bifásicos** visando à captura de CO₂ tanto dos gases de exaustão quanto do gás natural: tecnologia com potencial para promover aumento de eficiência energética do processo e para redução do tamanho e do peso das unidades de captura de CO₂.
- **Processo de captura de CO₂ em gases exaustos por intermédio de soluções aquosas de líquidos iônicos:** entre os diferenciais tecnológicos que se destacam temos a economia de energia em comparação com processos industriais atualmente em operação.
- **Sistema de autoaprendizado na geofísica,** com pesquisas voltadas para integração de rocha/perfil/sísmica: propiciar suporte à interpretação de atributos sísmicos para a avaliação de prospectos, caracterização de reservatórios e auxílio na classificação automática da qualidade sísmica, importantes para o processamento e a gestão de dados sísmicos.
- **HPC (computação de alto desempenho)** para simulação de reservatórios e simulação geológica: visa a reduzir o tempo de simulação dos modelos de reservatórios, viabilizando o uso de modelos mais complexos e representativos.
- **Produção de materiais avançados de carbono** utilizando correntes residuais do refino: projeto conduzido em parceria com o Centro Tecnológico do Exército (CTEx), desde 2003, tem alcançado êxitos no desenvolvimento de tecnologias para a produção de diferentes materiais de carbono.





Tecnologias e Ganhos

Algumas das principais soluções tecnológicas e resultados em 2016:

- ▶ otimização do sistema de ancoragem das plataformas P-67, P-68, P-69, P-70, P-74, P-75, P-76 e P-77, reduzindo a necessidade de 30 linhas de ancoragem previstas nos projetos originais, o que nos possibilitou a economia potencial de R\$ 470 milhões, referentes à redução de custos de material e de instalação.
- ▶ desenvolvimento e utilização do software PWDa (Pressure While Drilling Analyzer), que recebe informações de perfuração de poços em tempo real, identifica situações de risco e alerta para a ocorrência de problemas operacionais. Sua utilização possibilitou a redução do tempo de uso de sonda em 18 dias, gerando uma economia de R\$ 34,4 milhões no ano.
- ▶ desenvolvimento e utilização da ferramenta ENDFlex, para definição de novos prazos de inspeção de dutos,

risers e umbilicais submarinos. O *software* utiliza critérios técnicos baseados em classificação de risco e histórico e consequência de falhas em campo. Na Unidade Operacional da Bacia de Campos, com a aplicação dos novos prazos de inspeção, a redução de custo potencial é de R\$ 120 milhões, graças à redução da frota de embarcações.

- ▶ estabelecimento de novas recomendações para o procedimento de abertura de poço produtor no campo de Marlim, tendo em vista ensaios de laboratório e simulações numéricas, o que permitiu o aumento gradual da vazão, evitando perdas de produção e gerando receita adicional de R\$ 125 milhões no ano.

para produção de bioQAV. Além disso, foram realizados testes de coprocessamento de bioóleo em FCC em escala de demonstração, uma rota para inserção de carbono renovável na gasolina e no diesel. Avanços também foram alcançados no desenvolvimento de biolubrificantes para aplicações em sistemas de navios. Os biolubrificantes produzidos atenderam às especificações de fabricantes de equipamentos consolidados no mercado.

Investimento em Pesquisas de Energias Renováveis e Biocombustíveis

TIPO DE ENERGIA	R\$ MILHÕES
Biocombustíveis avançados	8,19
Biocombustíveis de primeira geração	3,69
Bioprodutos	2,55
Energia de resíduos	5,44
Energia hidrelétrica	0,99
Energia termelétrica	0,82
Solar	5,01
Energias alternativas	0,17
Eólica	1,56
Veículos elétricos e híbridos	0,46
Total	28,9

Pesquisa e Desenvolvimento em Energias Renováveis

Investimos R\$ 28,9 milhões em pesquisa e desenvolvimento para a produção de energia renovável em 2016.

Biocombustíveis

Em 2016, o desenvolvimento de processos de produção de biocombustíveis foi continuado e teve foco na redução de

custos. Processos de produção de etanol celulósico (2G), biodiesel, bioQAV, gasolina e diesel renováveis apresentaram avanços. Na área de etanol celulósico, foram desenvolvidos estudos para a redução de custos de operação, mediante a redução do uso de insumos. Além disso, tivemos participação na elaboração da norma brasileira de caracterização de bagaço de cana. Na tecnologia de biodiesel, houve avanço no desenvolvimento de processos que permitem a conversão de cargas de menor valor e uso não alimentício. Novos catalisadores de desempenho superior foram desenvolvidos





Entre as tecnologias disponibilizadas pelo Cenpes, em 2016, podemos destacar algumas com impacto em melhorias em saúde, segurança, integridade e meio ambiente:

- instalação de simulador de controle de Unidade Estacionária de Produção e planta de compressão virtual dinâmica, o que possibilita melhorias e correções nas configurações de controle, bem como ajustes para novos cenários de operação, reduzindo os riscos envolvidos e otimizando a operação, a partida e a parada de compressores. O uso desse simulador evitou 23 paradas não programadas na P-43, representando um ganho de aproximadamente R\$ 2,5 milhões.
- desenvolvimento do PIG palito multi-size, ferramenta para inspeção interna de dutos de produção de petróleo e gás, utilizado com sucesso em campos da Unidade Operacional do Espírito Santo (UO-ES) e da Unidade Operacional da Bacia de Santos (UO-BS). O diferencial da ferramenta é a perfilagem da corrosão interna dos dutos ao longo dos diferentes diâmetros existentes em sua extensão. Além da contribuição dada à indústria do petróleo, essa tecnologia, agora disponível para a Petrobras, tem nos ajudado na otimização das inspeções para a garantia da integridade de equipamentos e na redução de custos decorrentes da minimização da frequência das inspeções que se fazem necessárias. Para o futuro, há previsão de aplicações na Unidade Operacional do Rio de Janeiro (UO-RIO) e em dutos instalados no pré-sal da Bacia de Santos.
- desenvolvimento do diesel de primeiro enchimento, o qual garante proteção aos veículos novos que ficam estocados no pátio das montadoras por um período de até 180 dias antes da venda. O produto reduz a ocorrência de reações de oxidação e minimiza a formação de depósitos no sistema de injeção, reduzindo o desgaste de peças e diminuindo a exposição humana ao produto degradado. A redução de descarte de combustível e de peças desgastadas traz ganho ambiental significativo e atende às especificações do combustível e aos requisitos ambientais e logísticos.
- aplicação de nova tecnologia de catalisadores em uma das duas unidades de craqueamento catalítico da Refinaria de Paulínia (Replan), em São Paulo, o que, em conjunto com outras iniciativas, possibilitou a redução das emissões de material particulado em 22%. Sua utilização proporcionou um aumento da conversão de frações pesadas para a produção de diesel e gasolina, com ganho estimado de R\$ 35 milhões anuais, além de antecipar o atendimento à resolução Conama 436, que estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas instaladas ou com pedido de licença de instalação anteriores a 2 de janeiro de 2007 e sem investimento de capital relevante.

Gestão de Fornecedores

A gestão de fornecedores de bens e serviços com foco em valor é uma das estratégias contidas no nosso Plano Estratégico e no nosso Plano de Negócios e Gestão 2017-2021. Neste capítulo, serão abordadas informações sobre a nossa gestão de fornecedores, bem como das nossas subsidiárias Petrobras Distribuidora, Petrobras Biocombustível e Transpetro.

A Cadeia de Fornecedores

Os nossos fornecedores podem ser divididos em dois grandes grupos: "atividade meio" e "atividade fim". O grupo voltado para a "atividade fim" permite caracterizar melhor quem atende ao negócio. De forma geral, os mais relevantes, são os seguintes:

Petrobras

Afretamento de plataformas de produção, afretamento de sondas, serviços de poços, engenharia, aquisição, construção e instalação (Engineering, Procurement, Construction and Installation - EPCI), operações submarinas, linhas flexíveis, válvulas, tubos, afretamento aéreo, afretamento de navios e embarcações especiais, produtos químicos e catalisadores, serviços de geofísica, engenharia, aquisição e construção (Engineering, Procurement and Construction - EPC) e manutenção de equipamentos.

Petrobras Distribuidora

Aquisição de combustíveis e biocombustíveis. Aditivos, óleos básicos, embalagens, insumos de produção e prestadores de serviços correlatos à área industrial da Petrobras Distribuidora. Adicionalmente, na parte de Transporte:



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



serviços de transporte rodoviário, cabotagem, fluvial e rodo-fluvial, utilizados na movimentação dos combustíveis e lubrificantes distribuídos pela Petrobras Distribuidora.

Petrobras Biocombustível

Óleos vegetais (soja, algodão, palma e OGR - óleos e gorduras residuais), gorduras animais (bovinos, suínos e aves), além de metanol.

Transpetro

Serviços operacionais de apoio, como os de inspeção e manutenção, ou complementares, como os de transporte.

Em 2016, a Petrobras *holding* transacionou com 12,6 mil fornecedores. Deste total, em torno de 10 mil fornecedores tiveram contratos e pedidos avulsos firmados no ano e os 2,6 mil restantes tinham contratos vigentes celebrados em anos anteriores. Em 2015 o número de fornecedores com os quais transacionamos foi de 16,3 mil.

Considerando Petrobras *holding*, Petrobras Biocombustível, Petrobras Distribuidora e Transpetro, o montante de transações foi de R\$ 99,2 bilhões, por meio de

aproximadamente 8,5 mil novos contratos e 237,9 mil novos pedidos avulsos, assim distribuídos:

Volume Comercializado

EMPRESA	NÚMERO DE FORNECEDORES COM COMPROMISSOS CELEBRADOS EM 2016	CONTRATOS CELEBRADOS EM 2016	PEDIDOS AVULSOS CELEBRADOS EM 2016	MONTANTE DE TRANSAÇÕES R\$
Petrobras <i>holding</i>	10 mil	2,8 mil	90 mil	65,5 bilhões
Petrobras Biocombustível	1,3 mil	571	2,8 mil	1,04 bilhão
Petrobras Distribuidora	13,8 mil	4,8 mil	92,8 mil	30,5 bilhões
Transpetro	4 mil	409	52,3 mil	2,2 bilhões

a) O número de fornecedores não pode ser somado pela possibilidade de um mesmo fornecedor ter transacionado com mais de uma das empresas listadas.
b) No caso da Petrobras Biocombustível, inclui fornecedores pessoas jurídicas e pessoas físicas (agricultura familiar).
c) Existem outras empresas no Sistema Petrobras que não estão contempladas nos dados relatados.

Perfil das Nossas Contratações

EMPRESA	% FORNECEDORES COM NEGÓCIOS ATÉ R\$ 100 MIL	% FORNECEDORES COM NEGÓCIOS ENTRE R\$ 100 MIL E R\$ 1 MILHÃO	% FORNECEDORES COM NEGÓCIOS ENTRE R\$ 1 MILHÃO E R\$ 100 MILHÕES	% FORNECEDORES COM NEGÓCIOS SUPERIORES A R\$ 100 MILHÕES
Petrobras <i>holding</i>	69%	18%	12%	1%
Petrobras Biocombustível	91%	4%	5%	0,1%
Petrobras Distribuidora	89%	5%	5%	1%
Transpetro	80%	15%	5%	0,1%





Cadastro e Exigências de Fornecedores

As empresas Petrobras, Transpetro e Petrobras Biocombustível utilizam um cadastro único sob gestão da *holding*. A Petrobras Distribuidora possui um cadastro próprio de fornecedores. Os sites da Petrobras e da Petrobras Distribuidora na internet disponibilizam meios para os fornecedores informarem seus dados e itens de interesse. Também é comum aos dois cadastros a existência de requisitos técnicos, econômicos e legais, além de requisitos de integridade e de segurança, meio ambiente e saúde (SMS), este último específico para fornecedores de serviços. Os cadastros servem de base para a seleção de fornecedores em licitações e contratações. Os critérios de avaliação disponibilizados variam de acordo com a criticidade dos itens de fornecimento e o tipo de fornecedor.

Segurança, Meio Ambiente e Saúde

As empresas devem apresentar evidências e certificações relacionadas ao cumprimento de normas de segurança, meio ambiente e saúde, como também declarar que atendem a todos os requisitos, leis e portarias deste tema.

Para garantir a adequada aplicação de regras para cada tipo de serviço, é utilizada a Matriz de Risco e Categorização de Escopo, a qual estabelece o grau de risco em cada tipo de serviço nas dimensões segurança, meio ambiente e saúde (SMS).

A matriz relaciona a gravidade e a probabilidade de ocorrência de eventos relacionados aos seguintes seis temas: saúde e segurança da comunidade, segurança da força de trabalho, saúde da força de trabalho, meio ambiente (derramamento

de líquidos, emissões gasosas e resíduos sólidos), impacto legal e atenção com a imagem da empresa.

Critérios ambientais foram utilizados em 66% dos novos compromissos formalizados pela Petrobras *holding* em 2016.

Responsabilidade Social

Na fase de entrada no cadastro, todos os fornecedores devem declarar-se de acordo com o cumprimento do Termo de Responsabilidade Social. Este termo contempla os seguintes temas relacionados a práticas trabalhistas e direitos humanos: proibição ao trabalho infantil e ao trabalho forçado (análogo ao escravo ou em condições degradantes), liberdade de associação e negociação coletiva, coibição à discriminação de gênero, raça, religião, orientação sexual, dentre outros. Também é previsto nos instrumentos contratuais que as empresas fornecedoras devem respeitar as disposições contidas na Política de Responsabilidade Social da Petrobras.

Nos novos compromissos formalizados em 2016, 100% consideraram critérios relacionados a práticas trabalhistas e 66%, na Petrobras *holding*, consideraram critérios relacionados a direitos humanos.

Integridade

Nos novos compromissos da Petrobras *holding*, 100% dos 10 mil fornecedores são orientados sobre as políticas e os procedimentos de combate à corrupção na organização, por meio do Código de Ética e do Guia de Conduta, que são citados nos instrumentos contratuais, bem como publicados no Canal Fornecedor da Petrobras.

Nesses documentos, está disposto que o processo de seleção e contratação de fornecedores está fundamentado em critérios estritamente legais e técnicos de qualidade, custo e pontualidade, além de exigir do fornecedor um perfil ético em suas práticas de gestão e de responsabilidade social e ambiental, recusando práticas de concorrência desleal e outras contrárias aos princípios dos documentos, inclusive na cadeia produtiva de tais fornecedores.

Em 2015, tornamos mais rigorosa a gestão de fornecedores para aumentar a segurança nas contratações de bens e serviços, objetivando mitigar os riscos de fraude e corrupção, sobretudo aqueles referentes à integridade de terceiros, (procedimento conhecido como *Due Diligence* de Integridade - DDI), que representem desvios de conduta ou atos lesivos à administração pública. Desta forma, para fazer parte do Cadastro da Petrobras, as empresas devem prestar informações detalhadas sobre o seu perfil, estrutura de negócios, histórico, relacionamento com terceiros e mecanismos de *compliance* (conformidade). Aproximadamente 1.500 empresas foram submetidas, em 2015, ao DDI e tiveram seu Grau de Risco de Integridade (GRI) classificado como alto, médio ou baixo. Já em 2016, concluímos o processo de *Due Diligence* de Integridade (DDI) no que se refere a 9.532 empresas. Essas avaliações são utilizadas como base para o processo de seleção de empresas em licitações e contratações.

Impactos na Cadeia de Fornecedores

A Petrobras *holding* avalia fornecedores em critérios ambientais durante a inscrição e a renovação cadastral, como também na execução dos contratos de prestação de serviços. Na Petrobras Distribuidora, em 2016, contava-se com 229 transportadores auditados em auditorias periódicas de Qualidade, Saúde, Meio Ambiente e Segurança (QSMS).





Ao serem constatadas não conformidades, após o cadastramento do Comunicado de Ocorrência de Divergência (COD) em sistema, o fornecedor se torna obrigado a realizar um plano de melhoria da divergência apontada, negociado com o fiscal do contrato.

Nenhuma empresa entrou na lista de empresas impedidas de contratar por questões ambientais em 2016.

Em termos de impactos negativos em práticas trabalhistas, seis empresas foram confirmadas, em 2016, como tendo apresentado ocorrências consideradas de alta gravidade. Já em termos de impactos negativos na sociedade, sete empresas, em 2016, tiveram confirmadas ocorrências de alta gravidade (motivos de inidoneidade). Por essas razões, os respectivos fornecedores tiveram relações encerradas com a Petrobras, havendo impedimento de contratação por determinado tempo e sendo incluídos na Lista de Empresas Impedidas de Contratar publicada no site da Petrobras.

A Petrobras Biocombustível, nossa subsidiária, está atenta ao risco do uso de mão de obra infantil por fornecedores na agricultura familiar. Cabe ressaltar que jamais foi identificado qualquer caso. Todos os contratos firmados, a partir de 2015, para aquisição de matéria-prima dessa origem possuem cláusula de não utilização de mão de obra infantil.

A Petrobras disponibiliza, por intermédio da empresa Contato Seguro, para a sua força de trabalho e públicos de interesse, o Canal de Denúncia, sob gestão da Ouvidoria Geral, pelo qual podem ser relatados quaisquer desvios, inclusive violações ao exercício da liberdade de associação e da negociação coletiva, dentre outras questões relacionadas

a práticas trabalhistas e direitos humanos. As demandas são investigadas e, conforme os resultados da apuração das investigações, a nossa Área de Suprimento de Bens e Serviços (SBS) é alertada para mitigar riscos em novas contratações. Se houver descumprimento de cláusulas contratuais, o gerente do contrato é acessado para tomar medidas cabíveis.

Implementação do Índice de Desempenho de Fornecedores (IDF)

Implementamos, em outubro de 2016, um novo método de avaliação de desempenho de fornecedores de bens e serviços, o Índice de Desempenho de Fornecedores (IDF), em substituição ao Boletim de Avaliação de Desempenho (BAD), que será gradualmente descontinuado. Todos os contratos registrados a partir dessa data já são avaliados pela nova

sistemática. Foram geradas mais de mil avaliações conforme nova metodologia até o 1º trimestre de 2017.

A mudança tem como finalidade proporcionar um processo de avaliação de desempenho mais simples, objetivo e eficaz para apoiar a implantação de um sistema de consequências padronizado para toda a Companhia, sendo também utilizado como critério na seleção de fornecedores.

Macrocritérios de Avaliação do IDF

SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE	GESTÃO	QUALIDADE	PRAZO
Anomalias e incidentes	Aspectos administrativos e recursos humanos	Conformidade com o escopo contratual	Pontualidade
Taxas de Acidentados Registráveis (TAR)	Planejamento e produtividade	Efetividade na execução do objeto contratual	Flexibilidade
Normas regulamentadoras e questões ambientais	-	-	-





Status de Ocorrência do Fornecedor (SOF)

Implantamos, no Portal do Cadastro de Fornecedores, o Status de Ocorrência do Fornecedor (SOF), que tem como objetivo sinalizar ocorrências recentes observadas pela fiscalização e investigadas por área especialista no assunto. Inicialmente, os tipos de ocorrência são as seguintes:

TIPO DE OCORRÊNCIA

Descumprimento de obrigações tributárias e/ou fiscais

Abandono definitivo de contrato pelo fornecedor

Descumprimento de obrigações previdenciárias e/ou trabalhistas

Uso de mão de obra infantil ou análoga à escrava

Acidente fatal

O SOF impacta a seleção de fornecedores, sinalizando riscos à contratação. Fornecedores sem ocorrência terão status verde no cadastro. Ocorrências de gravidade mediana e alta enquadrarão os fornecedores nos status amarelo e vermelho respectivamente, representando restrições à seleção.

Em caso de contratos em vigência, será analisada a necessidade de providências a serem tomadas, como, por exemplo, a abertura de uma Comissão para Análise e Aplicação de Sanções (CAASE), para avaliar as ocorrências dos tipos "uso de mão de obra infantil ou análoga à escrava" e "acidentes fatais".

Aplicação de Sanções

Ao longo de 2016, conduzimos 256 processos passíveis de sanção por meio da CAASE, cujos fatos de apuração abarcaram suspeitas de fraude, descumprimento de obrigação contratual, danos ambientais, entre outras não conformidades praticadas por fornecedores. Ainda em 2016, estavam vigentes 150 sanções aplicadas a fornecedores, sendo que, também nesse período, 24 empresas foram incluídas na Lista de Empresas Impedidas de Contratar, em razão de terem sofrido a aplicação, pela Petrobras, de sanção administrativa.

Centralização da Área de Suprimentos

Em 2016, em virtude da revisão da nossa estrutura organizacional, que contempla um novo modelo de gestão e governança, foram centralizadas, parcialmente, as aquisições de bens e serviços da companhia, considerando limites pré-estabelecidos, tendo como principais objetivos:

- ▶ otimizar a nossa geração de caixa por meio de melhor eficiência das contratações a partir do estabelecimento de estratégias adequadas, utilizando uma base saudável de fornecedores, e da condução competente dos processos de licitação.
- ▶ conferir, à nova estrutura, uma cultura calcada na integração e alinhada às necessidades do negócio que valorize o mérito e a ação conforme.

Nossa área de suprimentos possui iniciativas estratégicas que contemplam ações para a recuperação do nosso caixa, mediante renegociação de contratos, redução das compras

e dos estoques disponíveis; mapeamento e redesenho dos processos, buscando simplificação e eliminação de gargalos; padronização de documentos e sistemas, a fim de que os processos se tornem mais céleres e com baixo risco de conformidade. Também está prevista como iniciativa um programa de capacitação da força de trabalho chamado de Academia de Suprimentos, que terá como objetivo a formação de um "time" capaz de orquestrar o processo integrado de suprimento em suas diversas disciplinas.

Monitoramento do Mercado e Planejamento de Aquisições

Entre as atribuições da área de suprimentos está o monitoramento constante do mercado, visando a acompanhar tendências tecnológicas, fusões e aquisições, índices de preços, bem como a analisar os *players* e a capacidade de atendimento ao mercado fornecedor, seja nacional ou internacional. Esta atividade possibilita identificar a necessidade de desenvolvimento de novos fornecedores para mercados com baixa competitividade. Adicionalmente, este monitoramento contínuo pode indicar a necessidade de qualificação e cadastramento de fornecedores que já atuam no mercado, mas ainda não fornecem para a companhia, potencializando o aumento de competitividade nos processos de contratação.

Em relação ao planejamento das aquisições, foi implantado, na estrutura de suprimentos, o conceito de gestão de categoria, que contempla, na elaboração dos Planos de Suprimentos de longo prazo e Estratégias de Contratação para bens e serviços priorizados, conceitos como Custo Total de Propriedade (TCO), Alinhamento





de Incentivos, aprimoramento de termos contratuais e especificações técnicas, por exemplo. Essas estratégias são definidas tomando como guia os requisitos do nosso Plano de Negócios e Gestão e respectivas metas.

Melhorias no Cadastro Corporativo de Fornecedores

Em 2016, concluímos também a revisão de todas as famílias de materiais e serviços do Cadastro Corporativo de Fornecedores, resultado do Programa de Melhorias na Gestão da Base de Fornecedores (PGBF). O principal direcionador desse trabalho é a redução da subjetividade dos requisitos cadastrais, tornando mais simples o preenchimento das informações por parte dos fornecedores. Além disso, as novas famílias contam com um maior nível de detalhes sobre o escopo de fornecimento de cada empresa, reduzindo o número de declínios de fornecedores pelo fato de o material ou o serviço contratado não fazer parte da linha de fornecimento das empresas. Essas melhorias resultarão em maior competitividade, que serão monitoradas pelo número de propostas válidas por processo de contratação.

Adequação ao Disposto na Lei nº 13.303/16

Em agosto de 2016, foi promulgada a Lei 13.303, conhecida como Lei das Estatais, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Entre as principais alterações trazidas pela Lei 13.303, destaca-se o fato de que as empresas de economia mista não vão mais utilizar as modalidades de licitação previstas na Lei 8.666/93 ou

no Decreto 2.745/98 (convite, concorrência, tomada de preços, concurso e leilão), mas sim os procedimentos previstos na nova lei, como, por exemplo, a utilização preferencial da modalidade pregão para a aquisição de bens e de serviços comuns.

Pretendemos realizar todas as adaptações necessárias ao pleno cumprimento da Lei 13.303/16 no prazo de 24 (vinte e quatro meses) estabelecido no art. 91 da Lei das Estatais.

Relacionamento com Públicos de Interesse

Nossos Públicos de Interesse

O compromisso com nossos *stakeholders*, denominados na companhia como públicos de interesse, está afirmado em nosso Plano Estratégico e, também, em documentos internos, como a Política de Comunicação, a Política de Responsabilidade Social, os padrões de relacionamento, o Estatuto da Petrobras e a Visão Corporativa, além da Lei das Sociedades por Ações. Mantemos diferentes canais digitais com ambientes específicos para o relacionamento com os nossos públicos de interesse. Por meio desses ambientes, fornecemos serviços e mantemos os públicos informados sobre a nossa atuação.

Contamos com um banco de dados com nossos públicos de interesse para ações de relacionamento em nível corporativo. Temos avançado na integração do banco de dados de relacionamento corporativo com a incorporação de novas bases de dados de unidades locais, melhoria dos dados já captados

e novas regras de análise e segmentação. Contamos com uma base de 451.012 pessoas e 162.326 instituições que se cadastraram ou mantêm relacionamento com a Petrobras.

Disponibilizamos, no nosso [site](#), as informações divulgadas ao mercado, a acionistas e a órgãos reguladores. Realizamos relacionamento com os nossos demais públicos de interesse pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), de acordo com a Lei 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação) – prestando atendimento por meio do nosso Portal da Transparência e de balcões de atendimento distribuídos em nossas unidades – e também pelo Canal de Denúncia Petrobras, canal único, independente, implantado em novembro de 2015.

Mantemos relacionamento com as comunidades nos locais onde atuamos. Inclusive, nossa alta administração, que também se relaciona com os nossos públicos de interesse, pode, eventualmente, efetuar comunicados e apresentações ao público em geral. A alta administração e a Auditoria Interna recebem relatórios periódicos dos nossos canais de transparência e diálogo. Além disso, a alta administração também recebe relatórios de monitoramentos e de pesquisas de imagem e reputação corporativa realizadas junto a nossos públicos de interesse.

Classificamos nossos públicos de interesse como os grupos de indivíduos e/ou organizações que possuem questões e/ou necessidades comuns de caráter social, político, econômico, ambiental ou cultural e que estabelecem ou podem estabelecer relações conosco e são capazes de influenciar – ou ser influenciados por – atividades, negócios e/ou nossa reputação.





Nós nos relacionamos com as seguintes categorias de públicos de interesse:

- › clientes
- › comunidade científica e acadêmica
- › comunidades
- › concorrentes
- › consumidores
- › fornecedores
- › imprensa
- › investidores
- › organizações da sociedade civil
- › parceiros
- › poder público
- › público interno
- › revendedores

Relacionamento com Investidores

As deliberações dos acionistas são realizadas nas assembleias que ocorrem ao longo do ano. Ao todo, em 2016, ocorreram três assembleias extraordinárias e uma ordinária. Interagimos com investidores e analistas, por meio de reuniões formais, palestras, seminários, conferências e webcasts. Elaboramos relatórios e publicações como instrumentos de prestação de informações. Entre as obrigações legais está a divulgação do Form 20F, relatório anual arquivado na Securities and Exchange Commission (SEC), e o Formulário de Referência, exigido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A divulgação dos resultados trimestrais é feita por meio de conferências telefônicas/webcasts para investidores e analistas, entrevistas coletivas para a imprensa e programas na TV

corporativa para nossa força de trabalho. Estivemos presentes em seminários realizados pela Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec) e participamos de conferências com investidores institucionais na América Latina, nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia.

Apresentamos essas informações em nosso site dedicado a esse público, ambiente que inclui cotações, comunicados e fatos relevantes, resultados financeiros e calendário de eventos, entre outros dados. Os tópicos de interesse envolvem transparência e ética profissional, reputação corporativa, resultados econômicos e financeiros, informes anuais sobre o desempenho do negócio e relações comerciais.

Informações que podem afetar a decisão de investimento são divulgadas tempestivamente por meio de Fato Relevante ou Comunicado ao Mercado, seguindo as regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&F Bovespa) no Brasil e da Securities and Exchange Commission (SEC) e da Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange – NYSE) nos Estados Unidos.

> [Acesse a área dedicada a investidores no website da Petrobras para consultar as informações.](#)

Relacionamento com Consumidores

Nosso relacionamento com o público consumidor se dá por meio de campanhas, ações de comunicação digital e promocionais, estudos de satisfação e canais de atendimento direto a consumidores, além dos demais canais de transparência e diálogo, como a Ouvidoria-Geral, o Canal de Denúncia e o Portal da Transparência, com acesso ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

As informações mais importantes sobre segurança dos nossos produtos e suas características em geral, como a identificação dos perigos, medidas de primeiros socorros e combate a incêndio, controle para derramamento ou vazamento, manuseio e armazenamento do produto, entre outras, constam nas Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ's), que são disponibilizadas para consulta no portal da [Petrobras Distribuidora](#). No caso da distribuição de gás natural, os clientes possuem um manual de utilização do produto, que orienta os usuários sobre o modo seguro de utilização.

O Programa de Fidelidade da nossa rede de postos, o Petrobras Premmia, em seu quarto ano de atividade, ultrapassou 10,3 milhões de consumidores finais cadastrados. As variadas alternativas de resgate de pontos estão presentes em nossos postos, franquias e em estabelecimentos parceiros de diferentes segmentos do varejo.

Um exemplo de campanha realizada para o público consumidor é a Campanha Chama Segura da Liqueigás, em parceria com o Corpo de Bombeiros e a Fundação de Apoio ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (Fundabom), direcionada ao consumidor doméstico residente em áreas de menor poder aquisitivo. Em 2016, foram realizadas 29 ações na região metropolitana e no interior de São Paulo, em comunidades com maior incidência de acidentes domésticos envolvendo o gás liquefeito de petróleo, de acordo com as estatísticas do Corpo de Bombeiros.





Relacionamento com as Comunidades

Entendemos que o relacionamento comunitário é um processo de longo prazo que tem como um de seus objetivos desenvolver a interação com as comunidades onde atuamos com base no diálogo contínuo e transparente, contribuindo para a promoção de um ambiente favorável aos negócios e o desenvolvimento local, conforme diretrizes de nossa Política de Responsabilidade Social, disponível em nosso [website](#), na seção sobre Sociedade e Meio Ambiente.

Em 2016, dada a revisão da nossa estrutura organizacional, iniciativa que contempla um novo modelo de gestão e governança, a função de responsabilidade social, incluindo o relacionamento comunitário, foi centralizada, tendo como principais objetivos a integração e o alinhamento das ações nas empresas do Sistema Petrobras, abrangendo as subsidiárias no país e no exterior.

As principais questões e preocupações das comunidades onde atuamos foram apuradas por meio de diversas formas de interação, tais como: canais de comunicação (SAC e a Ouvidoria, por exemplo), reuniões em conselhos e comitês comunitários e encontros com líderes, tendo sido envolvidos 2.101 participantes. Foram realizadas 24 visitas de comunidades às nossas unidades operacionais, contando esses eventos com 443 participantes. Destacamos os principais tópicos e preocupações levantados pelas comunidades:

- manutenção dos nossos programas sociais e retomada dos investimentos;
- informações sobre impactos das operações e eventuais acidentes;

➤ infraestrutura urbana - saneamento, habitação, pavimentação, saúde, educação;

➤ geração de trabalho e renda;

➤ apoio ao cooperativismo, empreendedorismo e organização comunitária.

Por meio de um processo participativo, baseado na metodologia denominada Agenda 21, fomentamos, primeiramente, a implantação de Fóruns Comunitários, com

a participação de diversos atores sociais e a elaboração de planos de desenvolvimento comunitário sustentável em 193 comunidades do entorno dos locais das nossas operações. Durante os anos de 2015 e 2016, atuamos no fortalecimento desses espaços de interlocução, tendo sido realizadas em torno de 1,5 mil reuniões dos Fóruns Comunitários, com aproximadamente 17 mil participantes. No ano de 2016, foram realizadas cerca de 4,4 mil certificações de pessoas das comunidades em 229 oficinas de comunicação comunitária e de capacitação em gestão social (empreendedorismo, produção textual, elaboração de projetos comunitários e constituição de pessoa jurídica).

Exemplos de Ações junto às Comunidades

Nas comunidades do entorno das áreas onde se localizam os gasodutos, encontra-se em operação o canal "Linha do Gás", operacionalizado pelo telefone gratuito 0800 026 0400. Podem ser comunicados eventos como danos causados aos dutos, acidentes, vazamentos etc. Nesses locais, são conduzidas ações direcionadas à conscientização das comunidades acerca de prevenção contra acidentes e da minimização de impactos e consequências de nossas atividades.

Por meio das redes de distribuição de nossa controlada GasBrasiliano, pudemos propiciar acesso à infraestrutura de gás canalizado a um total de 19,8 mil clientes, em 31 municípios de São Paulo, com reflexos positivos na atração de investimentos e na geração de empregos. Foram construídos 49,5 km de redes de distribuição complementares ao parque já existente, com investimentos de R\$ 19,1 milhões.

Realizamos um convênio com a Prefeitura de Maricá (RJ) para a instalação de um sistema de macrodrenagem, contemplando urbanização e pavimentação de parte das vias do bairro de Itaipuaçu, cuja praia receberá o efluente tratado do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) por meio de um emissário submarino. A obra foi iniciada em 2014 e tem previsão de término em 2017, com investimento total de R\$ 20 milhões.

Sobre o Comperj, em fevereiro deste ano, nosso presidente se reuniu com prefeitos do Consórcio Intermunicipal do Leste Fluminense (Conleste), o qual reúne 15 municípios da região do empreendimento, e anunciou a retomada da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) que faz parte do Projeto Integrado Rota 3 e das utilidades necessárias para sua operação. Localizada no mesmo terreno do Comperj, a UPGN processará o gás natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos, que será escoado via gasoduto Rota 3. Quanto à conclusão do primeiro trem de refino, continuamos em busca de parceria, conforme previsto no PNG 2017-2021.



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



Investimentos em Projetos em 2016

	QUANTIDADE	VALOR (R\$ MILHÕES)
Socioambientais	470	120
Culturais	100	71
Esportivos	16	50
Total	586	241

45% aderiam, principalmente, ao ODS 4 (Educação de Qualidade), 27% aderiam, principalmente, ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 9% aderiam, principalmente, ao ODS 15 (Vida Terrestre), 6% ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), 4% ao ODS 14 (Vida na Água), 3% ao ODS 6 (Água Potável e Saneamento).

Em 2016, investimos cerca de R\$ 120 milhões em 470 iniciativas ligadas aos projetos socioambientais que apoiamos. Esse valor, em alinhamento com nossa estratégia de redução de custos, foi 55,7% inferior ao do ano anterior. Os principais resultados alcançados pelo Programa Petrobras Socioambiental no período 2014-2016 estão expressos em números que mostram a mobilização de pessoas, espécies de fauna e flora abrangidas, participação em redes, entre outras variáveis apresentadas no quadro abaixo.

Projetos Socioambientais

O Programa Petrobras Socioambiental é uma ferramenta para ampliar nossa atuação junto a comunidades, instituições do terceiro setor, governo e universidades, contribuindo para a mitigação dos riscos socioambientais relacionados ao nosso negócio e para o desenvolvimento local nas áreas onde atuamos. Construído com base em experiências de investimentos socioambientais anteriores e completando três anos em funcionamento, registrou mais de 700 parcerias com importantes instituições, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Rede de Parceiros Multiplicadores de Esporte Educacional, a Fundação Pro-Tamar e o Instituto Baleia Jubarte. Os projetos possuem linhas de atuação dinâmicas e complementares, as quais são: Água, Biodiversidade, Floresta e Clima, Educação, Esporte Educacional, Direitos da Criança e do Adolescente. O programa está alinhado a normas, políticas internas, ao nosso Plano de Negócios e Gestão (PNG 2017-2021), e às diretrizes e aos princípios internacionais de responsabilidade social, como o Pacto Global das Nações Unidas e a norma ISO 26000.

Em fevereiro de 2017, finalizamos a análise de 327 projetos socioambientais, geridos pela Petrobras holding e vigentes em 2016, tendo em vista a sua aderência aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Desses projetos,

Programa Petrobras Socioambiental Resultados - 2014 a 2016

Mobilização	895 mil pessoas em ações de educação
Produção técnico-científica	90 mil publicações, estudos, documentos técnicos e bancos de dados
Espécies da fauna	cerca de 430 espécies da fauna ^a abrangidas diretamente
Espécies da flora	1096 mil espécies da flora
Áreas (ha)	1,6 milhão de hectares ^b com atividades de reconversão produtiva, recuperação de áreas degradadas e conservação/manejo de florestas
Participação em redes	31 projetos (ambientais e esportivo educacionais) participam de redes, otimizando resultados

a) Dos quais, 190 referem-se ao Projeto Aves da Mata Atlântica.

b) Dos quais 73% referem-se a ações de conservação de áreas naturais em terras indígenas e Unidades de Conservação.



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



Exemplo de Projetos Socioambientais

Rede Biomar

Referência em conservação da biodiversidade marinha no Brasil, o projeto gera informações técnico-científicas de valor para a sociedade e para a companhia.

Atualmente, fazem parte da rede os projetos Tamar, Baleia Jubarte, Coral Vivo, Golfinho Rotador e Albatroz. Em 2016, a Rede Biomar completou o terceiro ciclo em dez anos de atividades. Sua atuação abrange 12 espécies ameaçadas de extinção, com classificações que vão de "vulnerável" a "criticamente em perigo".

Nos dez anos de trabalho, atuou diretamente em dez estados, compreendendo 54 municípios. Foram listadas mais de 800 publicações científicas, com cerca de 9.000 acessos na Internet desde setembro de 2015. Esses projetos também estiveram representados em mais de 2.000 encontros e reuniões oficiais para a formulação de políticas públicas e em, aproximadamente, 100 participações em fóruns internacionais em países das Américas, da Europa, da Ásia e da Oceania.

A Rede Biomar contribuiu, também, para o aumento da consciência e o fomento de comportamentos ligados à conservação por meio da produção de cartilhas, de presença nas redes sociais, de livros, de centros de visitação, de exposições fotográficas e documentários e de três *workshops* de Jornalismo Ambiental.

Rede de Parceiros Multiplicadores de Esporte Educacional

Realizado em parceria com o Instituto Esporte e Educação (IEE), o projeto tem o objetivo de disseminar o conceito e a prática do esporte educacional no Brasil. As ações, que incluem capacitação de educadores da rede pública, além de atividades esportivas para crianças e adolescentes, são realizadas em Centros de Referência Esportivos.

Implantado em regiões próximas a nossas unidades, em parceria com instituições locais, alcançou, até o fim de 2016, mais de 30 mil alunos nos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

O projeto é baseado em parcerias com instituições sociais (ONGs e universidades) e governo (prefeituras, secretarias de educação e esporte) com o objetivo geral de expandir a prática do esporte educacional por meio da transferência da metodologia do IEE para organizações locais, gestores e professores de diferentes municípios e, assim, proporcionar o acesso ao esporte a crianças e adolescentes dos municípios e apoiar a construção de políticas públicas esportivas.

O projeto, que teve início em 2014, atendeu mais de 42 mil alunos na faixa etária de 3 a 17 anos. São 58 municípios

envolvidos, alcançando sete estados brasileiros. A meta, nos municípios, é garantir o acesso semanal à prática do esporte aos alunos da rede pública participante e ampliar seu contato com diferentes conteúdos da cultura corporal do movimento. Para isso, estão sendo continuamente capacitados e formados cerca de 700 professores e gestores públicos da rede. Já foram realizados 1.418 eventos que envolveram aproximadamente 100 mil participantes, entre pais, alunos, comunidade local, professores e gestores em atividades como festivais, torneios e circuitos esportivos, respeitando os princípios de inclusão de todos, respeito à diversidade, educação integral, construção coletiva e rumo à autonomia nos diferentes jogos e brincadeiras da cultura local.

Ainda neste período, patrocinamos os Centros de Referência em Esporte Educacional nos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro. Nesses centros, os professores participam das capacitações e aplicam a metodologia do Instituto Esporte e Educação (IEE), com atendimento semanal, em modalidades como esgrima, judô, remo, voleibol, futebol, rugby, basquete e handebol, entre outras.





Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

No relacionamento com povos indígenas, comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais, observamos o disposto na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6040/07), as Instruções Normativas e a Portaria Interministerial de cada órgão gestor responsável — no caso, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). No exterior, observamos as legislações pertinentes.

Próximo a alguns de nossos ativos, identificamos comunidades indígenas, como é o caso específico do Gasoduto Lagoa Parda-Vitória, que atravessa três comunidades indígenas, todas localizadas no município de Aracruz, no Espírito Santo. Nesse caso, há um convênio firmado com a Associação Indígena Tupiniquim da Aldeia Pau-Brasil Aitupiapabra para a implementação de projetos de melhoria na qualidade da educação e do esporte, no fortalecimento cultural e no desenvolvimento Guarani nas terras indígenas Tupiniquim e Caieiras Velhas II. O convênio foi firmado em 2015. Tem previsão de término para 2017.

Em 2016, também apoiamos projetos ambientais que contribuíram para a recuperação de áreas degradadas e a conservação/ó manejo de florestas e áreas naturais, com destaque para a atuação em terras indígenas ou Unidades de Conservação. Um exemplo é o projeto "Pacto das Águas", desenvolvido pela instituição de mesmo nome, na região Noroeste de Mato Grosso e no Leste de Rondônia. Integram essa iniciativa em Rondônia os

povos Gavião e Arara da Terra Indígena Igarapé Lourdes e os Tupari, Aruá e Macurap, que habitam a Terra Indígena Rio Branco. Já em Mato Grosso, fazem parte os povos Cinta Larga das Terras Indígenas Serra Morena e do Parque Indígena Aripuanã, os Rikbaktas da Terra Indígena Japuíra, além dos seringueiros da reserva extrativista Guariba-Roosevelt, a única nesta categoria no estado.

O projeto contribuiu para a conservação de reservas extrativistas e territórios indígenas de floresta amazônica. Ao longo da realização do projeto, foram favorecidos 775.000 hectares de área de castanheiras nativas, contribuindo para geração de renda para essas comunidades florestais.

Apoiamos, também, o projeto "Florestas de Valor", conduzido pela Instituição Imaflora, que estruturou, com demais parceiros, um sistema de garantia de origem para produtos manejados por comunidades em Áreas Protegidas no estado do Pará, região que abriga uma grande diversidade de comunidades tradicionais quilombolas (na Calha Norte do Rio Amazonas) e indígenas (na região conhecida como Terra do Meio). Em 2016, foi lançado o Selo Origens Brasil e o primeiro produto comercializado com o selo foi a castanha-do-pará proveniente das comunidades quilombolas da Calha Norte do Pará abrangidas pelo projeto. Trata-se de um sistema de garantia que surgiu para dar mais transparência às cadeias de produtos da floresta e ajudar os consumidores a identificarem empresas e produtos que valorizam e respeitam, em suas práticas comerciais, as populações e seus territórios.

Projetos Culturais

Até 2016, trabalhamos com uma ampla linha de atuação na área de apoio cultural que abarcava uma grande quantidade de projetos nas áreas de música, audiovisual, artes cênicas, artes visuais, literatura, preservação de patrimônio e memória, a qual resultou no fortalecimento de uma extensa gama de manifestações culturais.

Em 2017, tendo em vista o novo cenário estabelecido em nossos Planos Estratégico e de Negócios e Gestão 2017-2021, em nossa nova Política de Comunicação e em nosso novo Posicionamento de Marca, adequamos nossas diretrizes e linhas de atuação referentes a patrocínios. Buscamos um modelo de gestão de patrocínios que proporcione uma atuação focada e assertiva e em que o portfólio de projetos, agora reduzido e alinhado ao momento atual, contribua para atingir os nossos objetivos de disciplina de capital eficientemente. A partir deste ano, adotaremos novas linhas de atuação e nossas ações de patrocínio cultural enfatizarão os segmentos audiovisual, de música e de artes cênicas.

O nosso orçamento para projetos culturais em 2016 foi de R\$ 71 milhões, contemplando 196 projetos ao longo do ano.

Dentre os nossos projetos, destacamos o apoio à Orquestra Petrobras Sinfônica, uma das mais conceituadas orquestras profissionais do Brasil, a qual desenvolve diversos projetos inovadores que têm atraído novos públicos. Criada em 1972, destaca-se por sua qualidade artística e pelo refinamento crescente de sua identidade sonora. Sob a regência de Isaac Karabtschewsky e composta por 70 músicos, realiza cerca de 60 apresentações por temporada, contemplando desde o cânone do repertório clássico a releituras de músicas





populares. Ao aproximar a cultura clássica e a contemporânea, a Orquestra Petrobras Sinfônica se tornou importante instrumento de formação e difusão da música de concerto, uma referência para a cultura brasileira. Contribui, ainda, para a democratização do acesso à cultura pela realização de concertos gratuitos ou a preços populares e em espaços alternativos. Em 2017, comemoramos 30 anos de parceria.

Projetos Esportivos

Na área de patrocínio esportivo, continuaremos atuando de forma estruturada em esporte motor e esporte de rendimento, objetivando reconhecimento técnico e reforço da marca nos territórios desejados, além de promoção ou reforço da associação da marca Petrobras a atributos como superação de desafios, busca por resultados e trabalho em equipe. O orçamento realizado na área de esportes, em 2016, foi de R\$ 50 milhões, tendo sido contemplados 16 projetos ao longo do ano.

Como destaque, citamos o Time Petrobras, que foi um projeto de patrocínio a um grupo tanto de jovens promessas, quanto de atletas já consagrados que disputavam a classificação para participarem das Olimpíadas, contemplando, também, atletas das confederações já patrocinadas pela empresa: taekwondo, remo, boxe, levantamento de peso, esgrima e judô. O patrocínio consolidou o nosso apoio ao desenvolvimento do esporte olímpico e paralímpico brasileiro.

Muitos desses atletas participaram dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Das 19 medalhas conquistadas pela delegação olímpica brasileira, nove foram para

atletas do Time Petrobras. Nos Jogos Paralímpicos, os dois atletas patrocinados somaram 11 medalhas.

Relacionamento com a Imprensa

Prêmio Petrobras de Jornalismo

▶ Em 2016, foi realizada a terceira edição, com 1.255 reportagens inscritas. A premiação anual concede reconhecimento de valor monetário às melhores reportagens publicadas pela imprensa brasileira, em âmbitos nacional e regional.

Em 2016, promovemos 13 coletivas de imprensa e 58 entrevistas coletivas para divulgação de resultados financeiros e operacionais e demais assuntos de interesse público.

Exclusiva para jornalistas, a Agência Petrobras publica *press releases*, entrevistas, fotos, áudios e apresentações que servem como subsídios para matérias jornalísticas. Para acessar o conteúdo da agência, os jornalistas precisam preencher um cadastro, o que garante a alimentação de nosso *mailing* e banco de dados. Há 22.885 jornalistas cadastrados na Agência Petrobras.

Em reconhecimento ao nosso relacionamento com esse público, graças aos votos de milhares de jornalistas de todo o Brasil, ganhamos pelo sexto ano consecutivo, o "Prêmio Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas", na categoria "Petróleo e Gás". A homenagem foi concedida pela Revista Negócios da Comunicação e se deveu, essencialmente, ao fato de que

atendemos veículos regionais, nacionais e internacionais 24h por dia, além de mantermos canais com conteúdos exclusivos.

Pesquisa, Monitoramento e Ações de Relacionamento

Contamos com uma série de metodologias de pesquisa e monitoramento para aferir as percepções de nossos públicos de interesse. Os resultados são utilizados para a elaboração de diagnósticos de *marketing* e comunicação, no auxílio a tomadas de decisão e também para prover indicadores relacionados à imagem, à marca e à reputação da companhia, além da percepção dos clientes.

Os resultados das pesquisas possibilitam a elaboração de diagnósticos, entre os quais os de reputação e imagem, em que são identificados os temas considerados mais críticos. Com base nesses temas, desenvolvemos programas e projetos de comunicação e relacionamento orientados para segmentos de nossos públicos de interesse.

Como uma ferramenta para consolidar o relacionamento com os nossos públicos de interesse, realizamos, em 2016, 30 campanhas de disparos de mensagens segmentadas por e-mail para nossos públicos de interesse, em um total de 663.770 mensagens enviadas sobre assuntos como novos planos de negócios, resultados financeiros e operacionais, governança, promoções e eventos.

Realizamos também, para públicos de interesse de alta prioridade, visitas corporativas a nossas instalações, tendo sido atendidos 112 visitantes da comunidade científica e acadêmica. Além desses, foram atendidos, em nível local, visitantes dos seguintes públicos:





Comunidade científica e acadêmica
656 visitantes



Comunidade
52 visitantes



Fornecedores
25 visitantes



Parceiros
9 visitantes



Poder público
10 visitantes



Outros
66 visitantes

No caso das pesquisas de imagem e opinião pública, os resultados são consolidados em um Diagnóstico de Imagem e Reputação. Os principais temas identificados na última revisão do diagnóstico foram:

- *lucratividade e endividamento*
- *segurança operacional e meio ambiente*
- *gestão e governança*
- *transparência*
- *parcerias e desinvestimentos*

produto, entrega, documentação, negociação, cobrança, Canal Cliente, relacionamento e assistência técnica.

A pesquisa de satisfação de 2016 já foi realizada e contemplou respondentes de diferentes perfis (executivo, de suprimento, financeiro e operacional). Dos 467 convidados a responder a pesquisa, 301 responderam, gerando a taxa de adesão de 64%.

Realizamos, também, pesquisas para conhecer a percepção do cliente após cada atendimento iniciado no SAC (Serviço de Atendimento ao Cliente).

Os resultados dessas pesquisas compõem o Índice de Qualidade Percebida na Resposta – Reclamações – Gestor e Solucionador (IQPR-R-GS), em que medimos nossa eficiência na percepção dos clientes diretos quanto às respostas dadas às suas manifestações, verificando áreas com necessidade de melhorias e estimulando as áreas com maior eficácia.

Em 2016, o resultado do IQPR-R-GS foi igual a 80,97%, em relação à meta de 77,80%.

Redefinimos o posicionamento da nossa marca como uma resposta ao complexo cenário atual, considerando o novo contexto de comunicação empresarial e nossos atuais desafios de imagem e reputação. No novo posicionamento, consideramos o que nossa empresa faz, como faz e por que faz. O centro do posicionamento da marca é o nosso propósito:

prover a energia que move a sociedade a realizar o seu potencial



Algumas das ações de comunicação que realizamos em 2016 referem-se a temas como a divulgação dos nossos Planos Estratégico e de Negócios e Gestão 2017-2021, ações de comunicação com foco em conformidade e a divulgação de projetos de desinvestimentos.

No que se refere ao público de interesse clientes especificamente, além das interações rotineiras realizadas pelos gestores comerciais e pela equipe de Assistência Técnica, realizamos, anualmente, a Pesquisa de Satisfação de Clientes, aplicada diretamente aos nossos clientes diretos, com o objetivo de avaliar o nível de satisfação em cada segmento de mercado.

Os assuntos pesquisados são estruturados por áreas de valor e atributos que o cliente valoriza. As áreas de valor são avaliadas anualmente durante a etapa de planejamento da pesquisa e podem ser ajustadas conforme necessidades a serem mapeadas, tais como: qualidade do





Prêmios e Reconhecimentos

- ▶ Somos líderes mundiais na exploração e na produção em águas profundas e ultraprofundas, reconhecidos pelo pioneirismo na introdução de novas tecnologias. Graças a essa liderança, temos recebido prêmios de renome nacional e internacional na indústria de petróleo e gás, como o OTC Distinguished Achievement Award, em 1992, 2001 e 2015, o mais importante do setor.
- ▶ Vencemos em três categorias do prêmio de Inovação Tecnológica da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).
- ▶ Recebemos, também, o Prêmio Valor Inovação Brasil 2016, do jornal Valor Econômico, como a empresa mais inovadora do país no segmento "Indústria de Base e Metalurgia", o qual incluiu empresas de óleo e gás, minério e cimentos. O *ranking* é elaborado com base em uma pesquisa realizada pelo veículo em parceria com a consultoria Strategy& e na análise de dados como investimentos em inovação, melhores práticas, criação de novos produtos e soluções e estratégias, entre outros indicadores.
- ▶ Recebemos o prêmio "Corporate Liability Management of the Year" da revista LatinFinance, por termos sido considerados a

empresa que executou a melhor operação de gestão de dívidas no mercado internacional de capitais em 2016.

- ▶ Fomos premiados pelas duas operações de emissão e recompra de títulos no mercado internacional, realizadas em maio e em julho. Em ambas as transações, utilizamos os recursos para recomprar títulos com vencimento entre 2017 e 2019, com o intuito de estender o prazo médio de nossas dívidas.
- ▶ Recebemos prêmios e homenagens em 2016, como o título "Marca de Alto Renome", concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI). O título atesta que a marca Petrobras tem prestígio, notoriedade e tradição incontestáveis. Atualmente, apenas dez marcas no país contam com esse título.
- ▶ Ainda no que diz respeito a marcas, ganhamos o prêmio "Top of Mind 2016", concedido pelo Instituto Datafolha, em duas categorias. Na categoria estreante "Marca que Representa o Brasil", fomos os grandes vencedores. Já na categoria/segmento "Combustível", lideramos como marca mais lembrada, com 20% das menções.
- ▶ Pela quinta vez conquistamos o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça. Assinamos, em abril de 2016, o termo de compromisso para participar da sexta edição do programa, iniciativa liderada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e que conta com o apoio da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho e da Secretaria Nacional

de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O programa tem o objetivo de promover a igualdade entre mulheres e homens no mercado de trabalho, contribuindo para a eliminação de todas as formas de discriminação no acesso ao emprego, na remuneração profissional, na ascensão na carreira e na permanência no trabalho.

- ▶ A Petrobras Distribuidora recebeu, em abril, pela quarta vez consecutiva, o "Selo de Excelência em Franchising" – Categoria Master (empresas com mais de dez anos e acima de 60 franqueados), pela sua atuação como franqueadora da rede de lojas de conveniência BR Mania. O prêmio é concedido pela principal entidade do setor de franquias do Brasil – a Associação Brasileira de Franchising (ABF) – e visa a reconhecer a qualidade e a excelência da empresa como franqueadora, além de estimular a melhoria do desempenho da empresa por meio da valorização das melhores práticas e do profissionalismo das empresas que atuam no sistema de *franchising*.
- ▶ A nossa distribuidora conquistou, ainda, o primeiro lugar na categoria Marca de Lubrificantes – Lubrax no "Prêmio Preferência do Transporte e Logística 2016" e foi destaque na categoria Melhor Distribuidora, uma das mais importantes da economia nacional.





Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes sobre as informações de sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2016

Aos Administradores e Acionistas
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras
Rio de Janeiro- RJ

Introdução

Fomos contratados pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras ("Companhia" ou "Petrobras") para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre a compilação das informações relacionadas com sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2016 da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Responsabilidades da administração da Companhia

A administração da Petrobras é responsável pela elaboração e adequada apresentação de informações de

sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2016 da Petrobras, de acordo com as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI-G4) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações de sustentabilidade constantes do Relatório de Sustentabilidade 2016, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 – "Emissão de Relatório de Asseguração Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social", emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com base na NBC TO 3000 - Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, também emitida pelo CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000 - Assurance engagements other than audits or reviews of historical financial information, emitida pelo IAASB - International Auditing and Assurance Standards Board. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência, e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações de sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2016 da Petrobras, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 e a ISAE 3000 consiste, principalmente, em indagações à administração e a outros profissionais da Companhia que estão envolvidos na elaboração das

informações, assim como na aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o leve a acreditar que as informações, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações constantes no Relatório de Sustentabilidade 2016 da Petrobras, de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas em que distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

- (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações de sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2016 da Petrobras;
- (b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores mediante entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
- (c) aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações de sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2016 da Petrobras;





(d) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou os registros contábeis.

Os trabalhos de asseguarção limitada compreenderam, também, testes para observar a aderência às diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI-G4) e aos critérios da estrutura de elaboração aplicável na elaboração das informações de sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2016.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguarção limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguarção razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações de sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2016. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança razoável de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguarção que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso

tivéssemos executado um trabalho com o objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações de sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2016 da Petrobras. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Além disso, não realizamos nenhum trabalho em dados informados para os períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações constantes no Relatório de Sustentabilidade 2016 da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI G4).

Rio de Janeiro, 2 de junho de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 25P000160/O-5 "F" RJ

Marcos Donizete Panassol
Contador CRC 15P155975/O-8 "S" RJ



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



Indicadores GRI

Indicadores Gerais

INDICADORES GRI G4	LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÃO COM ODS (*)	CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
ESTRATÉGIA E ANÁLISE			
G4-1 > Declaração do Presidente sobre a relevância e a estratégia de sustentabilidade.	PÁG. 4	-	-
G4-2 > Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades.	PÁG. 7 A 12 Formulário de Referência (capítulo 4.1. "Descrição dos fatores de risco") Relatório da Administração (capítulos "Estratégia Corporativa" e "Desempenho dos Negócios").	-	-
PERFIL ORGANIZACIONAL			
G4-3 > Nome da organização.	Petróleo Brasileiro S.A. > Petrobras.	8	3, 6
G4-4 > Principais marcas, produtos e serviços.	PÁG. 10 A 12 Formulário de Referência (capítulo 7.3. "Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais").	8	3, 6
G4-5 > Localização da sede.	Rio de Janeiro, Brasil.	8	3, 6
G4-6 > Países nos quais operamos ou que são especialmente relevantes para os tópicos no relatório.	PÁG. 10	8	3, 6
G4-7 > Natureza da propriedade e nossa forma jurídica.	Sociedade anônima de capital aberto.	8	3, 6



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



INDICADORES GRI G4	LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÃO COM ODS (*)	CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
G4-8 > Mercados onde atuamos.	PÁG. 10 A 12;14 Formulário de Referência (capítulos 7.1. "Descrição das atividades do emissor e suas controladas", 7.2. "Informações sobre segmentos operacionais" e 7.3. "Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais").	8	3, 6
G4-9 > Porte da nossa organização.	PÁG. 10 A 12 Formulário de Referência (capítulos 3.1. "Informações financeiras" e 3.2. "Medições não contábeis").	8	3, 6
G4-10 > Número total de empregados, discriminados por contrato de trabalho e gênero.	PÁG. 43 E 44	8	3, 6
G4-11 > Percentual do total de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva.	PÁG. 49	8	3, 6
G4-12 > Cadeia de fornecedores da nossa organização.	PÁG. 74 E 75	8	3, 6
G4-13 > Mudanças significativas em relação ao porte, estrutura, participação acionária ou cadeia de fornecedores da organização.	PÁG. 31; 76 A 79 Formulário de Referência (capítulo 15.6 "Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor").	8	3, 6
COMPROMISSOS COM INICIATIVAS EXTERNAS			
G4-14 > Adoção da abordagem ou princípio da precaução.	Em alinhamento aos princípios da precaução e prevenção, buscamos adotar medidas eficazes para impedir danos graves ou irreversíveis ao meio ambiente e à saúde humana, mesmo quando não há consenso científico sobre o assunto.	-	-
G4-15 > Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que subscrevemos ou endossamos.	PÁG. 3; 50; 81; 87	-	-



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



INDICADORES GRI G4

LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO

CORRELAÇÃO COM ODS (*)

CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

G4-16 > Participação em associações e organizações nacionais ou internacionais de defesa com assento no conselho de governança, participa de projetos ou comissões ou contribui financeiramente.

PÁG. 26

-

-

ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LIMITES

G4-17 > Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou documentos equivalentes.

O escopo de informações refere-se às nossas atividades no Brasil e fora dele, incluindo dados referentes à Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.), às subsidiárias (Petrobras Distribuidora, Transpetro, Petrobras Biocombustível, Gaspetro, Liquegás) e às nossas empresas em outros países. Demonstrações Contábeis (nota explicativa 4.1. "Base de consolidação").

-

-

G4-18 > Explicação do processo adotado para definir o conteúdo do relatório e os limites dos temas materiais e como a organização implementou os princípios para definição do conteúdo do relatório.

PÁG. 5

A metodologia que usamos na definição do limite do relatório, apesar de atualizada, foi a mesma adotada nos nossos relatórios anteriores, ou seja, consideramos como referência os critérios de grau de influência (controle acionário ou operacional) e potenciais impactos relevantes em sustentabilidade. Quando há alteração do limite em determinada informação no relatório, apresentamos a devida ressalva e justificativa.

-

-

G4-19 > Temas materiais identificados no processo de definição do conteúdo do relatório.

PÁG. 5

-

-

G4-20 > Relato do limite do aspecto material dentro da organização.

Todos os temas materiais são abordados no Relatório e possuem significativa relevância dentro da companhia, de acordo com o limite descrito no indicador G4-18.

-

-

G4-21 > Relato do limite do aspecto material fora da organização.

Apesar de todos os temas materiais terem potencial de impacto ou influência fora da organização (incluindo fornecedores, clientes, parceiros e consumidores), o relato prioriza o limite descrito no indicador G4-18. No entanto, o tema "Segurança e Compromisso com a Vida" considera empresas prestadoras de serviço.

-

-



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



INDICADORES GRI G4

LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO

CORRELAÇÃO COM ODS (*)

CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

G4-22 > Relato de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões.	Alguns dados podem diferir dos publicados em edições anteriores do relatório por conta de revisões ou mesmo mudanças metodológicas na forma de compilá-los. Apesar de pouco frequentes, esses casos são acompanhados das explicações necessárias.	-	-
G4-23 > Alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios anteriores em escopo e limites do temas materiais.	Não houve alteração significativa.	-	-
ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS			
G4-24 > Lista de grupos de stakeholders engajados pela organização.	PÁG. 80	-	-
G4-25 > Relato da base usada para a identificação e seleção de stakeholders para engajamento.	PÁG. 79	-	-
G4-26 > Relato da abordagem e frequência adotada para engajar os stakeholders, indicando que algum foi especificamente promovido como parte do processo de preparação do relatório.	PÁG. 3; 5; 79 A 86	-	-
G4-27 > Relato dos principais tópicos e preocupações levantadas por grupos de stakeholders durante o engajamento de stakeholders e as medidas adotadas para abordar esses tópicos, inclusive no processo de relato.	PÁG. 24 E 25; 81; 86	-	-
PERFIL DO RELATÓRIO			
G4-28 > Período coberto pelo relatório.	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016.	-	-
G4-29 > Data do relatório anterior mais recente.	A versão anterior a esta edição referia-se ao exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015.	-	-
G4-30 > Periodicidade dos ciclos de relato.	Anual.	-	-
G4-31 > Ponto de contato para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo.	rs2016@petrobras.com.br	-	-



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



INDICADORES GRI G4

LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO

CORRELAÇÃO COM ODS (*)

CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

G4-32 > Relato da opção "de acordo" escolhida pela organização.	O Relatório de Sustentabilidade 2016 foi elaborado conforme a opção abrangente de definição de conteúdo pelas diretrizes GRI-G4.	-	-
G4-33 > Relato da política e prática corrente adotadas para submeter o relatório a uma verificação externa.	PÁG. 3; 88	-	-
GOVERNANÇA			
G4-34 > Relato da estrutura de governança, incluindo os comitês do mais alto órgão de governança. Relato de quaisquer comitês responsáveis pelo assessoramento do conselho na tomada de decisões que possuam impactos econômicos, ambientais e sociais.	PÁG. 17 E 18 Formulário de Referência (capítulo 12.1 "Descrição da estrutura administrativa").	4, 5, 16	-
G4-35 > Relato do processo usado para a delegação de autoridade sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais pelo mais alto órgão de governança para executivos seniores e outros empregados.	PÁG. 19	4, 5, 16	-
G4-36 > Relato sobre a designação de um ou mais cargos e funções de nível executivo como responsável pelos tópicos econômicos, ambientais e sociais e se esses responsáveis se reportam diretamente ao mais alto órgão de governança.	PÁG. 17 E 18	4, 5, 16	-
G4-37 > Relato sobre os processos de consulta usados entre os stakeholders e o mais alto órgão de governança em relação aos tópicos econômicos, ambientais e sociais.	PÁG. 17; 20 Formulário de Referência (capítulo 12.2 "Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais").	4, 5, 16	-
G4-38 > Composição do mais alto órgão de governança e dos seus comitês.	PÁG. 17 E 18 Formulário de Referência (capítulo 12.5/6 "Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal").	4, 5, 16	-
G4-39 > Relato sobre as funções exercidas pelo presidente do mais alto órgão de governança	PÁG. 18	4, 5, 16	-



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



INDICADORES GRI G4

LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO

CORRELAÇÃO COM ODS (*)

CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

G4-40 > Processos de seleção e nomeação para o mais alto órgão de governança e seus comitês, bem como os critérios adotados.	PÁG. 47 Os processos de seleção e nomeação para o nosso Conselho de Administração seguem os critérios de independência listados no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, publicado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Formulário de Referência (capítulo 12.2 "Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais" e 12.5/6 "Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal").	4, 5, 16	-
G4-41 > Processos usados pelo mais alto órgão de governança para garantir a prevenção e administração de conflitos de interesse e se os mesmos são divulgados aos stakeholders.	PÁG. 18 E 19 Formulário de Referência (capítulos 12.2 "Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais", 12.3 "Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração" e 16.3 "Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado").	4, 5, 16	-
G4-42 > Papéis desempenhados pelo mais alto órgão de governança e pelos executivos seniores no desenvolvimento, aprovação e atualização do propósito, declaração de missão, visão e valores, e definição de estratégias, políticas e metas relacionadas a impactos econômicos, ambientais e sociais.	PÁG. 21 Formulário de Referência (capítulo 12.1 "Descrição da estrutura administrativa").	4, 5, 16	-
G4-43 > Medidas tomadas para desenvolver e aprimorar o conhecimento do mais alto órgão de governança sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais.	PÁG. 17 E 18	4, 5, 16	-
G4-44 > Processos de avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança no que diz respeito à governança de tópicos econômicos, ambientais e sociais.	PÁG. 19; 46 Formulário de Referência (capítulo 12.1 "Descrição da estrutura administrativa").	4, 5, 16	-
G4-45 > Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na identificação e gestão de impactos, riscos e oportunidades derivados de questões econômicas, ambientais e sociais.	PÁG. 17 A 21; 34 Formulário de Referência (capítulos 5.1. "Política de gerenciamento e riscos", 5.2 "Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado" e 12.1 "Descrição da estrutura administrativa").	4, 5, 16	-



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



INDICADORES GRI G4	LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÃO COM ODS (*)	CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
G4-46 > Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na análise da eficácia dos processos de gestão de risco da organização para tópicos econômicos, ambientais e sociais.	PÁG. 18; 33 E 34 Formulário de Referência (capítulo 5.2 "Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado").	4, 5, 16	-
G4-47 > Frequência em que o mais alto órgão de governança analisa impactos, riscos e oportunidades derivados de questões econômicas, ambientais e sociais.	PÁG. 20 Formulário de Referência (capítulo 12.3 "Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração").	4, 5, 16	-
G4-48 > Órgão ou o cargo de mais alto nível que analisa e aprova formalmente o relatório de sustentabilidade e garante que todos os aspectos materiais sejam abordados.	O Relatório de Sustentabilidade 2016 foi submetido a análise e validação pelo Comitê Executivo de Comunicação e Responsabilidade Social e pela Diretoria Executiva e encaminhado para comentários pelos conselheiros de administração.	4, 5, 16	-
G4-49 > Processo adotado para comunicar preocupações críticas ao mais alto órgão de governança.	PÁG. 17 E 18; 20	4, 5, 16	-
G4-50 > Natureza e número total de preocupações críticas comunicadas ao mais alto órgão de governança e o(s) mecanismo(s) adotado(s) para abordá-las e resolvê-las.	PÁG. 20; 24 E 25	4, 5, 16	-
G4-51 > Políticas de remuneração aplicadas ao mais alto órgão de governança e a executivos seniores.	PÁG. 18 Formulário de Referência (capítulo 13.1 "Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária").	4, 5, 16	-
G4-52 > Processo adotado para a determinação da remuneração.	PÁG. 18 Formulário de Referência (capítulo 13.1 "Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária").	4, 5, 16	-
G4-53 > Relato de como opiniões dos stakeholders são solicitadas e levadas em conta em relação à questão da remuneração.	Formulário de Referência (capítulo 13.1 "Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária").	4, 5, 16	-
G4-54 > Proporção entre a remuneração anual total do indivíduo mais bem pago da organização em cada país em que a organização possua operações significativas e a remuneração média anual total de todos os empregados no mesmo país.	PÁG. 49	4, 5, 16	-



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



INDICADORES GRI G4

LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO

CORRELAÇÃO COM ODS (*)

CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

G4-55 > Proporção entre o aumento percentual da remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização em cada país em que possua operações significativas e o aumento percentual médio da remuneração anual total de todos os empregados.

PÁG. 49
Formulário de Referência (capítulo 13.11 "Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal").

4, 5, 16

-

ÉTICA E INTEGRIDADE

G4-56 > Descrição dos valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização, como códigos de conduta e de ética.

PÁG. 18; 23
Formulário de Referência (capítulo 12.2 "Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais").

16

-

G4-57 > Relato dos mecanismos internos e externos adotados para solicitar orientações sobre comportamentos éticos e em conformidade com a legislação.

PÁG. 24

16

-

G4-58 > Relato dos mecanismos internos e externos adotados para comunicar preocupações em torno de comportamentos não éticos ou incompatíveis com a legislação e questões relacionadas à integridade organizacional.

PÁG. 24 E 25

16

-

(*) Referência: SDG Compass. Desenvolvido pela Global Reporting Initiative (GRI), pelo Pacto Global da ONU e pelo Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), o SDG Compass fornece orientação para as empresas sobre como promoverem o alinhamento de suas estratégias e medirem/gerenciarem suas contribuições para a realização dos ODS.



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



Indicadores específicos relacionados aos 22 temas materiais

TEMAS MATERIAIS E INDICADORES GRI G4	LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÃO COM ODS (*)	CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
SEGURANÇA E COMPROMISSO COM A VIDA			
Forma de Gestão.	PÁG. 38 A 42	3, 6, 8, 11	6
G4-LA5 > Percentual da força de trabalho representada em comitês formais de saúde e segurança, compostos por empregados de diferentes níveis hierárquicos, que ajudam a monitorar e orientar programas de saúde e segurança no trabalho.	PÁG. 49	3, 6, 8, 11	6
G4-LA6 > Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e gênero.	PÁG. 39; 41	3, 6, 8, 11	6
G4-LA7 > Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação.	PÁG. 42	3, 6, 8, 11	6
G4-LA8 > Tópicos relativos à saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos.	PÁG. 50	3, 6, 8, 11	6
G4-OG13 > Processos relacionados a eventos de segurança, segundo a prática recomendada (RP) 754 da American Petroleum Institute (API).	PÁG. 41	3, 6, 8, 11	6
DESALAVANÇAGEM FINANCEIRA			
Forma de Gestão.	PÁG. 29 A 31; 63 A 66	-	-
COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO COM PÚBLICOS DE INTERESSE			
Forma de Gestão.	PÁG. 79 A 86	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-24 > Lista de grupos de stakeholders engajados pela organização.	PÁG. 80	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-25 > Relato da base usada para a identificação e seleção de stakeholders para engajamento.	PÁG. 79	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-26 > Relato da abordagem e frequência adotada para engajar os stakeholders, indicando que algum foi especificamente promovido como parte do processo de preparação do relatório.	PÁG. 3; 5; 79 A 86	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-27 > Relato dos principais tópicos e preocupações levantadas por grupos de stakeholders durante o engajamento de stakeholders e as medidas adotadas para abordar esses tópicos, inclusive no processo de relato.	PÁG. 24 E 25; 81; 86	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



TEMAS MATERIAIS E INDICADORES GRI G4

LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO

CORRELAÇÃO COM ODS (*)

CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

G4-EC7 > Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos.	PÁG. 81	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-EC8 > Impactos econômicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos.	PÁG. 81 E 82	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-HR8 > Número total de casos de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais e medidas tomadas a esse respeito.	PÁG. 84	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-OG9 > Operações em que as comunidades indígenas estão presentes ou afetadas por suas atividades e em que estão implantadas estratégias específicas para engajamento.	PÁG. 84	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-SO1 > Percentual de operações com programas implementados de engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local.	PÁG. 81; 82	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-SO2 > Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais.	PÁG. 58	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-PR2 > Total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante seu ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado.	PÁG. 56	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-PR3 > Tipo de informações sobre rotulagem de produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização e percentual de categorias significativas sujeitas a essas exigências.	PÁG. 80	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-PR4 > Total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminado por tipo de resultados.	PÁG. 56	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-PR5 > Resultados de pesquisas de satisfação do cliente.	PÁG. 85 E 86	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-PR7 > Total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultados.	PÁG. 56	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
CONFORMIDADE, ÉTICA, PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO			
Forma de Gestão.	PÁG. 23 A 27; 33	16	7, 8, 9, 10
G4-56 > Descrição dos valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização, como códigos de conduta e de ética.	PÁG. 18; 23	16	7, 8, 9, 10



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



TEMAS MATERIAIS E INDICADORES GRI G4

LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO

CORRELAÇÃO COM ODS (*)

CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

G4-57 > Relato dos mecanismos internos e externos adotados para solicitar orientações sobre comportamentos éticos e em conformidade com a legislação.	PÁG. 24	16	-
G4-58 > Relato dos mecanismos internos e externos adotados para comunicar preocupações em torno de comportamentos não éticos ou incompatíveis com a legislação e questões relacionadas à integridade organizacional.	PÁG. 24 E 25	16	7, 8, 9, 10
G4-EN29 > Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.	PÁG. 26 Formulário de Referência (capítulo 4.3 a 4.7 "Processos Judiciais e Outras Contingências Relevantes").	16	7, 8, 9, 10
G4-S03 > Número total e percentual de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção e os riscos significativos identificados.	PÁG. 23; 76	16	7, 8, 9, 10
G4-S04 > Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção.	PÁG. 23 E 24; 45	16	7, 8, 9, 10
G4-S05 > Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas.	PÁG. 27	16	7, 8, 9, 10
G4-S06 > Valor total de contribuições financeiras para partidos políticos e políticos, discriminado por país e destinatário/beneficiário.	PÁG. 23	16	7, 8, 9, 10
G4-S07 > Total de ações judiciais movidas por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados.	PÁG. 26 Formulário de Referência (capítulo 4.3 a 4.7 "Processos Judiciais e Outras Contingências Relevantes").	16	7, 8, 9, 10
G4-S08 > Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos.	PÁG. 26 Formulário de Referência (capítulo 4.3 a 4.7 "Processos Judiciais e Outras Contingências Relevantes").	16	7, 8, 9, 10
G4-PR9 > Valor monetário de multas significativas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.	PÁG. 26 Formulário de Referência (capítulo 4.3 a 4.7 "Processos Judiciais e Outras Contingências Relevantes").	16	7, 8, 9, 10
DESENVOLVIMENTO DO PRÉ-SAL			
Forma de Gestão.	PÁG. 8; 10 A 12; 66 A 68	-	-



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



TEMAS MATERIAIS E INDICADORES GRI G4

LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO

CORRELAÇÃO COM ODS (*)

CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

DESINVESTIMENTO E PARCERIAS

Forma de Gestão.

PÁG. 31

1, 2

-

G4-OG11 > Operações descomissionadas ou em processo de descomissionamento.

PÁG. 70

1, 2

-

EFICIÊNCIA DE CAPEX

Forma de Gestão.

PÁG. 30

-

-

EFICIÊNCIA OPERACIONAL E REDUÇÃO DE CUSTOS

Forma de Gestão.

PÁG. 66 A 70; 73

7, 8, 12, 13

7, 8, 9

G4-EN3 > Consumo de energia dentro da organização.

PÁG. 55

7, 8, 12, 13

7, 8, 9

G4-EN6 > Redução do consumo de energia.

PÁG. 55

7, 8, 12, 13

7, 8, 9

G4-EN7 > Reduções nos requisitos de energia relacionados a produtos e serviços.

PÁG. 55

7, 8, 12, 13

7, 8, 9

EMISSIONES ATMOSFÉRICAS E ESTRATÉGIA CLIMÁTICA

Forma de Gestão.

PÁG. 50 A 54

3, 7, 8, 12, 13, 14, 15

7, 8, 9

G4-EC2 > Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrência de mudanças climáticas.

PÁG. 34 E 35; 50

3, 7, 8, 12, 13, 14, 15

7, 8, 9

G4-EN15 > Emissões diretas de Gases de Efeito Estufa (GEE) (Escopo 1).

PÁG. 52

3, 7, 8, 12, 13, 14, 15

7, 8, 9

G4-EN16 > Emissões indiretas de Gases de Efeito Estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia (Escopo 2).

PÁG. 52

3, 7, 8, 12, 13, 14, 15

7, 8, 9

G4-EN17 > Outras emissões indiretas de Gases De Efeito Estufa (GEE) (Escopo 3).

PÁG. 53

3, 7, 8, 12, 13, 14, 15

7, 8, 9

G4-EN18 > Intensidade de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

PÁG. 50 E 51

3, 7, 8, 12, 13, 14, 15

7, 8, 9

G4-EN19 > Redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

PÁG. 50

3, 7, 8, 12, 13, 14, 15

7, 8, 9

G4-EN20 > Emissões de substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO).

PÁG. 54

3, 7, 8, 12, 13, 14, 15

7, 8, 9



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



TEMAS MATERIAIS E INDICADORES GRI G4

LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO

CORRELAÇÃO COM ODS (*)

CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

G4-EN21 > Emissões de NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas.	PÁG. 54	3, 7, 8, 12, 13, 14, 15	7, 8, 9
G4-OG6 > Hidrocarbonetos queimados em tocha e dissipados na atmosfera.	PÁG. 54	3, 7, 8, 12, 13, 14, 15	7, 8, 9
ESTRATÉGIA DE NEGÓCIOS			
Forma de Gestão.	PÁG. 29 A 31; 34 A 36	-	-
GESTÃO DE FORNECEDORES			
Forma de Gestão.	PÁG. 8; 74 A 79	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
G4-12 > Cadeia de fornecedores da nossa organização.	PÁG. 74 E 75	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
G4-EC9 > Proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.	PÁG. 75; 79	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
G4-EN32 > Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais.	PÁG. 75	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
G4-EN33 > Impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito.	PÁG. 77 E 78	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
G4-HR4 > Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar sendo violado ou haja risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.	PÁG. 76 A 78	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
G4-HR5 > Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil.	PÁG. 76 A 78	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
G4-HR6 > Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo.	PÁG. 76; 78	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
G4-LA14 > Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a práticas trabalhistas.	PÁG. 76; 78	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
G4-LA15 > Impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito.	PÁG. 76; 78	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
G4-HR10 > Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relacionados a direitos humanos.	PÁG. 76; 78	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



TEMAS MATERIAIS E INDICADORES GRI G4

LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO

CORRELAÇÃO COM ODS (*)

CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

G4-HR11 > Impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito.	PÁG. 77 E 78	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
G4-S09 > Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a impactos na sociedade.	PÁG. 76	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
G4-S010 > Impactos negativos significativos reais e potenciais da cadeia de fornecedores na sociedade e medidas tomadas a esse respeito.	PÁG. 77	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
GESTÃO DE RECURSOS CRÍTICOS			
Forma de Gestão.	PÁG. 36	-	-
GESTÃO DE RISCOS			
Forma de Gestão.	PÁG. 34 A 36	-	1, 2
G4-HR9 > Número total e percentual de operações submetidas a análises ou avaliações de direitos humanos de impactos relacionados a direitos humanos.	PÁG. 76	-	1, 2
GOVERNANÇA			
Forma de Gestão	PÁG. 17 A 20	4, 5, 16	-
G4-34 > Relato da estrutura de governança, incluindo os comitês do mais alto órgão de governança. Relato de quaisquer comitês responsáveis pelo assessoramento do conselho na tomada de decisões que possuam impactos econômicos, ambientais e sociais.	PÁG. 17 E 18 Formulário de Referência (capítulo 12.1 "Descrição da estrutura administrativa").	4, 5, 16	-
G4-35 > Relato do processo usado para a delegação de autoridade sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais pelo mais alto órgão de governança para executivos seniores e outros empregados.	PÁG. 19	4, 5, 16	-
G4-36 > Relato sobre a designação de um ou mais cargos e funções de nível executivo como responsável pelos tópicos econômicos, ambientais e sociais e se esses responsáveis se reportam diretamente ao mais alto órgão de governança.	PÁG. 17 E 18	4, 5, 16	-
G4-37 > Relato sobre os processos de consulta usados entre os stakeholders e o mais alto órgão de governança em relação aos tópicos econômicos, ambientais e sociais.	PÁG. 17; 20 Formulário de referência (capítulo 12.2 "Regras, Políticas e Práticas Relativas às assembleias gerais").	4, 5, 16	-



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



TEMAS MATERIAIS E INDICADORES GRI G4

LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO

CORRELAÇÃO COM ODS (*)

CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

G4-38 > Composição do mais alto órgão de governança e dos seus comitês.	PÁG. 17 E 18 Formulário de referência (capítulo 12.5/6 "Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal").	4, 5, 16	-
G4-39 > Relato sobre as funções exercidas pelo presidente do mais alto órgão de governança.	PÁG. 18	4, 5, 16	-
G4-40 > Processos de seleção e nomeação para o mais alto órgão de governança e seus comitês, bem como os critérios adotados.	PÁG. 47 Os processos de seleção e nomeação para o nosso Conselho de Administração seguem os critérios de independência listados no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, publicado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Formulário de Referência (capítulo 12.2 "Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais" e 12.5/6 "Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal").	4, 5, 16	-
G4-41 > Processos usados pelo mais alto órgão de governança para garantir a prevenção e administração de conflitos de interesse e se os mesmos são divulgados aos stakeholders.	PÁG. 18 E 19 Formulário de Referência (capítulos 12.2 "Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais", 12.3 "Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração" e 16.3 "Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado").	4, 5, 16	-
G4-42 > Papéis desempenhados pelo mais alto órgão de governança e pelos executivos seniores no desenvolvimento, aprovação e atualização do propósito, declaração de missão, visão e valores, e definição de estratégias, políticas e metas relacionadas a impactos econômicos, ambientais e sociais.	PÁG. 21 Formulário de Referência (capítulo 12.1 "Descrição da estrutura administrativa").	4, 5, 16	-
G4-43 > Medidas tomadas para desenvolver e aprimorar o conhecimento do mais alto órgão de governança sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais.	PÁG. 17 E 18	4, 5, 16	-
G4-44 > Processos de avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança no que diz respeito à governança de tópicos econômicos, ambientais e sociais.	PÁG. 19; 46 Formulário de Referência (capítulo 12.1 "Descrição da estrutura administrativa").	4, 5, 16	-



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



TEMAS MATERIAIS E INDICADORES GRI G4

LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO

CORRELAÇÃO COM ODS (*)

CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

G4-45 > Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na identificação e gestão de impactos, riscos e oportunidades derivados de questões econômicas, ambientais e sociais.	PÁG. 17 A 21; 34 Formulário de Referência (capítulos 5.1. "Política de gerenciamento e riscos", 5.2 "Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado" e 12.1 "Descrição da estrutura administrativa").	4, 5, 16	-
G4-46 > Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na análise da eficácia dos processos de gestão de risco da organização para tópicos econômicos, ambientais e sociais.	PÁG. 18; 33 E 34 Formulário de Referência (capítulo 5.2 "Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado").	4, 5, 16	-
G4-47 > Frequência em que o mais alto órgão de governança analisa impactos, riscos e oportunidades derivados de questões econômicas, ambientais e sociais.	PÁG. 20 Formulário de Referência (capítulo 12.3 "Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração").	4, 5, 16	-
G4-48 > Órgão ou o cargo de mais alto nível que analisa e aprova formalmente o relatório de sustentabilidade e garante que todos os aspectos materiais sejam abordados.	O Relatório de Sustentabilidade 2016 foi submetido a análise e validação pelo Comitê Executivo de Comunicação e Responsabilidade Social e pela Diretoria Executiva e encaminhado para comentários pelos conselheiros de administração.	4, 5, 16	-
G4-49 > Processo adotado para comunicar preocupações críticas ao mais alto órgão de governança.	PÁG. 17 E 18; 20	4, 5, 16	-
G4-50 > Natureza e número total de preocupações críticas comunicadas ao mais alto órgão de governança e o(s) mecanismo(s) adotado(s) para abordá-las e resolvê-las.	PÁG. 20; 24 E 25	4, 5, 16	-
G4-51 > Políticas de remuneração aplicadas ao mais alto órgão de governança e a executivos seniores.	PÁG. 18 Formulário de Referência (capítulo 13.1 "Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária").	4, 5, 16	-
G4-52 > Processo adotado para a determinação da remuneração.	PÁG. 18 Formulário de Referência (capítulo 13.1 "Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária").	4, 5, 16	-



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



TEMAS MATERIAIS E INDICADORES GRI G4	LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÃO COM ODS (*)	CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
G4-S3 > Relato de como opiniões dos stakeholders são solicitadas e levadas em conta em relação à questão da remuneração.	Formulário de Referência (capítulo 13.1 "Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária").	4, 5, 16	-
G4-S4 > Proporção entre a remuneração anual total do indivíduo mais bem pago da organização em cada país em que a organização possua operações significativas e a remuneração média anual total de todos os empregados no mesmo país.	PÁG. 49	4, 5, 16	-
G4-S5 > Proporção entre o aumento percentual da remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização em cada país em que possua operações significativas e o aumento percentual médio da remuneração anual total de todos os empregados.	PÁG. 49 Formulário de Referência (capítulo 13.11 "Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal").	4, 5, 16	-
IMPACTO DO PREÇO DO PETRÓLEO E TAXA DE CÂMBIO			
Forma de Gestão.	PÁG. 7 A 9; 30	-	-
MARCOS REGULATÓRIOS E POLÍTICA DE CONTEÚDO LOCAL			
Forma de Gestão.	PÁG. 8 E 9	-	-
OPERAÇÃO LAVA JATO			
Forma de Gestão.	PÁG. 27	-	-
PERDA DO GRAU DE INVESTIMENTO			
Forma de Gestão.	PÁG. 7 E 8; 65 E 66	-	-
PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO			
Forma de Gestão.	PÁG. 72 A 74	7, 9, 17	-
G4-OG2 > Pesquisa e desenvolvimento em energias renováveis.	PÁG. 73	7, 9, 17	-
G4-PR1 > Percentual das categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança buscando melhorias.	PÁG. 74	7, 9, 17	-
POLÍTICA DE PREÇOS			
Forma de Gestão.	PÁG. 30	-	-





TEMAS MATERIAIS E INDICADORES GRI G4	LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÃO COM ODS (*)	CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
RENEGOCIAÇÃO DA CESSÃO ONEROSA			
Forma de Gestão.	PÁG. 35	-	-
REPOSIÇÃO DE RESERVAS			
Forma de Gestão.	PÁG. 66 E 67	-	-
G4-OG1 > Volumes das reservas e de produção da organização.	PÁG. 66 E 67	-	-

(*) Referência: SDG Compass. Desenvolvido pela Global Reporting Initiative (GRI), pelo Pacto Global da ONU e pelo Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), o SDG Compass fornece orientação para as empresas sobre como promoverem o alinhamento de suas estratégias e medirem/gerenciarem suas contribuições para a realização dos ODS.



Os Dez Princípios do Pacto Global

- RESPEITAR** e apoiar os direitos humanos e conexões internacionalmente na sua área de influência.
- ASSEGURAR** a não participação da empresa em violações dos direitos humanos.
- APOIAR** a liberdade de associação e reconhecer o direito à negociação coletiva.
- ELIMINAR** todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.
- ERRADICAR** efetivamente todas as formas de trabalho infantil da sua cadeia produtiva.
- ESTIMULAR** práticas que eliminem qualquer tipo de discriminação no emprego.
- ASSUMIR** uma abordagem preventiva, responsável e proativa para os desafios ambientais.
- DESENVOLVER** iniciativas e práticas para promover e disseminar a responsabilidade de sociambiental.
- INCENTIVAR** o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente responsáveis.
- COMBATER** a corrupção em todas as suas formas, incluindo suborno e suborno.





Glossário

Agenda 21: processo de planejamento participativo que analisa a situação atual de um país, estado, município e/ou região. A partir da análise participativa é feito o planejamento futuro de forma sustentável.

Boed: barris de óleo equivalente por dia.

Brent: óleo usado como uma das principais referências do mercado internacional de petróleo. Os contratos de *Brent* datado ou seus derivativos no mercado financeiro referenciam vários contratos de compra e venda de petróleo no mundo.

Carbon Disclosure Project (CDP): organização internacional independente sem fins lucrativos. Anualmente, elabora um questionário coletivo (formulado por investidores institucionais) e o endereça às empresas listadas nas principais bolsas de valores do mundo. Seus objetivos principais são a divulgação de informações e a avaliação de desempenho referentes à gestão das emissões de gases de efeito estufa (GEE), ao uso de energia e a riscos e oportunidades decorrentes da mudança do clima.

Ciclo Combinado: turbinas a gás e a vapor associadas em uma única planta, ambas gerando energia elétrica oriunda da queima do mesmo combustível. Para isso, o calor existente nos gases de exaustão das turbinas a gás é recuperado, produzindo o vapor necessário para o acionamento da turbina.

Ciclo Simplex: turbina operando isoladamente.

CO: monóxido de carbono.

Contrato de Cessão Onerosa: regime de exploração e produção de petróleo e gás natural específico para determinadas jazidas situadas no polígono do Pré-sal. A Petrobras foi contratada diretamente pela União para descobrir e produzir reservas com uma limitação máxima de produção de até cinco bilhões de barris de petróleo e gás natural.

Convenção do Clima (COP): é um tratado ambiental internacional que visa a estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera resultantes das ações humanas, com o objetivo de impedir que interfiram, de forma prejudicial e permanente, no sistema climático do planeta.

Diesel S-10: produto com um máximo de 10mg/kg de enxofre total destinado a veículos homologados segundo os critérios da fase P7 do Proconve, equivalente à norma Euro 5 (com qualidade elevada e baixíssimo teor de enxofre).

Due Diligence (Diligência prévia): processo de investigação e auditoria nas informações de uma empresa.

Ebitda ajustado: Somatório de Ebitda, participações em investimentos, *impairment* e ajustes acumulados de conversão – CTA e resultado com alienação e baixa de ativos.

Etanol de Segunda Geração (2G): etanol de resíduos agrícolas obtido por meio da fermentação dos açúcares contidos em sua estrutura celulósica (por exemplo, do bagaço e da palha de cana-de-açúcar). O produto final é quimicamente idêntico ao etanol convencional (de milho) ou avançado (de cana). O diferencial dessa tecnologia é aumentar a produção de etanol na mesma área plantada, contribuindo para maior eficiência do uso da terra e maior redução de emissão de CO₂ em comparação com os combustíveis fósseis.

Exames Ocupacionais: exames realizados, periodicamente, para acompanhamento, prevenção e promoção da saúde do trabalhador. Compreendem avaliação médica, odontológica e nutricional com abordagem da história clínica e ocupacional personalizadas.

FFR: Federal Funds Rate, a taxa básica de juros dos EUA.

Fluxo de Caixa Livre: Recursos gerados pelas atividades operacionais subtraídos dos investimentos em áreas de negócio.

Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), de 1977: lei federal norte-americana de combate à corrupção e à qual estamos sujeitos, por termos ADRs (American Depositary Receipts) negociados na Bolsa de Valores de Nova York.

FPSO: navio com capacidade de produzir, armazenar e escoar petróleo e/ou gás natural para navios aliviadores.

Green Diesel: diesel produzido de matérias-primas renováveis que pode ser misturado em qualquer proporção com o derivado de petróleo, sem exigir mudança nos motores.

Impairment: perda no valor de recuperação de ativos.

Índice de Reposição de Reservas: mede a reposição da produção por adição de reservas, extensões, revisões de estimativas ou aprimoramentos de recuperação.

Índice de Reserva/Produção: mede a longevidade das reservas provadas atuais considerando constante o nível de produção.

Inspeções Vetting: são inspeções responsáveis por certificar se o navio está apto a operar em qualquer





porto, nacional ou estrangeiro, em condições de segurança, garantindo a preservação do meio ambiente e dos operadores envolvidos no processo.

Lei 12.846/2013: dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Modelo de Concessão: regime de exploração e produção de petróleo e gás natural no qual uma empresa ou um consórcio de empresas exerce essas atividades em área concedida pelo poder público. No caso brasileiro, se houver descoberta de óleo ou gás, as empresas titularizam aos volumes produzidos e, em contrapartida, pagam as participações governamentais – *royalties* e participações especiais (estas últimas quando aplicáveis ao campo em produção). No Brasil, as concessões são outorgadas mediante licitações de áreas para exploração e produção de petróleo, promovidas pela Agência Nacional de Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que também realiza a regulação técnica das atividades de exploração e produção. O modelo de concessão é aplicado em todas as bacias sedimentares brasileiras, à exceção das áreas definidas no polígono Pré-Sal. Ressalva-se que o modelo de concessão é adotado nos casos em que as áreas foram licitadas antes da vigência do regime de partilha que definiu o polígono do Pré-Sal.

Modelo de Partilha: regime de exploração e produção de petróleo e gás natural no qual uma empresa exerce essas atividades por meio de um contrato de partilha de produção firmado entre uma empresa estatal, que representa interesses governamentais, e uma empresa ou um consórcio de empresas contratadas, para exploração e produção de petróleo mediante compensação das partes por

partilha da produção de um campo de petróleo. As empresas ou os consórcios responsáveis pela produção devem pagar *royalties* governamentais. No Brasil, a Pré-Sal S.A. (PPSA) fiscaliza os custos e possui poderes específicos nos consórcios formados para exercício das atividades sob partilha. O atual modelo de partilha é adotado somente para áreas do polígono do Pré-Sal, sem o efeito de alterar os contratos de concessão celebrados para as áreas que já haviam sido contempladas anteriormente à Lei 12.351/2010. Com o advento da recente Lei 13.365, de 29 de novembro de 2016, a Petrobras deixa de ter a obrigação de ser operadora e deter participação de 30% nos blocos a serem concedidos nos termos desse regime, sendo facultado à companhia, no entanto, manifestar preferência em ser contratada pelo poder público.

NO; óxidos de nitrogênio.

Plano de Avaliação de Descoberta (PAD): documento contendo o conjunto de operações a ser realizado numa área onde ocorrer uma descoberta, para avaliar a sua viabilidade econômica. Um PAD deve ser submetido, pelo concessionário, a aprovação por parte da Agência Reguladora da Indústria de Petróleo e Gás.

PLD: preço de liquidação de diferenças utilizado para valorar a energia comercializada no curto prazo, ou seja, preço no mercado *spot*.

Ramp Up: etapa de crescimento gradual da produção de óleo e gás de uma plataforma até o sistema atingir o potencial produtivo. Essa etapa, geralmente, começa após a conexão do primeiro poço ao sistema.

Resolução Conama 436: estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos por

fontes fixas instaladas ou com pedido de licença de instalação anterior a 2 de janeiro de 2007.

Ring Fence: área de exploração contígua a um campo onde houve descobertas anteriores.

Selo Combustível Social: concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para o produtor de biodiesel que, dentre outros requisitos, adquire matéria-prima proveniente de agricultura familiar, sendo condição para participação nos leilões realizados exclusivamente para produtores com tal selo, cujas vendas concentram 80% do volume total de biodiesel adquirido pelas distribuidoras.

Somatório do Ebitda: participações em investimentos, *impairment* e ajustes acumulados de conversão – CTA e o resultado com alienação e baixa de ativos.

SO; óxidos de enxofre.

UK Bribery Act, de 2010: lei anticorrupção do Reino Unido que permite aos tribunais britânicos julgarem crimes relacionados a fraude e corrupção cometidos por empresas constituídas no Reino Unido ou que realizem operações em seu território.





Administração

Diretoria Executiva

Pedro Pullen Parente
Presidente

Ivan de Souza Monteiro
Diretor Executivo Financeiro e de
Relacionamento com Investidores

Hugo Repsold Júnior
Diretor Executivo de Assuntos Corporativos

João Adalberto Elek Junior
Diretor Executivo de Governança e Conformidade

Jorge Celestino Ramos
Diretor Executivo de Refino e Gás Natural

Nelson Luiz Costa Silva
Diretor Executivo de Estratégia,
Organização e Sistema de Gestão

Roberto Moro
Diretor Executivo de Desenvolvimento
da Produção & Tecnologia

Solange da Silva Guedes
Diretora Executiva de Exploração e Produção

Conselho de Administração

Luiz Nelson Guedes de Carvalho
(eleito pelo acionista controlador)
Presidente

Betania Rodrigues Coutinho
(eleita pelos empregados)

Durval José Soledade Santos
(eleito pelo acionista controlador)

Francisco Petros Oliveira Lima Papatthanasiadis
(eleito pelo acionista controlador)

Guilherme Affonso Ferreira
(eleito pelos acionistas preferencialistas)

Jerônimo Antunes
(eleito pelo acionista controlador)

Marcelo Mesquita de Siqueira Filho
(eleito pelos acionistas minoritários)

Pedro Pullen Parente
(eleito pelo acionista controlador)

Segen Farid Estefen
(eleito pelo acionista controlador)

Conselho Fiscal

Marisete Fátima Dadald Pereira
(eleita pelo acionista controlador)
Presidente

Eduardo Cesar Pasa
(eleito pelo acionista controlador)

Adriano Pereira de Paula
(eleito pelo acionista controlador)

Reginaldo Ferreira Alexandre
(eleito pelos acionistas minoritários)

Walter Luís Bernardes Albertoni
(eleito pelos acionistas preferencialistas)



Contexto Externo e Visão Geral da Organização

Modelo de Negócios

Governança

Conformidade

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão

Resultados

Perspectivas e Desafios



Expediente

Responsáveis pelas Informações

Beatriz Nassur Espinosa

Gerência Executiva de Responsabilidade Social

Paulo José Alves (CRC-RJ-060.073/0-0)

Gerência Executiva de Contabilidade e Tributário

Coordenação, Redação e Produção

Gerência Executiva de Responsabilidade Social

Projeto Gráfico, Revisão e Diagramação

Gerência Executiva de Comunicação e Marcas

Fotografias

Acervo Banco de Imagens Petrobras

Andre Luiz de Azevedo Martins > pág. 53

Andre Motta de Souza > pág. 12, 13, 37

Andre Valentim > pág. 49, 53

Bruno Veiga > pág. 42, 48

Flavio Emmanuel > pág. 6, 16, 53, 71, capa

Márcio Mercante > pág. 70

Tais Peyneau > pág. 20, 47, 63, 70

Steferson Faria > pág. 36

Acervo Orquestra Petrobras Sinfônica

Artur Medina > pág. 86

Istockphoto > pág. 22, 28

Acervo Projeto Caranguejo Uçá

Pedro Paulo Belga de Souza > pág. 57

Acervo Projeto Albatroz

Dimas de Anuça > pág. 83

Acervo do Projeto Tamar

Guy Marcovaldi > pág. 83

Acervo Projeto Golfinho Rotador

José Martins > pág. 83

Acervo Projeto Baleia Jubarte

Enrico Marcovaldi > pág. 83

Acervo do Projeto Coral Vivo

Áthila Bertoncini > pág. 83

Para obter mais informações, contacte:

Gerência Executiva de Responsabilidade Social

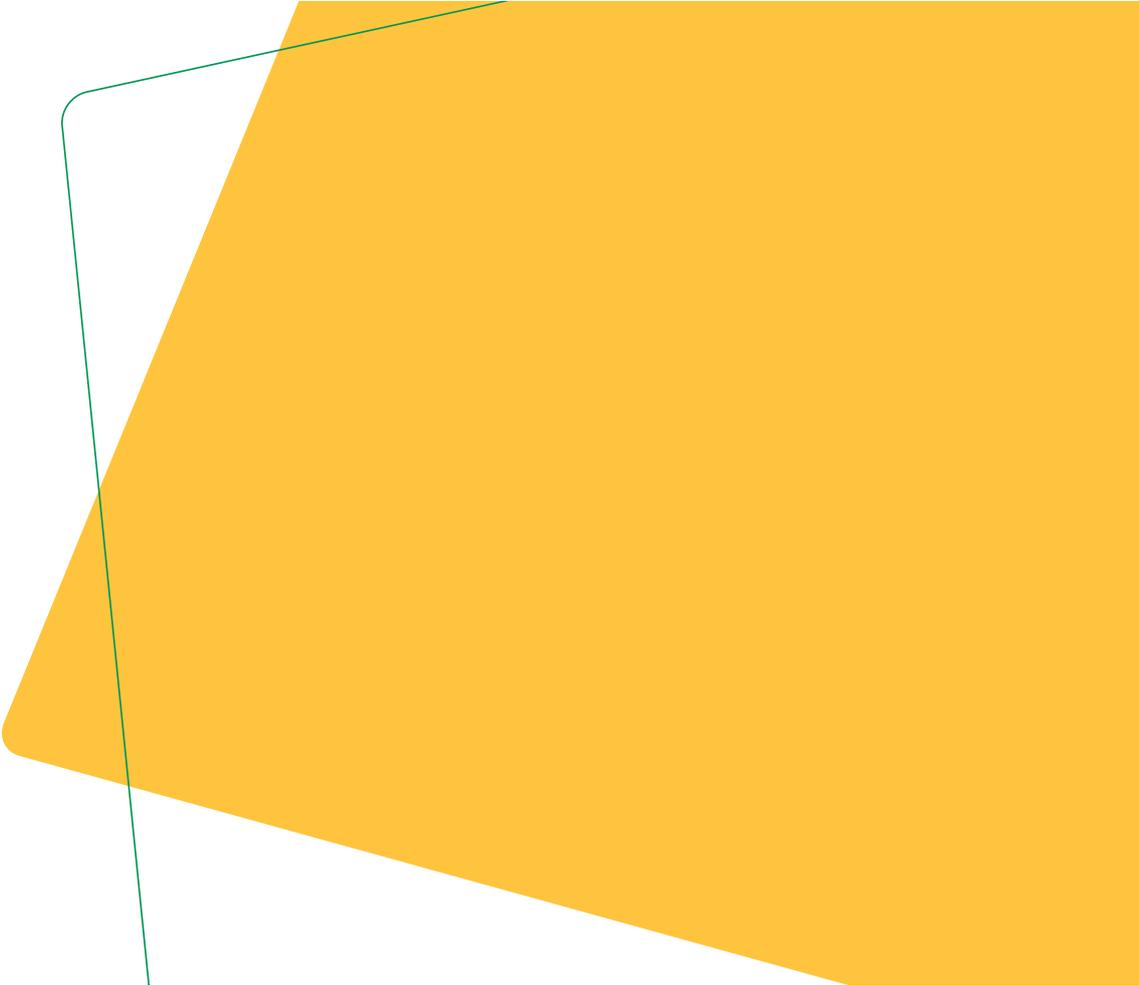
Gerência de Práticas e Avaliação de Responsabilidade Social

rs2016@petrobras.com.br

Av. República do Chile, 65 - sala 903 | Centro -
Rio de Janeiro - RJ | CEP 20031-912

www.petrobras.com.br/rs2016





www.petrobras.com.br



Petrobras sobre remuneração aos acionistas

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022 – A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras informa que seu Conselho de Administração, em reunião realizada hoje, autorizou o encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas, prevista para 13 de abril de 2022, a proposta de distribuição de dividendos complementares equivalentes a R\$ 2,8610762 bruto por ação preferencial e ordinária em circulação. Considerando as antecipações realizadas em agosto e dezembro de 2021, a remuneração aos acionistas total proposta para o exercício social de 2021 é equivalente a R\$ 7,773202 por ação ordinária e preferencial.

O dividendo proposto está alinhado à Política de Remuneração aos Acionistas, que prevê que, em caso de endividamento bruto inferior a US\$ 65 bilhões, a Petrobras poderá distribuir aos seus acionistas 60% da diferença entre o fluxo de caixa operacional e as aquisições de ativos imobilizados e intangíveis (investimentos). Tendo em vista a redução da dívida para US\$ 58,7 bilhões, foi possível aplicar a fórmula de maneira integral já no ano de 2021.

O dividendo proposto é compatível com a sustentabilidade financeira da companhia e está alinhado ao compromisso de geração de valor para os acionistas e para a sociedade.

De acordo com a proposta, os dividendos complementares serão pagos em maio, da seguinte forma:

Valor a ser pago: R\$ 2,8610762 bruto por ação preferencial e ordinária em circulação.

Data de corte: dia 13 de abril de 2022 para os detentores de ações de emissão da Petrobras negociadas na B3 e o *record date* será dia 18 de abril de 2022 para os detentores de ADRs negociadas na *New York Stock Exchange* (NYSE). As ações da Petrobras serão negociadas ex-direitos na B3 e na NYSE a partir de 14 de abril de 2022.

Data de pagamento: para os detentores de ações de emissão da Petrobras negociadas na B3 o pagamento será realizado no dia 16 de maio de 2022. Os detentores de ADRs receberão o pagamento a partir de 23 de maio de 2022.

Forma de distribuição: A remuneração aos acionistas complementar será distribuída sobre a forma de dividendos.

O valor dos dividendos complementares será atualizado pela variação da taxa Selic de 31 de dezembro de 2021 até a data do pagamento.

A Política de Remuneração aos Acionistas pode ser acessada pela internet no site da companhia (<http://www.petrobras.com.br/ri>)

www.petrobras.com.br/ri

Para mais informações:

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS | Relações com Investidores

e-mail: petroinvest@petrobras.com.br/acionistas@petrobras.com.br

Av. Henrique Valadares, 28 – 19 Andar – 20231-030 – Rio de Janeiro, RJ.

Tel.: 55 (21) 3224-1510/9947 | 0800-282-1540

Este documento pode conter previsões segundo o significado da Seção 27A da Lei de Valores Mobiliários de 1933, conforme alterada (Lei de Valores Mobiliários) e Seção 21E da lei de Negociação de Valores Mobiliários de 1934 conforme alterada (Lei de Negociação) que refletem apenas expectativas dos administradores da Companhia. Os termos: "antecipa", "acredita", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "projeta", "objetiva", "deverá", bem como outros termos similares, visam a identificar tais previsões, as quais, evidentemente, envolvem riscos ou incertezas, previstos ou não, pela Companhia. Portanto, os resultados futuros das operações da Companhia podem diferir das atuais expectativas, e, o leitor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas.



NOTA TÉCNICA

ASSUNTO: Questionamentos ao Presidente da Petrobrás sobre Preços de Combustíveis.

REFERÊNCIA: Ofício nº 1064/2021 do Gabinete do Deputado Federal Nereu Crispim

DATA: 15/12/2021

Síntese:

Esta nota técnica visa responder o Ofício nº 1064/2021 do Deputado Federal Nereu Crispim, que solicita explicações sobre a formação dos Preços de Combustíveis da Petrobras.

Respostas:

Em relação ao ambiente legal e concorrencial

Cumprе, inicialmente, ressaltar que os combustíveis derivados de petróleo são produtos com pouca diferenciação e transacionados internacionalmente em larga escala, conceituados na terminologia do comércio internacional como commodities.

Em conformidade com a Lei do Petróleo (Lei 9.478/97), o ambiente de comercialização desses produtos no Brasil é de livre competição, sendo seus preços definidos livremente pelos agentes do setor que, além disso, têm liberdade para sua importação e exportação.

Dessa forma, segundo a lógica econômica, a precificação de *commodities*, como os combustíveis, em um ambiente de livre competição é influenciada pelo balanço de oferta e demanda global, uma vez que produtos dessa natureza são produzidos, transportados e comercializados em larga escala por todo o mundo. Por exemplo, o diesel produzido nos Estados Unidos pode ser facilmente transportado, comercializado e consumido no Brasil. Da mesma maneira, o petróleo produzido no Brasil pode ser facilmente transportado, comercializado e consumido nos Estados Unidos ou em outros países. Por isso, os preços dos combustíveis e das *commodities* em geral são influenciados pelo equilíbrio dos fluxos globais.

Portanto, no tocante à precificação de seus produtos, a Petrobras segue a dinâmica dos mercados de *commodities* em ambiente de livre competição, tendo como referência o preço de paridade de importação (PPI), acompanhando os movimentos do mercado internacional (para cima ou para baixo), em conformidade com a legislação aplicável, sendo permanentemente monitorada por órgãos públicos de defesa da concorrência, de fiscalização de títulos de valores mobiliários e de proteção do consumidor.

Por sua vez, o Preço de Paridade de Importação (PPI) nada mais é do que um indicador do valor dos combustíveis no Brasil, uma vez que o país é importador líquido desses produtos. Destacamos que este conceito se aplica aos mais diversos tipos de commodities no mercado brasileiro, como, por exemplo, os produtos agrícolas (ex. trigo, algodão, soja) e os metais (ex. aço, ouro, alumínio, cobre). As notícias reproduzidas a seguir comprovam esta afirmação:

Aço: Siderúrgicas avaliam nova alta de preço do aço em janeiro

"Atualmente, enxergamos equações de paridade de importação para aços planos no Brasil com um prêmio de 1% contra um prêmio histórico normalizado de 5-10%"... (FORBES em 09/12/2020)

Açúcar: Preço do açúcar está mais caro em Rio Preto

1/7
PÚBLICA



Assinado eletronicamente por: RASSIRE OLIVEIRA DE SOUSA - 11/03/2022 10:42:55
<http://pje1g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2203111042547900000962544838>
Número do documento: 2203111042547900000962544838

Num. 971414661 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: JULIANA DE OLIVEIRA BANDEIRA BUZINARO - 12/03/2022 02:09:20
<http://pje1g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22031202092075500000964261841>
Número do documento: 22031202092075500000964261841

Num. 973132658 - Pág. 1

Essa elevação do valor do açúcar ocorre em função da valorização do dólar e pelo aquecimento do mercado externo. (Diário da Região em 22/04/2021)

Algodão: Tendência é de preço alto

“A tendência para o preço do algodão é de firmeza ou até alta, segundo o especialista em algodão Pery Pedro, da StoneX. Segundo ele, a perspectiva se sustenta no dólar valorizado sobre o real, nas cotações internacionais e nos problemas nas safras dos Estados Unidos.....” (Canal Rural em 19/05/2021)

Carne: Preço da carne dispara quase 20% em dez dias

“O professor de economia Eugênio Stefanelo, da UFPR (Universidade Federal do Paraná), diz que outra variável importante é a taxa de câmbio, que está no patamar de R\$ 4,20 e influencia o mercado cuja cotação segue a paridade internacional.” Folha de Londrina (em 15/11/2019)

Importante ressaltar a opção legislativa no Brasil, que é anterior à atual política de preços. Desde junho de 2016 vigora a Lei das Estatais (Lei 13.303/2016), que buscou conciliar o interesse público que justifica a criação da sociedade de economia mista com a sua organização societária, sobretudo naquelas que possuem capital aberto. De acordo com o seu art. 8º § 2º, quaisquer obrigações e responsabilidades assumidas pela sociedade de economia mista em condições distintas às de qualquer outra empresa do setor privado atuando no mesmo mercado, deverão estar previstas em lei ou regulamento, bem como em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, e ter o seu custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

Isso se reflete no Estatuto Social da Petrobras que, em seu Art. 1º, determina que a Companhia se regerá pelas normas de direito privado – em geral – e, especificamente, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), pela Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), pelo Decreto nº 8.945/2016, além do próprio Estatuto.

No Art. 3º §6º inciso II, o Estatuto Social determina que quando orientada pela União a contribuir para o interesse público, a Petrobras somente assumirá obrigações ou responsabilidades (i) que respeitem as condições de mercado, não diversas à de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado; ou (ii) que estejam definidas em lei ou regulamento, bem como prevista em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente, observada a ampla publicidade desses instrumentos, e que tenham seus custos e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil. Nesta segunda hipótese, a União compensará, a cada exercício social, a Companhia pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida.

Em relação aos preços praticados pela Petrobras e os percebidos pelo consumidor

Os preços praticados pela Petrobras buscam evitar o repasse imediato para os preços internos da volatilidade externa causada por eventos conjunturais, enquanto buscam o equilíbrio com o mercado internacional, acompanhando as variações do valor dos produtos e da taxa de câmbio, para cima e para baixo. Este mesmo equilíbrio competitivo é responsável pelas reduções de preços quando a oferta cresce no mercado internacional.

O alinhamento dos preços ao mercado internacional é fundamental para garantir que o mercado brasileiro siga sendo suprido sem riscos de desabastecimento pelos diferentes atores responsáveis pelo atendimento às diversas regiões brasileiras: distribuidores, importadores e outros produtores, além da Petrobras.

Neste ponto, deve-se ressaltar que os valores praticados nas refinarias pela Petrobras são diferentes dos percebidos pelo consumidor final no varejo. Até chegar ao consumidor são acrescidos tributos federais e estaduais; custos para aquisição e mistura obrigatória de biocombustíveis no caso de gasolina e diesel; custos



para envase pelas distribuidoras no caso do GLP; além dos custos e margens das companhias distribuidoras e dos revendedores. Para o GLP especificamente, conforme Decreto nº 10.638/2021, estão zeradas as alíquotas dos tributos federais PIS e COFINS incidentes sobre a comercialização do produto quando destinado para uso doméstico e envasado em recipientes de até 13 kg.

Desta forma, para melhor compreensão dos efeitos das políticas da Petrobras sobre o preço percebido pelo Consumidor Final, cumpre detalhar a estrutura da cadeia de comercialização de combustíveis no país e os relacionamentos entre os agentes que concorrem para a formação do preço final do produto vendido no varejo.

Conforme apresentado nas figuras a seguir, na cadeia de comercialização de GLP, gasolina e diesel existem outros agentes que participam da formação dos preços ao Consumidor Final. Assim, a relação comercial entre a Petrobras e o Consumidor Final não é direta, sendo mediada pelas Distribuidoras e, na sequência, pelas Revendas. De maneira simples, o Consumidor Final é cliente da Revenda que, por sua vez, é cliente da Distribuidora, sendo esta, por último, cliente da Petrobras e de seus concorrentes.

A cadeia de comercialização do GLP começa com a venda pelo produtor ou importador do produto a granel para as companhias distribuidoras. As companhias distribuidoras, por sua vez, são responsáveis pelo envase do produto nos botijões de 13kg, forma mais comum de comercialização no varejo e destinado exclusivamente ao uso residencial. E o consumidor pode adquirir o botijão nos milhares de pontos de revenda varejista.

Para a gasolina e o diesel, há ainda a mistura obrigatória, pelas distribuidoras, do etanol anidro, para a gasolina, e biodiesel, para o diesel, biocombustíveis que possuem dinâmica própria de produção e precificação e que são adquiridos pelas distribuidoras diretamente das usinas produtoras.

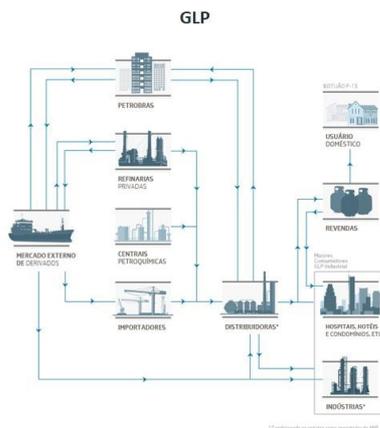


Figura 1 – Cadeia de Comercialização de GLP



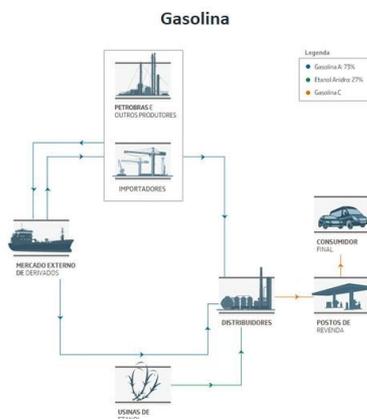


Figura 2 – Cadeia de Comercialização de Gasolina

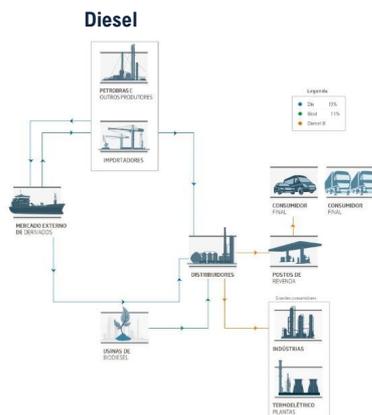


Figura 3 – Cadeia de Comercialização de Diesel

Assim, como pode ser observado, a Petrobras comercializa às distribuidoras GLP a granel e gasolina e diesel puros, sem adição de biocombustíveis, e não mantém relação comercial direta com o Consumidor Final. A relação comercial com o Consumidor Final é sempre mediada pelas Distribuidoras e Revendas que, por sua vez, formam o preço aplicado ao consumidor segundo política de preços própria e que incorpora custos e margens da distribuição e da revenda.

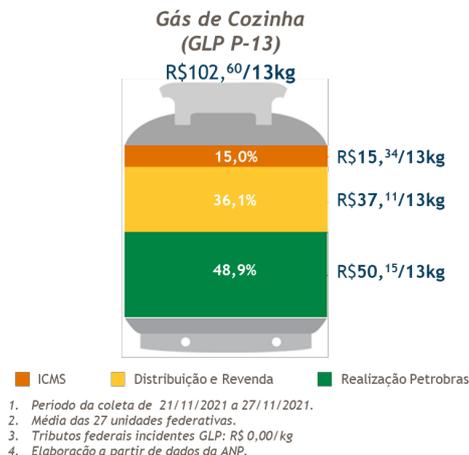
Também deve ser ressaltada a diferença entre o preço praticado pela Petrobras sem tributos (ou preço de realização) e o preço de faturamento pago pelas Distribuidoras, o qual é o resultado da aplicação dos tributos federais e estaduais sobre o preço de realização.

Ou seja, a quantia paga pelo Consumidor Final não é a quantia que a Petrobras recebe. Do mesmo modo, a quantia paga pelo Consumidor Final não é o resultado das políticas de preços seguidas pela Petrobras, mas também da composição de diversas parcelas aplicadas por outros agentes.

Em termos objetivos, dos preços cobrados pelas Revendas à população para o botijão de 13kg de GLP, para um valor médio de revenda de R\$102,60, coube à Petrobras, R\$50,15 desse valor, conforme levantamento realizado com base em dados da ANP no período de 21/11/2021 a 27/11/2021, detalhado no quadro que se segue:



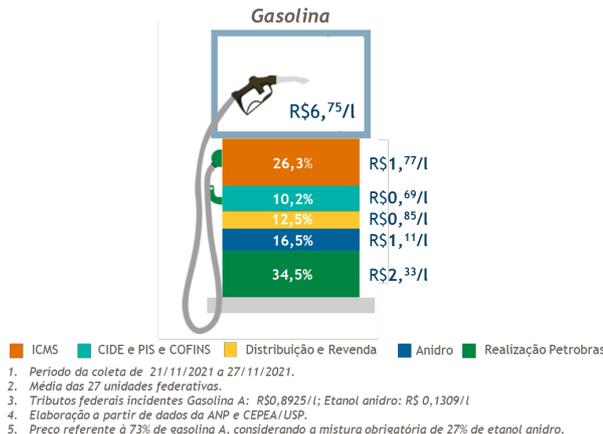
COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS AO CONSUMIDOR



Quadro 1 – Composição dos Preços de GLP ao Consumidor Final

Para a gasolina, dos preços cobrados pelas Revendas à população, coube à Petrobras, em média R\$2,33 por litro, conforme levantamento realizado com base em dados da ANP e CEPEA/USP no período de 21/11/2021 a 27/11/2021, detalhado no quadro que se segue. A título de ilustração, quando um consumidor abasteceu seu veículo num posto revendedor e pagou R\$200,00, a Petrobras recebeu, em média, cerca de R\$69,00 (34,5%). Os R\$131,00 restantes referem-se aos tributos, etanol anidro e margens de distribuição e revenda.

COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS AO CONSUMIDOR



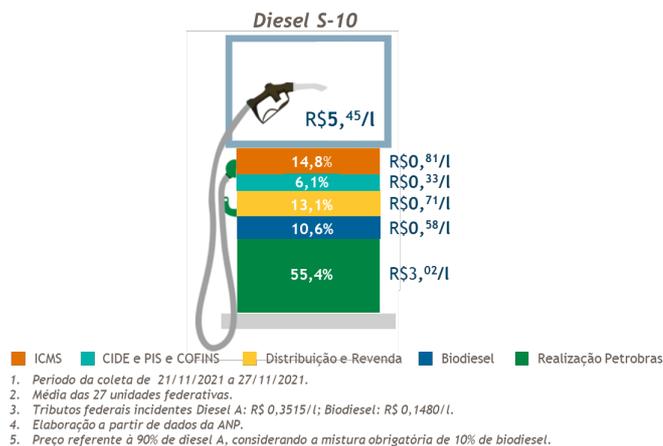
Quadro 2 – Composição dos Preços de Gasolina ao Consumidor Final

Para o diesel, dos preços cobrados pelas Revendas à população, coube à Petrobras, em média R\$3,02 por litro, conforme levantamento realizado com base em dados da ANP no período de 21/11/2021 a 27/11/2021, detalhado no quadro que se segue. A título de ilustração, quando um consumidor abasteceu seu



veículo num posto revendedor e pagou R\$1.500,00, a Petrobras recebeu, em média, cerca de R\$831,00 (55,4%). Os R\$669,00 restantes referem-se aos tributos, biodiesel e margens de distribuição e revenda.

COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS AO CONSUMIDOR

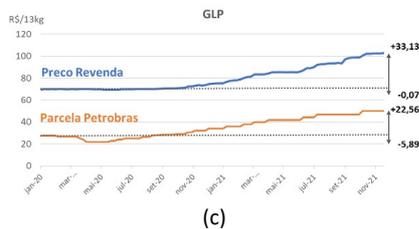


Quadro 3 – Composição dos Preços de Diesel ao Consumidor Final.

Merece destaque o impacto da mistura obrigatória, pelas distribuidoras, dos biocombustíveis biodiesel, para o diesel, e etanol anidro, para a gasolina. Segundo Dados da ANP, em janeiro de 2020 o biodiesel era comercializado pelas usinas produtoras às companhias distribuidoras por R\$ 3,04 /litro. Para os meses de novembro e dezembro de 2021 o biodiesel foi comercializado por R\$ 5,91 / litro, uma alta de 94%. Já o etanol anidro, segundo dados da CEPEA/USP, era comercializado a R\$ 2,22/ litro na semana de 03 de janeiro 2020, e atualmente é comercializado a R\$ 4,11 / litro (dados para a semana de 26 de novembro de 2021), uma alta de 85%.

Em detalhe, os preços praticados pela Petrobras e a sua dinâmica vinculada às variações das cotações internacionais e da taxa de câmbio, respondem por apenas uma parcela do preço ao Consumidor Final, embora quase sempre se atribua as variações dos preços de revenda à Petrobras. Como a legislação brasileira garante liberdade de preços em todas as etapas da cadeia de comercialização de combustíveis, a mudança no preço final ao consumidor dependerá de repasses feitos por outros agentes incluindo distribuidores e revendedores. Os gráficos a seguir apresentam a evolução dos preços ao consumidor final e da parcela referente à Petrobras na composição do preço final de venda de diesel, gasolina e GLP.





(c)

Figura 4: Evolução do preço médio de revenda e da realização Petrobras para (a) diesel B, (b) gasolina C e GLP (c) (fonte: ANP e Petrobras).

Tomando como exemplo o GLP (Figura 4c), comparando os preços praticados em 01 de janeiro de 2020, a Petrobras, acompanhando o mercado internacional e a taxa de câmbio, chegou a reduzir o preço praticado em R\$ 5,89/13kg, entretanto, ao consumidor final o preço foi reduzido em R\$ 0,07/13kg. Em um segundo momento, também acompanhando a evolução do mercado internacional e da taxa de câmbio, a Petrobras praticou preços R\$ 22,56/13kg acima dos preços praticados em 01 de janeiro de 2020, entretanto, os consumidores percebem na revenda preços R\$ 33,13/13kg acima dos preços na referida data. Comportamento semelhante pode ser observado no diesel. Já na gasolina, houve uma redução de R\$ 0,73/ litro no valor referente à Petrobras, e que foi acompanhado pela revenda. Entretanto, quando houve a elevação de R\$ 0,93/litro no valor referente à Petrobras, o preço percebido pelo consumidor final aumentou R\$ 2,20/ litro.

Consideração Final

Por último, reforçamos que a Petrobras está comprometida com a promoção da transparência e uma melhor compreensão pelo consumidor das variáveis que compõem os preços finais dos combustíveis. Desta forma, publicamos informações relevantes em nosso site, o qual convidamos a visitar:

<https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/precos-de-venda-de-combustiveis/index.shtml>

Rubens Azevedo dos Santos
Junior

Atenciosamente,
Assinado de forma digital por Rubens
Azevedo dos Santos Junior
Dados: 2021.12.20 14:23:59 -03'00'

Rubens Azevedo dos Santos Júnior
Gerente Executivo de Comercialização no Mercado Interno

7/7
PÚBLICA



Assinado eletronicamente por: RASSIRE OLIVEIRA DE SOUSA - 11/03/2022 10:42:55
<http://pje1g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2203111042547900000962544838>
Número do documento: 2203111042547900000962544838

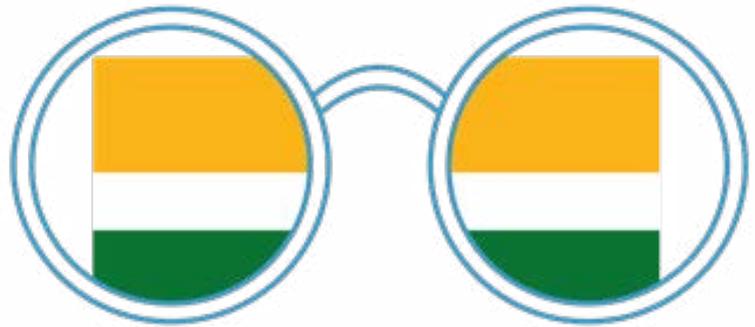
Num. 971414661 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: JULIANA DE OLIVEIRA BANDEIRA BUZINARO - 12/03/2022 02:09:20
<http://pje1g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22031202092075500000964261841>
Número do documento: 22031202092075500000964261841

Num. 973132658 - Pág. 7

OBSERVATÓRIO
SOCIAL
DA PETROBRÁS



DOSSIÊ

observatoriopetrobras.com

**Petrobrás
para os
brasileiros**



ÍNDICE

Por uma Petrobrás para os brasileiros

É possível um preço justo dos combustíveis

Política de preços: por que é necessário o fim do PPI?

Política de preços: por que é possível o fim do PPI?

Qual preço cobrar?

Qual seria a nossa proposta de valores na refinaria e o impacto disso no preço final?

A privatização da Petrobrás: fatiando e entregando a maior empresa do Brasil

O papel estratégico econômico e social da Petrobrás

Pré-sal: um passaporte para o futuro ou para o passado?

EXPEDIENTE

PRODUÇÃO: Observatório Social da Petrobrás - OSP
CONCEPÇÃO: Federação Nacional dos Petroleiros - FNP
PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Eric Gil Dantas, Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais - IBEPS
DIAGRAMAÇÃO: Cajuína Produções e Mídias Digitais
PROJETO EDITORIAL: Vicente Saraiva

UMA PRODUÇÃO:



www.observatoriopetrobras.com

4 Por uma Petrobrás para os brasileiros

A Petrobrás vem sofrendo um longo processo de privatização dos seus ativos e dos seus fins. A maior empresa do país sempre teve como objetivos estratégicos garantir abastecimento nacional a preços acessíveis e suscitar desenvolvimento econômico, a partir de investimentos produtivos bilionários e geração de emprego, renda e tributos. Tal como nas palavras do próprio Getúlio Vargas em mensagem ao povo brasileiro na ocasião da fundação da estatal, em 3 de outubro de 1953: "Constituída com capital, técnica e trabalho exclusivamente brasileiros, a Petrobrás (...) constitui novo marco da nossa independência econômica".

A Petrobrás chegou a investir mais de R\$ 150 bilhões em um único ano e ser responsável diretamente pelo emprego de 1,8% de toda a população economicamente ativa do país. Mas hoje investe menos da metade desse valor e emprega apenas um terço desses trabalhadores. Por outro lado, sacrificando os investimentos necessários para aumentar seu parque de refino, abastecer o país a preços justos e dar continuidade ao processo de transição energética, dedica uma parcela cada vez maior dos seus lucros para pagamento de dividendos aos acionistas, sendo o maior grupo deles de investidores estrangeiros.

Neste contexto, nos últimos meses a Petrobrás está sendo responsável por grande parte da inflação – com combustíveis ultrapassando os alimentos como vilão da inflação.

Neste texto, queremos mostrar o que vem ocorrendo com a Petrobrás e o porquê de isso ser ruim para a economia de verdade, aquela que sustenta o dia a dia de duas centenas de milhões de brasileiros. Privatizações, encolhimento de sua atuação, saída de regiões como Norte/Nordeste, demissões, queda drástica dos investimentos e criação de monopólios privados no setor são algumas das piores consequências da atual política para a Petrobrás, para além dos preços recordes dos combustíveis.

5 É possível um preço justo dos combustíveis

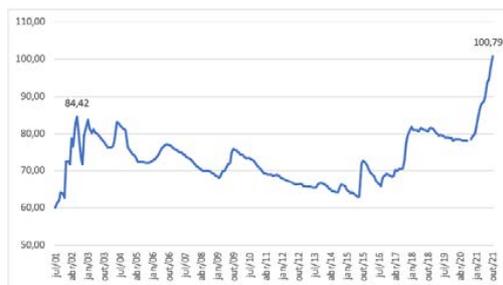
Política de preços: por que é necessário o fim do PPI?

Instaurado em 2016 por Michel Temer e Pedro Parente, o Preço de Paridade de Importação (PPI) define que o valor dos produtos derivados de petróleo e gás tem como base as cotações internacionais desses produtos mais os custos que importadores teriam, por exemplo, com transporte e taxas portuárias. Ou seja, mesmo a Petrobrás produzindo em território brasileiro cerca de 80% dos combustíveis consumidos no país, nós pagamos como se esses fossem importados. Não só em termos de dólar, mas pagamos até uma tarifa portuária e de transporte inexistentes para grande parte dos produtos.

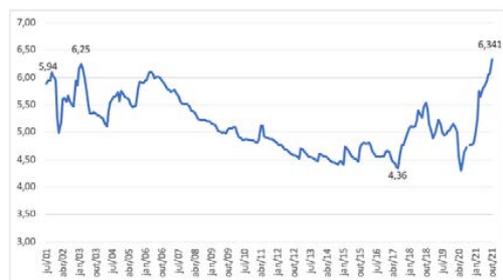
Além deste preço fictício, o câmbio se deteriorou rapidamente nos dois anos. Em janeiro de 2019, US\$ 1 equivalia a R\$ 3,81. Hoje, US\$ 1 equivale a R\$ 5,55, uma desvalorização cambial de 31%. Como a cotação está em "preços internacionais", isto agrava ainda mais o catastrófico PPI.

Em outubro de 2021, o PPI fez cinco anos e o presente à população brasileira foi pagar os maiores preços reais (se descontada a inflação) de toda a história para o gás de cozinha, a gasolina e o diesel: R\$ 100,79 (GLP), R\$ 6,34 (gasolina comum) e R\$ 5,10 (diesel).

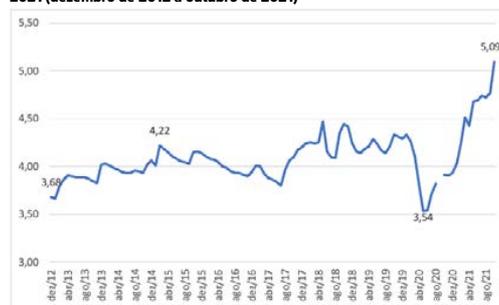


6**Gráfico 1 – Preço médio mensal do GLP em valores de setembro de 2021 (julho de 2001 a outubro de 2021)**

Elaboração: a partir dos dados da ANP

Gráfico 2 – Preço médio mensal da gasolina comum em valores de setembro de 2021 (julho de 2001 a outubro de 2021)

Elaboração: a partir dos dados da ANP

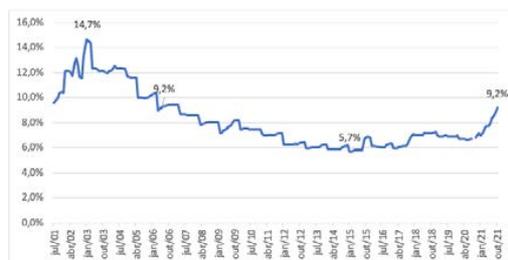
Gráfico 3 – Preço médio mensal do diesel S-10 em valores de setembro de 2021 (dezembro de 2012 a outubro de 2021)

Elaboração: a partir dos dados da ANP

Os altíssimos preços também se refletem em outro problema na renda, a relação com o salário mínimo. O gás de cozinha chegou a ocupar 5,7% de um salário mínimo em janeiro de 2015, depois de um longo processo de queda decorrente da valorização do salário e queda do preço do botijão. Em janeiro de 2003 esta proporção chegou a 14,7% e foi diminuindo até a mínima histórica citada anteriormente. Infelizmente, isso vem se revertendo e, em outubro de 2021, o GLP já representava 9,2% de um salário mínimo, relação vista apenas em meados do ano de 2006. Isso é, literalmente, um retrocesso de 15 anos. Esse mesmo fenômeno aconteceu também com a gasolina e o diesel S-10.

7

Gráfico 4 – Relação entre preço médio mensal do GLP 13kg e um salário mínimo (julho de 2001 a outubro de 2021)



Elaboração: a partir dos dados da ANP

O PPI também serve aos importadores de derivados, os chamados traders. O preço tão alto quanto o internacional permite que outras empresas vendam produtos no mercado interno, onde antes teriam grandes dificuldades para conseguir competir com a Petrobrás. Para que isso seja possível, a Petrobrás vem mantendo níveis muito baixos de utilização das refinarias. No 1º semestre de 2021, a Petrobrás utilizou apenas 79% da capacidade do seu parque de refino, porcentagem mantida em 2020 e que passou para 77% em 2019. Além disto, houve o cancelamento de projetos fundamentais como as refinarias Premium I e II, Comperj e o segundo trem da RNEST.

Política de preços: por que é possível o fim do PPI?

A lógica do Preço de Paridade de Importação (PPI) não leva em consideração os custos de produção e a aplicação nesta estrutura de custos de uma taxa de lucro baseada no retorno do capital despendido e na oferta e na demanda do mercado em que atua. O preço é baseado em mercados virtuais, sempre totalmente descolado das realidades locais. O Brasil é um caso exemplar. Mesmo produzindo quase todo o petróleo que utiliza para o refino¹ e quase todos os produtos deri-

1 A importação de óleo para as refinarias da Petrobrás se limita ao do blend para melhorar o desempenho do refino, que hoje é de 8% do petróleo utilizado.

vados que consome², passa a se submeter a essa lógica virtual internacional. A participação do óleo nacional na carga processada hoje pelas refinarias da Petrobrás está em 94%, isto é, há uma baixíssima dependência de óleo estrangeiro. Em síntese, se encarece os produtos internos – onerando o bolso dos brasileiros, com um argumento totalmente subjetivo de que lá fora está assim, logo aqui também tem que estar – desconsiderando todo capital investido ao longo de mais de seis décadas que permitiram a Petrobrás ter custos de produção mais competitivos.

Um preço justo seria um preço real, somando-se os custos reais de produção a um lucro, e partir disto um preço a ser cobrado. Para isto, os dois principais componentes que temos que levar em consideração são os custos de extração e os custos de refino da Petrobrás.

O custo de extração, nomeado como lifting cost, equivale aos gastos operacionais da petroleira após a fase de exploração e perfuração de poços, quando entra na fase da produção do óleo em si³. A descoberta do pré-sal e a sua atual exploração comercial está permitindo uma queda nos custos de extração da Petrobrás. Os custos de produção no pré-sal (se desconsiderarmos as participações governamentais) são 63% menores do que a extração em terra, águas rasas, águas profundas e ultra profundas⁴. Como o volume de óleo do pré-sal vem aumentando exponencialmente e já representando 71% de toda a produção da estatal, o custo total de extrair petróleo (à exceção das participações governamentais, que sobe e desce de acordo com o preço internacional do barril) vem caindo no país. Como nos últimos anos a Petrobrás não publica mais seu custo de extração em reais, multiplicamos o seu custo pelo dólar médio de venda, todos estes dados apresentados nos resultados financeiros da empresa⁵. Nos nove primeiros meses de 2021, a Petrobrás teve um custo total de extração por barril praticamente igual ao da média real (em valores de setembro de 2021) de 2005 a 2020, R\$ 100,52 (a média real do período foi de R\$ 97,2). Importante pontuar que o custo em 2021 só

2 Segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética para o ano de 2020, 17% do que foi consumido de gasolina no Brasil foi importado, já para o GLP esse número foi de 27%. No total de produtos derivados de petróleo e gás natural, a importação é de 19%.

3 "Lifting Cost - Indicador de custo de extração de petróleo e gás natural, que considera os gastos realizados no período" (Petrobras, Desempenho Financeiro – 4º Trimestre de 2020, p.44).

4 Considerando os dados de lifting cost sem participação governamental e com afretamento do ano de 2020 do pré-sal comparado às outras classificações (Terra e águas rasas e Pós-sal profundo e ultraprofundo).

5 Nos Releases de Resultados em R\$ da Petrobrás de cada ano.

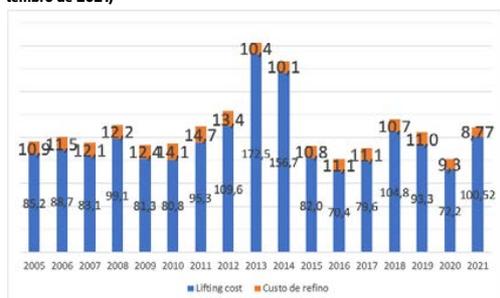


está maior por conta dos pagamentos de participações governamentais, decorrentes do alto preço do barril de petróleo.

O segundo componente, o custo de refino do barril de petróleo, é quanto a empresa gasta (aqui incluso todos os seus custos com as refinarias) para transformar um barril de petróleo no equivalente a um barril de produtos derivados de petróleo. O custo de refino da Petrobrás nos 9 primeiros meses de 2021 foi de R\$ 8,77 por barril, R\$ 2,80 a menos do que a média histórica entre 2005 e 2020 (em valores de setembro de 2021).

Como podemos ver abaixo, somando o custo de extração mais o custo de refino, tivemos um custo somado de R\$ 109,29 por barril, praticamente o mesmo valor que a média entre 2005 e 2020 (em valores de setembro de 2021), que foi R\$ 108,77. Mesmo com a manutenção dos custos, a empresa hoje está cobrando os maiores preços de sua história.

Gráfico 5 – Custo de extração (lifting cost) e custo de refino (em reais de setembro de 2021)



Elaboração: a partir dos dados dos relatórios financeiros da Petrobrás e do IPCA/IBGE

Qual preço cobrar?

Para se chegar a um preço justo, fizemos o segundo caminho metodológico: primeiro calculamos o custo de se refinar um litro de derivado com os dois dados que mostramos anteriormente mais o custo de "depreciação, depleção e amortização" (todos os dados são do ano dos nove primeiros meses de 2021 retirados dos resultados financeiros da estatal). Em seguida transformamos a unidade barril em litro. Chegando à conclusão que estes três custos ficam em R\$ 1,152 por litro para a Petrobrás.

Quadro 1 – Formação de custos da Petrobrás (janeiro a setembro de 2021)

Tipo de custo	Despesa
Custo de extração (US\$)	5
Participação governamental (US\$)	12
Depreciação, depleção e amortização (US\$)	16
Custo de refino (US\$)	1,37
Total (barril) (US\$)	34,37
Total (por litro) (US\$)	0,21616
Total (por litro) (R\$)	1,152

Qual seria a nossa proposta de valores na refinaria e o impacto disso no preço final?

A nossa proposta é que ao valor de referência de R\$ 1,22 sejam aplicados 39% de margem de lucro na gasolina comum e 55% no diesel tipo A. Os valores seriam então de R\$ 1,61 para o diesel, isto é, o valor correspondente aos 90% que compõem o diesel S-10 (10% é de biocombustível) e R\$ 1,17 para a gasolina, 73% da substância que compõe a gasolina comum (27% é de etanol anidro).

Quadro 2 – Proposta de preço e valor atual da Petrobrás

	Proposta	Petrobrás	Diferença (R\$)	Diferença (%)
Gasolina	R\$ 1,17	R\$ 2,33	R\$ 0,88	-42,9%
Diesel	R\$ 1,61	R\$ 2,71	R\$ 1,097	-68,3%



12 A privatização da Petrobrás: fatiando e entregando a maior empresa do Brasil

Desde o início da "política de desinvestimentos" iniciada em 2015, a Petrobrás já vendeu o equivalente a R\$ 239,9 bilhões em ativos. É uma privatização fatiada, mas contínua e enorme. As subsidiárias que já foram vendidas são algumas das maiores empresas do país, tais como a BR Distribuidora (hoje Vibra Energia), Liqigás, NTS, TAG e Gaspetro. Mas também outros ativos muito valiosos, como as refinarias (até agora a Rlam, na Bahia, e a Reman, em Manaus), campos de petróleo e gás, termelétricas e ativos essenciais para uma transição energética limpa, como a Petrobrás Biocombustível (PBio), unidades de processamento de gás natural, etc. Além disso, 85% dessas vendas (excetuando as que foram feitas por mercado de ações) foram para empresas estrangeiras, principalmente Canadá, França e Noruega.

A venda destes ativos, desintegrando a Petrobrás "do poço ao posto", é negativa por vários aspectos. Quando a direção da Petrobrás opta por virar unicamente uma operadora do pré-sal, que é o objetivo explícito da política atual para a empresa, concentram-se todas as atividades em um único ponto da cadeia, aumentando a exposição à montanha russa dos preços internacionais do petróleo.

O ano de 2020 foi exemplar para mostrar que depender unicamente do preço do barril de petróleo pode levar a maus lençóis uma empresa com centenas de bilhões de dólares imobilizados em ativos. Em abril do ano passado, o preço médio para o Brent (principal referência para a produção da Petrobrás) chegou a US\$ 18,38. A título de comparação, a média para 2019 foi de US\$ 64,36 o barril. Aquela época, todas as petrolíferas passaram a prever preços muito baixos para os próximos anos. Em seu relatório do 1º trimestre de 2020, a Petrobrás publicou sua previsão para o preço do Brent: US\$ 25 dólares em 2020 até US\$ 45 dólares em 2024, subindo US\$ 5 por ano, sendo que a longo prazo este valor ficaria em US\$ 50. Hoje o preço do barril já oscila acima dos US\$ 80. O que teria acontecido

com a Petrobrás e o plano de transformá-la em uma simples produtora e exportadora de petróleo cru se o preço do barril de petróleo se mantivesse baixo por muito tempo?

O upstream (exploração e produção) concentra 70% dos gastos em capital da indústria de petróleo. Além de exigirem elevadas inversões de capital, podem resultar em zero retorno, caso haja insucesso. Como afirmaram Pinto Junior et al. (2016), na "indústria de petróleo existem riscos de uma natureza única e específica, que se adicionam aos riscos normais (custos, mercados, demanda e preços) das outras atividades econômicas. [...] Enfrenta, em primeiro lugar, o risco geológico, dado pela incerteza do desconhecido" (p. 43), com a necessidade de descobrir continuamente jazidas de petróleo e gás economicamente viáveis. Os autores argumentam que "a gestão do binômio risco-rentabilidade do total do capital disponível exige alta competência para distribuir e compensar os elevados custos e riscos acarretados pelo caráter aleatório da atividade de E&P [Exploração & Produção]. Os atributos técnico-econômicos que fundam a economia do petróleo motivaram a maioria das empresas a integrar verticalmente essas atividades, de forma a distribuir os riscos e os custos entre os vários segmentos da cadeia industrial e obter um risco/custo médio que compense os diferenciais de custo e aumente os ganhos ao longo dos segmentos da indústria".

Em publicação para o BNDES, Mendes et al. (2018) igualmente argumentam que "A atividade de refino é essencial e estratégica para muitas empresas de petróleo, que, por isso, ao longo do tempo, trilharam o caminho de sua integração equilibrando o portfólio de ativos que mantêm. Assim, essas empresas conseguem maior nível de estabilidade de suas receitas, amortecendo os efeitos das variações de preço do petróleo (extremamente volátil), sobretudo quando tais preços permanecem em patamares baixos por muito tempo. Na década de 1990, quando o preço do petróleo chegou a ficar abaixo dos US\$ 10/barril, sendo a média, no período, de cerca de US\$ 19/barril, se não fosse a atividade de refino para garantir a sustentabilidade das grandes empresas de petróleo, seu destino poderia ter sido semelhante ao de muitas empresas focadas unicamente em E&P, que acabaram fechando" (p. 15).

Isso aconteceu em parte com a Petrobrás de 2020. O valor do GLP, por exemplo, aumentou mesmo enquanto houve queda no preço do barril de petróleo – puxado principalmente pela demanda residencial por conta do isolamento social pandêmico. Já a gasolina e o diesel não tiveram diminuições de preço na mesma proporção da queda do petróleo. Isto em uma situação que afetou a demanda por

13



combustíveis internacionalmente.

Em síntese, caso a Petrobrás opte por ser uma mera produtora e exportadora de óleo cru, vendendo seus ativos de outras áreas, a primeira consequência será a exposição de volumosos investimentos a um mercado extremamente volátil. A gravidade aumenta em um contexto em que a descarbonização da economia ganha cada dia mais relevância, com o desejo de governos aumentarem as suas fontes de energia renováveis, carros elétricos, novos biocombustíveis, hidrogênio, etc..

Em segundo lugar, a Petrobrás foi uma empresa criada para gerar independência energética do país diante do mundo. Como disse Mendes et al. (2018), "Produzir petróleo [...] e ter um parque de refino que atenda à demanda interna de derivados de petróleo são fatores que proporcionam economia de divisas na balança comercial da nação e viabilizam sua segurança energética, ao garantir o abastecimento contínuo de derivados de petróleo, insumos essenciais à vida contemporânea. Refinarias próximas aos centros de consumo de derivados, tanto quanto às regiões produtoras de petróleo, carregam um valor estratégico muito importante, pois maximizam a apropriação do valor agregado, bem como reduzem os custos de logística, não só para uma empresa, mas para o país" (p. 14-15). No momento em que o dólar bate recordes e a demanda por combustíveis sobe parece fazer ainda mais sentido.

A Petrobrás cumpriu e ainda cumpre com essa tarefa para o país. Mesmo com o auto boicote, com a paralisação de investimentos no refino – marcados anteriormente pela construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST), do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e Premium I e II –, com a diminuição da utilização da capacidade instalada das refinarias – que em 2013 chegou a 98,2%, e que nos últimos anos oscilou entre 75,8% em 2018 e 80% no 1º trimestre de 2021 – e com o consequente crescimento das importações de produtos derivados de petróleo.

Além disto, a entrega de metade do parque de refino do país para empresas, parte delas estrangeiras, como o Fundo Mubadala, fundo soberano dos Emirados Árabes, compradora da RLAM (na Bahia), ainda irá gerar a criação de monopólios privados prejudicando o consumidor brasileiro.

Em estudo produzido por Antônio Thomé, Marcelo Seeling, Carlos Maligo, Allan Cormack e Millena Mansur, do Departamento de Engenharia Industrial da PUC-Rio, os autores chegam à conclusão de que a consequência disso será uma "alta possibilidade de formação de monopólios privados regionais, sem garantia de aumento de competitividade que possa ser refletido em redução do custo aos consumidores

finais"⁶. Eles chegaram a esta conclusão analisando a produção e o escoamento de gasolina A e diesel A das refinarias do país, considerando os diferenciais de custo entre as possíveis alternativas de suprimento, isto é, a possibilidade da concorrência real – levando em conta tanto os custos de produção quanto a possibilidade e o custo de levar seus produtos para regiões geográficas onde estariam as outras refinarias (verificando se há formas de escoamento por dutos, ferrovias, portos e rodovias e quanto isto adiciona no preço do seu produto).

Como exemplo, na REFAP, no Rio Grande do Sul, os autores afirmam que há "alta probabilidade de estabelecimento de monopólio regional privado no mercado do RS. Com exceção do Sul do estado, em que pode haver pressão competitiva da Refinaria Rio Grandense, mas com impacto limitado, já que a produção da Rio Grandense no óleo diesel é 10% da produção da REFAP e em torno de 15% na gasolina". Além disto, temos: (i) "mercado protegido pela falta de infraestrutura portuária para internação de produtos derivados claros importados", (ii) "é provável que a venda da REFAP fique limitada à troca de agente econômico, sem benefícios de aumento de competitividade na comercialização de óleo diesel e gasolina neste mercado" e, conseqüentemente, (iii) "não havendo investimentos em expansão de infraestrutura logística para movimentação de derivados que possa mitigar o monopólio natural configurado para o estado do Rio Grande do Sul, é baixa a probabilidade de que a pressão competitiva se reflita em redução de preços aos consumidores finais deste mercado". Em síntese, como não há forma real de chegar produtos de outras refinarias (seja a partir da REPAR, no Paraná, seja importando), a REFAP terá um monopólio privado no estado, fazendo com que não haja novos investimentos e logicamente sem redução de preços. Pelo contrário, quando um monopólio privado é estabelecido, a tendência é que haja elevação dos preços.

Os autores aplicam esta mesma metodologia para todas as outras refinarias que devem ser privatizadas e concluem que as únicas que têm apenas "moderada" (e não "elevada") chance de virar um monopólio privado são a REPAR (por conta da REFAP, das importações e da proximidade da Petrobrás do Sudeste) e a RNEST (também por conta de importações e da possibilidade de Petrobrás do Sudeste levar estes produtos utilizando-se de cabotagem).

Concluindo, trocaremos o monopólio estatal por monopólio de empresas privadas. Mas isto não acontecerá apenas no refino.

⁶ <http://www.mme.gov.br/documents/36220/1123057/Apresentação+Estudo+PUC-Rio+-+Brasilcom+27-04-2020+%28versão+final%29.pdf/e332dd-fa-3c2e-8b6d-16b8-2a9bd3e4184a>



Outras privatizações da Petrobras já mostram o mesmo sentido de que isto nada tem a ver com maior concorrência. Analisemos primeiro o caso da Liqueigás. Em dezembro de 2020, a Liqueigás foi comprada pela Copagaz e passou a integrar a empresa Copa Energia. Como está no site do grupo, "as nossas duas marcas, Copagaz e Liqueigás, já conceituadas e consolidadas respondem juntas por 25% da distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) do Brasil. Possuem operações em 24 estados e Distrito Federal e cerca de 90 mil colaboradores diretos e indiretos". Segundo dados do Painel Dinâmico do Mercado Brasileiro de GLP, o número exato desta soma para agosto de 2020 é de 29,87%. Se considerarmos só botijões de 13 kg, este número é de 30,99%. A Liqueigás era a empresa com o maior market share do mercado, porém com sua venda foi transferida uma liderança turbinada do setor para um grupo privado.

Como segundo e terceiro casos, verifiquemos as vendas da NTS e TAG. Privatizadas entre 2017 e 2021, as duas maiores transportadoras de gás do Brasil são agora de propriedade de franceses e canadenses. Além de ter virado um custo bilionário para a Petrobrás, que tem que pagar pelo aluguel dos gasodutos que antes eram de sua propriedade, a NTS e a TAG foram responsáveis em julho de 2021 por 79% de toda a entrega de transporte de gás natural do país. Além do mais, não existe concorrência entre si, pois cada uma delas atuam em regiões diferentes. Os novos proprietários herdaram um verdadeiro monopólio bilionário, e com um cliente refém – a Petrobrás. A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A (TBG), do qual a Petrobrás é proprietária de 51%, também poderá ser privatizada em breve. Sozinha, a TBG entregou outros 20% do gás natural transportado por gasodutos no país. Só por curiosidade, as outras duas empresas que possuem gasodutos são a GOM e a TSB, com 1% de entrega de gás natural em julho de 2021. Bem, no final das contas, a Petrobrás transferiu monopólios estatais para monopólios privados estrangeiros, e com a possível privatização da TBG, terminará o serviço sujo.

O quarto caso é do mesmo mês de julho: a conclusão da venda da Gaspetro para a Compass, de propriedade do Grupo Cosan. A Cosan S.A. possui, além da própria Compass, a Raízen (junto à Shell), a Rumo Logística (maior companhia de logística com estrutura ferroviária do Brasil) e a Moove (uma das maiores companhias de produção, venda e distribuição de óleo lubrificante do mundo e líder no mercado de óleo lubrificante premium do Brasil, com presença em mercados internacionais, vendendo no país produtos da marca Exxon Mobil). A Petrobrás já havia vendido 49% das ações da Gaspetro para a japonesa Mitsui, ainda no ano de 2015. Com a privatização (ainda a ser aprovada pelo CADE), a Compass her-

dará a participação acionária de 19 das 27 distribuidoras de gás natural do país, participações que variam entre 23,5% e 100%. Segundo a empresa Sobek, "a Cosan ficará com aproximadamente 80% do mercado de [distribuição de] gás natural e que, mesmo que adquirisse somente as distribuidoras de gás do Nordeste, sua participação seria de cerca de 55%, enquanto no Sul, a concentração seria de 54%". Somado a isto, a Mitsui (seja diretamente ou indiretamente – através da Gaspetro) tem a participação acionária em 18 distribuidoras de gás natural. Novamente, a privatização da Gaspetro (tanto para a Mitsui, quanto para a Cosan), está simplesmente substituindo um monopólio estatal por um duopólio privado.

Além disto, em momentos de alta aguda do preço de derivados, como ocorre atualmente, quem decidirá se este preço é abusivo, ou não, na prática serão as próprias empresas que se beneficiam desta tragédia.

A privatização do setor em nada opera para melhorar a competição, e sim o oposto. ■

⁷ <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,sector-de-gas-teme-concentracao-apos-venda-da-gaspetro-a-compass-e-prepara-acoes-contra-o-negocio,70003794213>



18 O papel estratégico econômico e social da Petrobrás

Os resultados financeiros da Petrobrás no 2º e 3º trimestres de 2021 deixaram claro a quem serve o PPI e a política privatista da empresa. A Petrobrás chegou a lucros trimestrais de R\$ 42,86 bilhões e R\$ 31,224 bilhões, respectivamente, principalmente por conta dos preços do barril de petróleo e dos derivados no mercado nacional. Tendo atingido a meta de endividamento (às custas de suas privatizações) de US\$ 60 bilhões, a empresa pôde antecipar o pagamento de dividendos para seus acionistas em R\$ 63,4 bilhões. A título de comparação, os dividendos distribuídos em relação ao lucro líquido ajustado entre 2018 e 2019 eram em torno de 29% do seu total. Em 2020, este valor foi magicamente superior ao próprio lucro (isto mesmo: 152%, ou seja, a Petrobrás distribuiu mais dividendos do que teve de lucro) e, em 2021, deverá ficar em torno de 66%. Isto fará com que a Petrobrás seja a terceira maior pagadora de dividendos dentre todas as petrolíferas do mundo em 2021. Em 2022 ela se tornará a maior pagadora do mundo no setor.

Esta mudança da política de dividendos mostra que a visão atual da empresa é de ser mera pagadora de dividendos, e de curto prazo. Sequer haverá os reinvestimentos necessários do lucro para ampliar o abastecimento do país.

Para justificar esta visão, Joaquim Silva e Luna afirmou que o papel da Petrobrás é gerar dividendos e permitir, dessa forma, que a União faça política social. No entanto, mesmo com lucros altos, os custos superam em muito os benefícios. Do total de dividendos pagos em 2021, a União deverá receber R\$ 23,3 bilhões (ou 37% do total), ou seja, a maior parte vai para o bolso de acionistas estrangeiros (43%) e nacionais (20%). Entretanto, desde o início de 2021, quanto que o governo federal já gastou ou ainda pretende gastar para amenizar o choque do preço dos combustíveis? Ainda em março o governo federal isentou GLP e diesel de impostos federais – o GLP de forma permanente e o diesel por dois meses. Segundo a Instituição Fiscal Independente do Senado, nos dois meses que esta política estaria em vigor o governo renunciaria a R\$ 8 bilhões (mais de um terço do total de dividendos de 2021). Já o auxílio aos caminhoneiros, proposto pelo governo,

custaria algo em torno de R\$ 4 bilhões (mais 17% do total dos dividendos). Por fim, uma mudança do ICMS nos moldes patrocinados do Arthur Lira custaria R\$ 24 bilhões para os estados e municípios (já superior ao próprio montante de dividendos). Estudo elaborado pelo Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) já mostra que o Brasil ampliou o valor de incentivos e subsídios a combustíveis fósseis em 2020, atingindo uma renúncia total de R\$ 123,9 bilhões no ano. Nada disso resolveu ou resolveria de fato o problema, direcionando os dividendos para a manutenção de uma política criminosa como o PPI e subtraindo este dinheiro para o restante do orçamento.

Outro argumento utilizado pelo governo para justificar a venda da maior empresa do país é o futuro dos combustíveis fósseis. Segundo o ministro da Economia, "A Petrobrás vai valer zero daqui a 30 anos". No entanto, isto não se baseia em fatos. Segundo a última previsão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), publicada em seu World Oil Outlook 2021, a demanda por petróleo no mundo ainda crescerá 17,6% até 2045. Já a demanda por gás natural crescerá 21,6%. Outras instituições e empresas como a International Energy Agency (IEA), BP e Shell preveem a manutenção da demanda por petróleo nos próximos 30 anos. Ou seja, nenhuma instituição relevante do setor prevê que o petróleo e o gás natural deixarão de ser fontes fundamentais na produção de energia no mundo.



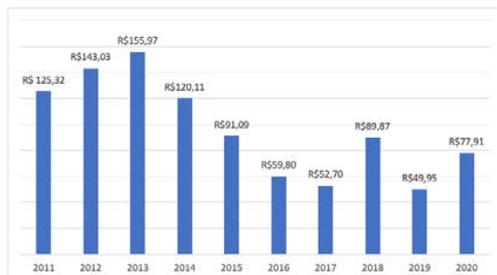
A Petrobrás também é uma empresa com alto nível de investimento, apesar da queda nos últimos anos. A empresa chegou a investir (em valores atuais) R\$ 156



bilhões em um único ano, em 2013. Infelizmente, uma das consequências da política de curto prazo atual e de maximização de pagamento de dividendos é a queda dos investimentos da companhia, o que prejudica diretamente a economia brasileira, pois a estatal é a empresa que mais faz investimentos produtivos no país.

Além disso, há um efeito multiplicador, como no caso da indústria naval – que vem sendo sufocada com a diminuição de conteúdo local e substituição por maiores importações (principalmente da China).

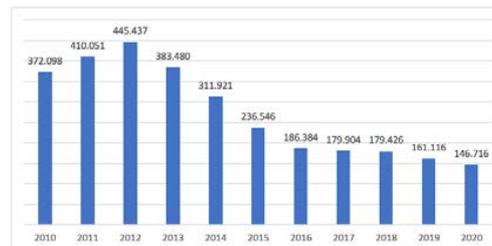
Gráfico 6 – Investimentos executados do Sistema Petrobrás em bilhões de R\$ (em valores de setembro de 2021)



Elaboração: a partir dos dados dos Boletim das Empresas Estatais

Além dos investimentos, a Petrobrás também sempre foi uma importante empregadora. No ano de 2012, a empresa chegou a ter um total de 445,4 mil empregados (diretos e terceirizados). Isto equivalia a 1,8% de todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas no país em dezembro de 2012. Só empregos diretos, sem considerar o efeito multiplicador do emprego petrolífero, que é enorme.

Gráfico 7 – Quantidade de empregados diretos e terceirizados do Sistema Petrobrás



Elaboração: a partir dos dados dos formulários de referência da Petrobrás

Além disso, há o processo de saída da Petrobrás de regiões como Norte, Nordeste e Sul, com grandes consequências para os estados. Em termos de empregados, entre 2012 e 2020 (último dado disponível), o Sistema Petrobrás hoje tem 67% a menos de trabalhadores no Nordeste, 58% no Sul e 49% no Norte – ao mesmo tempo em que no Sudeste a queda foi de 25%. O impacto também ocorre em investimentos e produção, pois a estatal tem um histórico de contratar mais trabalhadores com salários mais altos e implementar um maior montante de investimentos do que as empresas privadas compradoras dos seus campos e outros ativos no Nordeste/Nordeste. ■

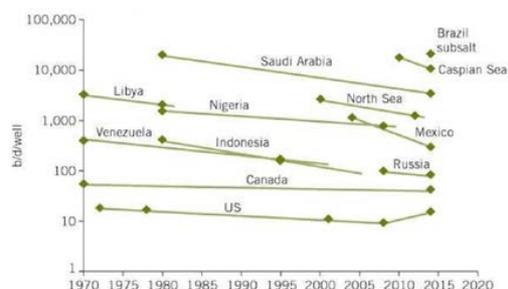


22 Pré-sal: um passaporte para o futuro ou para o passado?

O Pré-Sal permitiu ao Brasil sair da condição de detentor de reservas medianas e se tornar detentor de grandes reservas petrolíferas, dobrando-as entre o ano de 2001 e 2014 – isto sem considerar as imensas reservas do Pré-sal que ainda estão para ser confirmadas. Isto significou concretamente que o petróleo passou a ser visto como um bem estratégico para o país. E mais, o Brasil, a partir daí, entrou na órbita dos grandes interesses geopolíticos internacionais.

O Pré-Sal hoje é responsável por 71% da produção de petróleo do país. São campos imensos com altíssima produtividade. Como Sandra e Boddard mostram em artigo publicado no ano de 2016 na Oil & Gas Journal, os poços do Pré-Sal brasileiro possuem uma produtividade superior à média de todos os maiores produtores de petróleo do mundo.

Gráfico 8 – Produtividade de poços de petróleo por país (principais produtos de petróleo) e no Pré-sal brasileiro



Fonte: Sandra & Goddard (2016), New reservoir-quality index forecasts field well-I-productivity. In: Oil & Gas Journal

Sua produtividade incorre em considerável diminuição de custos de extração para a empresa. Em dez anos a Petrobrás diminuiu pela metade o custo de extrair petróleo. Considerando apenas o custo da extração em si (sem as participações governamentais), a Petrobrás gastava US\$ 12,59 por barril em 2011, hoje este gasto é de US\$ 6,56. A tendência é que esse custo continue a diminuir, já que o Pré-Sal ganha importância em relação ao total produzido ano após ano. Além disso, é um petróleo mais leve e de melhor qualidade, ou seja, mais valioso e menos poluente. ■



SIGA AS NOSSAS REDES

O Observatório Social da Petrobrás é uma organização sem fins lucrativos que surge para divulgar os impactos que a privatização da Petrobrás gera no Brasil.

www.observatoriopetrobras.com



f /observatoriopetrobras
@ /observatoriopetrobras
t /obspectrobras
v /observatoriopetrobras
☎ +55 21 97499-2555



OBSERVATÓRIO SOCIAL DA PETROBRÁS



Assinado eletronicamente por: JULIANA DE OLIVEIRA BANDEIRA BUZINARO - 12/03/2022 02:09:21

<http://pje1g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22031202092091700000964261842>

Número do documento: 22031202092091700000964261842

Num. 973132659 - Pág. 12



OBSERVATÓRIO
SOCIAL
DA PETROBRÁS





[Como declarar investimentos no IR](#) [Por Dentro dos Resultados](#) [Liberdade Financeira](#) [Decisão Final](#) [Conheça o IM+](#)

US\$ 05 **+0.74%** [BITCOIN](#) R\$ 168.663 **-11.86%** [IFIX](#) 2.720 pts **-0.17%** [MGLU3](#) R\$ 5.69 **-4.53%** [PETR4](#) R\$ 32.48 **-3.59%** [VALE3](#) R\$ 96.79 **-0.52%** [Simule Agora](#)

Preço de Paridade de Importação

Entidades enviam manifesto a Silva e Luna pedindo o fim do PPI na Petrobras

No manifesto, as entidades argumentam que os combustíveis poderiam estar mais baratos no Brasil que no mercado internacional

Por [Estadão Conteúdo](#)

12 nov 2021 19h19-Atualizado 4 meses atrás



Joaquim Silva e Luna (Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)

A Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet) enviou uma carta ao presidente da estatal, Joaquim Silva e Luna, pedindo a substituição da atual política de preços dos combustíveis. No manifesto de quatro páginas, assinado em conjunto com outras entidades, é defendida a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) “para recolocar a Petrobras ([PETR3](#); [PETR4](#)) dentro dos objetivos para os quais foi criada”.

O documento é assinado também pela Associação Brasileira de Imprensa

Clicando em "Aceito todos os cookies", você aceita nossa política de cookies com objetivo de melhorar sua navegação. Conheça nossa política e configure seus cookies

ACEITAR TODOS OS COOKIES





“A própria existência da Petrobras e sua liderança na exploração de águas profundas, bem como as reservas do pré-sal, foram demonstradas desnecessárias, já que pagamos preço de importação. Nenhum país no mundo produtor de petróleo e com refinarias adota este modelo de política de preços”, traz o documento.

No manifesto, as entidades argumentam que os combustíveis poderiam estar mais baratos no Brasil que no mercado internacional, com valores compatíveis com a renda da população, e que isso ajudaria a impulsionar a

economia interna. “Precisamos também ter a empresa prestigiando o conteúdo local”, acrescenta.

A essas críticas, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, tem respondido que a adoção do PPI garante o abastecimento do mercado interno, porque investidores privados não colocariam dinheiro no País se essa política de preços não estiver vigente.

A Aepet, no entanto, rebate a crítica afirmando que a Petrobras possui caixa para investir. A interpretação das entidades que assinam o manifesto é que a Operação Lava Jato serviu para desqualificar a estatal frente à opinião pública e que, mesmo no pior momento da empresa, sua geração operacional de caixa e liquidez corrente estavam elevadas.

CDB com 300% do CDI? XP antecipa Black Friday com rentabilidade diferenciada para novos clientes. [Clique aqui para investir agora!](#)

Clicando em "Aceito todos os cookies", você aceita nossa política de cookies com objetivo de melhorar sua navegação. Conheça nossa política e configure seus cookies

ACEITAR TODOS OS COOKIES



[Como declarar investimentos no IR](#)[Por Dentro dos Resultados](#)[Liberdade Financeira](#)[Decisão Final](#)[Conheça o IM+](#)R\$ 05 **+0.74%**BITCOIN R\$ 168.663 **-11.86%**IFIX 2.720 pts **-0.17%**MGLU3 R\$ 5.69 **-4.53%**PETR4 R\$ 32.48 **-3.59%**VALE3 R\$ 96.79 **-0.52%**

Simule Agora

IR 2022: você sabia que prejuízo com Ações ou BDRs precisam ser declarados?

Curso online p/ Concurso TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - Analista Judiciário - Especialidade: Psi | Gran Cursos Online

12x de R\$45,90 - GRAN CURSOS

Ela era linda, hoje ela é irreconhecível

| Single Mom | Links Promovidos

Short Fitness Azul com Faixa no Cós SH521

HoneyBe

R\$ 59.90 - HoneyBe | Links Promovidos

JBL Tune 510BT

Confira!

R\$ 209 - JBL | Links Promovidos

Estas raças estão entre as mais caras do mundo

investing.com | Links Promovidos

Legging Fitness Preta com Recortes Gloss LG1996

HoneyBe

R\$ 99.90 - HoneyBe | Links Promovidos

Uber - Credito para viagens

Resgate seus pontos agora!

Lívolo | Links Promovidos

Vinho Tinto Barbera D'Alba Donna Margherita 2017

Saiba mais

R\$ 245 - Cellar Vinhos BR | Links Promovidos

S
C
R
N

Clicando em "Aceito todos os cookies", você aceita nossa política de cookies com objetivo de melhorar sua navegação. Conheça nossa política e configure seus cookies

ACEITAR TODOS OS COOKIES

Afternoon Edition | Links Pr

noney.com.br/mercados/entidades-enviam-manifesto-a-silva-e-luna-pedindo-o-fim-do-ppi-na-petrobras/

3/7



[Como declarar investimentos no IR](#)[Por Dentro dos Resultados](#)[Liberdade Financeira](#)[Decisão Final](#)[Conheça o IM+](#)R\$ 05 **+0.74%**[BITCOIN](#) R\$ 168.663 **-11.86%**[IFIX](#) 2.720 pts **-0.17%**[MGLU3](#) R\$ 5.69 **-4.53%**[PETR4](#) R\$ 32.48 **-3.59%**[VALE3](#) R\$ 96.79 **-0.52%**[Simule Agora](#)

Luciana Vendramini ainda chama a atenção aos 51 anos

[Mighty Scoops](#) | [Links Promovidos](#)

Liquida estoque! Mizuno Wave apenas R\$ 149,90, últimas unidades aproveite oferta imperdível

12x no cartão ou boleto, envio imediato

[Loja Hilow](#) | [Links Promovidos](#)

Roberto Firmino é casado há 4 anos, conheça seu parceiro

[Mortgage After Life](#) | [Links Promovidos](#)

40 Piores filmes de todos os tempos, de acordo com o Rotten Tomatoes

[Desafiomundial](#) | [Links Promovidos](#)

Dê uma olhada no patrimônio líquido de Juliette hoje

[Life Indigo](#) | [Links Promovidos](#)

[Fotos] Coisas que são normais na Rússia, mas não em nosso país

[Desafiomundial](#) | [Links Promovidos](#)

'É a destruição da 10ª economia global em tempo real', diz especial...

[Bloomberg Linea](#) | [Links Promovidos](#)

Acredite, este é o carro de Sandra Annenberg

[Trading Blvd](#) | [Links Promovidos](#)

Ela era linda, hoje ela é irreconhecível

[I Single Mom](#) | [Links Promovidos](#)

Jogo de Toalhas Buddemeyer 100 Algodao Novita - Jacquard Felpa Cinza 4 Pecas

Clicando em "Aceito todos os cookies", você aceita nossa política de cookies com objetivo de melhorar sua navegação. Conheça nossa política e configure seus cookies

ACEITAR TODOS OS COOKIES



[Como declarar investimentos no IR](#) [Por Dentro dos Resultados](#) [Liberdade Financeira](#) [Decisão Final](#) [Conheça o IM+](#)

US 05 **+0.74%** [BITCOIN](#) R\$ 168.663 **-11.86%** [IFIX](#) 2.720 pts **-0.17%** [MGLU3](#) R\$ 5.69 **-4.53%** [PETR4](#) R\$ 32.48 **-3.59%** [VALE3](#) R\$ 96.79 **-0.52%** [Simule Agora](#)

Estas raças estão entre as mais caras do mundo

[investing.com](#) | Links Promovidos

iPhone 13 Pro Max Apple 128GB Dourado Tela de 6.7? Camera Tripla de 12MP

Resgate seus pontos agora!

[Livelo](#) | Links Promovidos

Short Fitness Preto com Cós Colorido SH520

HoneyBe

R\$ 59.90 - [HoneyBe](#) | Links Promovidos

Vinho Branco La Java Des Entrefaux 2020

Saiba mais

R\$ 195 - [Cellar Vinhos BR](#) | Links Promovidos

[Fotos] Coisas que são normais na Rússia, mas não em nosso país

[Desafiomundial](#) | Links Promovidos

Roberto Firmino é casado há 4 anos, conheça seu parceiro

[Mortgage After Life](#) | Links Promovidos

[Leia mais](#)

Legging Fitness Preta com Recortes Rosa e Azul LG1941

HoneyBe

R\$ 99.90 - [HoneyBe](#) | Links Promovidos

Relogio Inteligente Xiaomi Amazfit Verge XM426CIN Lite Tela AMOLED iOS Android Monitor Esportes e Sono - Cinza

Resgate seus pontos agora!

[Livelo](#) | Links Promovidos

Curso online p/ Concurso DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional - Agente Federal de Execução Penal (+ Rota Final) - Pós-edital | Gran Cursos Online

Curso online p/ Concurso DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional - Agente Federal de Execução Penal (+ Rota Final) - Pós-edital. Visualizações ilimitadas, simulados, material em pdf e muito mais! Parcele em até 12x sem juros!

12x de R\$36,66 - [GRAN CURSOS](#) | Links Promovidos

Vale a pena trocar a energia elétrica pela solar?

[Inteligência Financeira](#) | Links Promovidos

3

D

Clicando em "Aceito todos os cookies", você aceita nossa política de cookies com objetivo de melhorar sua navegação. Conheça nossa política e configure seus cookies

ACEITAR TODOS OS COOKIES

D

[Life Indigo](#) | Links Promovido



[Como declarar investimentos no IR](#) [Por Dentro dos Resultados](#) [Liberdade Financeira](#) [Decisão Final](#) [Conheça o IM+](#)

IBOV	+0.74%	BITCOIN	R\$ 168.663	-11.86%	IFIX	2.720 pts	-0.17%	MGLU3	R\$ 5.69	-4.53%	PETR4	R\$ 32.48	-3.59%	VALE3	R\$ 96.79	-0.52%	Simule Agora
------	--------	---------	-------------	---------	------	-----------	--------	-------	----------	--------	-------	-----------	--------	-------	-----------	--------	------------------------------

Acredite, este é o carro de Sandra Annenberg

Trading Blvd | Links Promovidos

Guias InfoMoney

Ações
 Debêntures
 Derivativos
 ADRs
 BDRs
 ETFs
 Tesouro Direto
 Renda Fixa
 Fundos de Investimento
 Fundos Multimercados
 Fundos Cambiais
 Fundos de Ações
 Fundos de Renda Fixa
 Fundos DI
 Fundos Imobiliários
 IPO
 Opções
 Proventos e Dividendos
 Planos de Previdência
 Cripto moedas
 LCI e LCA
 Poupança
 CDBs
 COE
 IPOs
 Imposto de Renda
 Taxa referencial

Notícias

Newsletter
 Impulso
 WebStories
 Mercados
 Onde investir
 Cripto moedas
 Stock Pickers
 Do Zero ao Topo
 Minhas Finanças
 Política
 Carreira
 Consumo
 Negócios
 Economia

Cotações

Ibovespa
 Altas e Baixas
 Dólar e câmbio
 Cripto moedas
 Juros Futuros
 Minicontratos
 Opções de Ações
 Índices de Inflação

Ferramentas

Simulador de Investimentos
 IM+
 Comparador de Investimentos
 Comparador de Fundos
 Comparador de Fils
 Carteira de Acompanhamento
 Fatos Relevantes
 Comparador de Renda Fixa
 Empresas B3
 Agendas

Educação

Cursos
 Ebooks gratuitos
 Planilhas gratuitas

Clicando em "Aceito todos os cookies", você aceita nossa política de cookies com objetivo de melhorar sua navegação. Conheça nossa política e configure seus cookies

ACEITAR TODOS OS COOKIES



[Como declarar investimentos no IR](#) [Por Dentro dos Resultados](#) [Liberdade Financeira](#) [Decisão Final](#) [Conheça o IM+](#)

US 05 **+0.74%** [BITCOIN](#) R\$ 168.663 **-11.86%** [IFIX](#) 2.720 pts **-0.17%** [MGLU3](#) R\$ 5.69 **-4.53%** [PETR4](#) R\$ 32.48 **-3.59%** [VALE3](#) R\$ 96.79 **-0.52%** [Simule Agora](#)

© 2000-2022 InfoMoney. Todos os direitos reservados.

O InfoMoney preza a qualidade da informação e atesta a apuração de todo o conteúdo produzido por sua equipe, ressaltando, no entanto, que não faz qualquer tipo de recomendação de investimento, não se responsabilizando por perdas, danos (diretos, indiretos e incidentais), custos e lucros cessantes.

IMPORTANTE: O portal www.infomoney.com.br (o "Portal") é de propriedade da Infostocks Informações e Sistemas Ltda. (CNPJ/MF nº 03.082.929/0001-03) ("Infostocks"), sociedade controlada, indiretamente, pela XP Controle Participações S/A (CNPJ/MF nº 09.163.677/0001-15), sociedade holding que controla as empresas do XP Inc. O XP Inc tem em sua composição empresas que exercem atividades de: corretoras de valores mobiliários, banco, seguradora, corretora de seguros, análise de investimentos de valores mobiliários, gestoras de recursos de terceiros. Apesar de as Sociedades XP estarem sob controle comum, os executivos responsáveis pela Infostocks são totalmente independentes e as notícias, matérias e opiniões veiculadas no Portal não são, sob qualquer aspecto, direcionadas e/ou influenciadas por relatórios de análise produzidos por áreas técnicas das empresas do XP Inc, nem por decisões comerciais e de negócio de tais sociedades, sendo produzidos de acordo com o juízo de valor e as convicções próprias da equipe interna da Infostocks.

Clicando em "Aceito todos os cookies", você aceita nossa política de cookies com objetivo de melhorar sua navegação. Conheça nossa política e configure seus cookies

ACEITAR TODOS OS COOKIES





Preços de paridade de importação

Publicado em 14/10/2020 00h00 Atualizado em 07/03/2022 10h41

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

Média semanal dos preços de paridade de importação (PPI) ¹ para gasolina, diesel, querosene de aviação (QAV) e GLP referentes à semana anterior.



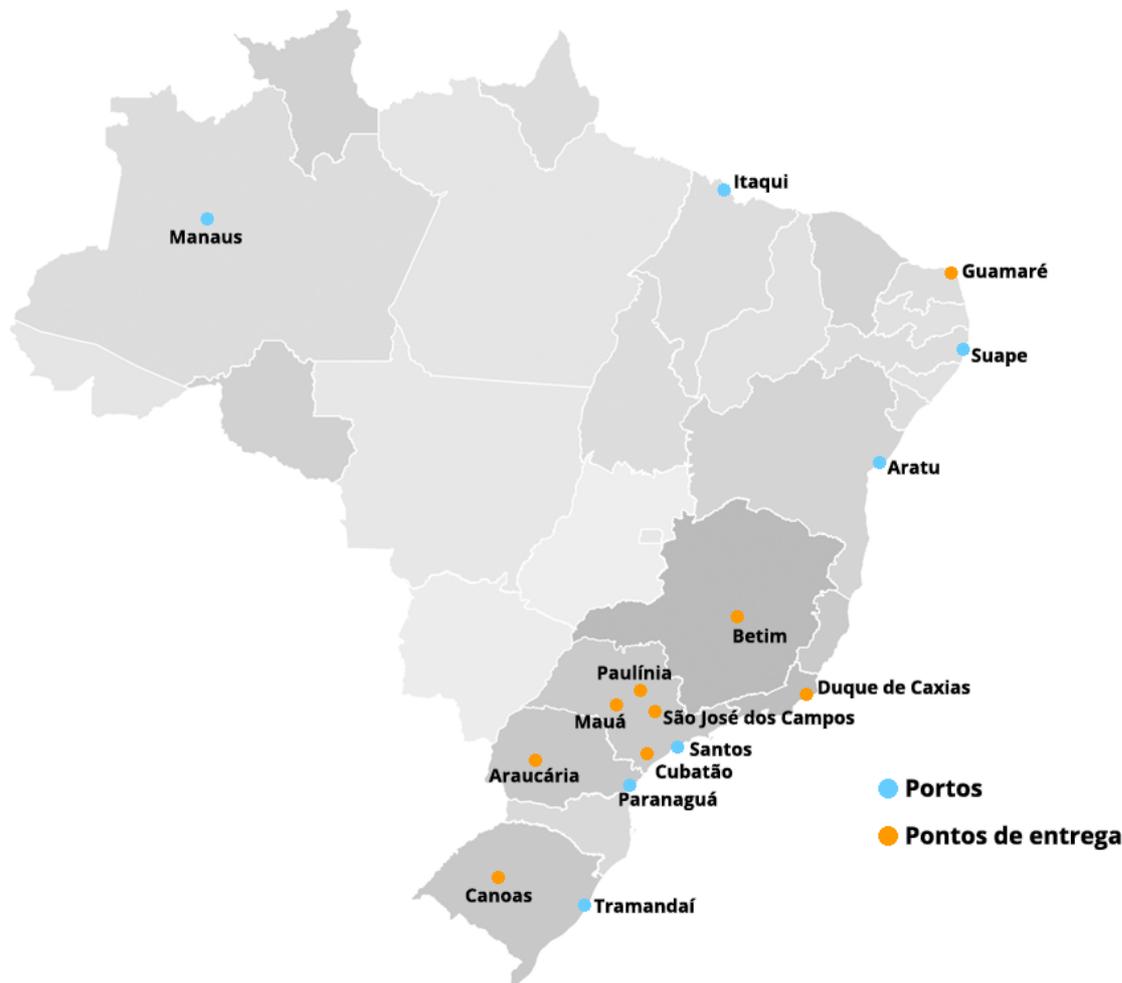
O objetivo é fornecer à sociedade uma referência de formação dos preços dos combustíveis no País, utilizando como base a média semanal dos preços levantados pela S&P Global Platts para diferentes pontos de entrega.

Essa iniciativa faz parte do processo de aumento da transparência na formação e divulgação de preços conduzido pela ANP para facilitar o acompanhamento e compreensão da variação dos preços dos combustíveis por parte da sociedade.

Nós usamos cookies para melhorar sua experiência de navegação no portal. Ao utilizar o gov.br, você concorda com a política de monitoramento de cookies. Para ter mais informações sobre como isso é feito, acesse [Política de cookies](#). Se você concorda, clique em ACEITO.

ACEITO





Para a gasolina, diesel e QAV são divulgados os preços de paridade de importação nos portos de Itaqui (MA), Suape (PE), Aratu (BA), Santos (SP), Paranaguá (PR), Manaus (AM) e Tramandaí (RS), considerando o valor do produto, taxas e os custos de frete, movimentação, armazenamento e serviços associados.

Adicionalmente, são divulgados os preços nos pontos de entrega de Guamaré (RN), Duque de Caxias (RJ), Betim (MG), Cubatão (SP), Mauá (SP), Paulínia (SP), São José dos Campos (SP), Araucária (PR) e Canoas (RS), nos quais também incluem-se os custos de frete rodoviário.

Os preços do GLP referem-se à PPI nos portos de Suape (PE) e Santos (SP), considerando a composição de 70% de propano e 30% de butano.

Todos os preços divulgados não incluem tributos.

Nós usamos cookies para melhorar sua experiência de navegação no portal. Ao utilizar o gov.br, você concorda com a política de monitoramento de cookies. Para ter mais informações sobre como isso é feito, acesse [Política de cookies](#). Se você concorda, clique em ACEITO.

ACEITO



A metodologia da S&P Global Platts pode ser acessada em <https://www.spglobal.com/platts>

PREÇOS DE PARIDADE DE IMPORTAÇÃO								
- semana de 28/02 a 04/03/2022								
GASOLINA A COMUM								
	Manaus	Itaqui	Suape	Aratu	Santos	Paranaguá	Tramandaí	Guamaré
PREÇO (R\$/l)	3,8624	3,8636	3,8624	3,8660	3,9127	3,8987	3,9215	4,0149
▲ Semanal	↑ 10,30%	↑ 10,30%	↑ 10,30%	↑ 10,30%	↑ 10,30%	↑ 10,35%	↑ 10,29%	↑ 9,89%
	D. de Caxias	Betim	Cubatão	Mauá	Paulínia	S. J. Campos	Araucária	Canoas
PREÇO (R\$/l)	4,0909	4,1114	3,9468	3,9639	4,0059	3,9924	3,9575	3,9801
▲ Semanal	↑ 9,83%	↑ 9,78%	↑ 10,21%	↑ 10,16%	↑ 10,05%	↑ 10,09%	↑ 10,19%	↑ 10,13%
DIESEL A S10								
	Manaus	Itaqui	Suape	Aratu	Santos	Paranaguá	Tramandaí	Guamaré
PREÇO (R\$/l)	4,4085	4,4599	4,4313	4,4628	4,5021	4,4929	4,5083	4,5838
▲ Semanal	↑ 17,52%	↑ 17,51%	↑ 17,55%	↑ 17,50%	↑ 17,44%	↑ 17,50%	↑ 17,41%	↑ 16,89%
	D. de Caxias	Betim	Cubatão	Mauá	Paulínia	S. J. Campos	Araucária	Canoas
PREÇO (R\$/l)	4,6803	4,7008	4,5361	4,5533	4,5952	4,5818	4,5516	4,5669
▲ Semanal	↑ 16,69%	↑ 16,61%	↑ 17,29%	↑ 17,22%	↑ 17,04%	↑ 17,10%	↑ 17,24%	↑ 17,16%
QAV								
	Manaus	Itaqui	Suape	Aratu	Santos	Paranaguá	Tramandaí	Guamaré
PREÇO (R\$/l)	4,3429	4,3914	4,3644	4,3941	4,4312	4,4216	4,4370	4,5170
▲ Semanal	↑ 14,34%	↑ 14,37%	↑ 14,39%	↑ 14,36%	↑ 14,33%	↑ 14,38%	↑ 14,31%	↑ 13,86%
	D. de Caxias	Betim	Cubatão	Mauá	Paulínia	S. J. Campos	Araucária	Canoas
PREÇO (R\$/l)	4,6093	4,6299	4,4652	4,4824	4,5243	4,5109	4,4804	4,4956
▲ Semanal	↑ 13,73%	↑ 13,66%	↑ 14,21%	↑ 14,15%	↑ 14,01%	↑ 14,05%	↑ 14,18%	↑ 14,10%
GLP								
	Suape	Santos						
PREÇO (R\$/P13)	56,2120	56,9920						
▲ Semanal	↑ 5,26%	↑ 5,26%						



Histórico de preços

- PPI a partir de setembro de 2019 ³
- PPI de novembro de 2018 a agosto de 2019 ²

¹ É o custo do produto importado trazido ao País.

² De novembro de 2018 a agosto de 2019, o PPI da gasolina, diesel, QAV era estimado nos portos de Itaqui, Suape, Aratu, Santos e Paranaguá a partir do preço publicado pela Platts até o porto acrescido dos custos estimados de movimentação e armazenamento nos terminais que constam na Resolução ANP nº 743/2018.

³ A S&P Platts informou ter retificado valores de PPI entre 01/10/2021 e 12/10/2021, conforme nota divulgada em seu site: <https://www.spglobal.com/platts/en/our-methodology/subscriber-notes/102021-platts-corrects-july-1-oct-12-latin-american-ipp-assessments>. Os valores retificados constam da planilha disponível para download.

Nós usamos cookies para melhorar sua experiência de navegação no portal. Ao utilizar o gov.br, você concorda com a política de monitoramento de cookies. Para ter mais informações sobre como isso é feito, acesse [Política de cookies](#). Se você concorda, clique em ACEITO.

ACEITO



**LAURO
JARDIM**



QUEM ESCREVE



Buscar neste blog



ECONOMIA

Petrobras e Cade chegam a acordo sobre Abreu e Lima: refinaria precisa ser vendida até o fim de 2022

Por **Lauro Jardim** • 28/11/2021 • 07:20



A Refinaria Abreu e Lima | Hans Von Manteuffel / Agência O Globo

A direção da Petrobras e o comando do Cade entraram num acordo sobre a

<https://oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/petrobras-e-cade-chegam-acordo-sobre-abreu-e-lima-refinaria-precisa-ser-vendida-ate-o-fim-de-...> 1/6



venda da **Refinaria Abreu e Lima**, em Pernambuco.

O prazo máximo dado pelo Cade era 30 de outubro. Mas a última tentativa de venda fracassou em agosto, quando as duas candidatas — ambas empresas da Índia — desistiram de fazer uma oferta no momento final do leilão.

Agora, a Petrobras tem até o fim de 2022 para tentar se desfazer do negócio.

Num ano eleitoral, coalhado de incertezas, não será um processo simples, mesmo sendo a refinaria mais moderna da estatal.

VEJA AINDA: [Bolsonaro quer mudar a política de preços da Petrobras, mas...](#)

TAGS: [petrobras](#) • [Refinaria Abreu e Lima](#)

Compartilhe:



COMENTE

[ogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/petrobras-e-cade-chegam-acordo-sobre-abreu-e-lima-refinaria-precisa-ser-vendida-ate-o-fim-de-...](https://oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/petrobras-e-cade-chegam-acordo-sobre-abreu-e-lima-refinaria-precisa-ser-vendida-ate-o-fim-de-...) 2/6



LEIA TAMBÉM

Genro de Roberto Jefferson retoma o comando do PTB



'Está faltando rua para o PT; é ali que ele sempre foi forte'



Quem Rogério Marinho indicou a Bolsonaro para sucedê-lo



O 'teatro' do prefeito para fugir de 'armadilha' da Lava-Jato na prisão



PUBLICIDADE

DESTAQUES

Lauro e Gabeira: A invasão russa e as barbaridades sexistas ditas pelo deputado Mamãe Falei na Ucrânia



Lauro e Gabeira: A guerra da Ucrânia e a posição patética do governo brasileiro



Lauro e Gabeira: Bolsonaro deixa claro que não vai aceitar derrota em novos ataques às urnas eletrônicas



OUTRAS PÁGINAS

Bela Megale

Mourão é alvo de gritos de "Fora Bolsonaro" após posse de presidente do Chile

**Sonar - A Escuta das Redes**

Lula, Moro e Ciro usam alta dos combustíveis para criticar Bolsonaro

Malu Gaspar

Por que a Petrobras não repassou o reajuste integral do petróleo para a gasolina e o diesel

**Vera Magalhães**

Gasolina no palanque

**Bernardo Mello Franco**

Câmara ignora protestos e acelera agenda antiambiental

**Fumus boni iuris**

Gustavo Binenbojm: Biografia intelectual do Ministro Barroso informa, inspira e faz pensar

Merval Pereira

Estado laico?



ÚLTIMAS DE POLITICA

PF diz que deputados do PL usavam grupo armado e extorsão para desviar emendas**PF diz que deputados do PL usavam grupo armado, extorsão e dinheiro vivo para desviar emendas****Zema ignora ameaças de greve e diz que não vai 'inviabilizar' o caixa de Minas**

ogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/petrobras-e-cade-chegam-acordo-sobre-abreu-e-lima-refinaria-precisa-ser-vendida-ate-o-fim-de-... 4/6



PT critica gestões de Geraldo Alckmin em documento para programa de Haddad

Fotojornalista Orlando Brito, referência na cobertura política, morre aos 72 anos

Aplicativo do WhatsApp suspende grupos ligados ao ex-presidente Lula, diz PT

Deputados bolsonaristas pedem à ONU Mulheres apuração sobre falas de Arthur do Val

Ex-mulher de Bolsonaro, Ana Cristina Valle omitiu patrimônio na Noruega, diz revista

Justiça de SP absolve Aécio Neves de acusação de receber propina de R\$ 2 milhões no caso J&F

PF deflagra operação que mira deputados federais do PL





**Portal do Assinante • Agência O Globo • Fale conosco • Expediente • Anuncie conosco • Trabalhe conosco •
Política de privacidade • Termos de uso**

© 1996 - 2022. Todos direitos reservados a Editora Globo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem autorização.

